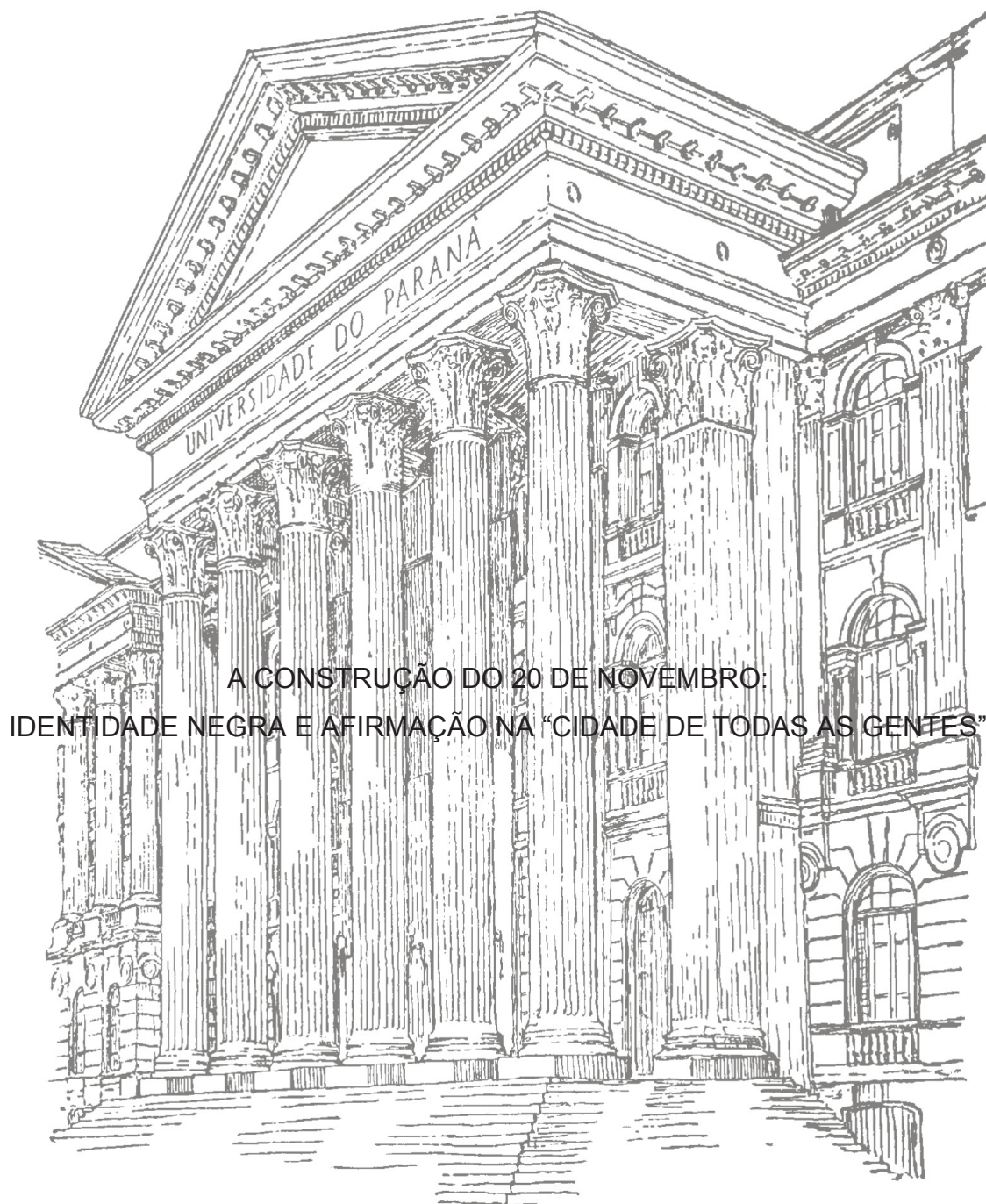


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARCO AURÉLIO BARBOSA



A CONSTRUÇÃO DO 20 DE NOVEMBRO:
IDENTIDADE NEGRA E AFIRMAÇÃO NA "CIDADE DE TODAS AS GENTES"

CURITIBA
2018

MARCO AURÉLIO BARBOSA

A CONSTRUÇÃO DO 20 DE NOVEMBRO:
IDENTIDADE NEGRA E AFIRMAÇÃO NA “CIDADE DE TODAS AS GENTES”

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Professor Doutor Ricardo Costa de Oliveira

CURITIBA

2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Barbosa, Marco Aurélio

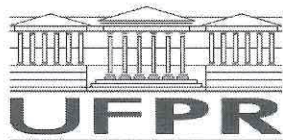
A construção do 20 de novembro : identidade negra e afirmação na
“cidade de todas as gentes”. / Marco Aurélio Barbosa. – Curitiba, 2018.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Setor de Ciências Humanas
da Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira

1. Negros – Curitiba (PR) - Feriados e festas cívicas. 2. Negros – Curitiba
(PR) – Movimentos sociais. 3. Dia da Consciência Negra - Brasil. I. Título.

CDD – 305.89608162



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA -
40001016032P2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **MARCO AURÉLIO BARBOSA** intitulada: **A Construção do 20 de Novembro: "Cidade de Todas as Gentes"**., após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 14 de Dezembro de 2018.


RICARDO COSTA DE OLIVEIRA
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)


JOSE MIGUEL RASIA
Avaliador Interno (UFPR)


MÔNICA HELENA HARRICH SILVA GOULART
Avaliador Interno (UFPR)

Obs.: Onde se lê "A construção do 20 de novembro: 'Cidade de Todas as Gentes'", leia-se "**A construção do 20 de novembro: identidade negra e afirmação na 'Cidade de Todas as Gentes'**". Alteração de título conforme sugestão da banca de defesa.

À minha esposa, minha mãe e meus antepassados.

AGRADECIMENTOS

Inicio este momento agradecendo em primeiro lugar à Deus, a minha mãe, Dona Aparecida, a minha esposa, Mirilaine, que tem me amado e suportado durante todo o tempo.

Aos amigos Marcelo Gonçalves Marcelino, Ana Crhistina Vanali, Cláudia Rejane Schavarinski Almeida Santos, que dedicaram tempo a leitura deste trabalho, forneceram estímulo e sugestões para que o mesmo pudesse ser concluído.

A orientação, a paciência e o apoio dedicado pelo Professor Doutor Ricardo Costa de Oliveira, que acreditou no meu esforço e trabalho, e que através dos anos muito contribuiu para o meu desenvolvimento intelectual, acadêmico e pessoal. Ele é uma pessoa iluminada, sempre tem uma palavra de estímulo mesmo quando as coisas ficam difíceis e parecem tomar um rumo impossível.

Aos membros do Núcleo de Estudo Paranaenses (NEP), que me auxiliaram com seu estímulo e meus vários momentos de inquietação.

Ao querido Professor Doutor José Miguel Rasia, que através de suas críticas, sempre bem colocadas e o calor humano que dispensa às pessoas que tem a oportunidade à ele de se achegar.

À Professora Doutora Mônica Helena Harrich Silva Goulart, que atua na UTFPR e UFPR, além de companheira do NEP .

Um agradecimento ao Colegiado, Secretários e Corpo Docente do Programa de Pós-graduação em Sociologia, que me deram o voto de confiança necessário para que esta obra se realizasse.

À CAPES/ CNPq, que concedeu a bolsa e a oportunidade necessária para que este sonho pudesse ser realizado.

Aos colaboradores deste trabalho, que me atenderam no campo, me informaram, orientaram e deram informações preciosas sem as quais este jamais poderia ser realizado, Sr. Saul Dorval da Silva, que me guiou no campo, um homem de coragem; Denilton Laurindo, grande batalhador das causas sociais e uma pessoa com uma visão muito lúcida; Adegmar José da Silva (Candieiro), figura de grande nobreza; Andreia Soares de Lima, batalhadora social; Eivante, Servidora da UFPR que atua no Núcleo de Assuntos Acadêmicos (NAA), batalhadora social e uma simpatia em pessoa; ex- Vereador Paulo Salamuni, que lutou bravamente pela implantação do Feriado de 20 de Novembro em Curitiba Megg Rayara Gomes de

Oliveira, uma lutadora em vários campos; Vereador Adílson Alves Leandro (Mestre Pop), um grande homem, com um grande coração; Élcio José Pereira, servidor da Câmara Municipal de Curitiba e todos os funcionários que ali me atenderam e sempre foram atenciosos e prestativos, me orientando em tudo quanto fosse necessário.

Ao professor Marcos Silveira do Departamento de Antropologia da UFPR que durante o curso Pré-pós do NEAB/UFPR me incentivou a continuar na área da pesquisa e pela iniciativa de vanguarda ao compreender que não basta ao aluno negro ter uma graduação, mas oportunizar condições de prosseguir no caminho da excelência acadêmica.

À todas as pessoas que de um modo ou outro puderam tornar esta caminhada especial.

Agradeço sobretudo aos percalços, as dificuldades, à todos que duvidaram deste trabalho e da minha capacidade em realizá-lo, vocês foram o tempero desta caminhada me ensinando a ser mais forte, corajoso e melhor.

RESUMO

A presente dissertação centra-se no debate que envolveu a “negociação” em torno da implantação do feriado do Dia da Consciência Negra, celebrado no dia 20 de Novembro, na cidade de Curitiba. O trabalho analisa os debates ocorridos entre a Câmara Municipal de Curitiba (CMC), os agentes ligados aos interesses econômicos da cidade, notadamente, a Associação Comercial do Paraná (ACP), o Sindicato da Construção Civil do Paraná (SINDUSCOM-Pr) e os representantes do Movimento Negro em torno da questão.

Em novembro de 2012 a CMC chegou a votar a lei implantando o feriado do Dia da Consciência Negra a partir de 2013, mas ocorreu uma interdição judicial por parte da ACP e do SINDUSCOM-Pr e o feriado foi suspenso. Isso gerou manifestações de revolta por parte do Movimento Negro e dos representantes da Câmara Municipal de Curitiba.

Deste modo, o trabalho analisa os debates ocorridos em torno dessa interdição, tendo como perspectiva os fatos anteriores ao eventos ocorridos em 2013 e seus desdobramentos até o ano de 2017, quando a disputa pelo feriado passa a ser discutida na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP).

Desde 2013 para cá houve pouco avanço na tentativa de reverter a interdição judicial, uma vez, que a disputa se acha ligada a um complexo de questões que se impõe sobre o tema, entre estes os interesses econômicos dos grupos envolvidos e as estratégias adotadas pelo Movimento Negro na tentativa de se afirmar perante os outros grupos.

Palavras-chave: Consciência negra. Movimento Negro. Câmara Municipal de Curitiba. 20 de Novembro. Associação Comercial do Paraná.

ABSTRACT

This dissertation focuses on the debate that involved the "negotiation" around the implantation of the Black Consciousness holiday, celebrated on November 20, in the city of Curitiba. The work analyzes the debates that took place between the City Council of Curitiba (CMC), the agents linked to the economic interests of the city, namely the Paraná Commercial Association (ACP), the Civil Construction Union of Paraná (SINDUSCOM-Pr) and the representatives of the Black Movement around the issue.

In November 2012, the CMC even voted to implement the Black Awareness Day holiday from 2013, but there was a judicial ban on the part of ACP and SINDUSCOM-Pr and the holiday was suspended. This generated manifestations of revolt on the part of the Black Movement and the representatives of the Municipality of Curitiba.

In this way, the work analyzes the debates that took place around this interdiction, taking into account the events prior to the events that occurred in 2013 and their unfolding until the year 2017, when the holiday dispute will be discussed at the Legislative Assembly of Paraná (ALEP).

Since 2013, there has been little progress in the attempt to reverse the judicial prohibition, once the dispute is linked to a complex of issues that imposes on the subject, among them the economic interests of the groups involved and the strategies adopted by the Movement Black in an attempt to assert himself before the other groups.

Keywords: Black consciousness. Black Movement. City Hall of Curitiba. November 20. Commercial Association of Paraná.

Brasil é o último país do mundo que acabou com a escravidão. A escravidão condena o negro a lutar pela sua liberdade. Mas condena o dono a ser bandido, a arrebentar o escravo com o chicote para tirar dele o lucro que ele pode dar. Então a classe dominante brasileira, de filho e neto de senhor de escravo, ela tem uma atitude bruta diante do escravo, o escravo é como carvão: gasta um, compra outro. Então, há uma atitude pra com o povo pobre, sobretudo o preto e o mulato e o branco pobre, há uma atitude de descaso.

(Darcy Ribeiro em 17 de abril de 1995)¹

¹ **Darcy Ribeiro: antropólogo, educador e político, o "furacão Darcy" mostra resistência, garra e vontade de viver.** Programa Roda Vida de 17/04/1995. Disponível em http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/63/entrevistados/darcy_ribeiro_1995.htm. Acesso 01/12/2018.

LISTA DE SIGLAS

ACP - Associação Comercial do Paraná
ALEP - Assembleia Legislativa do Paraná
CCJ – Comissão de Constituição e Justiça
CMC - Câmara Municipal de Curitiba
COPENE - Congresso dos/as Pesquisadores/as Negros/as
COMPER - Conselho Municipal de Política Étnico Racial
CUFA - Central Única das Favelas
Fecomércio- Pr - Federação do Comércio do Estado do Paraná
IBAF - Instituto Brasil África
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
SPLII - Sistema de Proposição Legislativa
SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SINDUSCOM-Pr - Sindicato da Construção Civil do Paraná
STF – Supremo Tribunal Federal
TJ-PR – Tribunal de Justiça do Paraná
TRT – Tribunal Regional do Trabalho
UNEGRO - União de Negros Pela Igualdade
UFPR – Universidade Federal do Paraná

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – João Pamphilo D'Assumpção. Curitiba, sem data	13
Figura 2 – Infográfico da Pesquisa sobre o Feriado de 20 de Novembro	107

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
 Capítulo 1 – O 20 de Novembro entre as ideias e a ação: a construção de um símbolo	6
1.1 – A luta pelo 20 de Novembro em Curitiba	6
1.2 – Os agentes do campo	
1.2.1 – A Associação Comercial do Paraná	12
1.2.2 – A Câmara Municipal de Curitiba	14
1.2.3 – O Movimento Negro	15
1.3 – Explicando o 20 de Novembro: dia da Consciência Negra	19
1.4 – As primeiras manifestações do 20 de Novembro em Curitiba: a reconstrução da trajetórias de lutas a partir da imprensa	25
1.5 – A Câmara Municipal de Curitiba frente ao 20 de Novembro	37
 Capítulo 2 – O debate ganha corpo	62
2.1 – Um novo período de lutas	64
 Capítulo 3 – Entre discursos e retrocessos	102
3.1 – Os ventos da mudança	102
3.2 – A Associação Comercial do Paraná e o monólogo monocórdico	118
3.3 – Desidratando o debate	123
 Capítulo 4 – As vozes do Movimento Negro e o debate em uma nova esfera	130
4.1 – As vozes e seus tons	130
4.1.1 – Andreia da CUFA	131
4.1.2 – O Candieiro	134

4.1.2.1 – Um novo diálogo com Candieiro	136
4.1.3 – Denilton do UNINEGRO	139
4.1.4 – Vereador Paulo Salamuni	142
4.1.5 – Megg Rayara Gomes de Oliveira	153
4.1.6 – Saul Dorval da Silva	155
4.1.7 – Vereador Mestre Pop	159
4.1.8 – Élcio José Pereira	166
4.2 – Movimento, debates e interações em torno do feriado	174
4.3 – Reunião na ACP	176
4.4 – Reuniões do dia 06 de junho de 2017	182
4.4.1 – Reunião na UFPR	183
4.4.2 – Reunião no TRT com a Desembargadora Neide Alves	188
4.4.3 – Reunião da Comissão de Constituição e Justiça	190
4.5 – As reuniões da Comissão de Constituição e Justiça	193
CONSIDERAÇÕES FINAIS	199
REFERÊNCIAS	211
ANEXOS	
Anexo 1 – Lei Nº 10.921/2003	230
Anexo 2 – Lei Nº 14.224/2013	231
Anexo 3 – Relação estados e municípios que decretaram feriado dia 20 de Novembro – dia da Consciência Negra	232
Anexo 4 – Lei Nº 9.315/1996	253
Anexo 5 – Lei Nº 10.639/2003	254
Anexo 6 – Lei Nº 12.519/2011	255
Anexo 7 – Decreto de 20 de Novembro de 1995	256
Anexo 8 – Decreto de 13 de junho de 1996	258

Anexo 9 – Espelho Proposição do Projeto de Lei 75/2017	259
--	-----

APÊNDICE

Apêndice 1 – Relação dos entrevistados	261
--	-----

INTRODUÇÃO

No ano de 2013, decretou-se em Curitiba o Feriado da Consciência Negra, tendo como data comemorativa o dia 20 de Novembro. Entretanto, após forte pressão e ação impetrada pela Associação Comercial do Paraná (ACP), o mesmo foi suspenso por via judicial. Alegou-se o “enorme prejuízo” que acarretaria ao comércio da cidade, caso houvesse a parada do feriado.

Os diversos grupos que representam o Movimento Negro, o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio de Curitiba, os Vereadores e a Câmara Municipal de Curitiba, buscaram intervir, com o objetivo de alterar a situação, fazendo mobilizações nas ruas e interpondo recursos junto ao judiciário para a manutenção do feriado. Contudo, acabaram por serem derrotados nesta instância, o que impediu a comemoração efetiva da data, como fora originalmente proposta. Por conta disto, a ACP foi acusada de racismo, por parte do grupo derrotado, por impedir a implantação de um feriado relacionado à questão racial. Aqui criou-se um embate na sociedade curitibana e este é o objeto de estudo do presente trabalho, ou seja, a pesquisa centrou-se nos debates que envolveram a “negociação” em torno da construção do Feriado do dia 20 de Novembro em Curitiba, na qual se achava em jogo o Dia Consciência Negra, importante bandeira para o Movimento Negro.

Na análise dos debates em torno da questão da implantação do feriado do 20 de Novembro em Curitiba, considerou-se os fatos anteriores aos eventos ocorridos em 2013 e seus desdobramentos até o ano de 2017, quando a implantação do feriado passa a ser discutida na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP). É importante apontar que houve pouca mudança em relação ao quadro apresentado em 2013 para o de 2017, uma vez, que a disputa, se acha ligada a um complexo de questões que se impõe sobre o tema quando se consideram os interesses econômicos dos grupos envolvidos e as estratégias de afirmação adotadas pelo Movimento Negro, na tentativa de se impor perante aos outros grupos. O avanço do Movimento Negro é lento, frente às suas necessidades.

O debate não se esgotou com a interdição do feriado, sendo este objeto de disputa e polêmica nos campos jurídico e legislativo, uma vez que, o projeto para a implantação do feriado do dia da Consciência Negra em Curitiba ainda estava aguardando para ser julgado no Supremo Tribunal Federal quando do início da presente pesquisa.

Neste sentido, para fins da presente pesquisa foram empregados como métodos de análise a pesquisa bibliográfica e documental e a pesquisa de campo com a realização de diversas entrevistas com os envolvidos na questão da implantação do feriado em Curitiba. Assim procurou-se levantar as possíveis e diversas nuances do objeto de estudo.

Uma importante fonte utilizada na pesquisa foi o Sistema de Proposição Legislativa – SPLII¹, que consiste em um portal cujo objetivo é dar transparência as ações dos Vereadores da Câmara Municipal de Curitiba (CMC), de tal forma que o usuário, que pode ser qualquer cidadão, possa ter acesso aos trabalhos apresentados na Casa do Legislativo Municipal, onde se pode consultar informações sobre as proposições, a legislação, as sessões plenárias, os diários, as comissões, as instruções jurídicas, os ofícios, entre outros aspectos. Foram lançadas as palavras-chave “Consciência negra, Movimento Negro, Câmara Municipal de Curitiba, Feriado” no intuito de ter acesso sobre o trâmite e a movimentação destes órgãos, bem como saber a posição dos Vereadores, da ACP e do Movimento Negro em relação ao tema aqui tratado².

A ferramenta possibilitou acesso à maioria das notas taquigráficas, de onde se buscou extrair informações sobre os debates ocorridos na Câmara Municipal de Curitiba entre os anos de 2012 à 2016, intervalo que assinala o período em que o projeto de lei entrou em discussão e aprovação na Casa de Leis do Município e os desdobramentos dos debates ocorridos até o ano de 2016, quando foi encontrado o último registro referente ao tema, num total de 21 registros³.

Outra fonte consultada foram as publicações presentes no site da Associação Comercial do Paraná⁴. Ao total foram 15 registros referentes a periódicos publicados pela instituição, sendo que 15 estão circunscritos ao site de

¹ Sistema de Proposição Legislativa – SPLII. Disponível em <https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/system/LogonForm.do>.

² A palavra-chave “Consciência Negra” retornou 53 entradas e a palavra-chave “20 de Novembro” retornou 576 entradas, durante a pesquisa realizada entre abril e maio de 2016. Disponível em <https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/>.

³ Os registros encontrados podem ser mapeados da seguinte forma: 2012 com 4 registros; 2013 com 7 registros; 2014 com 5 registros; 2015 com 3 registros e 2016 com 2 registros, durante a pesquisa realizada entre abril e maio de 2016. Disponível em <https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/>.

⁴ Associação Comercial do Paraná. Disponível em <https://acpr.com.br/>.

notícias da instituição e os outros 10 estão na revista produzida pela ACP e distribuída a seus associados e leitores em geral⁵.

A Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional⁶, foi outra fonte de pesquisa utilizada, e consiste em um banco de dados referentes a jornais, revistas e publicações que cobrem desde o século XVIII, ano de 1740, até os dias atuais, num total de 6440 periódicos de todo o território nacional, América Latina, EUA, Portugal e França, entre outros, no qual é possível, com a utilização de palavras-chave, buscar informações por periódico, período ou local, podendo ser consultados individualmente ou de forma combinada. Na presente pesquisa a consulta foi filtrada pelo Estado do Paraná e a palavra-chave utilizada foi “Consciência Negra”, já que outros termos tais como: 20 de Novembro, Zumbi dos Palmares, Movimento Negro, Câmara Municipal de Curitiba, Feriado, entre outras remeteram a resultados diversos, confusos e portanto, desfocavam do objeto em análise. A pesquisa, cujo recorte buscou abranger a partir da segunda metade do século XX até o ano de 2017, retornou um total de 52 ocorrências, sendo que as que se referiam ao período da segunda metade do século XX correspondiam a um total de 46 e tinham por base temas correlatos as informações de Oliveira Silveira (2003) que fixa a criação da data comemorativa do 20 de Novembro no ano de 1971⁷.

Durante o período de execução do trabalho, foram realizadas várias entrevistas com membros do Movimento Negro e algumas autoridades⁸, além da participação em reuniões à convite e por intermédio de membros dos referidos movimentos, culminando com o acompanhamento de sessões na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP).

⁵ Os registros encontrados podem ser respectivamente mapeados da seguinte forma durante pesquisa realizada entre 2014 e 2018.

- Site de Notícias da Associação Comercial do Paraná: 2012 com 4 registros; 2013 com 6 registros; 2014 com 4 registros; 2016 contando com 1 registro;

- Revista da Associação Comercial do Paraná: 2013 com 5 registros; 2014 com 3 registros; 2015 com 2 registros.

⁶ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁷ Os registros encontrados durante pesquisa realizada de agosto e setembro de 2018 no site da Hemeroteca Digital estão assim distribuídos:

- Diário da Tarde (PR): 1899 a 1983, com 4 entradas, 1976 com 1 registro; 1977 com 1 registro e, 1978 com 2 registros;

- Diário do Paraná/Órgão dos Diários Associados (PR): 1955 a 1983, com 8 entradas, 1976 com 1 registro; 1977 com 5 registro e, 1981 com 2 registros;

- Correio de Notícias (PR): 1980 a 1989, com 26 entradas, 1984 com 1 registro; 1985 com 1 registro e, 1986 com 5 registros; 1987 com 7 registro; 1988 com 7 registro e, 1989 com 5 registros;

- Jornal Nicolau (PR): 1988 – 1997, com 3 entradas, 1987 com 2 registro e, 1988 com 1 registro.

⁸ Ver Apêndice 1 – Relação dos Entrevistados.

As entrevistas, foram de modo geral, não estruturadas. Os entrevistados tinham a liberdade para dizer aquilo que achassem importante, embora, fosse necessário reconduzir o entrevistado ao tema. As primeiras entrevistas foram transcritas de memória com base em algumas anotações realizadas durante as mesmas e a confecção de caderno campo para transcrição dos dados colhidos diariamente, posteriormente as entrevistas passaram a ser gravadas e depois transcritas para evitar a perda de dados, mantendo a mesma estrutura.

No que toca as reuniões e eventos acompanhados durante a pesquisa⁹, foram observadas e anotadas de modo exaustivo, no sentido de em alguns momentos, apontar gestos, posições físicas dos indivíduos, nomes, falas, etc., afim de oferecer acesso ao leitor a todas as nuances observados no trabalho de campo, afinal de contas “o corpo fala”.

Procurou-se apontar os diferentes discursos insurgidos durante as negociações, destacando seus antagonismos e contradições e os fatos que levaram ao intenso debate sobre a legitimidade, a necessidade, a importância desta data, 0 20 de Novembro, para a capital paranaense. A implantação do feriado foi objeto de disputa e alteração no campo jurídico e legislativo: por que a CMC optou por colocar esse tema na sua agenda? A ALEP agiu de modo explicitamente racista, ou apenas, colocou seus interesses econômicos à frente dos interesses sociais? Os discursos e a força do Movimento Negro, realmente foram capazes de impor sua agenda? Como o Movimento Negro se colocou na esfera de poder e qual a sua capacidade de impor temas para a agenda política municipal?

A dissertação está dividida em quatro capítulos. O primeiro, intitulado “*O 20 de Novembro entre as ideias e a ação: a construção de um símbolo*”, procura situar os agentes envolvidos na discussão sobre a implantação do feriado do dia 20 de Novembro e que entram em disputa no campo, bem como, mostrar a gênese do Dia da Consciência Negra enfatizando os processos sociais e políticos que o motivaram, chegando aos debates políticos, que levaram sua aprovação na CMC e sua interdição na justiça pela ACP.

No capítulo 2 intitulado “*O debate ganha corpo*” tem por objetivo observar os debates, entre a CMC, o Movimento Negro e os membros da ACP, por meio dos discursos proferidos por estes, através da análise da comunicação das ideias e

⁹ Ver Apêndice 2 – Participação em reuniões e eventos.

posições políticas da CMC e da ACP. A voz dos representantes do Movimento Negro ficou mitigada frente ao combate destes dois grandes grupos, a ACP e a CMC, que entram em uma “queda de braço” para imporem sua posição, e na qual o poder público se acha enfraquecido.

O capítulo 3 intitulado “*Entre discursos e retrocessos*”, examina-se o embate dos grupos através da análise dos discursos promovidos pelos mesmos. Nota-se a mudança de posição da CMC, frente o feriado e ao Movimento Negro, depois da vitória na esfera judicial da ACP. Além disso, houve mudança de representantes na Câmara Municipal, ocorrendo a eleição de um Vereador negro, o que vai dar nova configuração aos debates que estavam ocorrendo.

No capítulo 4 intitulado, “*As vozes do movimento e o debate em uma nova esfera*”, procura dar visibilidade e voz aos membros do Movimento Negro, as testemunhas e as autoridades envolvidas neste debate, buscando compreender a participação destes na elaboração, construção e luta pela adoção do feriado, bem como, procurou-se entender os problemas e as experiências dos indivíduos frente ao problema apresentado. Também nestacee capítulo, se observa que embora, não conseguindo efetivar a adoção do feriado no Município, os membros do Movimento Negro continuam elaborando e articulando novas estratégias, desta vez, para implantação do feriado em caráter Estadual, contando com o apoio de várias lideranças progressistas dentro da Assembleia Legislativa do Paraná.

Assim, é importante salientar que algumas hipóteses levantadas, não foram necessariamente comprovadas, nem tão pouco rechaçadas, na medida em que foram decompostas em várias camadas que apontaram para um processo e um jogo de interesses mais profundos, do que apenas a questão racial que o tema oportunamente enseja.

CAPÍTULO 1

O 20 DE NOVEMBRO ENTRE AS IDEIAS E A AÇÃO: A CONSTRUÇÃO DE UM SÍMBOLO

Neste capítulo, procura-se situar os agentes em disputa no campo, bem como, mostrar a gênese do Dia da Consciência Negra, enfatizando os processos sociais e políticos que o motivaram, chegando aos debates políticos, que levaram sua aprovação na Câmara Municipal e sua interdição na justiça, pela Associação Comercial do Paraná.

1.1 A LUTA PELO 20 DE NOVEMBRO EM CURITIBA

Pela Lei Nº 14.224 de 7 de janeiro de 2013¹⁰ foi decretado o Feriado da Consciência Negra em Curitiba tendo como data comemorativa o dia 20 de Novembro. Entretanto, após forte pressão da Associação Comercial do Paraná (ACP) e do Sindicato da Construção Civil do Paraná (Sinduscon-PR), no dia 4 de novembro de 2013 o Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) suspendeu o efeito da lei municipal que instituíra o feriado. No dia 19 de novembro de 2013 o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, negou o pedido da Câmara Municipal de Curitiba (CMC) de reconsideração da anulação imposta pelo TJPR, alegando “falta de informações” no processo, o que prejudicaria sua decisão.

Com a suspensão do feriado irrompeu-se, de maneira explícita, um conflito que agora não estava mais restrito apenas aos grupos envolvidos - a ACP; a CMC e o Movimento Negro -, mas que passou a ser de conhecimento de toda a sociedade através dos diferentes meios de comunicação que apresentaram os debates e os enquetes em torno da questão.

¹⁰ **Lei Nº 14.224 de 07/01/2013** que institui o dia 20 de novembro como feriado municipal e "Dia da Consciência Negra" no calendário oficial do Município de Curitiba, em homenagem ao Dia Nacional da Consciência Negra. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2013/1422/14224/lei-ordinaria-n-14224-2013-altera-a-lei-n-10921-de-18-de-dezembro-de-2003-que-dispoe-sobre-o-combate-ao-racismo-no-municipio-de-curitiba-e-da-outras-providencias>. Acesso 01/12/2018.

A CMC e o Movimento Negro buscaram intervir com o objetivo de reverter a decisão do TJPR, fazendo mobilizações nas ruas e interpondo recursos junto ao judiciário, para a manutenção do feriado. A ACP entrou com o pedido de ação judicial alegando o “enorme prejuízo”¹¹ que comércio da cidade sofreria, caso houvesse a implantação do feriado. Assim, o feriado que chegou a ser aprovado pela CMC nunca chegou a ser comemorado na cidade e ao final a ACP acabou sendo acusada de racismo, por parte dos grupos derrotados, por impedir um feriado ligado a questão racial.

Afim de compreender melhor este evento torna-se importante focar nos debates que envolveram a “negociação” em torno da Construção do Feriado do dia 20 de Novembro em Curitiba, na qual se acha em jogo o Dia Consciência Negra, importante feriado para o Movimento Negro.

Mas, o que se compreende por “negociação”? Inicialmente, quando se fala em negociação, a imagem que nos vem à mente é a de dois indivíduos sentados à mesa tentando “negociar”, isto é, tentando vender ou fazer com que o outro compre algo que não necessariamente deseja, ou ainda, que deseja arduamente, mas, que refreando o seu desejo, disfarçando seus reais interesses, e que agindo assim o faz, no intuito de obter o melhor resultado possível em um terreno que lhe é desfavorável. Ao fornecer esta pequena imagem, o que se tem em mente é chamar atenção para a imagem trivial que habita um certo imaginário pertencente ao senso comum, mas, que entretanto, permite imaginar, sentir e perceber, ainda, que de modo superficial o conflito e a tensão presentes no campo¹². Assim, negociação consiste no embate ou debate entorno de algo sobre o qual indivíduos diferentes com interesses diferentes, apresentam-se frente a um campo de disputa, onde o objeto ou causa em questão se apresenta. Campo aqui é compreendido como:

Microcosmo social dotado de certa autonomia, com leis e regras específicas, ao mesmo tempo em que influenciado e relacionado a um espaço social mais amplo. É um lugar de luta entre os agentes que o integram e que buscam manter ou alcançar determinadas posições. Essas posições são obtidas pela disputa de capitais específicos, valorizados de acordo com as características de cada campo. Os capitais são possuídos em maior ou menor grau pelos agentes que compõem os campos, diferenças essas

¹¹ Algo estimado em torno de R\$ 160 milhões. Conforme MELLO, Denise. **Às vésperas do feriado de 20 de novembro em Curitiba, ACP ainda tenta derrubar recesso na Justiça Só na capital, o prejuízo estimado em um dia de portas fechadas chega a R\$ 160 milhões**. SINDISHOPPING, outubro de 2013. Disponível em <http://www.sindishopping.com.br/sindishopping/noticia/exibir/cod/1507>. Acesso 01/12/2018.

¹² Por negociação também pode-se entender ajustar, chegar a um ponto em comum.

responsáveis pelas posições hierárquicas que tais agentes ocupam. Pensar a partir do conceito de campo é pensar de forma relacional. É conceber o objeto ou fenômeno em constante relação e movimento. O campo também pressupõe confronto, tomada de posição, luta, tensão, poder, já que, de acordo com Bourdieu, todo campo “é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças”. (BOURDIEU, 2004, p. 22-23, apud PEREIRA, 2015, p.341).

Os campos são formados por agentes, que podem ser indivíduos ou instituições, os quais criam os espaços e os fazem existir pelas relações que aí estabelecem. Um dos princípios dos campos, à medida que determina o que os agentes podem ou não fazer, é a “estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes” (BOURDIEU, 2004, p.23, apud PEREIRA, 2015, p.341).

Assim, é o lugar que os agentes ocupam nessa estrutura que indica suas tomadas de posição. No interior dos campos existem disputas por controle e legitimação dos bens produzidos, assim como também são estabelecidas diferentes relações e assumidas variadas posturas pelos agentes que os compõem. Uma das atitudes possíveis. Indo além de uma abordagem pautada especificamente no aspecto econômico, Bourdieu cunhou os conceitos de capital cultural e capital social. (PEREIRA, 2015 p.341)

O campo pode ser compreendido em uma condição ampla, que compreende tanto o espaço das relações sociais, bem como, um espaço geográfico localizado em um determinado tempo e contexto, onde os agentes estão em constante disputa, pela imposição de um conjunto por vezes vasto de interesses, sendo o conflito um dado natural desta relação que desempenha um papel orgânico, nos movimentos da sociedade, que possui em si uma forte carga interacional. Como afirma Bourdieu ao apontar que:

Outra propriedade do campo, já menos visível, de um campo: todas as pessoas que estão contidas num campo têm um interesse comum um certo número de interesses fundamentais, a saber tudo o que está ligado à própria existência do campo; daí uma cumplicidade objetiva que está subjacente a todos os antagonismos. Esquece-se que a luta pressupõe um acordo entre antagonistas sobre aquilo que merece que se lute e que está recalcado no que é óbvio, deixado no estado da doxa, que quer dizer tudo o que faz o próprio campo, o jogo, as paradas em jogo, todos os pressupostos que tacitamente aceitam, sem se saber sequer, pelo fato de jogar, de entrar no jogo. Os que participam da luta contribuem para a reprodução do jogo contribuindo, mais ou menos completamente segundo os campos, para produzir a crença no valor das paradas em jogo. (BOURDIEU, 2003 p. 121-122)

Deste modo, para a surpresa de qualquer observador, que ao visualizar tal quadro logo imagina um intenso e encarniçado embate, espanta-se ao perceber que estes expõem seus interesses de modo cooperativo, o que não implica na ideia de ausência de disputa, muito pelo contrário. Destarte, cooperação tem haver com estratégias de ação complementar, isto é, em que estes atores se apresentam ao embate servindo-se das estratégias, armas e soluções, próprias do campo em

disputa, partindo de uma lógica tácita preestabelecida e consensual, pela qual cada um dos lados tentará ao seu modo impor as suas preferências, ao outro.

Tendo estas noções em perspectiva, ao analisar esta disputa torna-se importante localizar e delinear os agentes envolvidos no embate e ao mesmo tempo localizá-los dentro do contexto em que se encontram, buscando ainda que de forma superficial indicar as suas preferências e seus papéis frente ao campo, que seja aquilo que pode ser compreendido como seu *habitus*¹³, bem como, os contextos onde eles se constroem.

Sendo assim, a primeira questão a ser observada é a determinação do local onde os eventos se desenrolam: na capital paranaense. Ao longo de sua história Curitiba amecheu uma fama de “Capital Europeia”, que tomou contornos mais definidos em parte graças aos festejos dos 300 anos da cidade ocorridos no ano de 1993 quando ela foi apresentada como “Cidade de Primeiro Mundo”, “Cidade Europeia”, “A Cidade Mais Europeia do Brasil”, “Cidade de Todas as Gentes” entre outros epítetos¹⁴. Mas nem “todas as gentes” são consideradas em sua composição. Nessas comemorações não apareceu a contribuição do elemento negro para a formação da sociedade curitibana, o que por extensão fez com que Curitiba fosse considerada como uma cidade sem negros, fato que já foi objeto de estudo no início dos anos 60, pelo sociólogo Octávio Ianni, em sua pesquisa que versa sobre a questões relativas ao papel do negro e sua participação na construção da sociedade curitibana em sua obra “As Metamorfoses do Escravo”, em que desconstrói este mito de cidade predominantemente branca e sem negros (IANNI, 1988).

Não obstante, ao fato destes epítetos anuírem o imaginário construído da cidade¹⁵, eles desempenham importante papel também no imaginário dos agentes envolvidos na disputa em torno do feriado da consciência negra, uma vez, que estes são dotados de certa carga simbólica, em uma cidade em que a branquidade é frequentemente festejada em festas que homenageiam as culturas europeias até os

¹³ Entende-se por *habitus* a internalização das regras do campo ao qual pertencem os indivíduos e pode ser compreendido como a soma dos diferentes capitais apropriados pelos sujeitos, que determinam sua posição social dentro do campo, bem como, a já referida internalização dos elementos do campo são corporificadas pelos sujeitos, que exprimem também pela forma pela qual os indivíduos se apropriam dos diferentes capitais existentes nestes campos, no que as trajetórias de vida destes, desempenham importante papel nesta relação (BOURDIEU, 1998).

¹⁴ Conforme se observa em Moraes & Souza (1999) e Sanches (1997).

¹⁵ Sobre este assunto existe uma vasta bibliografia da qual pode-se destacar Lopes (1998) e Sanches (1997) que tratam da construção do imaginário no qual Curitiba se constitui e se constrói como “Cidade Europeia”.

dias atuais, vide o “Festival das Etnias”¹⁶ celebrado anualmente na cidade com a presença de grupos folclóricos das culturas alemã, italiana, polonesa, ucraniana, entre outras. O discurso que aponta Curitiba, como “Cidade Europeia”, acaba por aludir ou mesmo reivindicar para a cidade a ideia de uma cidade de população predominantemente branca, em que os indivíduos de outras etnias, neste caso, a população negra, teria tido uma participação irrelevante na História e na cultura local. Este discurso pode ter desempenhado um importante papel na “negociação” em torno da adoção ou interdição do feriado na cidade, uma vez que não enxergamos o mundo apenas com os nossos olhos, mas, com o conjunto de informações e formações que moldam o nosso olhar sobre o mundo,

A realidade social não é visível a olho nu, o que significa que o mundo social não é transparente aos nossos olhos. Afinal, não são apenas os músculos dos olhos que nos permitem ver, existem ideias dominantes, compartilhadas e repetidas por quase todos, que, na verdade, “selecionam” e “distorcem” o que os olhos veem, e “escondem” o que não deve ser visto. O leitor pode se perguntar: mas por que alguém faria isso? Por que existiria o interesse em esconder, distorcer ou, como dizemos na vida cotidiana, o interesse em “mentir” sobre como o mundo social realmente é? Ora, como diria o insuspeito Max Weber, os ricos e felizes, em todas as épocas e em todos os lugares, não querem apenas ser ricos e felizes. Querem saber que têm “direito” à riqueza e felicidade. Isso significa que o privilégio – mesmo o flagrantemente injusto, como o que se transmite por herança – necessita ser “legitimado”, ou seja, aceito mesmo por aqueles que foram excluídos de todos os privilégios. (SOUZA, 2015, p.9)

Assim, evidencia-se a manipulação da realidade ou do olhar sobre a realidade como meio de legitimar o poder, evitando qualquer tipo de dissensão e/ou revolta dos grupos excluídos. Na sociedade pré-moderna os privilégios, mesmo que injustos, eram expostos abertamente e justificavam-se por uma moral divina a qual todos estavam sujeitos, deste modo evitando qualquer tipo de questionamento mais aprofundado dos mesmos, no entanto, após o advento da construção da sociedade moderna com seu ideal de igualdade e de abolição dos privilégios injustos, estes não podem mais aparecer, desta forma precisa-se criar algo que os justifique e os legitime, tornando-os em algo “merecível”.

¹⁶ Em 2018 aconteceu a 57ª edição do tradicional Festival Folclórico de Etnias do Paraná. Durante 12 noites, o principal palco do Teatro Guaíra recebeu apresentações com música, canto e dança de grupos étnicos que “simbolizam a cultura de muitos dos povos colonizadores do Paraná, que ajudaram na formação da identidade local”, conforme site do Teatro Guaíra. Disponível em <http://www.teatroguaira.pr.gov.br/2018/05/2405/Folclorize-Festival-Folclorico-de-Etnias-do-Parana-no-Guairao.html>. Acesso 01/12/2018.

É isso que faz com que o mundo social seja sistematicamente distorcido e falseado. Todos os privilégios e interesses que estão ganhando dependem do sucesso da distorção e do falseamento do mundo social para continuarem a se reproduzir indefinidamente. A reprodução de todos os privilégios injustos no tempo depende do “convencimento”, e não da “violência”. Melhor dizendo, essa reprodução depende de uma “violência simbólica”, perpetrada com o consentimento mudo dos excluídos dos privilégios, e não da “violência física”. É por conta disso que os privilegiados são os donos dos jornais, das editoras, das universidades, das TVs e do que se decide nos tribunais e nos partidos políticos. Apenas dominando todas essas estruturas é que se pode monopolizar os recursos naturais que deveriam ser de todos, e explorar o trabalho da imensa maioria de não privilegiados sob a forma de taxa de lucro, juro, renda da terra ou aluguel. (SOUZA, 2015, p. 9-10)

Portanto, este plano, desempenha um papel na construção de um contexto onde se produz a visão de mundo dos sujeitos, que pode ter relevância para a compreensão do campo e na construção dos habitus destes.

Bourdieu apontou para o fato da existência de um conjunto variados de campos. O habitus é a internalização das regras do campo ao qual pertencem os indivíduos e pode ser compreendido como a soma dos diferentes capitais apropriados pelos sujeitos, que determinam sua posição social dentro do campo, bem como, a já referida internalização dos elementos do campo que são corporificadas pelos sujeitos, no que as trajetórias de vida destes, desempenham importante papel nesta relação, na medida em que as suas histórias pessoais, e suas experiências quantificadas podem ser utilizadas como objeto de análise no intuito de produzir determinadas generalizações que resultam na construção de uma identidade de grupo, produzindo processos de identificação e solidariedade destes indivíduos na construção de suas experiências sociais, assim como, a mobilização destes grupos, frente a grupos opostos.

A identificação dos habitus e, dos capitais herdados pelos sujeitos, auxiliam na compreensão do lugar que estes ocupam no campo e o grau de hierarquia, assim como na capacidade de impor os seus interesses sobre os demais agentes. Neste sentido, estes conceitos articulados permitem vislumbrar os elementos e os objetos em jogo, uma vez que:

Assim, a busca de formas invariantes de percepção ou de construção da realidade social mascara diversas coisas: primeiro, que essa construção não é operada num vazio social, mas está submetida a coações estruturais; segundo, que as estruturas estruturantes, as estruturas cognitivas, também são socialmente estruturadas, porque têm uma gênese social; terceiro, que

a construção da realidade social não é somente um empreendimento individual, podendo também tornar-se um empreendimento coletivo. Mas a chamada visão microssociológica esquece muitas outras coisas: como acontece quando se quer olhar de muito perto, a árvore esconde a floresta; e sobretudo, por não se ter construído o espaço, não se tem nenhuma chance de ver de onde se está vendo o que se vê. (BOURDIEU, 2004, p.158)

Esses conceitos possuem a vantagem de produzir um movimento do conhecimento que vai do particular ao universal e do universal ao particular, permitindo reajustar o olhar sobre as questões sociais e neste caso, aos enfrentamentos ocorridos por conta da disputa sobre o Feriado, no sentido de que possa-se em certa medida, evitar os enganos do visível.

Com este objetivo em mente, é importante uma breve definição dos agentes em campo, sendo eles, a Associação Comercial do Paraná (ACP), Câmara Municipal de Curitiba (CMC) e o Movimento Negro.

1.2 - Os agentes em campo

1.2.1 A Associação Comercial do Paraná (ACP)

A ACP, teria surgido por volta de 1890 por intermédio de Ildefonso Pereira Correa (Barão de Serro Azul) em contexto conturbado, do fim do Brasil Império e implantação do Regime Republicano. Ildefonso Correa e outros comerciantes, à exemplo do que acontecia em outras regiões do país, passaram a organizar reuniões com o intuito de criar uma instituição que protegesse os comerciantes e que pudesse trabalhar em torno de questões sociais e econômicas, “criando mecanismos” que evitassem situações de revolta, conforme apontam David Carneiro (1981) e Nilson Monteiro (2012).

Nesses seus 128 anos de história, a ACP teve entre seus membros, muitas figuras proeminentes da História do Paraná, tais como o seu fundador o Barão do Serro Azul, entre outras personalidades, que representam famílias importantes da sociedade paranaense tais como os Macedo e os Guimarães. A ACP chegou a ter um presidente negro, o João Pamphilo D’Assumpção, por seis anos (1909-1913 e 1927-1931), que também foi o fundador da Ordem dos Advogados, Sessão Paraná (Figura 1).

Figura 1 – João Pamphilo D'Assumpção. Curitiba, sem data.



João Pamphilo D'Assumpção é o primeiro da esquerda para a direita.

Fonte: Acervo de Paulo José da Costa

Em sua página na internet, a ACP se define como:

[...] uma entidade de classe sem fins lucrativos, que consegue oferecer aos seu público uma série de benefícios com condições e formatos criados especialmente para atender desde micros até grandes empresas. ... A ACP compõe parcela expressiva da sociedade e possui alta representatividade política nas esferas municipal, estadual e federal. Isso permite o protagonismo na defesa dos interesses dos associados junto aos órgãos públicos. **E este é o grande desafio da ACP: olhar tudo, em todos os sentidos, visualizar oportunidades e avançar em melhorias para as empresas e para as pessoas, de modo que haja harmonia e uma sociedade mais justa e democrática**¹⁷. (grifo do autor)

Na ocasião do embate em torno do feriado de 20 de Novembro em Curitiba, seu presidente era Edson Ramón¹⁸, gestão 2010-2014. Nascido em Curitiba a 11 de setembro de 1948, filho de João Dória Ramon (nascido em Curitiba) e Arilda Escarante Ramon (nascida em Piraquara). Frequentou o Colégio Conselheiro Zacarias e o Colégio Santa Maria, cursou Direito na Pontifícia Universidade Católica (PUC-Pr), formou-se em Gestão Empresarial e Administração na Fundação Dom

¹⁷ Disponível em <https://acpr.com.br/>. Acesso 01/12/2018.

¹⁸ Edson José Ramon (2018) – Direito – Curitiba – Paraná. **Memórias Paraná**. Disponível em: <<http://memoriasparana.com.br/edson-jose-ramon-2018-administracao-curitiba-parana/>> Acesso em: 30/08/2018.

Cabral, cursou o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, o CPOR. Após, deixar a Presidência da Associação Comercial do Paraná, fundou junto com outros colaboradores o Instituto Democracia e Liberdade, IDL. É também uma das lideranças do G7¹⁹, grupo que agrega entidades e associações, tais como a Fecomercio, entre outras (RAMON, 2018).

1.2.2 A Câmara Municipal de Curitiba (CMC)

A criação do Município de Curitiba se deu em 29 de março de 1693, e fundação da Câmara Municipal de Curitiba em 1721²⁰, a partir da instituição do Pelourinho, símbolo da autoridade real, no Largo da Matriz (PEREIRA, 1992). Era composta pelos chamados homens morigerados (homens bons). Atualmente a Câmara é composta por 38 Vereadores, por determinação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que leva em conta o coeficiente populacional, para determinar o número de representantes que constituem o Legislativo das Câmaras Municipais em todo o país.

O Presidente da CMC, na ocasião do embate em torno do feriado de 20 de Novembro, era o então Vereador Paulo Salamuni, que assumiu o cargo, em virtude do afastamento do então Presidente João Cláudio Derosso, depois de um episódio que envolvia denúncias de irregularidades ocorridas em sua gestão (TORRENS, 2015).

Paulo Salamuni, nascido em 24 de outubro de 1960, natural de Curitiba, filho do ex-professor e reitor da UFPR - Riad Salamuni. Iniciou a vida política sendo eleito vereador pela primeira vez em 1992. Eleito suplente em 1996, tomou posse em 1999, sendo reeleito para os mandatos de 2001, 2005, 2009 e 2013. Em 2016, concorreu

¹⁹ G7-Pr é um grupo de entidades representativas do setor produtivo paranaense criado no ano de 2015. Fazem parte do G7, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná (Fecomércio PR), Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep), Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), Federação e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Fecooper), Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná (Faciap), Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná (Fetranspar) e Associação Comercial do Paraná (ACP). Disponível em <http://acil.com.br/noticias/g7-sete-entidades-um-ideal-revista-mercado-foco-acil>. Acesso 06/12/2018.

²⁰ CMC. **Nossa Memória: A história da Câmara Municipal de Curitiba e seus poderes**. Disponível em: <http://www.cmc.pr.gov.br/historico.php>. Acesso em 20/11/2018

ao cargo de vice-prefeito, na chapa encabeçada por Gustavo Fruet, que tentou a reeleição para prefeito, cargo para o qual não foi reconduzido (CMC, 14/02/2018).

Outro representante público, que figura, após o período de 2013, na defesa do feriado é o Vereador Adilson Alves Leandro (Mestre Pop), nasceu em 31 de agosto de 1968²¹, no município de Plautino Soares, interior de Minas Gerais. Em 2007, candidatou-se e foi eleito à presidência da Federação Paranaense de Capoeira, sendo reeleito em 2011. Na política, foi assessor parlamentar do deputado estadual Stephanes Junior e do deputado federal Ratinho Junior²². Tomou posse como vereador pela primeira vez em 2013, sendo reeleito para o segundo mandato em 2016.

1.2.3 O Movimento Negro

O Movimento Negro é constituído, por um universo amplo de indivíduos que lutam na esfera social, por direitos inerentes à população negra afrodescendente. Sendo assim, são:

(...) movimentos identitários que lutam por direitos sociais, econômicos, políticos, e, mais recentemente, culturais. São movimentos de segmentos sociais excluídos, usualmente pertencentes às camadas populares (mas não exclusivamente). Podem-se incluir, nesse formato, as lutas das mulheres, dos afro-descendentes, dos índios, dos grupos geracionais (jovens, idosos), grupos portadores de necessidades especiais, grupos de imigrantes sob a perspectiva de direitos, especialmente dos novos direitos culturais construídos a partir de princípios territoriais (nacionalidade, Estado, local), e de pertencimentos identitários coletivos (um dado grupo social, língua, raça, religião etc.).(GHON, 2008, p.439–440)

Conceito que coaduna com a definição apontada por Pasquino (2007), quando este ao inventariar e delimitar o conceito de movimentos sociais classifica e tipifica estes movimentos, apontando que não são necessariamente os indivíduos marginais e excluídos, que se organizam com objetivo de fazer frente a um conjunto de ideias ou situação que lhes é contrária, visando a transformação da sociedade. Ele aponta que nem sempre os movimentos sociais emergem de indivíduos excluídos ou ainda, de sujeitos que se encontram à margem das relações sociais,

²¹ Mestre Pop - Adilson Alves Leandro - Vereador - PSC - Curitiba – Pr. **Eleições & Política**. Disponível em: <<https://www.eleicoesepolitica.net/vereador2016/vereador/PR/75353/20020>> Acesso em 07/04/2018

²² Mestre Pop. CMC. Disponível em: <https://www.cmc.pr.gov.br/ver_det.php?ver=4873> Acesso em 07/04/2018

mas, de sujeitos que experimentam e agem frente as contradições encontradas em sociedade.

Deste modo, um sujeito não precisa necessariamente pertencer a população negra para lutar pelos seus direitos, isto é, precisa antes de mais nada, ter ciência das necessidades deste grupo, bem como, contar com uma certa experiência política e social, estar ligado a instâncias de participação política e contar com um aparato social e material que lhe propiciem condições de organização e mobilização de interesses comuns, e finalmente agir nesta direção. É importante salientar que, os movimentos sociais apontados por Pasquino se classificam em três tipos: movimentos reivindicativos, movimentos políticos e movimentos de classe, onde respectivamente:

(...) primeiro caso, trata-se de impor mudanças nas normas, nas funções e nos processos de destinação dos recursos. No segundo, se pretende influir nas modalidades de acesso aos canais de participação política e de mudança das relações de força. No terceiro, o que se visa é subverter a ordem social e transformar o modo de produção e as relações de classe. (PASQUINO, 2007, p.791)

O termo Movimento Negro é composto por várias formas de apropriação identitária, isto é, do como reconhecer-se negro, como também pode ser caracterizado por questões de gênero, de direito, de participação e de nacionalidade. Importante salientar que o Movimento Negro, se acha inserido no campo dos movimentos sociais, que poderia ser classificado como um subcampo em ação, dentro do campo político.

Entretanto, para fins desse estudo o conceito de Movimento Negro é importante para compreender a ação destes indivíduos em bloco, até mesmo, por que a ocasião da disputa pode ser compreendida como um momento de sinergia, onde os interesses individuais foram momentaneamente postos de lado em nome de um ideal comum.

Sobre os representantes do Movimento Negro, alguns nomes se destacam na defesa do 20 de Novembro, em momentos diferentes e por razões distintas. Entre eles estão Adegmar José da Silva (Mestre Sombra) conhecido como Candieiro, Denilton Laurindo e Saul Dorval da Silva.

Adegmar José da Silva (Mestre Sombra)²³, conhecido Candieiro, é capoeirista, lutador social, líder religioso e o responsável pelo Centro Cultural Humaitá²⁴. Atualmente ocupa o cargo de assessor de políticas de Igualdade Racial da Prefeitura de Curitiba²⁵. Está presente em diversos eventos de importância social ligados à população negra como o evento religioso da Lavação da Escadaria da Igreja do Rosário dos Pretos, que mistura a celebração da cultura negra, culto ecumênico e atividades relativas a religião afro, que tem seu início com as atividades na Igreja Rosário dos Pretos e no qual ele conduz à pelo menos dez anos.

Denilton Laurindo, conhecido como Professor Professor Dênis, trabalha na Escola Cead Polo Potty Lazzarotto, onde realiza as suas atividades como professor de Filosofia da Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná²⁶. Nasceu em 25 de junho de 1971, na cidade de Arapongas, mudando-se aos três anos para a cidade de Apucarana onde passou a maior parte de vida. Seus pais são oriundos de Minas Gerais. Ele estudou durante a maior parte de sua infância em escolas católicas. Formado em Filosofia na PUC-Pr, cursou o Mestrado em Filosofia da Mente na Universidade de Nova Orleans/EUA. Participou do Núcleo de Políticas Étnico-raciais e Diversidade da SEED-PR. Assumiu em 2010 a Presidência da UNEGRO/Sessão Paraná. Atualmente, Dênis é presidente do Conselho Municipal de Política Étnico-Racial de Curitiba (COMPER).

Saul Dorval da Silva atua no Movimento Negro desde os anos 1980. Nascido em Curitiba em 13 de março de 1968²⁷, é filho de migrantes do Rio Grande do Sul. Criou-se na localidade do Parolin, foi jogador do Coritiba nos anos 80²⁸. Formado em Jornalismo, está cursando Direito. Atua como Presidente do Instituto Brasil África (IBAF), entidade que trabalha com viés político e jurídico, no sentido de impor as pautas relativas à população negra. Atuou também dentro do partido do PMDB, do

²³ Fonte: Projeto de Decreto Legislativo: Prêmio Cultura e Divulgação. **SPLII**. Disponível em: <https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=&popup=s&c_hamado_por_link&pro_id=1873&pesquisa=Adegmar%20Silva> Acesso em: 14/04/2017

²⁴ O Centro Cultural Humaita é uma entidade sem fins lucrativos que atua desde 2006 para a valorização e visibilidade da arte e da cultura afro em Curitiba e no Paraná. Disponível em <https://informativocentroculturalhumaita.wordpress.com/>. Acesso 01/12/2018.

²⁵ Fonte: Debatida elaboração de plano com políticas de igualdade racial. **Notícias do Legislativo**. Disponível em: <https://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=28940#&panel1-1> Acesso em: 01/10/2018

²⁶ Denilton Laurindo. Eleições & Política. Disponível em: <<https://www.eleicoesepolitica.net/vereador2012/PR/74250/65999>> Acesso em: 01/10/2018

²⁷ Saul Dorval. **Eleições 2016**. Disponível em: <<https://www.eleicoes2016.com.br/saul-dorval/>> Acesso em: 04/04/2018

²⁸ Movimento negro tem seu candidato. **Bem Paraná** Disponível em: <<http://www.bemparana.com.br/tupan/movimento-negro-tem-seu-candidato/>> Acesso em: 04/04/2018

qual foi Presidente do PMDB Afro do Paraná²⁹, grupo responsável por organizar as questões e pautas relativas a população negra e seus representantes dentro da legenda, da qual fez parte dos anos 80 até 05 de abril, de 2018, quando anunciou sua filiação ao Partido Progressista (PP)³⁰. Saul faz um trabalho de articulação dentro da esfera política que envolve tanto o partido político do qual participa, bem como, outras legendas e circula entre elas e seus representantes tanto na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), quanto na Câmara Municipal de Curitiba (CMC).

Em 2003, em um trabalho de articulação com o então Deputado Geraldo Cartário³¹ produziu a lei que estabeleceu cotas para as populações negra, parda e indígena no serviço público estadual, sendo efetivada para o serviço público municipal de Curitiba no ano de 2004³².

No ano de 2007³³ durante o Governo Requião, articulou com o então Deputado Fábio Camargo e aprovou a criação da celebração do 20 de Novembro³⁴.

Em 2010³⁵ foi Presidente do Conselho Municipal de Política Étnico-Racial em Curitiba, onde teve como importante realização a reforma da Praça Zumbi dos Palmares, que passou a contar com o Memorial Africano. Foi cotado nos anos de 2010³⁶ e 2016³⁷ para a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), sendo candidato a Vereador de Curitiba em 2016³⁸, sem no

²⁹ Peemedebista nega, mas se apresenta. **AfroPress**. Disponível em: <<http://www.afropress.com/post.asp?id=11749>> Acesso em:04/04/2018

³⁰ PP filia Saul Dorval. **Blog do Tupan**. Disponível em :<<https://www.bemparana.com.br/blog/tupan/post/pp-filia-saul-dorval>> Acesso em:02/12/2018

³¹ Funcionalismo terá cotas para negros. **FETEC-Pr**. Disponível em: <<http://www.fetecpr.org.br/funcionalismo-tera-cotas-para-negros/>> Acesso em:04/04/2018

³² Concurso público destina cota para negros. **Folha de Londrina**. Disponível em: <<http://www.folhadelondrina.com.br/geral/concurso-publico-destina-cota-para-negros-483519.html>> Acesso em 04/04/2018

³³ Requião o Gerentão. Bem Paraná. Disponível em: <<http://www.bemparana.com.br/politicaemdebate/index.php/2007/10/10/requiao-o-gerentao/>> Acesso em:04/04/2018

³⁴ Lei nº 15674, de 13 de novembro de 2007, instituindo o dia 20 de Novembro como feriado estadual, data da morte de Zumbi dos Palmares e Dia Nacional da Consciência Negra. Disponível em http://www.alep.pr.gov.br/sc_integras/leis/LOS00015674.htm. Acesso 01/12/2018.

³⁵ Memorial Africano é inaugurado em Curitiba :O Memorial é uma homenagem de Curitiba ao povo. **Tribuna**. Disponível em:<<https://www.tribunapr.com.br/noticias/parana/memorial-africano-e-inaugurado-em-curitiba/>> Acesso em:04/04/2018

³⁶ PMDB quer vaga deixada por ministro petista. **Política Livre**. Disponível em:<<http://www.politicalivre.com.br/2010/02/pmdb-quer-vaga-deixada-por-ministro-petista/>>Acesso em:04/04/2018

³⁷ Saul Dorval da Silva. **Bem Paraná**. Disponível em:<<http://www.bemparana.com.br/tupan/tag/saul-dorval-da-silva/>>Acesso em:04/04/2018

³⁸ Saul Dorval. **Eleições 2016**. Disponível em: <<https://www.eleicoes2016.com.br/saul-dorval/>> Acesso em:04/04/2018

entanto, conseguir eleger-se. Atualmente é Presidente do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (Consepir)³⁹.

Observando, os membros dos grupos descritos percebe-se que eles possuem trajetórias de vida, campos e hábitos diversos, mas que tem no campo político a intersecção de seus interesses, ficando evidente a disputa simbólica que está ligada ao conjunto de valores subjetivos atribuídos de modo individual ou coletivo pelos sujeitos a determinados elementos sociais, materiais, religiosos, etc., e que são imprescindíveis para o funcionamento da vida social. Os valores atribuídos aos elementos em concurso, correspondem a um conflito dentro do campo simbólico, no caso numa disputa de poder simbólico que em um primeiro momento passa pela capacidade de determinar, produzir e reificar uma determinada visão de mundo, isto é, *“um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem”* (BOURDIEU, 2004, p. 9), que em um segundo momento poderia ser interpretada, mas, não confundida, com a negociação, mesmo que assimétrica das significações em debate.

1.3 EXPLICANDO O 20 DE NOVEMBRO: DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Compreender o 20 de Novembro, que marca o Dia da Consciência Negra ou Dia de Zumbi dos Palmares, nomes pelos quais a data é conhecida, tem a ver com entender em primeiro lugar o porquê da escolha da data. O que levou a opção pela figura de Zumbi dos Palmares? Qual é a importância simbólica legada a essa data e a mobilização que se estabeleceu em torno dela.

A referência mais recorrente para responder a questão acima foi o livro digital “Educação e Ações Afirmativas entre a injustiça simbólica e injustiça econômica” de 2003, publicado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) que traz o artigo de Oliveira da Silveira intitulado “Vinte de Novembro: história e conteúdo”. Oliveira da Silveira foi professor, escritor, poeta e ativista, que ao longo da obra deslindou a proposição da data para a comemoração do dia da consciência

³⁹ Conselho da Igualdade Racial empossa seus novos integrantes. Secretaria da Justiça, trabalho e Direitos Humanos – SEJU. Disponível em: < <http://www.trabalho.pr.gov.br/2018/6/47/>,/ > Acesso em: 10/10/2018

negra⁴⁰. A obra, servirá como fio condutor para o resgate histórico da data e para dar ciência dos atores envolvidos na sua construção. A proposição desta data em caráter nacional foi formulada pelo “ativista e poeta negro Oliveira Silveira”, que a teria sugerido em oposição ao dia Treze de Maio, tido por este como uma falsa data comemorativa, visto que esta data já era contestada pelo próprio Movimento Negro.

Neste sentido, o ativista e escritor, teria sugerido em oposição ao dia Treze de Maio, o 20 de Novembro, onde justifica esta opção, apontando que:

Circulava na época o fascículo Zumbi, o nº 6 na série Grandes Personagens da Nossa História, da Abril Cultural. Essa publicação fortaleceu no freqüentador Oliveira Silveira a ideia de que Palmares fosse a passagem mais marcante na história do negro no Brasil. Um século de liberdade e luta contra o escravismo imposto pelo poder colonial português era coisa muito significativa e animadora. E lá estava o dia 20 de novembro de 1695, data da morte heroica de Zumbi, último rei e líder dos Palmares, marco assinalando também o final objetivo do Estado e país negro. Não podia, porém, um fascículo (ele trazia copyright de 1969) ser considerado fonte absoluta de consulta, mas O quilombo dos Palmares, livro de Édison Carneiro publicado em 1947 pela Editora Brasiliense, de São Paulo, oferecia-se como a referência adequada e segura, parecendo ter sido base para a elaboração do fascículo. Confirmava o 20 de novembro como data da morte de Zumbi, o que foi corroborado mais adiante pela obra As guerras nos Palmares, do português Ernesto Ennes, editado em 1938 pela Companhia Editora Nacional, de São Paulo, numa coleção valiosa, a Brasileira. Transcrevendo documentos, o autor inclui cartas alusivas à morte de Zumbi e aceita a informação de Domingos Jorge Velho dando conta de que ela ocorreu em 20 de novembro de 1695, conseguida por um terço comandado por André Furtado de Mendonça. Tinha-se uma data, e ela foi sugerida, como possibilidade de celebração em contraponto ao treze de maio, no momento em que se concretizou a ideia de formar um grupo. (SILVEIRA, 2003, p.25)

⁴⁰ Nascido em Rosário do Sul/RS, em 16 de agosto de 1941, Oliveira Ferreira da Silveira diplomou-se em Letras, tendo exercido o magistério por muitos anos em Porto Alegre. Foi um dos intelectuais afrodescendentes de maior destaque no estado onde nasceu e também em nível nacional, participando ativamente de debates, encontros e mobilizações do movimento negro. No período de 1971 a 1978, participou do Grupo Palmares, sendo também o mentor do estabelecimento do dia 20 de Novembro – data da morte de Zumbi dos Palmares em 1695 – como o “Dia Nacional da Consciência Negra”. O poeta foi também um dos fundadores na revista Tição, que cumpriu importante papel no contexto de ressurgimento do movimento negro no final da ditadura militar, além de integrante ativo do Grupo Semba de Arte Negra, sediado em Porto Alegre. Para tanto, seu contato com a tradição da literatura negra da diáspora e de movimentos como o da Négritude de língua francesa foi de crucial importância. A conscientização a respeito da condição afrodescendente ocorre, pois, em paralelo a seu crescimento como poeta. Na universidade, Oliveira da Silveira se apropria de textos fundamentais para a reflexão sobre uma escrita até então silenciada, pois confinada às margens do cânone ocidental, tais como o “Orfeu negro”, de Sartre, além dos escritos de Césaire, Senghor, e Depestre, entre outros. Para o poeta, esses escritos propiciaram “o estopim” de seu despertar: “a leitura deste material e meu envolvimento na política estudantil ampliaram meus horizontes”. Oliveira Silveira faleceu em 1º de Janeiro de 2009 aos sessenta e oito anos. Fonte: Oliveira Silveira. **Literafro - O portal da literatura Afro-Brasileira Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais** Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/353-oliveira-silveira>> Acesso em: 07/04/2018.

A decisão pela adoção do 20 de Novembro, não se coloca no horizonte como uma escolha ocasional, se apresenta como objeto de uma opção intelectual que tem como fonte uma bibliografia que se construirá na medida em que os atores envolvidos nesta discussão optam em firmá-la em bases científicas, já que não parte de estudo superficial como aponta Silveira, mas, de um estudo bibliográfico. Assim, a medida em que as bibliografias parecem se acumular, acumula-se também a convicção sobre a importância da data e dos eventos a ela ligada. Por outro lado, carrega uma orientação política consequente, no sentido em que para além da data, é observada a importância simbólica desta. Em torno desta premissa surgirá o Grupo Palmares, com objetivo de debater o tema e fixar as bases que tornarão possível a criação do Dia da Consciência Negra. Aqui cabe ressaltar a opção pela designação do grupo pelo nome Palmares, a qual o autor justifica, apontando que:

A denominação Grupo Palmares nasceu do conjunto de participantes da segunda reunião devido às considerações de que Palmares parecia ser a passagem mais marcante na história do negro no Brasil ao representar todo um século de luta e liberdade conquistada e sendo também um contraponto à "liberdade" doada no treze de maio de 1888, etc. Outras propostas de nome praticamente não tiveram espaço. (SILVEIRA, 2003, p.26)

Com esta nomenclatura, o grupo se coloca política e simbolicamente afirmando a importância do tema e do significado histórico que ele enseja. Ao que segue:

Ao expor brevemente essas considerações já compartilhadas desde as reuniões informais do ponto na Rua da Praia, o componente que vinha estudando Palmares e tentando uma vista d'olhos sobre a história (Oliveira Silveira) – estudos impulsionados por aqueles encontros e diálogos – sugeriu a adoção e evocação do dia 20 de novembro, morte heroica de Zumbi e final de Palmares, justificando:

- não se sabia dia e mês em que começaram as fugas para os Palmares (lá por 1595);
 - não havia data do nascimento de Zumbi ou outras do tipo marco inicial;
 - Tiradentes também era homenageado na data de morte, 21 de abril.
- (SILVEIRA, 2003, p.26)

Contudo, é importante salientar que a opção pelo 20 de Novembro, se deu dentro de uma agenda onde, várias datas e eventos foram pensados, no sentido de criar referências que tivessem importância social e marcassem a participação e o lugar do negro na sociedade brasileira, assim:

Programando 1971, o grupo listou três atividades a serem desenvolvidas: homenagem a Luiz Gama em 21 de agosto, a José do Patrocínio em 9 de outubro (aniversário de nascimento) e a Palmares em 20 de novembro. (...) Enfim, era a questão das datas ligada à ideia de que, além do vinte de

novembro, várias outras deviam estar à disposição, importantes e significativas. Homenagem era a forma considerada mais ou menos atraente para motivar o estudo e disseminar as informações sobre fatos e vultos históricos. (...) à comunidade negra e à sociedade em geral, alternativas de datas, fatos e nomes, em contestação ao oficialismo do 13 de maio, abolição formal da escravidão, princesa dona Isabel. (...)A nota já anunciava o ato de outubro, sobre Patrocínio, e o de novembro, Palmares. (SILVEIRA, 2003, p. 27)

Novamente, é importante sublinhar o caráter de afirmação do calendário proposto, no qual a oposição ao significado do 13 de Maio, como uma concessão “oficiosa” fica clara, na medida em que o 20 de Novembro, que marca um ato de resistência ganha destaque dentro do calendário proposto pelo Grupo Palmares.

A primeira comemoração em torno do Dia da Consciência Negra, é relata por Silveira, da seguinte maneira:

A homenagem a Palmares ocorreu no dia 20 de novembro de 1971, um sábado à noite, no Clube Náutico Marcílio Dias, sociedade negra sita à Avenida Praia de Belas Nº 2300, bairro Menino Deus, em Porto Alegre. O Marcílio, fundado em 4/7/1949, foi um importante espaço físico, social e cultural perdido nos anos 80. Público reduzido, conforme o esperado, mas considerado satisfatório. "Zumbi, a homenagem dos negros do teatro" foi o título da Folha da Tarde para a nota publicada dia 17. E nessa época de ditadura, em que os militares eram chamados de "gorilas", o teatro era muito visado. O grupo foi chamado à sede da Polícia Federal para, através de um de seus integrantes, apresentar a programação do ato e obter liberação da Censura no dia 18. (SILVEIRA, 2003, p. 28)

No que segue:

A homenagem a Palmares em 20 de novembro de 1971 foi o primeiro ato evocativo dessa data que, sete anos mais tarde, passaria a ser referida como dia nacional da consciência negra. (SILVEIRA, 2003, p.29)

O fato demonstra uma outra questão, o contexto da criação da data, o período da ditadura, no qual propor a ideia de liberdade e resistência poderia ser algo perigoso, tanto que o autor aponta o cuidado tomado pelo grupo frente a situação e o trabalho para liberação do evento em uma situação, lugar e temas tão visados pela censura da época, fato que demonstra também a coragem do grupo.

Após este primeiro evento, vários outros se seguiram entre os anos de 1971 e 1977, até que em 1978 o 20 de Novembro passa a ter um caráter nacional, como relata o escritor:

E o Vinte de Novembro logo receberia a adesão importante do MNUCDR com o manifesto de 1978 e a denominação Dia Nacional da Consciência

Negra. Receberia, na figura do rei e herói, o Festival Comunitário Negro Zumbi (Feconezu), para cidades do Estado de São Paulo. E estava, através da imagem de Zumbi ou explicitamente, como data negra, no grupo Tição (1977-1980), de Porto Alegre, em sua revista nº I, de março de 1978; na seção "Afro-Latino-América" do jornal ou revista Versus em outubro de 1978, São Paulo; na literatura negra, em Cadernos Negros nº I, São Paulo, o primeiro de uma grande série, e com versos de Cuti, Eduardo de Oliveira e Jamu Minka falando em Zumbi, em Éle Semog e José Carlos Limeira juntos em "O arco-íris negro", no Rio em 1978, ou em Abelardo Rodrigues de "Memória da noite", no mesmo ano em São Paulo. O Vinte de Novembro e seu espírito já estavam muito bem incorporados à vida e à luta. (SILVEIRA, 2003, p.34)

Assim, o dia da consciência negra passa a ter uma dimensão mais ampla, no sentido de que passa a figurar como bandeira de afirmação do Movimento Negro, nacionalmente, ganhando expressão à medida em que os eventos a ele vinculado aumentam de proporção e passam a se multiplicar pelo país, entrando no eixo Rio/São Paulo. Entre os anos de 1978-1988, ocorreu segundo Silveira, a *"fase de articulação nacional, protestos, reivindicações, agitação política, artística, cultural. Instituições oficiais (assessorias, conselhos). Assembleia Nacional Constituinte. Intensifica-se a criação da semana do negro. Memorial Zumbi. Fase encerrada no centenário da abolição"* (SILVEIRA, 2003, p. 40).

De 1988 em diante – Fase de conquistas, a partir do espaço no texto da Constituição para o grupo étnico afro-brasileiro, remanescentes de quilombo e legitimação de suas terras, institucionalização, ONGs (organizações não-governamentais), Fundação Cultural Palmares. (...) O Vinte de Novembro sempre celebrado em semanas, eventos ao longo do mês de novembro, sendo até adotado como feriado em algumas cidades importantes, mais a ideia de feriado nacional, etc. (SILVEIRA, 2003, p. 40-41)

Percebe-se nesse período relatado por Silveira (2003) uma grande articulação do Movimento Negro ao âmbito nacional, uma agenda extensa de reivindicações, bem como, a aglutinação em torno do marco do 20 de Novembro, que amplia seu alcance e direciona as agendas, dando certa unidade ao movimento.

No dia 20 de Novembro de 1995, ocorreu a Marcha por ocasião dos 300 anos de falecimento de Zumbi, que contou com cerca de 30 mil pessoas⁴¹. Tinha o objetivo de denunciar o preconceito existente no país e levar ao presidente da república um conjunto de reivindicações relacionadas a população negra afrodescendente.

⁴¹ Marcha Zumbi Reúne 30 mil em Brasília: o combate ao racismo entra na agenda política do país. Memorial da Democracia. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/marcha-zumbi-reune-30-mil-em-brasilia>> Acesso em: 30/08/2018.

Nesta ocasião, os líderes do Movimento são recebidos pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, que na ocasião assinou o Decreto de 20 de Novembro de 1995⁴² que *“institui Grupo de Trabalho Interministerial, com a finalidade de desenvolver políticas para a valorização da População Negra, e dá outras providências”*⁴³, iniciando-se o processo de criação de políticas públicas voltadas especificamente para a população negra e ao combate ao racismo⁴⁴.

No ano seguinte, em 1996, passa a vigorar a Lei Nº 9.315⁴⁵ na qual o nome de Zumbi dos Palmares é inscrito no "Livro dos Heróis da Pátria", ainda no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Anos, mais tarde a Lei Nº 10.639⁴⁶, de 9 de Janeiro de 2003, que altera a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, introduziu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira, que passa a vigorar em toda a rede de ensino do Brasil, assim como, instituiu que o calendário escolar deverá incluir o dia 20 de Novembro, “Dia da Consciência Negra”, assinada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No ano de 2011, a Lei Nº 12.519⁴⁷, de 10 de novembro de 2011, assinada pela presidenta Dilma Rousseff, introduz no calendário nacional o Dia da Consciência Negra, a ser comemorado anualmente no dia 20 de Novembro, sem no entanto, defini-lo como um feriado nacional.

Surgido a partir do descontentamento de ativistas do Movimento Negro do Rio Grande do Sul, e após várias elucubrações, reflexões e estudos, o 20 de Novembro foi celebrado pela primeira vez em 1971, sendo apropriado nacionalmente pelo Movimento Negro em 1978 e tendo sua importância ampliada ao longo das décadas seguintes, servindo de base para a implementação de agendas políticas para o reconhecimento e enfrentamento do racismo no Brasil, resultando na

⁴² Ver Anexo 7 – Decreto de 20 de Novembro de 1995.

⁴³ DECRETO Nº 3531 DE 20 DE NOVEMBRO DE 1995, BRASIL. Fonte: **Site do Planalto** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/Anterior%20a%202000/1995/Dnn3531.htm> Acesso em: 30/08/2018.

⁴⁴ Ver Anexo 8 – Decreto de 13 de junho de 1996.

⁴⁵ LEI Nº 9.315, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1996. BRASIL. Fonte: **Site do Planalto** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9315.htm> Acesso em: 30/08/2018. Ver Anexo 4 – Lei Nº 9.315/1996.

⁴⁶ LEI Nº 10.639, 9 DE JANEIRO DE 2003. BRASIL. Fonte: **Site do Planalto** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm> Acesso em: 30/08/2018. Ver Anexo 5 – Lei Nº 10.639/2003.

⁴⁷ LEI Nº 12.519, 10 DE NOVEMBRO DE 2011. BRASIL. Fonte: **Site do Planalto** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/L12519.htm> Acesso em: 30/08/2018. Ver Anexo 6 – Lei Nº 12.519.2011.

criação de um grupo interministerial para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o enfrentamento desta questão. Outro ponto relevante, foi a inscrição do nome de Zumbi dos Palmares no Panteão de Heróis Nacionais, bem como, as leis criadas em torno do Dia da Consciência Negra, que como afirma Silveira:

Ao aderir e adotar o Vinte de Novembro, o movimento negro, no caso de determinados grupos ou entidades, individualizou ressaltando a figura de Zumbi, na linha daquela historiografia que destaca o indivíduo, o herói singular, como se ele fizesse tudo sozinho. Individualismo, coisa tão cara ao sistema capitalista. Mas pode também ter sido positivo começar pela prática usual, corrente, mais familiar, para, então, encaminhar a visão transformadora. Já o Grupo Palmares sempre valorizou e destacou Zumbi como o herói nacional que é, mas preferiu sempre centrar a evocação no coletivo: 20 de novembro – Palmares, o momento maior (slogan em cartaz e convite em 1973). Ou então: Homenagem a Palmares em 20 de novembro, dia da morte heroica de Zumbi. Afinal, o Estado negro foi uma criação coletiva da negrada. (SILVEIRA, 2003 p. 37)

Em suma, o 20 de Novembro tornou-se para além de uma bandeira de lutas, que agregou ativistas do Movimento Negro, um símbolo de vitória e conquista instituída pelo próprios negros, como o reconhecimento do racismo no país sendo a principal delas a produção de uma força coletiva capaz de levar adiante suas agendas e impor os seus interesses em um campo lhe é adverso.

1.4 AS PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES DO 20 DE NOVEMBRO EM CURITIBA: A RECONSTRUÇÃO DA TRAJETÓRIA DE LUTAS A PARTIR DA IMPRENSA

Como no restante do país, no que toca a questão do 20 de Novembro, em Curitiba ocorreram várias manifestações a favor da sua implantação como data de luta. Na tentativa de reconstituir esse movimento na capital paranaense o primeiro passo foi buscar informações e referências com membros do Movimento Negro da cidade, mas as respostas de modo geral foram pouco satisfatórias. Assim, foi necessário lançar-se na busca por informações registradas pela imprensa.

O resultado da pesquisa compreende todas as publicações produzidas no Paraná e a exposição do resultados obtidos, será feita respeitando a ordem cronológica dos fatos. O primeiro periódico analisado foi Diário da Tarde que circulou entre os anos de 1899 a 1983 e apresentou 4 ocorrências entre 1976 à 1978 referente a palavra chave Consciência Negra. Esta aparece ligada à questões do

apartheid na África do Sul e as questões relativas ao continente africano, sem indicar qualquer ação do Movimento Negro em relação ao tema em Curitiba, como segue abaixo:

- 25 de Agosto de 1976, que aponta “Em 2 dias, 10 mortes: novos choques se registram, hoje na África do Sul, com mais mortes”;
- 22 de Outubro de 1977, “John Vorster volta a criticar potências”, sobre as críticas ao apartheid na África do Sul;
- 03 de Fevereiro de 1978, “Ativista Negro morto na prisão por policiais.”, que trata à respeito do assassinato do líder negro anti-apartheid de Steve Biko;
- 13 de Junho de 1978, “Luto, sobre mortes em Johannesburgo”, que trata sobre os episódios de violência ocorridos na região.

O próximo periódico, o Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados (PR), publicado entre os anos de 1955 a 1983, apresentou uma série com 8 ocorrências que vão de 1976 à 1981. O termo Consciência Negra apareceu ligado as questões do Apartheid, na África do Sul, tal e qual ao periódico anterior, contudo, no ano de 1981, figuram dois 2 registros, relevantes. O primeiro é de 19 de Novembro de 1981, na Coluna: Spray⁴⁸, que faz o primeiro apontamento de uma ação do Movimento Negro, em relação ao Dia da Consciência Negra em Curitiba, onde lê-se:

AMANHÃ, dia 20, é data que os negros do Brasil vão comemorar com atos antidiscriminatórios. O grupo “Consciência Negra” de Curitiba bolou muitas coisas. Dias atrás, por sinal, um cidadão pobre foi assaltado e pediu apoio num módulo policial e de lá acabou escoraçado por ser negro e pobre. (Diário do Paraná, 19/11/1981, p.1)

A chamada, ainda que pequena, trata-se de uma convocação, já que a palavra “amanhã” é escrita com letras garrafais e apresenta no chamamento para o ato uma denúncia de racismo, que tem por objetivo trazer a urgência no tratamento da questão.

A segunda reportagem é do dia 20 de Novembro de 1981, e aparece na forma de um pequeno editorial sem assinatura, tecendo uma crítica a ação realizada pelo Movimento Negro, sobre a organização do Dia da Consciência Negra. Aqui

⁴⁸ Spray, Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados (PR) - 1955 a 1983, 19 de Novembro de 1981 Caderno 1, p.2.

aparece o nome completo do grupo do movimento negro - chama-se Grupo União e Consciência Negra (GRUCON). A nota tem o título “Preconceitos”⁴⁹:

Preconceitos:

Hoje é o dia da Consciência Negra, data mal divulgada como se os próprios articuladores do movimento revelassem uma certa timidez em levantar uma das mazelas que hipocritamente a sociedade procurar dissimular. Em Curitiba tivemos recentemente o episódio da estudante barrada no Papete e que ganhou repercussão por causa da condição universitária da vítima. Os humildes, a gente do povo, é sistematicamente discriminada. Uma delegada, Teresinha Cabistani, é perseguida até pelos colegas que não desejam ver uma mulher negra na carreira. Discriminação dupla: de cor e sexo. O grupo União e Consciência Negra está certo desde que não passe também a discriminar a pretexto de uma postura defensiva. (Diário do Paraná, 20/11/1981, p.1)

A nota, cobra uma ação mais efetiva do Grupo União e Consciência Negra, no sentido de uma organização maior em torno da comemoração do 20 de Novembro e de maior contundência em relação aos casos de discriminação de cor e gênero, apontados no texto. Também lança uma advertência ao grupo que luta contra a discriminação, apontando para um “racismo invertido” que poderia ocorrer na tentativa de se auto defender.

O terceiro periódico que traz ocorrências sobre o assunto é o Correio de Notícias (PR) que circulou na cidade entre os anos de 1980 a 1992, com um total de 26 entradas, entre os anos de 1984 a 1989, apresentando o maior número de ocorrências. A primeira reportagem sobre o tema aparece no dia 21 de Novembro de 1984, na Coluna: Linha de Frente, em matéria assinada pelo jornalista Nelson Farias de Barros, intitulada “Consciência Negra”⁵⁰ que enaltece a celebração do dia da Consciência Negra realizada pelo Grupo União e Consciência Negra realizada no município de Bocaiuva do Sul, região metropolitana de Curitiba. Desta vez, a organização da festa é bastante elogiada e definida como “bonita” pelo autor.

Consciência Negra

Com festa muito bonita organizada pelo Grupo União e Consciência Negra, foi comemorado ontem o Dia Nacional da União e Consciência Negra, assim como o aniversário de nosso herói Zumbi. A programação foi desenvolvida na Igreja Coração de Maria, com mensagens bonitas, muita poesia e muita dança (dança-afro, samba e capoeira). Morel não corre esses riscos: seu brasileiríssimo “Michael Jackson” (alienígena só no nome, pois detesta o break), tão ou mais virgem como seu homônimo diz ser, só gosta de fazer o trajeto até a paradisíaca Cachoeira da Olaria. Sem

⁴⁹ Preconceitos. Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados (PR) - 1955 a 1983, 20 de Novembro de 1981, Caderno 1, p.2.

⁵⁰ BARROS, Nelson Farias de. Linha de Frente. Correio de Notícias (PR), 21/11/1984, p.4.

frescuras. E Bocaiúva do Sul, graças a Deus, não tem alfândega! E vai muito bem de saúde, obrigado! (Correio de Notícias, 21/11/1984, p. 4)

Interessante notar, que neste evento como foi descrito pelo jornalista, a festa girou em torno de questões mais amenas e sem a vinculação desta a qualquer evento relacionado a questões de embate racial, como nas matérias apresentadas nos outros periódicos.

No dia 9 de maio de 1986, na coluna Programe-se, sem assinatura, há uma reportagem intitulada “A Cultura e a Causa Negra”⁵¹ que trata da questão do negro e sua importância na cultura e na formação da sociedade brasileira. A reportagem aponta que na semana de 11 a 18 de Maio ocorrerá uma mostra de cinema negro na Cinemateca e faz uma série de considerações sobre os filmes a serem exibidos. Faz um breve apontamento sobre a comemoração do Dia de Zumbi dos Palmares realizada no ano anterior, aponta para um vídeo sobre o evento em 1985 produzido pelo Grupo União e Consciência Negra a ser exibido no mesmo festival. De forma geral é um texto informativo simples que visa dar ciência do evento que estava ocorrendo na semana do 13 de Maio.

Na data de 13 de Maio de 1986, são veiculadas duas reportagens no Correio da Notícias referentes ao tema. A primeira, na Coluna Opinião, intitulada “Libertos, Ficaram Negros”⁵² é assinada pela jornalista Télia Negrão e expõe a condição social do negro no período pós-abolição utilizando dados estatísticos do IBGE para apontar a situação desta população frente a sociedade brasileira e as mazelas sociais as quais este grupo está exposta. Aponta também a necessidade, na elaboração da nova Constituição, de políticas públicas que combatam o racismo e integrem esses grupos excluídos à sociedade.

O outro artigo, assinado por Justino Villela Júnior, intitulado “Um show diferente vai marcar a passagem do “Dia da Abolição”⁵³ trata de informar que membros do Movimento Negro estão preparando um show que deve se dar como um “esquenta” para o 20 de Novembro, onde lê-se:

O show “Afrodisíaco” que acontece hoje, no Teatro de Bolso, a partir das 21 horas, pretende expressar as últimas tendências do movimento negro no Brasil. Segundo o produtor do espetáculo, Geraldo Magela, será mostrado

⁵¹ A Cultura e a Causa Negra. Correio de Notícias (PR), 09/05/1986, p. 20.

⁵² NEGRÃO, Télia. Libertos, Ficaram Negros. Correio de Notícias (PR), 13/05/1986, p. 3.

⁵³ VILLELA JR., Justino. Um show diferente vai marcar a passagem do “Dia da Abolição”. Correio de Notícias (PR), 13/05/1986, p. 8.

na ocasião o “profundo impacto da cultura negra dentro da sociedade brasileira”. Magela salienta que o show é apenas um ensaio para o espetáculo que será mostrado no dia 20 de Novembro, data considerada pelos negros como o Dia Nacional da Consciência Negra, uma vez que eles não reconhecem o dia 13 de maio como o dia da abolição. “Esse dia comemora uma abolição que realmente não aconteceu. O negro continua marginalizado e sendo vítima da discriminação em todos os níveis, por isso os negros comemoram sua libertação no dia 20 de Novembro, dia da morte de Zumbi. (Correio de Notícias, 13/05/1986, p. 8)

A primeira reportagem aponta de um modo geral que a libertação conferida pela Princesa Isabel, pouco mudou a situação do negro apontando, para a estatísticas e os problemas sociais enfrentados pelo negro e solicita uma solução Constitucional, com a criação de leis na Carta Magna que deverá ser construída em 1988. Já o segundo artigo, visa tratar de um tema mais “leve” falando de um show a ser realizado na cidade no dia 13 de Maio, evocando uma “tendência” do Movimento Negro de compreender a mesma como motivo de festa (embora, haja a contradição do show), e aponta o 20 de Novembro como data da comemoração da Consciência Negra, assinalando, o descontentamento e o olhar crítico da população negra, frente ao Treze.

No dia 20 de Novembro de 1987, na Coluna: Programe-se, tem a matéria de página inteira, com o título “20 de Novembro Axé-Babá, Negro Zumbi”⁵⁴, escrita pelo jornalista, Luiz Augusto de Moraes. É uma matéria extensa que trata de vários problemas enfrentados pela população negra entre eles o “Mito da Democracia Racial”, fazendo um paralelo com a democracia grega onde destaca que “era democracia sim (?), mas democracia escravocrata.” Mais à frente faz uma crítica, em relação a este conceito, que à época era tão disseminado entre a população brasileira ao afirmar:

Apesar dos arrufos reacionários e conservadores, que costumam lançar a pecha de racista sobre aqueles que levantam o véu desta hipocrisia chamada “Democracia Racial Brasileira”, a data de vinte de novembro, aniversário da morte de Zumbi dos Palmares, e considerada pelos negros brasileiros como Dia Nacional da Consciência Negra, não pode ser esquecida por aqueles que realmente almejam um País democrático. E o Brasil somente atingirá um estágio maior de civilização, quando realmente enfrentar este problema do racismo, que se arrasta desde que Pero Vaz de Caminha comunicou ao rei de Portugal a descoberta desta ilha. E o racismo (encoberto) à brasileira é um dos mais cruéis do mundo. (Claro que excluo a África do Sul). Como aqui falamos que somos todos iguais, vamos começar esta análise reproduzindo uma inscrição gravada na Escola

⁵⁴ MORAES, Luiz Augusto de. “20 de Novembro, Axé-Babá, Negro Zumbi”. Correio de Notícias (PR), 20/11/1987, p. 16.

de Polícia de São Paulo: "Um negro parado é suspeito; correndo é culpado". Aliás, o negro brasileiro foi sempre tratado à base de frases pejorativas ou, quanto muito de efeito político. E, sem dúvida alguma, duas frases mais cretinas, carro-chefe de uma política secular de abandono, foram impressas em 13 de maio de 1888, quando a princesa Izabel assinou a Lei Aurea com o seguinte conteúdo:

Art. 1º - É declarada extinta a escravidão no Brasil

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário

Este ato foi tão bárbaro, que no dia seguinte, cerca de quinhentos mil negros, que tinham sido arrancados à força da África, estavam completamente marginalizados, sem ter o que comer, onde morar, deformados pelos anos de chibatadas, com famílias completamente destroçadas e sem qualquer chance de ascensão social. (Correio de Notícias (PR), 20/11/1987, p. 16)

O que chama atenção nesta passagem é a percepção do racismo à brasileira, que se expressa e se mantém presente na sociedade através da negação de si mesma, do racismo encoberto, velado. O autor continua a reflexão sobre os ideais de beleza, que tem o branco como parâmetro, e as políticas de branqueamento que tem em comum a desvalorização do negro, da sua imagem e destruição de sua autoimagem. E sentencia:

Para os gregos, a honraria de terem criado a democracia, mesmo reproduzindo um sistema escravagista, não desmerece sua importância histórica. Afinal, foi a evolução do pensamento humano que flagrou esta contradição. No Brasil, já era tempo de evoluirmos o pensamento, e revermos com clareza o que realmente significa esta propalada "Democracia Racial".

E o mês de novembro, especialmente no dia vinte, quando faz 343 anos que o líder negro, Zumbi dos Palmares, morreu lutando na Serra da Barriga, antigo Estado de Pernambuco, hoje Alagoas, defendendo o verdadeiro sonho de DEMOCRACIA RACIAL, o Quilombo de Palmares, é propício para esta reflexão.

É preciso que o homem brasileiro, de etnia negra, que já contribuiu com tantas virtudes para nossa arte (Salve Gil, Machado de Assis, Clementina de Jesus, Pai João de Caiobá, João Cândido, Luíza Mahim, Dandara, Zezé Mota...) também consiga um espaço justo para sobrevivência no nosso mercado de trabalho. Não se está pedindo que sejam feitas concessões aos negros, nem na abolição elas foram feitas, só se pede que não sejam criados tantos obstáculos, sob a égide do preconceito. Só assim esta maioria absoluta de brasileiros (felizmente a política de branqueamento não deu certo), terá condições de viver decentemente e sentir orgulho de sua raça. E todas as relações de preconceitos raciais, inconscientes, serão parte de um passado em que os homens eram considerados apenas mesquinhos. (Correio de Notícias (PR), 20/11/1987, p. 16)

Para Luiz Augusto de Moraes a verdadeira "Democracia Racial" se dará quando finalmente o negro for aceito, respeitado e integrado à sociedade. A figura de Zumbi dos Palmares acaba por configurar o reflexo da distância da sociedade brasileira deste ideal.

Outro texto produzido para o jornal circulou entre 5 e 6 de Dezembro de 1987, na coluna: Opinião Pessoal. Foi redigido por Paulo Rolando Lima, cujo título é “Zumbi, o maior negro do Brasil”⁵⁵, é um texto bastante pungente, no sentido em que faz uma reflexão a partir da notícia da aprovação do Feriado de Martin Luther King, nos EUA, no Congresso Americano, o que para o autor reflete ao mesmo tempo uma vitória, um resgate e uma conquista, dado ser “uma honraria até então exclusiva do herói nacional George Washington”. Observou ainda o fato que apenas:

Há pouco tempo João Paulo II pediu perdão aos negros pela equivocada omissão e apoio da Igreja Católica ao regime escravista enquanto ela existiu nas Américas. No Brasil, a CNBB escolheu o negro como tema da campanha da fraternidade de 1988. Mas isto ainda é pouco. (Correio de Notícias (PR), 05/12/1987, p. 38)

O autor ressalta assim, o fato de que apenas, há pouco tempo que a questão do racismo e o destino da população negra passaram a ser objeto de reflexão do período pós-escravidão. Observa o 13 de Maio, como uma data oficiosa e que nada representa para a população negra, afirmando que:

Em treze de maio de 1988 estaremos comemorando o centenário da Abolição da Escravatura, data reservada pela história oficial para os negros brasileiros cultuarem a “generosidade” da princesa Isabel, a redentora, que num lacônico decreto outorgou a liberdade a milhares de escravos. Nós já deixamos de acreditar que a abolição tenha sido apenas uma obra humanitária dos viscondes, barões e princesas de pele branca que, impelidos por um arrebatador sentimento cristão, esperaram três séculos e meio para pôr fim a mais cruel forma de exploração do ser humano registrada na história da humanidade. (Correio de Notícias (PR), 05/12/1987, p. 38)

Retorna à questão de Rui Barbosa a qual define como “mancada cívica” o ato da queima de documentos à pretexto de apagar as marcas da escravidão, o que acabou por dificultar o acesso do negro a sua memória. Aduz então que:

E esta luta precisa de um símbolo, um herói diferente daqueles que a historiografia inicial nos impingiu. Precisamos de um personagem que sintetiza toda a luta dos negros pelo seu espaço na sociedade brasileira, que represente o resgate da cultura, dos costumes, das tradições e da dignidade de nossos ancestrais, ao mesmo tempo que evoque o mar de sangue derramado nos troncos e pelourinhos do nosso passado. Nosso herói deverá lembrar-nos do sonho dos Quilombos dos Palmares (o mesmo sonho de Luther King), da dramática resistência ante as forças do governo e também da humilhação a que foram submetidas as mulheres negras como objeto de cupidez de seus senhores. O herói que está faltando representará também possibilidade de uma sociedade mais justa igualitária, onde todos

⁵⁵ LIMA, Paulo Rolando. “Zumbi, o maior negro do Brasil”. Correio de Notícias (PR), 5/6 de Dezembro de 1987, p. 38.

os seres humanos possam desenvolver suas potencialidades sem discriminação ou privilégios, preservando as raízes culturais e históricas de cada um dos ingredientes desta belíssima salada étnica chamada povo brasileiro.

O herói que precisamos, o nosso herói, é Zumbi. O líder do Quilombo dos Palmares, morto em 1695, num dia 20 de novembro. E nós, brasileiros de origem negra, esperamos ver Zumbi emprestando seu nome à ruas, praças e escolas pelo País. Pretendemos que o 20 de Novembro, Dia da Consciência negra, desbanque o 13 de maio e se torne o dia da confraternização da população negra, do reconhecimento pelo relevante papel do negro na formação da nossa sociedade e da comemoração das batalhas já vencidas na luta pela verdadeira liberdade. E, principalmente de reflexão as batalhas e vencer. (Correio de Notícias (PR), 06/12/1987, p. 38)

Sobre muitos aspectos, em sua exposição à respeito de Palmares, ele acaba por repercutir a noção proposta por Silveira (2003), no que toca a ideia de coletividade e de luta comum conciliada pelo Quilombo, contudo, aposta na figura de Zumbi como aglutinadora deste ideal, o herói capaz de corporificar o anseio de igualdade não realizado.

No ano seguinte em 13 de maio de 1988, na Coluna Geral, o Correio de Notícias estampa a matéria “A Comunidade negra de Curitiba faz um protesto, em silêncio”⁵⁶ que traz uma foto que aparece com a referência, “A passeata, na rua das Flores, no início da noite.” O texto destaca o protesto silencioso da marcha realizada pela comunidade negra de Curitiba, frente a comemoração do Centenário da Abolição. O protesto teve início na Rua das Flores (início do calçadão da Rua XV de Novembro), marcado por uma chuva no período da tarde, durante o qual os manifestantes distribuíam panfletos onde se achava escrito “Sem ano de Abolição. Cem anos de Mentira”.

O presidente da Pastoral do Negro, Paulo Borges, disse que o verdadeiro dia de comemorações é 20 de novembro, aniversário da morte de Zumbi, explicando assim a reduzida participação da comunidade nesta passeata. “Estamos preparando para novembro uma grande festa”, enfatiza Borges. Na Câmara Municipal tramita um projeto da vereadora Marlene Zanin que amplia as comemorações das conquistas dos negros para o dia 20 de novembro. A vereadora, presente à passeata, destacou a luta do Conselho da Condição Feminina com o objetivo de acabar com o preconceito em relação a mulher negra.

Para hoje, a comunidade negra integrada pelos grupos organizados como os Agentes da Pastoral do Negro, União e Consciência Negra e Pró-Negro, não programou nenhuma atividade. Para quem quiser conhecer a verdadeira história do negro a peça “Abolição” continua em cartaz no Teatro da Classe e é recomendada pela comunidade, que apresenta dança-afro e capoeira. (Correio de Notícias (PR), 13/05/1988, p. 9)

⁵⁶ A Comunidade negra de Curitiba faz um protesto, em silêncio. Correio de Notícias (PR) - 1980 a 1989, 13 de maio de 1988, p.9.

A fala do Presidente da Pastoral, sintetiza a insatisfação com o 13 de Novembro, no que enfatiza a falta de interesse na comemoração da data, bem como, reforça a importância simbólica para o grupo do 20 de Novembro, na intenção de criar através da Câmara Municipal de Curitiba (CMC) aprovação de um dispositivo legal através da Vereadora Marlene Zanin que propicie a comemoração por vias oficiais do Dia da Consciência Negra.

Em 1º de Novembro de 1989, em sua Coluna: Programe-se, o Correio de Notícias aponta “Grandes atrações na Cinemateca”⁵⁷, onde lê-se:

Dia 20 de novembro comemora-se o Dia de Zumbi, e com a colaboração do Grupo União e Consciência Negra, de Curitiba, a Cinemateca estará exibindo o filme “Chico Rei” (1986), ficção, a partir do fato histórico, com temática ligada à conscientização e libertação negra no Brasil. O filme será exibido também dia 21, enquanto no dia 22 será mostrado “Ganga Zumba” (1984), de Carlos Diegues, filme baseado movimento de Palmares, da história brasileira. (Correio de Notícias, 01/11/1989, p.5)

Se percebe, nesta notícia, que a Comemoração do 20 de Novembro, passa a contar com um espaço para a sua realização, mas, sobre certos aspectos, com o seu esvaziamento, na medida em que aparece retirado das ruas e mesmo, o comunicado na parte da agenda cultural da cidade é o único destaque que recebe, não há aqui a voz dos membros do Movimento Negro, apenas, a identificação das atrações e do nome do grupo que as organizou.

No Jornal Correio de Notícias: a serviço do Paraná (PR) que circulou entre os anos de 1990 a 1992, parece ter sido uma segunda fase do Correio de Notícias (PR) que circulou entre os anos de 1980 a 1989, e que posteriormente passou a se chamar Hora H, conforme aponta o site Travessa dos Editores, em artigo de 05 de Abril de 2010, intitulado “Um jornal que fez diferença”, onde ao tratar da trajetória do atual proprietário, Cícero Cattani, destaca:

Sempre na vanguarda. Nem mesmo o twitter escapou deste veterano do jornalismo paranaense, que começou a carreira na lendária Última Hora e esteve presente nos momentos marcantes da história dos principais jornais de Curitiba, até obter seu próprio jornal. Uma trajetória poucas vezes repetida – dificilmente um jornalista chega a ser proprietário de um veículo de comunicação.

Cícero Cattani conseguiu. O primeiro foi o Correio de Notícias em sua segunda versão – houve três. Ele recebeu o jornal do antigo proprietário

⁵⁷ Grandes atrações na Cinemateca, Correio de Notícias (PR), 01/11/1989, p. 5. Fonte: **Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional** Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/325538_01/35888?pesq=consciencia negra](http://memoria.bn.br/DocReader/325538_01/35888?pesq=consciencia%20negra)> Acesso em: 30/08/2018.

apenas assumindo o passivo – Silvio Name estava mais interessado em se livrar do Correio do que fazer dinheiro com a publicação. Coisas da política. O segundo e atual veículo de Cícero, o Hora H, já foi criado por ele mesmo, há cerca de 20 anos.

O jornalista faz questão de falar com mais vagar sobre a versão local da Última Hora por considerá-la um marco, talvez o mais importante da história do jornalismo paranaense, por vários motivos. Um deles: foi o maior em circulação da história do Paraná, e vivia exclusivamente da venda avulsa; hoje, passados 45 anos de seu desaparecimento, seus números ainda não foram alcançados⁵⁸.

Fato que denota que, os períodos aqui correspondem a primeira e segunda fases do jornal, que são apresentadas separadas nas ocorrências apontadas na Hemeroteca, o que pode levar a conclusão de que se tratam de jornais distintos.

De qualquer forma, durante a pesquisa esta, apontou 5 ocorrências que aparecem ligadas a palavra-chave consciência negra e, em alguns casos, fazendo ponte com a discussão sobre o Dia da Consciência Negra.

A primeira é de 13 de Maio de 1990, de autoria do jornalista Narciso Assumpção, intitulada **“O apartheid social e o 13 de maio”**⁵⁹. Neste artigo, Assumpção, faz uma reflexão sobre a (des)importância do 13 de Maio para o negro brasileiro. Aponta a importância do papel da mão-de-obra do negro para o desenvolvimento do país, a pouca importância dada ao grupo, e o problema da assimilação do negro no pós-abolição. Faz um paralelo entre o apartheid e a situação do negro no Brasil, apontando para “habilidade” do racismo brasileiro, onde assevera que este sistema não é exclusivo da África do Sul. Aponta para um simulacro construído pelo 13 de Maio, que promoveu a “libertação” da população negra, mantendo intactos os lugares sociais e para a ideologia da miscigenação que longe de construir a igualdade, alienou negros e pardos, que ricos ou pobres mantêm entre si um distanciamento por conta da cor e da condição socioeconômica que diferente do que acontece no apartheid sul-africano os impede de reconhecer as suas próprias identidades e mesmo colocar-se contra o sistema que hora os oprime. Por fim faz uma crítica a data do 13 e pondera a importância do 20 de Novembro, apontando a necessidade da reflexão sobre as sutilezas ligadas a primeira que reforçam a relação “Casa Grande e Senzala”.

No que se observa um esforço intelectual e jornalístico na desconstrução do

⁵⁸ Um jornal que fez diferença. Travessa dos Editores. Disponível em: <<http://travessadoseditores.com.br/um-jornal-que-fez-diferenca/>> Acesso em: 02/12/2018.

⁵⁹ ASSUMPÇÃO, Narciso. O apartheid social e o 13 de maio. Correio de Notícias: A serviço do Paraná (PR), 13/05/1990, caderno C, p.3.

13 de Maio e o destaque dado aos problemas de integração do negro a sociedade brasileira, que dele se beneficiou.

Mais tarde, naquele ano, no dia 01 de Setembro de 1991, o jornalista Alves dos Santos, publica o artigo “A Barbárie de Silêncio⁶⁰”, no qual faz uma reflexão sobre o filme que estreava na ocasião chamado “Compasso de Espera⁶¹” de José Alves Antunes Filho, produzido em 1973, cujo a personagem central é interpretada por Zózimo Bulbul⁶², em que se faz uma reflexão sobre o lugar do negro na sociedade brasileira, no que aponta o alijamento da população negra dos ambientes e lugares de poder e sua consequente marginalização, resultado deste jogo de lugares, onde a grita por igualdade de oportunidades e, igualdade social é um tema urgente. Aponta que esta condição é resultado da herança colonial e escravocrata da sociedade brasileira, no que faz um paralelo entre o processo de independência dos EUA e do Brasil, destacando as diferenças de suas posições quanto este processo, marcado pela rebeldia em um e a subserviência econômica de outro. Faz uma crítica à história da nação e aponta para a farsa da Abolição, bem como, o processo que levou a Proclamação da República, e os movimentos históricos e sociais que acabaram por ratificar e manter o quadro identificado na película, que um retrato do Brasil de então como aponta o jornalista, além do quadro de conformação advindo desta estrutura. Apresenta como uma solução os movimentos da consciência negra, neste caso, o Movimento Negro, como forma de trabalhar estas questões, no que aponta a figura de Nelson Mandela, como exemplo de resistência e carisma, para inspirar a luta pela melhora da condição do negro no país.

⁶⁰A Barbárie do Silêncio. Alves dos Santos, Correio de Notícias: A serviço do Paraná (PR) - 1990 a 1992, 01/09/1991, caderno B, p. 03.

⁶¹ Jorge, um poeta negro, é amante de uma empresária branca e rica. Mas em uma reunião de um círculo de intelectuais paulistanos ele conhece Cristina, outra moça branca de família rica, e se apaixona. O relacionamento deles enfrenta preconceitos de todos os lados e Jorge se vê brigando com as duas famílias e toda a sociedade, enquanto a ex-amante ainda o procura. Fonte: Compasso de Espera. **Adoro Cinema**. Disponível em: <<http://www.adorocinema.com/filmes/filme-237240/>> Acesso em: 02/12/2018

⁶² Zózimo Bulbul nome artístico de Jorge da Silva (Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1937 — Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 2013) foi um ator, cineasta, produtor e roteirista brasileiro. Um dos maiores expoentes da Cinematografia afro brasileira nas décadas de 60 e 70, Zózimo Bulbul fez da história do povo negro no Brasil o seu caminho através do cinema. Como ator de cinema, trabalhou em mais de 30 filmes, atuou em clássicos como Terra em transe, Compasso de Espera e As Filhas do Vento. Em 1969, se tornou o primeiro negro a ser protagonista de uma novela brasileira, Vidas em Conflito da TV Excelsior. Em 1974 estreou como diretor com o curta em preto e branco Alma no Olho. Como produtor e roteirista, ele realizou até 2009 inúmeros curtas e um longa, todos com o foco na valorização da cultura negra no Brasil. Morreu em 24 de janeiro de 2013 em consequências de um câncer no colo do intestino. Zózimo Bulbul. **Wikipédia**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Z%C3%B3zimo_Bulbul> Acesso em: 02/12/2018

No dia, 24 de Novembro de 1991, Joel Samways Neto, publica “Coisa de pele”⁶³, artigo onde faz um breve inventário sobre a trajetória de Michael Jackson e, aponta o seu ressurgimento musical, após um hiato de alguns anos, no qual o seu reaparecimento é narrado com certo estranhamento pelo jornalista por conta da mudança ocorrida no tom de sua pele – seu embranquecimento. No que assinala *“Como poderia ser o porta-voz internacional da consciência negra. Agora não dá mais. Trocou de pele. E o mais contraditório é que vem fazer um discurso tipo ‘preto ou branco, não há diferença’. Se não há, por que embranqueceu a pele”*. No que segue-se um conjunto de indagações sobre o ganho, o porquê e a desumanização do cantor, no qual previa a perda de relevância do artista.

Na data de 29 de Novembro de 1991, na Coluna Carta Aberta de Nelson Padarella, faz uma pequena nota intitulada “É, ué. Então não é?”, na qual chama a atenção para o protesto do “Núcleo Consciência Negra” contra uma propaganda da marca Benetton, em que aparecem duas crianças uma branca, caracterizada como um anjo e uma negra, em que seu cabelo fora penteado em forma de chifres, fato que gerou a contestação a qual o jornalista procurou contemporizar anotando de forma irônica que, *“Realmente, parecem chifres. Ah! Mas uns chifrezinhos tão bonitinhos...!”*

E finalmente na edição de 09 de Outubro de 1992, na Coluna Programe-se, de Dinah Ribas Pinheiro⁶⁴, há um anuncio aqui transcrito na integra:

Resistência Latina

Aqui em Curitiba, o Comitê para a Integração Latino- Americana (CILA) realiza neste dia 12 um grande movimento em favor da democracia, liberdade, soberania e justiça social. A movimentação se inicia às 19 horas. Durante o dia inteiro acontecem desfiles, apresentação de grupos musicais e teatrais e performances tendo como local as Ruínas do São Francisco. Como segunda-feira é um feriado dá para participar das manifestações. Fazem parte vários grupos de consciência negra, movimentos populares e grupos artísticos. (CORREIO DE NOTÍCIAS, 09/10/1992, p.1)

No que destaca a importância dada aos movimentos sociais, sobretudo ao Movimento Negro, que ganha destaque na chamada, embora, a questão do 20 de Novembro, não seja objeto da manifestação

⁶³ SAMWAYS NETO, Joel. Coisa de pele. Correio de Notícias: A serviço do Paraná (PR) - 1990 a 1992, 24 de Novembro de 1991, Caderno B, p.8.

⁶⁴ PINHEIRO, Dinah Ribas. Coluna Programe-se Resistência Latina. Correio de Notícias: A serviço do Paraná (PR) - 1990 a 1992, 09/10/1992, Caderno P, p. 1.

O Jornal Nicolau (PR), que circulou entre os anos de 1988 a 1997, apresentou 3 entradas. Em Maio de 1987, trouxe o artigo “Os Negros dos Campos Gerais: sem Zumbi nem Lei”⁶⁵, de Aurea Adélia Maria Lopes, que aponta para as dificuldades e lutas de um grupo remanescente de quilombolas existente entre as cidades Castro e Ponta Grossa, oprimida entre a modernização, a invasão do seu território, o extermínio e o êxodo.

Em Maio 1988, na coluna, Painel⁶⁶, mostra a posição das personalidades negras de Curitiba, como artistas e membros do Movimento negro, contra a data do 13 de maio, a comemoração do Centenário da Abolição e as questões contraditórias que ele representa.

Essas ocorrências colocam em perspectiva o 20 de Novembro na cidade de Curitiba em movimentos anteriores à 2013, ano da aprovação do feriado na cidade. Isso mostra que a construção deste, não se deu por um evento, ocasião excepcional e isolada, mas é um processo, demarcado que se acha em desenvolvimento com o que ocorreu no restante do país em oposição ao 13 de Maio e à revelia da tradição de uma cidade que tem como elemento histórico a tradição de firmar-se como uma “Cidade Europeia”.

1.5 A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA FRENTE AO 20 DE NOVEMBRO

Dentre os movimentos ocorridos na Câmara Municipal de Curitiba, em 2013 é aprovada a Lei Municipal nº 14.224⁶⁷ que trata da instituição do feriado Municipal do Dia da Consciência Negra (20 de Novembro), data de morte de Zumbi de Palmares, bandeira nacional de reconhecimento e afirmação para o Movimento Negro. Esta lei, alterou a Lei nº 10.921 de 2003⁶⁸, que instituiu a data como ponto comemorativo na cidade e dia de combate ao racismo, transformando-o em feriado municipal por meio do Projeto de Lei nº 005.00148.2010, proposta pelo então Vereador Clementino Vieira. Neste sentido a dimensão política assume um papel bastante relevante neste debate que tem seu ponto de convergência a Câmara

⁶⁵ LOPES, Adélia Maria. Os Negros dos Campos Gerais: sem Zumbi nem Lei Aurea, Jornal do Nicolau Ano I nº 5 Maio 1987, p.12-13.

⁶⁶ Painel, Jornal do Nicolau, Ano I nº 11 Maio 1988, p. 2-3.

⁶⁷ Ver Anexo 2 – Lei Nº 14.224/2013.

⁶⁸ Ver Anexo 1 – Lei Nº 10.921/2003.

Municipal de Curitiba. Torna-se relevante abordar o papel desta instituição frente a este contexto. Para esse fim foi utilizada a ferramenta de busca chamada Sistema de Proposição Legislativa – SPLII, que consiste em um portal com objetivo de dar transparência as ações dos Vereadores da Câmara Municipal de Curitiba.

A primeira proposição a abordar o tema ocorre em 03 de Janeiro de 1988, por meio de projeto proposto pela Vereadora Marlene Zanin⁶⁹ e, aprovado pelo então Prefeito Roberto Requião de Melo e Silva⁷⁰, no que dispõe que a data de 20 de Novembro seja consagrada a Zumbi dos Palmares, na qual dever-se-á realizar atividades voltadas a memória deste herói e celebração da cultura negra, a serem promovidas pela Fundação Cultural de Curitiba e Rede Municipal de Ensino, bem como, sessão especial na Câmara Municipal de Curitiba a ser celebrada anualmente. Entretanto, como poderá se verificar, há um hiato de treze anos, até que o tema passe a ser objeto de debate na Câmara. Somente em 20 de novembro de 2001 o Vereador André Passos⁷¹ (André Franco de Oliveira Passos)⁷², faz um requerimento de inserção nos anais da Assembleia do artigo vinculado pelo Jornal Gazeta do Povo, na sessão cultural Caderno G, publicado no mesmo dia do texto intitulado Zumbi nas Margens do Sul, escrita pelo jornalista Marco Zibordi⁷³.

O Vereador chama atenção para o fato do artigo trazer a importância histórica do 20 de Novembro para a sociedade brasileira, bem como, do papel do negro para Curitiba e o Brasil. Neste sentido menciona ainda, a questão do respeito a diversidade.

⁶⁹ Marlene Zanin é natural de Urussanga, SC, nascida em 11/09/1955. Eleita em 15/11/1982 pelo PMDB, advogada de formação tomou posse em 01/02/1983. Foi secretária municipal do Meio Ambiente, coordenadora de Meio Ambiente e Cidadania da Copel e presidente da Comissão de Meio Ambiente da OAB-PR. Primeira presidente do Conselho Municipal da Condição Feminina.

⁷⁰ Lei nº 73/88.

⁷¹ André Passos Proposição nº 055.00054.2001 de 20/11/2001 Fonte: SPLII disponível em: <http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=&popup=s&chamado_por_link&pro_id=184347&pesquisa=20%20de%20novembro. Acesso em: 14/02/2018.

⁷² André Franco de Oliveira Passos, natural de Curitiba, nascido em 10/06/1972, é filho de Edésio Passos, importante advogado trabalhistas brasileiro. É um dos idealizadores e fundadores do Instituto Edésio Passos, sócio-fundador e coordenador geral do escritório Passos & Lunard Advogados Associados. Advogado formado pela UFPR, teve o início de sua carreira marcado pelo aprendizado e convívio com Edésio. Foi vereador pelo Partido dos Trabalhadores (PT) de Curitiba por dois mandatos, de 2001 a 2008, tendo sido considerado nos dois mandatos o vereador mais atuante por sua assiduidade, transparência e importância nos projetos apresentados. Terminados os dois mandatos, optou por retornar à advocacia. Preside a Comissão de Direito Sindical da OAB/PR e é membro consultor da Comissão de Direito Sindical do Conselho Federal da OAB. É diretor de Assuntos Legislativos da ABRAT (Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas).

⁷³ PASSOS, André. Requerimento de Inserção nos anais. SPLII. Disponível em: <https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=&popup=s&chamado_por_link&pro_id=184347&pesquisa=Consciencia%20Negra> Acesso em: 02/04/2016.

Esta é uma das primeiras falas a respeito do Dia da Consciência Negra apontada nas entradas do portal da Câmara Municipal de Curitiba, que apesar de tratar da questão da data em si, não enuncia a ideia de feriado ou mesmo da conversão desta data em um marco para o município. A proposição atem-se apenas ao interesse da preservação documental desta memória, fazendo menção a reportagem e a intenção de sua preservação nos anais da instituição.

Onde, lê-se:

O dia 20 de novembro é o dia da Consciência Negra e celebrar esse dia significa muito mais do que evocar Zumbi. Para além disto, enfatizar o debate sobre as questões postas pelo Movimento Negro, que explicitam as desigualdades raciais e étnicas vividas no Brasil. Tendo como fundamento o respeito à pluralidade de culturas, etnias, religiões e classes sociais, é preciso que neste dia se reflita sobre a dívida que a sociedade brasileira tem para com os afrodescendentes e marque-se os artigos sobre o assunto, divulgando a história de Luta da população negra. Por isso, acreditamos ser fundamental anexar essas reportagens que torna visível as ações do movimento negro. (André PASSOS, 20/11/2001)

A ideia de feriado ou mesmo da criação deste, ainda, não se faz presente, mas por outro lado esta ação é uma tentativa que evidencia o Dia da Consciência Negra como algo relevante e passível de nota.

A segunda proposta verificada ocorreu em 2005 e foi o Projeto de Lei Ordinária de iniciativa do Vereador Reinhold Stephane Júnior⁷⁴ ⁷⁵ que busca Instituir o "Dia Municipal da Consciência Negra"⁷⁶, a ser comemorado no dia 20 de novembro, anualmente. Ao propor o feriado o Vereador tem em seu horizonte a adoção Dia Nacional da Consciência Negra, instituído no dia 10 de Novembro de

⁷⁴ Reinhold Stephanes Junior, natural de Curitiba, nascido em 26 de julho de 1965, é deputado estadual do Paraná filiado ao PSB. Filho de Marlene de Almeida e de Reinhold Stephanes. Formou-se em Economia pela Universidade Federal do Paraná. Possui especializações em Cultura e Democracia pelo Instituto Friderick Malman na Alemanha, Desafios da Liderança pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Oportunidades do Mercado Global pela Harvard nos Estados Unidos. Foi Secretário Estadual de Administração. Foi eleito em 2000 vereador da cidade de Curitiba, sendo reeleito em 2004. Elegeu-se deputado estadual pela primeira vez em 2006, sendo reeleito em 2010. Em 15 de março de 2016 assumiu, como primeiro suplente, a cadeira do deputado Artagão Junior, que se licenciou, na Assembleia.

⁷⁵ Reinhold Stephanes Jr – Proposição n°: 005.00295.2005 de 10/11/2005. Fonte: SPLII Disponível em: <http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=&popup=s&chamado_por_link&pro_id=34420&pesquisa=20%20de%20novembro> Acesso em: 14/02/2018

⁷⁶STEPHANES JR., Reinhold. Projeto de Lei Ordinária: Declaração de Utilidade Pública. SPLII. Disponível em: <https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=&popup=s&chamado_por_link&pro_id=36045&pesquisa=Consciencia%20Negra> Acesso em: 02/04/2016

2003, com o Decreto lei nº 12.519, que oficializa a data proposta pelo Movimento Negro em 1971 e divulgado nacionalmente em 1978.

Propõe ainda, que com a adoção da data, seja realizado junto a população um conjunto de eventos e atos públicos que visem esclarecer, dar visibilidade e importância as contribuições e a participação da população negra da cidade.

Posteriormente, entre o período de 20 de Novembro de 2006 à 22 de Dezembro de 2008, tramitou o Projeto de Lei Ordinária⁷⁷ desta vez por iniciativa do Vereador Manassés⁷⁸ Oliveira⁷⁹, projeto que também propõe a adoção do feriado, desta vez, valendo-se de elementos históricos que evidenciam a importância e a participação da população negra na sociedade brasileira, recorrendo ainda, a um breve histórico da data em questão.

Chama ainda, a atenção para o “Art. 1º - Inclui-se a Lei nº 10.921, de 18 de dezembro de 2003, o inciso VI, dispondo a seguinte redação: VI - Institui-se como Feriado Municipal o "Dia da Consciência Negra", no intuito de buscar a aprovação de lei que fixe a ocasião como efeméride adicta ao calendário da cidade.

Um ano mais tarde, em 18 de Novembro de 2009, a Vereadora Renata Bueno⁸⁰ (Renata Eitelwein Bueno)⁸¹, solicitou a inscrição da data nos anais da Instituição, evento que tem importante relevância simbólica.

O período que se seguiu entre os anos de 2010 e 2013, mais precisamente entre 16 de Julho de 2010 e 21 de Janeiro de 2013, tramitou o Projeto de Lei

⁷⁷ OLIVEIRA, Manassés. Projeto de Lei Ordinária. SPLII. Disponível em: <https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=&popup=s&chamado_por_link&pro_id=2615&pesquisa=Consciencia%20Negra> Acesso em: 02/04/2016

⁷⁸ Manassés Oliveira da Silva, nascido em 19/06/1964 natural do município de Bandeirantes interior do Paraná, possui o Ensino Fundamental Completo. Manassés se elegeu vereador em 2005, tendo por base o movimento sindical e os movimentos populares. Foi diretor presidente do Sindicato e da Federação dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Paraná, também diretor de Comunicação da Federação Nacional dos Trabalhadores em Serviços, Asseio e Conservação, Limpeza Urbana, Ambiental e Áreas Verdes e secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Prestadoras de Serviços a Terceiros. À convite do prefeito Beto Richa, em maio de 2007 assumiu Secretaria Municipal do Trabalho.

⁷⁹ Manassés Oliveira – Proposição nº: 005.00279.2006 de 20/11/2006. Fonte: SPLII Disponível em:

<http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=&popup=s&chamado_por_link&pro_id=2615&pesquisa=null> Acesso em: 14/02/2018

⁸⁰ Renata Bueno – Proposição nº: 055.00027.2009 de 18/11/2009. Fonte: SPLII. Disponível em: <http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=&popup=s&chamado_por_link&pro_id=34896&pesquisa=null> Acesso em: 14/02/2018

⁸¹ Renata Eitelwein Bueno¹ (Renata Bueno) natural de Brasília, nascida em 10/11/ 1979, foi vereadora entre os anos de 2009 e 2012. Presidiu, na Câmara de Curitiba, a Comissão Especial de Direitos Humanos e relatou a revisão da Lei Orgânica do Município (LOM). Graduada em Direito, elegeu-se deputada italiana pela União Sul-Americana dos Emigrantes Italianos, em 2013. Também é filha do Deputado Estadual Rubens Bueno (PPS).

Ordinária, de iniciativa do Vereador Clementino Vieira⁸² (Clementino Tomaz Vieira)⁸³, que solicitava alteração da “Lei nº 10.921, de 18 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o combate ao racismo no Município de Curitiba e dá outras providências⁸⁴” para que passe a vigorar a seguinte redação conforme aponta o vereador:

Art. 1º - O inciso V do artigo 1º da Lei nº 10.921, de 18 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“V - institui o dia 20 de novembro como feriado municipal e “Dia da Consciência Negra” no calendário oficial do Município de Curitiba, em homenagem ao Dia Nacional da Consciência Negra.”

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”
(Clementino VIEIRA, 08/06/2010)

Ao justificar a adoção da data e sua importância, alude ao fato de que este já é considerado como feriado em *“757 municípios (dos 5.564 municípios brasileiros) que já se sensibilizaram com a luta pela inclusão racial, comemorando a data com festividades específicas”⁸⁵* e, ainda, que *“no Mato Grosso e no Rio de Janeiro, o feriado é estadual e, em 2008, o Mato Grosso do Sul também tornou o dia feriado em todos os municípios”⁸⁶*.

A fala realizada pelo Vereador, procura ressaltar a importância simbólica e social deste para a população negra em geral, bem como reforça que, *“mais do que a questão da folga ou não do trabalho e da escola, o dia da Consciência Negra é uma forma de discutir o assunto da igualdade racial”⁸⁷*, rebatendo possíveis críticas de que este consistiria uma parada imprópria ou desnecessária.

Já em 12 de Junho de 2012, tramita na Câmara O projeto de Requerimento de Encaminhamento de Sugestão ao Executivo, encaminhado pelo Vereador Tico

⁸² Clementino Vieira – Proposição nº: 005.00148.2010 de 16/07/2010 Fonte: SPLII. Disponível em: <http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=&popup=s&chamado_por_link&pro_id=65699&pesquisa=null> Acesso em: 14/02/2018

⁸³ Clementino Tomaz Vieira, nascido em 08/02/1963, natural de Curitiba, tomou posse como suplente do Vereador Algací Túlio em 08/06/2010, sendo este seu único mandato. Clementino tem sua origem no movimento sindical, no qual atua desde o final dos anos 80.

⁸⁴ VIEIRA, Clementino. Projeto de Lei Ordinária. SPLII. Disponível em: <https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=&popup=s&chamado_por_link&pro_id=65699&pesquisa=null> Acesso em: 02/04/2016

⁸⁵ Ver Anexo 3 – Estados e municípios que decretaram feriado no dia 20 de novembro – dia da Consciência Negra.

⁸⁶ Clementino Vieira – Proposição nº: 005.00148.2010 de 16/07/2010 Fonte: SPLII Disponível em: <http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=&popup=s&chamado_por_link&pro_id=65699&pesquisa=null> Acesso em: 14/02/2018.

⁸⁷ VIEIRA, Clementino. Projeto de Lei Ordinária. SPLII. Disponível em: <https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=&popup=s&chamado_por_link&pro_id=65699&pesquisa=null> Acesso em: 02/04/2016

Kuzma⁸⁸ (Leônidas Edson Kuzma)⁸⁹, com autoria do Instituto 21 de Março - Consciência Negra e Direitos Humanos, que versa sobre a criação da Coordenadoria Municipal Especial de Políticas Étnico Racial (COMPER)⁹⁰, que em projeto bastante extenso, aponta elementos relevantes, que justificam a criação de um órgão ou comissão junto à Prefeitura com objetivo de “formular, coordenar e articular as políticas públicas de promoção da igualdade substancial e da proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos, com ênfase na população negra, afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância”⁹¹.

Em relação ao feriado do 20 de Novembro, aponta como um dos papéis do COMPER a “*organização das atividades do feriado de 20 de novembro em conjunto com as secretarias da Educação, Cultura, Saúde, Esportes*”⁹², de tal forma que apresenta este evento como ponto focal de conscientização e formação da população, bem como, salienta a importância da participação do poder público através da Prefeitura e demais órgãos da municipalidade nesta incursão.

Como base de sua fundamentação cita o Congresso de Durban, A Carta dos Direitos Humanos, a Constituição Federal (Art. 3º, IV; Art. 208, IV) e a Lei Federal 12.288/2010 que dispõe sobre o Estatuto da Igualdade Racial, entre outros aspectos. Chama a atenção para incumbência da Prefeitura ao asseverar que:

O Município de Curitiba é um estado que serve de espelho para todos os outros estados da federação, e, diante desta assertiva a criação da

⁸⁸ Tico Kuzma - Proposição nº: 401.00024.2012 de 12/06/2012. Fonte: SPLII Disponível em: <http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=&popup=s&chamado_por_link&pro_id=212855&pesquisa=consciencia%20negra> Acesso em: 14/02/2018

⁸⁹ Leônidas Edson Kuzma (Tico Kuzma), natural de Curitiba, nascido em 23/07/19712, é formado em Administração de Empresas. Em 2004, se elegeu vereador. Em 2006, foi candidato a deputado estadual, embora, não tenha eleito, ficou entre os dez mais votados na capital. Em 2008, foi reeleito vereador pelo PSB. No mesmo ano perde de mandato, em 09/08/2008, assumindo suplente Elcio José Pereira em 13/08/2008. No ano de 2010, foi candidato a deputado federal, ficando como primeiro suplente do PSB na Câmara dos Deputados. Em 2012, é reeleito para o terceiro mandato de vereador pelo PSB. No mês de outubro de 2013 passou a compor o Partido Republicano da Ordem Social (PROS). Nas eleições municipais de 2016, foi eleito para o quarto mandato (2017-2020) de vereador na Câmara Municipal de Curitiba. Para o biênio 2017-2018, Tico Kuzma foi eleito para o cargo de primeiro vice-presidente da Câmara Municipal de Curitiba.

⁹⁰ KUZMA, Tico. Requerimento de Encaminhamento de Sugestão ao Executivo. SPLII. Disponível em: <https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=&popup=s&chamado_por_link&pro_id=212855&pesquisa=null> Acesso em: 02/04/2016

⁹¹ Tico Kuzma - Proposição nº: 401.00024.2012 de 12/06/2012 Fonte: SPLII Disponível em: <http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=&popup=s&chamado_por_link&pro_id=212855&pesquisa=consciencia%20negra> Acesso em: 14/02/2018

⁹² Tico Kuzma - Proposição nº: 401.00024.2012 de 12/06/2012 Fonte: SPLII Disponível em: <http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=&popup=s&chamado_por_link&pro_id=212855&pesquisa=consciencia%20negra> Acesso em: 14/02/2018

COMEPER - Coordenadoria Municipal Especial de Políticas Étnico-Raciais, conforme prevê o Estatuto da Igualdade Racial (Lei Federal Nº. 12.288/2010) e a Convenção de Durban Convenção Internacional, com efeitos de Emenda Constitucional, demonstrará que o Município de Curitiba, por meio do seu Prefeito, a visão Gestor Público moderno preocupado não apenas com seus eleitores, mas com toda a sociedade, respeitando o Estado Democrático de Direito.

Isso significa que essas ações constituem relevantes medidas para a implementação do direito à igualdade. Faz-se, assim, emergencial a adoção de ações afirmativas que promovam medidas compensatórias voltadas à concretização da igualdade racial. (Tico KUZMA, 12/06/2012)

Outra proposta encaminhada foi o Projeto de Lei Ordinária de iniciativa de Tito Zeglin⁹³, com autoria de Jonas Airton Miecznikowski⁹⁴ do Gabinete do mesmo Vereador, que tramitou entre as datas 20 de Novembro de 2012 à 04 de Janeiro de 2013. A iniciativa propunha “a inserção da Festa da Igreja do Rosário no Calendário Oficial de Eventos do Município de Curitiba, e dá outras providências.”, festa esta que deve ser celebrada no “final de semana mais próximo ao dia 20, data em que se comemora o Dia de Zumbi dos Palmares, da consciência e da luta do povo negro”. A proposta chama atenção pelo caráter social e simbólico do evento que busca dar maior visibilidade à população negra da cidade, bem como, ao Dia da Consciência Negra.

Em outro momento, na mesma data em sessão ⁹⁵ realizada sobre a Presidência do Vereador Sabino Picolo⁹⁶, o primeiro a tratar do tema do dia da

⁹³ Tito Zeglin natural de Mandirituba, nascido em 11/01/1954, foi eleito pela primeira vez em 1982. É um dos vereadores mais longevos da Câmara Municipal de Curitiba, tendo realizado nove mandatos, entre os anos de 1982, 1988, 1992 e 1996. Foi reeleito para o sexto mandato ao retornar em 2004, após ter ficado na suplência em 2000,3 desta forma assumindo os mandato 2005 e reconduzido ao cargo em 2009, 2013 e 2017.

⁹⁴ Tito Zeglin – Proposição nº: 005.00129.2012 de 20/11/2012 Fonte: SPLII Disponível em: <http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=&popup=s&chamado_por_link&pro_id=218057&pesquisa=consciencia%20negra> Acesso em: 14/02/2018

⁹⁵ CMC, Ata da 46ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 4ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, Realizada em: 20/11/2012.

⁹⁶ Sabino Picolo, natural de Vitorino - PR, embora sua ficha no Tribunal Regional Eleitoral (TRE), o aponte como natural de Francisco Beltrão, nascido em 10/12/1950. Foi eleito Vereador pela primeira vez, em 1997, sendo reconduzido ao cargo em 2001, 2005, 2009, 2013 e 2017. Segundo informações contidas no perfil do vereador, no site da Câmara Municipal de Curitiba, “Sabino Picolo desde cedo trabalhou com a família na atividade agropecuária e, em 1976, por meio de concurso público, ingressou no Banco do Estado do Paraná S/A, o Banestado. É graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Ainda estudante, deu início às atividades políticas. Foi eleito vereador pela primeira vez em 1996.” É filiado ao DEM - Partido dos Democratas. Em 2001, foi designado como membro da Comissão de Urbanismo e Obras Públicas. Foi designado líder do prefeito em 05/08/2004. Tomou posse como terceiro-secretário para o biênio 2007/2008 e foi eleito segundo-secretário para o biênio 2009/2010. Assumiu como primeiro vice-presidente para o biênio 2011/2012. Em 10/06/2011 assumiu o cargo de presidente da Câmara Municipal. Tomou posse em 27/01/2012, por motivo de ausência do titular, como prefeito de Curitiba. Por motivo de licença do titular, em 17/05/2012 assumiu interinamente o cargo de presidente do Legislativo. Em 29/11/2012, novamente por motivo de ausência do titular, assumiu a presidência da Câmara de Vereadores.

Consciência Negra, foi o Vereador Zezinho do Sabará (José Ortiz Lins)⁹⁷, que já no início desta sessão aponta para a importância e faz referência à ocasião. Chama ainda atenção ao aproveitar a oportunidade para homenagear sua esposa, afrodescendente. Neste sentido faz uma breve abordagem histórica relativa as questões relativas à Zumbi dos Palmares e a data de 20 de Novembro, Dia da Consciência negra,⁹⁸ buscando apontar a sua importância e significado para toda a sociedade, fazendo a seguinte consideração:

[...] Importante ressaltar que quinta-feira, por uma coincidência, pela primeira vez na história um ministro negro, Joaquim Barbosa, assumirá a presidência da instituição jurídica mais importante do País. Sem sombra de dúvida é uma conquista da sociedade brasileira, com muita luta para abolir o pior resquício que a escravidão deixou pelo mundo, o preconceito? É uma vitória do bom caráter e do próprio ser humano? Quero ressaltar aqui, que hoje é um dia muito importante, vemos esse dia em que se comemora a Consciência Negra, Zumbi dos Palmares foi um grande herói, batalhador, defendeu o seu povo. Então, vemos que conseguimos muitas coisas boas e vemos muitos outros líderes e vemos agora o Ministro que tem um cargo importantíssimo. A nossa sociedade está aí, consciente que precisamos mudar essa história, nada de preconceito, discriminação. Então, hoje devermos ter aí, como esse marco, desta conquista de muitos que lutaram para que chegássemos a esse dia. Esse é um dia comemorado com muitas vitórias, Vemos aí o Barack Obama, outros fazendo pelo país e pelo mundo fazendo essa história acontecer. Ressalto também uma pessoa que, talvez, não seja conhecida na história, mas para mim fez uma grande história, está fazendo e tenho certeza que vai fazer, que se chama Shirley Cordeiro de Freitas Lins, que também é descendente de negro, que há vinte sete anos mora comigo, mãe dos meus três filhos, que me deram três netos, pessoa maravilhosa que me auxilia, razão de hoje eu estar aqui, parceira que me ajudou a construir a minha história. Comemoro esse dia, lembrando também da pessoa maravilhosa que está ao meu lado há vinte sete anos. (Zezinho do SABARÁ, 12/06/2012).

Entretanto, em seu discurso o Vereador ao apontar as conquistas relativas a população negra acabou por juntar elementos diversos, primeiro aponta de modo justo a importância da data, fala da chegada de um homem negro – Ministro Joaquim Barbosa – ao cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal e das cotas

Também encerrou o quarto mandato como titular da Comissão de Participação Legislativa. Em 2016, em matéria do Jornal Tribuna do Paraná foi listado entre os dez candidatos mais ricos, com um patrimônio de R\$ 5,1 milhões.

⁹⁷ José Ortiz Lins (Zezinho do Sabará), nascido em 01/07/1963, no município de Roncador, norte do Paraná. Foi agricultor, metalúrgico e comerciante. Atualmente exerce o cargo de Vereador, mora na Cidade Industrial de Curitiba (CIC). Foi dirigente de igreja, presidente de grêmio esportivo, associação de moradores e conselho de saúde. Editou jornal de bairro, foi comunicador e apresentador nas rádios Paraná, Colombo e Curitiba FM. Candidatou-se em três eleições para vereador em Curitiba. Como suplente tomou posse em 2011 a 2012. Em 2012 novamente ficou como suplente. Em 2016, foi o quarto mais votado e o primeiro de seu partido, o PDT. Eleito em 2016, tomou posse em 2017.

⁹⁸ CMC, **Ata da 46ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 4ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura**, Realizada em: 20/11/2012.

como uma conquista de toda a coletividade da população negra que tem sim, um importante marco simbólico para o Brasil e toda a população. No entanto, o faz sem aludir a expressão negativa e o embate propugnado pela oposição e determinados segmentos da sociedade que acabaram por expor problemas raciais presentes até então ignorados/escamoteados, tais como as claras diferenças de oportunidades entre brancos e negros, bem como, a luta jurídica e política em torno das cotas, e os episódios racismo que mais tarde o novo Ministro teria de enfrentar.

Outra questão é a eleição de Barack Obama para a Presidência dos EUA, que embora tenha um caráter simbólico para os estadunidenses, nada mudou a realidade da população negra brasileira.

Em relação ao Vinte de Novembro o Vereador Tito Zeglin⁹⁹, chama atenção para o fato de que muitas vezes, a data passa despercebida e assevera:

Datas históricas que para nós muitas vezes passam despercebidas. [...] Hoje V. Exa. está abordando um assunto de fundamental importância e me parece que amanhã haverá uma Tribuna Livre, onde alguns representantes da raça negra estarão fazendo comentários e falando a respeito desse assunto de fundamental importância. Aqui no nosso município temos uma Lei do ano de 1988, que não está sendo cumprida. E mais uma lei que está nos baús da história da nossa capital. A Vereadora Marlene Zanin teve a felicidade de colocar essa data de vinte de novembro como consagrada no Município de Curitiba com o Dia de Zumbi dos Palmares, da Consciência e da Luta do Povo Negro. No Artigo 2º dessa Lei diz que no dia consagrado a Câmara Municipal realizará sessão especial, que não está realizando e nunca realizou pelo que me recordo. Além disso, a Prefeitura promoverá na rede municipal de ensino, através da Fundação Cultural de Curitiba, eventos alusivos a data, visando despertar a consciência coletiva sobre a situação do negro em nossa comunidade. Também não está fazendo nada e os negros se reuniram no domingo passado para a lavagem das escadarias da Igreja do Rosário, onde reuniram mais de doze facções, digamos assim, entre católicos e outros, para participarem desse momento histórico, com desfile até a Maria Lata D'Água, lá na antiga Prefeitura Municipal. Então estamos devendo para os nossos negros porque não estamos fazendo com que essa Lei seja cumprida. Mais uma lei que foi aprovada e na época eu estava aqui e votei favorável, mas que infelizmente passa despercebida, é mais uma lei inoperante na nossa cidade. Enquanto isso os negros procuram fazer a sua parte, buscando o seu espaço. [...] E nessa data estou entrando com um projeto de lei que será apreciado pelos Srs. Vereadores instituindo, colocando no calendário oficial do Município de Curitiba a Festa do Rosário, por ocasião do dia vinte. Mas hoje estou entrando com esse projeto para que não esqueçamos essa data, porque em muitas cidades do Brasil hoje é feriado e aqui temos uma lei que nunca foi cumprida e não está sendo cumprida ainda. Quem sabe no ano que vem o nosso futuro Prefeito Gustavo Fruet possa cumprir e eu estarei aqui para cobrar dos futuros dirigentes do nosso Município, (Tito ZEGLIN, CMC – 46ª Sessão 15ª Legislatura, 20/11/2012)

⁹⁹ CMC, Ata da 46ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 4ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, Realizada em: 20/11/2012.

Neste sentido, o Vereador destaca dois pontos importantes, primeiro que existe uma lei que versa sobre a participação anual em evento realizado na Câmara de Curitiba, no qual o espaço deve ser utilizado pelos representantes do Movimento Negro e lideranças, para tratar sobre questões de cunho racial preconizados pela população por intermédio de seus representantes, mas, que não está sendo cumprida desde o ano de 1988, época de sua aprovação o que denota no mínimo uma “esquecimento” grave de uma lei que visa dar voz a um grupo tão esquecido da população. O Vereador, conclama a Prefeitura a tomar parte nesta tarefa e denota ainda, que a população negra faz a sua parte com eventos como a Lavação da Escadaria da Igreja do Rosário, inclusive sem a participação do poder público que não tem prestigiado o evento; e depois fala do desejo da criação e aprovação da data do Vinte de Novembro como feriado, como já fizeram outros Estados.

O Vereador Paulo Salamuni¹⁰⁰, faz uso da palavra para aludir a data e assuntos correlatos como os apontados pelo Vereadores Zezinho do Sabará e Zeglin, para denotar a importância histórica destes eventos como marco civilizatório e de avanço para a sociedade, afirmando que:

[..]Hoje é o dia da Consciência Negra, um avanço civilizatório, um upgrade enquanto humanidade para todos nós. Esses avanços que estamos obtendo, o avanço da mulher, que talvez tenha sido a maior revolução do século que passou, o avanço da questão ambiental, a questão hoje do avanço das cotas de tudo isso que nos engrandece enquanto seres humanos, porque nós já tivemos momentos na humanidade que nos apequenaram como seres humanos, como filho do mesmo criador. Então, quando V.Exa. sobe à Tribuna para fazer o registro e enaltece sua esposa e a ela transmiro os melhores cumprimentos, lembrando que a família é e continuará sendo a célula mater, a célula fundamental da sociedade, que sem ela nenhum outro projeto pode dar certo. Então, quando V.Exa. faz toda essa alusão, que tem seu ponto de partida a sua casa, o seu lar, que é o que tem de mais sagrado até a questão nacional, passando pelo Ministro Joaquim Barbosa, pela questão internacional, o Presidente Obama, recém reeleito Presidente da maior potência do mundo. É que a civilização avançou, como nós aqui quando avançamos, recebemos aqui a Comissão da Verdade, os caminhos da resistência, passamos por um momento muito difícil, onde se expressar como nos expressamos aqui, como cada um se expressa era algo subversivo. (Paulo SALAMUNI, CMC – 46ª Sessão 15ª Legislatura, 20/11/2012)

Apesar deste fazer um discurso muito semelhante ao salientar determinadas qualidades morais e inclusive religiosas ligadas ao fato, compreende que o contexto

¹⁰⁰CMC, Ata da 46ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 4ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, Realizada em: 20/11/2012.

social, no qual estes eventos se enunciam, é bastante “difícil”. Busca amenizar a situação apontando para as virtudes democráticas dos sistemas, que permitiram aos membros da Câmara versarem sobre tais assuntos, no entanto, passando ao largo dos problemas já evidenciados, no breve debate aqui realizado em torno da fala do Vereador Zezinho do Sabará.

Na data de 21 de Novembro de 2012¹⁰¹, em sessão presidida pelo Vereador Sabino Picolo, no 2º turno da Sessão ocorrida na mesma data, quem preside o debate neste momento é o Vereador Tico Kusma, que após saudar os presentes, começa a tratar da questão do dia 20 de Novembro, dando a palavra ao Sr. João Luiz Cordeiro (João do Suco)¹⁰², que aponta a presença dos representantes do Movimento Negro, entre os quais Dorival Simões, Presidente do Conselho Mediúnico do Brasil (CEBRAS) e representante da Associação Inter-religiosa de Educação (ASSINTEC) e Adegmar José da Silva¹⁰³ (Candieiro) do Centro Cultural Humaitá.

João Luiz Cordeiro, prosseguindo a sua fala tece uma série de críticas ao racismo e aos racistas, bem como, ao preconceito sofrido pela população negra, ressaltando a importância do respeito a pessoa, assim como, as suas crenças e costumes.

Chamado para exposição, Candieiro, que faz uma breve análise das questões e problemas relativos a população negra, em especial no que toca a população negra curitibana, expõe dados estatísticos sobre a mesma, apontando que na cidade este grupo representa cerca de 23% da população da cidade e, cerca de 30% da população paranaense configurando assim, a maior população negra entre os Estados da Região Sul, e que apesar desta representatividade populacional, sua voz ainda é pouco ouvida, sendo vítimas da invisibilização por conta das

¹⁰¹ CMC, **Ata da 47ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 4ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura**, Realizada em: 21/11/2012.

¹⁰² João Luiz Cordeiro (João do Suco)¹, nascido em 09/06/1958, natural de Curitiba. Assumiu como em 2006, foi eleito em 2008. Foi um dos criadores da Associação Comercial do Pinheirinho (Ascomarp) entidade da qual é "presidente de honra". Ele também é membro do Conselho Estadual das Cidades, do Gabinete de Gestão Integrada Municipal em Segurança Pública - Pronasci, do Conselho do Hospital Erasto Gaertner e presidente do Comitê Curitiba do Movimento Nacional da Cidadania Pela Vida - Brasil Sem Aborto.

¹⁰³ Adegmar José da Silva (Mestre Sombra) conhecido como Candieiro – pertencente ao Movimento Negro, responsável pelo Centro Cultural Humaitá, capoeirista, Lutador Social, Líder Religioso. Atualmente ocupa o cargo de assessor de políticas de Igualdade Racial da Prefeitura de Curitiba. Presente em diversos eventos de importância social ligados a população Negra – conduz à pelo menos dez anos, o evento religioso da Lavação da Escadaria da Igreja do Rosário dos Pretos, que mistura a celebração da cultura negra, culto ecumênico e atividades relativas a religião afro, que tem seu início com as atividades na Igreja Rosário dos Pretos.

narrativas construídas em torno da identidade da cidade, muito por culpa do poder público que apoia e se utiliza destas narrativas. Em posição a isto, Candieiro aponta para as importantes figuras históricas negras da cidade e suas contribuições.

Por outro lado, reforça a capacidade da população negra e seus representantes de se organizar em prol de ações que tornem esta presença visível, tendo como escopo a Festa da Lavação das Escadarias da Igreja do Rosário de Curitiba, da qual destaca o fato de que o evento é análogo à lavação das Igreja do Senhor do Bonfim, na Bahia. O faz, apontando para importância simbólica, econômica, cultural e social do evento, denotando a ausência do poder público municipal e mesmo estadual, que além de não dar apoio efetivo ao evento do ponto de vista institucional e econômico, furta-se a dar condições mínimas de segurança e de organização para o evento. O que, segundo Adegmar, evidencia o descaso das autoridades em relação ao evento, se comparado a outros que ocorrem na cidade e que destacam a influência da população europeia, denotando o racismo institucional presente no tratamento diferenciado dado a população negra. Salientou ainda, a importância do turismo religioso para a cidade, tendo em vista o número de pessoas atraídas pelo evento, buscando apontar exemplos em outros locais do Estado.

Posteriormente passou a palavra a Dorival Simões, representante da CEBRAS e da ASSINTEC, sendo este representante das Religiões de Matriz Afro, apontou para o nível de mobilização resultante do evento da Lavação, que atrai pessoas do Paraguai e Argentina, demonstrando assim, a importância internacional do evento, bem como a sua importância turística.

Reforçou a importância da presença da Municipalidade para a garantia da segurança de todos os envolvidos no evento, retornando ao assunto da falta de ação do poder público no que toca a segurança relativa aos participantes do evento que não contavam sequer com a presença do departamento de trânsito para fechar as avenidas e garantir a boa dinâmica do evento.

Após a exposição dos representantes dos Movimentos Sociais, seguiram-se as arguições por parte dos Vereadores, na qual a primeira a ter a palavra foi a Vereadora Professora Josete (Josete Dubiaski da Silva)¹⁰⁴, que destacou a presença

¹⁰⁴ Josete Dubiaski da Silva (Professora Josete), nascida em 18/01/1964, natural de Curitiba no quarto mandato pelo Partido dos Trabalhadores(PT). Elegeu-se Vereadora pela primeira vez em 2005, sendo reeleita em 2009, 2013 e 2017. É graduada em biologia. Ingressou na rede municipal de ensino em 1985 e, entre 1987 e 1994, também lecionou na rede estadual. Participou da criação do

dos representantes na casa e o fato das políticas de ações afirmativas terem tomado corpo durante por iniciativa do Governo Federal na figura do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, com implementação da Lei Nº 10.639 de 2003 que implantou a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro e Indígena nas escolas de todo o país, destacando ainda, a necessidade de uma ação mais efetiva por parte do poder público para a sua implementação.

Posteriormente, o Vereador Tito Zeglin, falou a importância simbólica e cultural proporcionada pelo evento religioso da Lavação, bem como, destacou este local que fora em certa época campo santo – cemitério onde eram enterrados os negros escravizados - e portanto, importante marco para a população negra da cidade, fato que amplia a importância histórica e religiosa do local.

Candieiro, sentenciar a importância da Lavação que tem um caráter inter-religioso, uma vez, que neste se acham presentes representantes das várias vertentes religiosas, o que destaca um outro ponto deste que é a sua diversidade.

Neste sentido, a Vereadora Maria Goretti (Maria Goretti David Lopes)¹⁰⁵, evidencia o desconhecimento e o descaso do poder público ao destacar que quando atuava na Secretaria de Saúde do Município, em que houve um debate se existia ou não população negra em Curitiba para justificar uma “política de enfrentamento da Anemia Falciforme” – doença endêmica que atinge a população negra, pontuando e reforçando os dados estatístico, descritos por Candieiro, em um primeiro momento de sua fala, destacando ainda, a existência da Rede de Mulheres Negras do Paraná e sua importância.

A Vereadora Julieta Reis (Julieta Maria Braga Côrtes Fialho dos Reis)¹⁰⁶, destaca a necessidade da ampliação da ação do poder público em prol das atividades culturais relativas a população negra, criticando a pouca relevância dadas

Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba (Sismmac), a qual presidiu, e foi dirigente da CUT.

¹⁰⁵ Maria Goretti David Lopes (Maria Goretti): enfermeira, servidora pública e especialista em Desenvolvimento de Recursos Humanos, contribuiu para a criação do programa Mãe Curitibana. Ocupou a cadeira de João Cláudio Derosso na Câmara Municipal, entre julho e dezembro de 2012, na condição de primeira suplente do PSDB. Militante do movimento de mulheres, fundou a ONG Espaço Mulher, participou da coordenação do Comitê Multipartidário de Mulheres e é filiada à Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos.

¹⁰⁶ Julieta Maria Braga Côrtes Fialho dos Reis (Julieta Reis): nascida em 29/08/1947, natural de Curitiba. Eleger-se pela primeira vez em 1997. Foi reeleita em 2001, 2005, 2009, 2013 e, em 2017 assumiu o sexto mandato consecutivo. Formada em artes plásticas, tem experiência junto à defesa da área cultural, idosos e microempresas. Servidora da prefeitura desde 1973, participou da criação da Fundação Cultural de Curitiba (FCC) e da Feira de Artesanato do Setor Histórico, também conhecida como Feirinha do Largo da Ordem.

as estas expressões legitimamente nacionais frente a outras estranhas a nossa cultura como o evento do Dia das Bruxas, por exemplo.

Neste sentido, muitas falas realizadas pelos Vereadores, buscaram centrar-se na questão da representação da cultura negra em Curitiba, tratando de logradouros importantes como a Sociedade Treze de Maio, a Praça Zumbi dos Palmares e sobre o dia da Consciência Negra, tendo, no entanto, sempre tendo como foco o evento da Lavação da Escadaria da Igreja do Rosário, sem contudo, principiar um debate sobre a criação de um feriado municipal para o Dia da Consciência Negra.

A sessão 26 de Novembro de 2012¹⁰⁷ é presidida pelo então Vereador João Luiz Cordeiro, ocasião na qual estava presente o ex-vereador Clementino Tomaz Vieira e seus familiares, nesta ocasião este veio a Câmara, no intuito de propor e levar a votação do Feriado do 20 de Novembro, que foi apresentada e defendida pelo Vereador Algaci Túlio (Algaci Ormário Túlio)¹⁰⁸.

A votação e apresentação foram realizadas durante a segunda sessão presidida pelo Vereador Tico Kuzma, nesta ocasião o Vereador Algaci Túlio solicitou a inversão da pauta, fazendo com que o assunto fosse apresentado antes dos demais. Apresentado o pedido, este foi fato aprovado após a apreciação e votação dos demais presentes.

Introduzindo sua fala sobre o tema do Feriado, o Vereador Algaci Túlio, pontua que faz a defesa da matéria proposta pelo ex-Vereador Clementino. Em seguida assinalou, que por conta desta condição, o ex-Vereador Clementino, estaria impedido de fazê-lo, deste modo tomou a tarefa para si, frisando que *“tenho a certeza absoluta que que esta Casa na sua totalidade vai votar favorável, não só pelo fato de que outras cidades já comemoram o 20 de novembro, mas em respeito*

¹⁰⁷ CMC, **Ata da 48ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 4ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura**, Realizada em: 26/11/ 2012.

¹⁰⁸ Algaci Ormário Túlio (Algaci Túlio), nasceu em 08/12/1940, natural de Rio Branco do Sul, PR. Radialista e Jornalista, sua carreira política teve início com a sua primeira eleição em 15/11/1982. Tomou posse em 01/02/1983. Renunciou ao mandato em 31/01/1987 para assumir o mandato de Deputado Estadual, elegendo-se deputado estadual por quatro mandatos. Foi vice-prefeito de Curitiba por duas vezes, uma em 1988, quando integrou a chapa de Jaime Lerner, e dez anos depois em 1998, coligou-se a Cássio Taniguchi. Assumiu a prefeitura da capital por 29 vezes. Eleito em outubro de 2008 foi eleito vereador. Tomou posse em 01/01/2009. Em 2010 Algaci Túlio renuncia ao cargo de vereador e assume a Secretaria Especial do Estado do Paraná para assuntos da Copa 2014, em seu lugar toma assento o suplente Clementino Tomaz Vieira. Em 2012, Algaci Túlio, anuncia sua aposentadoria política, após denúncia que envolvia seu nome relacionadas a pagamentos indevidos.

*aos nossos companheiros negros, nossos irmãos que merecem a igualdade*¹⁰⁹ no que destaca o fato de existirem diversas cidades e Estados pelo Brasil que já adotaram a data em seus calendários, reforçando seus argumentos ao ressaltar que:

A cada ano aumenta o número de cidades que decidem, evidentemente, aprovar a data do dia 20. Nós tivemos inclusive aqui também, o próprio Ministério Público do Paraná, na pessoas do Procurador de Justiça – Gilberto Giacóia, e o Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça, de Proteção aos Direitos Humanos, companheiro Olímpio de Sá Souto Maior Neto, assinaram no dia 20 passado, Dia da Consciência Negra, a resolução que cria o Núcleo de Promoção de Igualdade Étnico, Racial do Ministério Público. E entre as atribuições do novo núcleo estão os desenvolvimento de ações destinadas a promoção da igualdade, étnica e racial e a proteção dos direitos de indivíduos e grupos afetados por discriminação e demais formas de intolerância, articulação, também é promoção dos direitos humanos étnicos raciais, além de firmar parcerias com órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal, responsável pela promoção de políticas públicas nesta área. (Algaci TÚLIO, CMC - 48ª Sessão 15ª Legislatura, 26/11/2012)

No que chama atenção a presença do Ministério Público, da Procuradoria Geral de Justiça, autoridades jurídicas que servem de endosso e apoiam declaradamente a adoção do feriado, bem como de entidades ligadas à promoção da igualdade e representantes do Movimento Negro.

Algaci Túlio ao terminar parte de sua exposição é congratulado pelos demais, no que toca a importância do projeto, no entanto, parece importante destacar a fala do Vereador¹¹⁰ Zé Maria¹¹¹, que faz um conjunto de afirmações, que embora tenham um caráter lisonjeiro, apresenta um olhar bastante contraditório da situação, onde ele aponta que:

Na mesma linha de raciocínio e também de apoio ao Ex-Vereador Clementino que é nosso particular amigo e parabenizar pela iniciativa. Mas, Clementino, nós estamos fazendo lei que nem precisava fazer, porque realmente o que falta ao ser humano é respeito ao próximo. Essa questão do respeito foi demonstrado claramente nas eleições do Estados Unidos, lá não se vota pela cor, se vota pelo trabalho da pessoa. E a questão do seu projeto, é uma pena que tenhamos que ter um projeto para se respeitar o direito de ir e vir. Eu sou totalmente contra essa história de quotas, todo mundo é igual, perante Deus não tem que ter quota. Quando entrei aqui

¹⁰⁹ CMC, **Ata da 48ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 4ª Sessão Legislativa**, da 15ª Legislatura, Realizada em: 26/11/2012.

¹¹⁰ CMC, **Ata da 48ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 4ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura**, Realizada em: 26/11/ 2012.

¹¹¹ José Maria Alves Pereira (Zé Maria), nascido em 22/07/1958, natural de Pederneiras, SP. Foi eleito pela primeira vez em 2005 e, posteriormente reeleito em 2009 e 2013. É Maria Formado em administração de empresas. Foi candidato a deputado estadual em 2002 e em 2006. Foi presidente e atualmente é conselheiro da Escola de Educação Especial Primavera. É líder maçom. Atualmente sem mandato, segue gerenciando sua construtora, atividade que exerceu em paralelo, durante os anos de mandato.

como vereador em 2004 meu primeiro projeto era que em todas as escolas municipais, onde eu podia legislar, tivesse em seus livros didáticos a história afro-descendente, porque quando você ia pesquisar no dicionário, no verbete só falava negro; escravo e não se falava da história. Hoje, graças a Deus, a inclusão está totalmente completa da história. Em todas as escolas quando se pesquisa se encontra a história afro- descendente. Então, parabenizar ao Vereador Algaci Túlio como Líder por fazer essa defesa muito bem colocada neste momento nesta Tribuna. Parabéns. (Zé MARIA, CMC - 48ª Sessão 15ª Legislatura, 26/11/2012)

O depoimento do Vereador Zé Maria, aponta certa contrariedade, na medida em que ao parabenizar pela atitude o ex-Vereador Clementino, ao propor a pauta do feriado, aponta que esta lei nem era necessária acreditando que o bom senso se faz por si só. Por outro lado, aponta os EUA como um exemplo no que tocam as questões Étnico-Raciais tendo em conta a eleição de Obama para Presidente daquela nação, ignorando o debate histórico que esta suscitou, bem como, o passado – presente – de enfrentamento racial realizado naquela nação, a luta pelos direitos civis, e a ação enérgica por parte do Estado para que estes pudessem chegar a tal termo. Ressalta de modo equivocado, a Lei Nº 9.394, na medida em que a superestima, como se ela por si só tivesse o poder de resolver questões raciais históricas, e ainda, como se fosse algo natural (naturalmente aceita) e, aplicada no seu todo, sendo que a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Indígena e Afro-brasileiras, acabou por se efetivar como uma medida de caráter quase tópico, como apontara Candieiro ao referir-se a aplicação da mesma, fato que denota um certo desconhecimento dos problemas raciais enfrentados no Brasil e na própria cidade de Curitiba.

Tomando a fala do Vereador Tito Zeglin, aponta que outras cidades já estão adotando o feriado e, assim como outros parlamentares ressalta a importância da data e meio a outras tantas, e em seguida faz uma observação interessante ao afirmar que *“A Associação Comercial, o comércio, estão preocupados que mais um dia estaremos parando. Vamos parar para quem sabe haja uma reflexão e que a gente possa acabar de vez com o racismo que ainda existe. Muitos dizem que não, mas existe sim. É a contribuição do PDT, com o vosso pronunciamento”*¹¹², justificando a necessidade da parada como ponto de reflexão para a sociedade, denotando e rebatendo as críticas feitas pela ACP.

¹¹² CMC, **Ata da 48ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 4ª Sessão Legislativa**, da 15ª Legislatura, Realizada em: 26/11/ 2012.

Salamuni¹¹³ denuncia um telefonema recebido pelo Vereador Clementino, provavelmente em tom de ameaça, denotando uma situação clara de assédio, no que este assevera:

Existem questões que são marcas históricas. Até me admira quando o ilustre Vereador Clementino Vieira, nosso ex-companheiro, fala que recebeu um telefonema. Quer dizer, primeiro, a ninguém é dado o direito de pautar esta Casa. O telefonema não é para ele, deveria ser dado então para nós, porque nós é que vamos legislar. Ele foi o autor de um projeto que tem uma marca histórica. Ele transcende a questão. Me admira até alguém ligar porque é uma marca de um avanço civilizatório que já existe em inúmeros municípios. (Paulo SALAMUNI, CMC - 48ª Sessão 15ª Legislatura, 26/11/2012)

Não apenas, se observa uma situação de assédio, mas, uma tentativa de interferência direta sobre a ação dos legisladores, buscando impor as preferências de certos grupos até aqui não identificados pelo parlamentar. Contudo, subtende-se a partir da fala de Salamuni, que alude, vez por outra, sobre “associações” que tentam interferir nas ações do legislativo Municipal, e prossegue, *“Curitiba não pode dizer, “ah, uma associação”. Por isso a ninguém é dado o direito de pautar uma Casa que é heterogênea, idiossincrática, plural. Isso é uma questão que está acima desse ou daquele órgão. É uma questão de reflexão, é uma questão de marcar posição”*¹¹⁴, evidenciando que o que está em jogo não é apenas a aprovação do feriado, gerando um alto grau de tensão no ambiente.

A questão da ameaça ou tentativa de intimidação do ex-Vereador Clementino é novamente denunciada pelo Vereador Algaci Túlio, quando este faz os seguintes apontamentos ao longo de sua fala, buscando demonstrar a indignação daquela casa quanto ao fato ocorrido, onde assevera que:

Muito obrigado, Vereador Paulo Salamuni. V.Exa. faz exatamente uma defesa desta Casa. Profundamente lamentável e infeliz quem ligou para o ex-Vereador Clementino Vieira. Foi de uma infelicidade a toda a prova.[...] Agora, totalmente infeliz essa tentativa de constranger esta Casa nesse telefonema dado ao ex-Vereador Clementino. (Algaci TÚLIO, CMC - 48ª Sessão 15ª Legislatura, 26/11/2012)

¹¹³ CMC, **Ata da 48ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 4ª Sessão Legislativa**, da 15ª Legislatura, Realizada em: 26/11/ 2012.

¹¹⁴ CMC, **Ata da 48ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 4ª Sessão Legislativa**, da 15ª Legislatura, Realizada em: 26/11/ 2012.

Sendo complementado em seguida pelo Vereador Pedro Paulo (Pedro Paulo Costa)¹¹⁵, que reforça as posições de Salamuni e Algaci Túlio, sublinhando que uma das condições que tornava possível esta discussão na casa, era propiciada pelo clima democrático, do que faz as seguintes considerações:

[...] Vereador Clementino pela iniciativa corajosa, porque enfrenta oposições da economia. E também há um seguimento do empresariado que ainda não entendeu que no feriado também se gasta, o trabalhador vai para a rua, e neste caso especificamente, que é estabelecer o Dia da Consciência Negra como feriado municipal, é um simbolismo. É a Cidade reconhecendo que temos que avançar no que diz respeito à igualdade de respeito, tolerância, história da cultura negra que construiu nosso País, e continua construindo a história de nosso País.[...]

[...]Ao mesmo tempo em que o Vereador Clementino deve perceber que vivemos um momento excepcional nesta Casa, de matérias que não sonhávamos estar aqui apreciando, mas que o processo eleitoral e o resultado nos propiciaram uma mudança de projetos importantes como esse e outros que estamos podendo apreciar aqui. (Pedro PAULO, CMC - 48ª Sessão 15ª Legislatura, 26/11/2012)

Entretanto, a situação evidencia justamente o contrário, já que a tentativa da imposição por membros da sociedade de suas preferências aos parlamentares, inclusive com telefonemas obscuros, que parecem atentar contra as regras do jogo político, se apresenta mais como um resquício da demonstração de força dos poderes e instituições tradicionais. Instituições tradicionais tais como, aquelas do coronelismo que pautavam à força os debates quando estes não lhes era favoráveis, atentando contra o Estado de direito, onde todos lados se fazem representar através dos meios legais próprios e previstos.

Todavia, a comoção gerada pela oposição ferrenha da ACP, acabou por gerar um efeito rebote, ou seja, gerou um resultado contrário ao esperado, o que pode ser observado no ato da oposição ter aderido prontamente a adoção da efeméride, fato prenunciado pela Vereadora Noemia Rocha (Noemia de Souza e Silva Alves Rocha)¹¹⁶, que falando pelo grupo, afirma que, *“A Oposição vai aprovar,*

¹¹⁵ Pedro Paulo Costa (Pedro Paulo), nascido em 04/07/1967, natural de Curitiba. Foi eleito suplente e assumindo o cargo de Vereador em 2003 e 2007. Eleito em 2008. Tomou posse em 2009 – 2013, foi líder de de Gustavo Fruet na Câmara em 2012. Disputou a reeleição em 2016, não conseguindo renovar o seu mandato retornou ao magistério na rede pública municipal, onde ingressou em 1988. Atualmente, o ex-vereador leciona na escola de ensino fundamental, Albert Schweitzer, na Cidade Industrial de Curitiba (CIC).

¹¹⁶ Noemia de Souza e Silva Alves Rocha (Noemia Rocha). Nascida em 07/07/1961, natural de Londrina – PR. Foi eleita vereadora pela primeira vez em 2008 e reeleita em 2012 e 2016 vereadora do PMDB.

*já está de acordo com a aprovação deste projeto. Na verdade quero parabenizar tudo o que foi dito aqui. Está em concordância com tudo que pensamos*¹¹⁷. A situação demonstra haver uma resolução em torno da questão, provavelmente por conta do tipo de pressão que a Câmara Municipal estava enfrentando, bem como, para demonstrar seu lugar de poder frente ao demais grupos de poder na sociedade, neste caso, a ACP.

Algaci Túlio complementa esta ponderação ao asseverar que, *“Com muito prazer também acompanhar a discussão do seu projeto que é de suma importância. Muito obrigado a todos. Parabéns a Curitiba que vai, daqui a instantes, por unanimidade desta Casa, com certeza, aprovar dia 20 de novembro a data do Dia da Consciência Negra da Capital do Estado”*¹¹⁸, no que se seguiu o processo de votação que confirmou, as posições dadas anteriormente, onde os Vereadores, votaram pela homologação da data.

No caso desta sessão realizada em 27 de Novembro de 2012¹¹⁹ é importante ressaltar que novamente está presente o ex-Vereador Clementino, que vem à Casa fazer uma fala sobre o projeto que versa sobre o combate ao racismo, e que se tornaria a Lei Ordinária Nº 14.224/2013 que trata sobre a homologação do feriado da Consciência Negra, aprovada em 1º Turno no dia anterior e que seria discutido agora em 2º Turno. O Vereador Íris Simões (Iris Xavier Simões)¹²⁰, pede como solicitado na data anterior, a inversão da pauta para que o tema fosse debatido primeiro, entretanto, o Presidente Sabino Picolo ressalta que o tema será discutido na hora oportuna, dando andamento a outras questões.

¹¹⁷ CMC, **Ata da 48ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 4ª Sessão Legislativa**, da 15ª Legislatura, Realizada em: 26/11/2012.

¹¹⁸ MC, **Ata da 48ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 4ª Sessão Legislativa**, da 15ª Legislatura, Realizada em: 26/11/ 2012.

¹¹⁹ CMC, **Ata da 49ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 4ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura**, Realizada em: 27/11/ 2012.

¹²⁰ Iris Xavier Simões (Iris Simões) nasceu em 25/05/1961, natural de Pato Branco/PR. É irmão, do radialista e ex- Vereador Carlos Simões. Iniciou sua carreira política elegendo-se Vereador em 1993, sendo reeleito em Eleito em 1996. Renunciou ao mandato em 1999 para assumir o cargo de Deputado Federal, sendo em 2002 reeleito para o cargo. Em junho de 2006 foi declarado inelegível por três anos pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná por abuso de poder econômico e utilização indevida dos meios de comunicação social. Entretanto, recorreu ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), conseguindo ir ao pleito, sem no entanto, lograr êxito. No pleito de 2008 candidatou-se ao mandato de vereador pelo Partido da República (PR), sofrendo nova derrota. Contudo, após ao falecimento da Vereadora Nely Almeida em 30/10/2012, Iris Simões assume a cadeira em 05/11/2012, nesta ocasião após a posse, o vereador anunciou a sua retirada do mundo político, encerrando sua carreira ao fim do mandato.

Posteriormente, quando o tema entra na ordem do dia, a Vereadora Julieta Reis, solicita que a pauta seja votada somente daqui a dez sessões, isto é, só na próxima legislatura que seguiria, uma vez que, a votação se deu logo após as eleições municipais e o quadro de vereadores, bem como, o Prefeito seriam renovados – pelo menos em parte – o que poderia se configurar em uma estratégia para engavetar o tema, contudo, submetido a votação o requerimento foi negado, sendo o tema votado e aprovado em segundo turno, com um único voto contrário do Vereador Jair César (Jair César de Oliveira)¹²¹, que não conseguiu se reeleger na ocasião.

Chama atenção a presença do Representante da ACP, Gláucio Gears, que foi à tribuna expor seus argumentos, dos quais não há registros nas notas desta sessão.

No entanto, em veículo de comunicação própria da ACP notifica que “Gears defende posição da ACP na Câmara Municipal”¹²², um título autoexplicativo que afirmou a preocupação da “entidade de classe do setor empresarial”, em particular, uma preocupação com possíveis prejuízos causados por conta fechamento do comércio por ocasião da data, no que Gears tendo a permissão da Câmara para utilizar da palavra *“advertiu os membros do legislativo sobre os prejuízos financeiros que os dias feriados provocam ao comércio, indústria e serviços, com a interrupção das atividades”*¹²³. O veículo da instituição aponta que:

O vice-presidente afirmou, ainda, que a entidade “não é contrária ao Dia da Consciência Negra e ao reconhecimento dos méritos de quaisquer etnias, mas tem a responsabilidade de advertir que mais um feriado num calendário repleto deles, certamente vai contribuir para o aumento das perdas financeiras dos empreendimentos, comprometendo seu desempenho na geração de emprego, renda e tributos”¹²⁴.

¹²¹Jair César de Oliveira (Jair César), nasceu em 05/11/19392, natural de Londrina, PR. É formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná; em Turismo pela Universidade Federal do Paraná e é técnico em contabilidade pela Escola de Comércio de Londrina. Foi eleito vereador pela primeira vez em 1988, sendo reeleito em 1992, 1996, 2001, 2005 e 2009. Tentou a reeleição em 2012 e 2016, sem êxito. Também é o fundador do Centro Cultural Vilinha do Bairro Alto, entidade sem fins lucrativos que visa a estruturação e implantação de um centro de artes no Parque Histórico da Vilinha, local onde se fixaram os primeiros colonizadores que deram origem à cidade. Na Câmara, apresentou vários projetos de lei que buscam destacar a arte paranaense.

¹²² Gears defende posição da ACP na Câmara Municipal. Fonte: Associação Comercial do Paraná Disponível em: <http://www.acpr.com.br/site/2012/11/gears-defende-posicao-da-acp-na-camara-municipal/> Acesso em: 07/04/2018.

¹²³ CMC, **Ata da 49ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 4ª Sessão Legislativa**, da 15ª Legislatura, Realizada em: 27/11/ 2012 d

¹²⁴ Gears defende posição da ACP na Câmara Municipal (27/11/2012). Disponível em [HTTPS://ACPR.COM.BR/NOTICIAS/GEARS-DEFENDE-POSICAO-DA-ACP-NA-CAMARA-MUNICIPAL/](https://acpr.com.br/noticias/gears-defende-posicao-da-acp-na-camara-municipal/). ACESSO 03/12/2018.

De certa maneira, o jornalístico aponta para o conteúdo da fala do representante da ACP aos Vereadores e à Câmara. O periódico, não poupou palavras citando a fala de Geara, ao utilizar termos como “advertiu” ou ainda, “que tem a responsabilidade de advertir”, se colocando como uma força frente aos representantes do Município, contudo, sem os registros de áudio ou notas taquigráfica, fica difícil aludir sobre o debate ali realizado.

Todavia, embora não haja registro nas notas da sessão do que foi dito pelo representante da ACP na sua integralidade, é possível intuir pelas falas do Vereador Paulo Salamuni, que este agiu de modo a tentar impor categoricamente a sua posição, sobre o tema.

Mas, por falar em homenagem, aproveitando, quero fazer uma homenagem à Câmara Municipal de Curitiba pela votação do projeto anteriormente colocado em pauta. Uma coisa é nós, entre nós aqui divergirmos, brigarmos parlamentarmente, discordarmos, votarmos, isto é uma coisa, legítimo. Agora, o que não pode acontecer e aí é importante a humildade é entre uma votação e outra, qualquer grupo, qualquer instituição querer pautar a decisão de um Parlamento que é livre e é eleito democraticamente pelo povo, seja quem for. É óbvio que ouvimos e ouviremos a todos, como ouvimos com respeito os sindicatos, associações[...] Agora mesmo o Presidente do Sindimoc veio aqui, falou, ouvimos com respeito Como cada um irá votar é da consciência e do estilo e da personalidade de cada um. Agora, achar que tem mais associações ou tem menos associações, porque defende este ou aquele grupo. Então, a Câmara Municipal de Curitiba deu uma demonstração, não estou entrando no mérito, Sr. Presidente, porque podemos discordar do mérito e muitos que falaram: “Uma coisa é uma coisa, outra é outra”. (Paulo SALAMUNI, CMC - 49ª Sessão 15ª Legislatura, 27/11/2012)

A fala do Vereador Paulo Salamuni parece evidenciar uma posição bastante agressiva da ACP, ao que tudo indica busca de maneira ferrenha demover os mesmos de sua posição, bem como, interferir incisivamente para a não aprovação do feriado. Mais à frente, Salamuni deixa o contexto mais claro, ao questionar a atitude intempestiva da ACP, que ao que tudo indica, veio à tribuna interferir na votação em segundo turno do projeto, a qual se apresenta como uma instância externa a lógica do jogo político, fato que o Vereador denota ao justificar a tentativa da Vereadora Julieta Reis de adiar a votação do projeto, atitude que aponta como aceitável em comparação a atitude da ACP, ao frisar que:

[...] eu respeito a todos, inclusive o posicionamento muito coerente da Vereadora Julieta Reis que tentou o adiamento. Acho que é legítimo isso,

mas de qualquer forma votamos ontem, seria muito complicado se a mídia, de uma associação poderosa ou seja lá quem fosse, seria um horror essa Câmara mudar o seu posicionamento porque alguém, entre o Primeiro e o Segundo Turno, veio aqui e de uma forma que pode ser interpretada de diversas formas pudesse mudar o rumo de uma votação. Abre um precedente perigosíssimo aqui. [...] Não estamos discutindo o mérito, mas é o processo legislativo, é o caminho das pedras que discutimos. (Paulo SALAMUNI, CMC - 49ª Sessão 15ª Legislatura, 27/11/2012)

Este trecho da fala do Vereador Salamuni, demonstra ainda que a instituição buscou jogar seu peso para interferir e tencionar o processo decisório em andamento, entretanto, sem sucesso, já que após uma breve discussão e acréscimo de ementas, foi rapidamente votada e aprovada.

Neste mesmo dia em sua página na internet a ACP, traz à público uma Carta Aberta feita pela instituição, na qual lê-se a chamada “ACP esclarece posição quanto a feriado da Consciência Negra”¹²⁵ apontando que no dia anterior a votação, Edson José Ramon, da Associação Comercial do Paraná (ACP), havia enviado uma carta aos membros da Câmara onde se coloca frente “ao projeto de transformação do Dia da Consciência Negra (20 de novembro) em feriado civil”, no traz na íntegra o conteúdo do documento, o qual embora longo, vale a pena ser reproduzido para efeitos de análise.

A Associação Comercial do Paraná vem se manifestar contrariamente à instituição de mais um feriado em nossa cidade, pelas razões elencadas abaixo.

A Associação Comercial do Paraná considera extremamente louvável a instituição do dia 20 de novembro como “Dia da Consciência Negra”.

Entendemos que esta data presta justa e integral homenagem ao herói da pátria Zumbi dos Palmares e a todos os cidadãos engajados na construção de uma sociedade igualitária, inclusiva e multicultural.

Nossa entidade há anos desenvolve iniciativas para difusão da igualdade racial e promoção da cultura afro-brasileira, com atividades especialmente concebidas para o Dia da Consciência Negra.

Não pretendemos que seja olvidada a trajetória de luta e sofrimento do povo negro. Todavia, consideramos que a eventual instituição de novo feriado civil, consoante Proposição 005.00148.2010 em trâmite na Câmara Municipal, geraria sério e expressivo impacto negativo à atividade econômica e à atração de novos investimentos no município, além de redução na produtividade e crescimento de custos adicionais, comprometendo significativamente a capacidade e competitividade das empresas curitubanas de gerar empregos e tributos.

Ademais, a adoção desse feriado conferiria tratamento desigual a outras etnias que habitam a cidade de Curitiba, que igualmente fazem parte de sua história.

¹²⁵ ACP esclarece posição quanto a feriado da Consciência Negra. Fonte: Associação Comercial do Paraná. Disponível em: <http://www.acpr.com.br/site/2012/11/acp-esclarece-posicao-quanto-a-feriado-da-consciencia-negra/>. Acesso em: 07/04/2018.

Ressalte-se, ainda, a inconstitucionalidade do projeto, tendo em vista que é competência privativa da União a instituição de feriado civil, pois interfere diretamente nas relações trabalhistas e salariais, constituindo matéria do direito do trabalho, cuja competência para legislar é privativa da União, nos termos do art. 22, I, da CF. A lei n. 9.093, de 12 de setembro de 1995 esclarece claramente a competência municipal para fixar feriado, não contemplando a hipótese aventada na proposta em exame.

Assim conclamamos aos nossos legisladores que não sejam adotadas iniciativas que signifiquem desincentivo à atividade empreendedora em nossa cidade e evitem que tal discussão chegue ao Judiciário.

Isto posto, diante da iminente nova votação da proposição 005.00148.2010, manifestamos posicionamento contrário à criação do feriado em questão, pedindo a Vossas Excelências que não o aprovem. Edson José Ramon, presidente da ACP¹²⁶.

A carta se inicia em tom conciliatório, apontando e admitindo a importância do feriado, da data e do herói em questão, mas logo expõe o ponto de vista da instituição, apontando que este *“geraria sério e expressivo impacto negativo à atividade econômica e à atração de novos investimentos no município, além de redução na produtividade e crescimento de custos adicionais, comprometendo significativamente a capacidade e competitividade das empresas curitubanas de gerar empregos e tributos”*¹²⁷, no entanto, sem demonstrar de forma cabal, isto é, por meio de planilha ou meio contábil, estatístico, comparativo, etc., qualquer elemento que desse causa à estas afirmações.

Apontou ainda que, a *“entidade há anos desenvolve iniciativas para difusão da igualdade racial e promoção da cultura afro-brasileira, com atividades especialmente concebidas para o Dia da Consciência Negra”*¹²⁸, embora, em uma pesquisa, mais profunda nos meios de comunicação da ACP, nenhuma menção a estas fosse encontrada.

Mais à frente a carta, aponta que a criação de um Feriado da Consciência Negra, seria uma forma de discriminação, uma vez que, *“Ademais, a adoção desse feriado conferiria tratamento desigual a outras etnias que habitam a cidade de*

¹²⁶ ACP esclarece quanto a feriado da consciência negra em Curitiba (27/11/2012). DISPONÍVEL EM <https://acpr.com.br/noticias/gera-defende-posicao-da-acp-na-camara-municipal/>. Acesso 03/12/2018.

¹²⁷ ACP esclarece posição quanto a feriado da Consciência Negra. Fonte: Associação Comercial do Paraná. Disponível em: <http://www.acpr.com.br/site/2012/11/acp-esclarece-posicao-quanto-a-feriado-da-consciencia-negra/>. Acesso em: 07/04/2018.

¹²⁸ ACP esclarece posição quanto a feriado da Consciência Negra. Fonte: Associação Comercial do Paraná. Disponível em: <http://www.acpr.com.br/site/2012/11/acp-esclarece-posicao-quanto-a-feriado-da-consciencia-negra/>. Acesso em: 07/04/2018.

*Curitiba, que igualmente fazem parte de sua história*¹²⁹, no que obras como as de Ianni (1988), Sanches (1997) e Moraes e Souza (1999) acabam por ressaltar a fragilidade desta afirmação ao evidenciarem uma sociedade que tem como característica exacerbar as suas origens europeias. Identidade europeia exacerbada, inclusive do ponto de vista arquitetônico como denúncia Dennison de Oliveira (2000) em sua obra “Curitiba, o mito da cidade modelo”. Assim, a ACP, por meio de seu Presidente Édson Ramon, incorre em uma tentativa de demonstrar um racismo invertido e valorização exagerada do negro (afrodescentes) que não se explicita na realidade.

Procura ainda, denunciar que do ponto de vista da instituição, a adoção do feriado é Inconstitucional, desconsiderando as leis que apoiam as chamadas políticas afirmativas em relação as populações negras e indígenas apontadas no Estatuto da Igualdade Racial. Esta carta, num sentido estrito, acaba por se colocar como um ultimato à Câmara, na medida em que adverte que *“Assim conclamamos aos nossos legisladores que não sejam adotadas iniciativas que signifiquem desincentivo à atividade empreendedora em nossa cidade e evitem que tal discussão chegue ao Judiciário”*¹³⁰, no que mesmo diante da advertência os Vereadores mantiveram-se firmes em sua decisão aprovando a efeméride em detrimento dos interesses das ACP.

Todavia, no mês seguinte, a Câmara confere o título de Vulto Emérito¹³¹, a Edson Ramon, o que pode ser interpretado, diante da conjuntura política, como uma tentativa de conciliação entre a Câmara e a ACP. O evento foi noticiado na página da instituição no dia 11/12/2012, sob a chamada “Edson Ramon é Vulto Emérito de Curitiba”, o jornalístico ainda desta que “o título Vulto Emérito de Curitiba, concedido pela Câmara Municipal na sessão especial realizada nesta segunda-feira (10).” sendo *“a proposta aprovada por unanimidade pelo plenário da Casa teve a autoria do vereador Jair César, e dentre as autoridades que prestigiaram o evento destacaram-se a presença do Prefeito Luciano Ducci, do deputado federal Eduardo*

¹²⁹ ACP esclarece posição quanto a feriado da Consciência Negra. Fonte: Associação Comercial do Paraná. Disponível em: <http://www.acpr.com.br/site/2012/11/acp-esclarece-posicao-quanto-a-feriado-da-consciencia-negra/> Acesso em: 07/04/2018.

¹³⁰ ACP esclarece posição quanto a feriado da Consciência Negra. Fonte: Associação Comercial do Paraná. Disponível em: <http://www.acpr.com.br/site/2012/11/acp-esclarece-posicao-quanto-a-feriado-da-consciencia-negra/> Acesso em: 07/04/2018.

¹³¹ Edson Ramon é Vulto Emérito de Curitiba. Fonte: Associação Comercial do Paraná. Disponível em: <https://acpr.com.br/noticias/edson-ramon-e-vulto-emerito-de-curitiba/> Acesso em: 07/04/2018.

*Sciarra e, como representante do Governador Beto Richa, o secretário estadual da Copa Mário Celso*¹³², o que denota um certo desejo da Casa em buscar uma saída política para a questão.

Contudo, a fala do Vereador Jair Cezar, buscou demonstrar apoio as ações da ACP, demonstrando seu assentimento, no que a nota sublinha que *“o vereador Jair César destacou algumas das posições corajosas assumidas pela ACP, sob a liderança de Edson José Ramon, tais como o confronto com as elevadas tarifas de pedágio, as pichações e, recentemente, a aprovação do feriado da Consciência Negra no dia 20 de novembro”*¹³³. Sobre essa questão específica, o vereador reconheceu que *“em nenhum momento o presidente Edson José Ramon se colocou contra a celebração da consciência negra, embora tenha se esforçado bravamente para evitar a aprovação de mais um feriado municipal”*¹³⁴, deste modo, procurou ainda, acudir a posição da ACP, frente a decisão tomada pela Câmara.

¹³² Mario Celso Puglielli da Cunha (Mario Celso), nascido em 17/07/1946, natural de Curitiba. É Jornalista Profissional e Radialista. Eleito vereador em 1976. Foi deputado estadual em 1978. Reeleito vereador em 1988, 1992, 1996, 2000, 2004 e 2008. Em 2010 escolhido como Líder do prefeito Luciano Ducci na Câmara Municipal. Em 2011 foi convidado pelo Governador Beto Richa para assumir o cargo de Secretário Estadual para Assuntos da Copa do Mundo da FIFA 2014. No ano de 2013 assumiu a Coordenação Geral de Eventos Esportivos da Secretaria Estadual do Esporte e do Turismo.

¹³³ Edson Ramon é Vulto Emérito de Curitiba. Fonte: **Associação Comercial do Paraná**. Disponível em: <https://acpr.com.br/noticias/edson-ramon-e-vulto-emerito-de-curitiba/> Acesso em: 07/04/2018.

¹³⁴ Edson Ramon é Vulto Emérito de Curitiba. Fonte: **Associação Comercial do Paraná**. Disponível em: <https://acpr.com.br/noticias/edson-ramon-e-vulto-emerito-de-curitiba/> Acesso em: 07/04/2018.

CAPÍTULO 2

O DEBATE GANHA CORPO

O segundo capítulo foca nos debates entre a Câmara Municipal de Curitiba, o Movimento Negro e os membros da ACP, por meio dos discursos proferidos por estes. Percebe-se que a voz dos representantes do Movimento Negro ficou mitigada frente ao combate destes dois grandes grupos: a ACP e a CMC, na medida em que a voz deste movimento social, aparece pontualmente nos debates, entre os dois grupos que se utilizam de suas instituições em uma “queda de braço” onde o poder público se acha enfraquecido, na medida em que não logra êxito ao impor seus interesses.

2.1 UM NOVO PERÍODO DE LUTAS

Aos 16 de janeiro de 2013 a ACP anuncia através de seus meios de comunicação institucional que *“estuda ação judicial contra feriado da Consciência Negra”*¹³⁵. A notícia aponta que a ACP, com apoio do setor jurídico da instituição estava tomando providências no intuito de impugnar judicialmente a data, surgindo nesta pela primeira vez a “contabilidade” onde a *“paralisação da atividade econômica traria um prejuízo calculado em R\$ 160 milhões para o município da capital”*¹³⁶ sem no entanto, apontar um indicador que justificasse o valor auferido.

O presidente da ACP na época, Edson Ramon apontava que *“essas manifestações cívicas deveriam ser transformadas em eventos de natureza educativa, transmitindo às crianças e adolescentes, especialmente, a real compreensão da dimensão histórica desse herói nacional”*¹³⁷, reiterando a não

¹³⁵ ACP estuda ação judicial contra feriado da Consciência Negra. Fonte: Associação Comercial do Paraná. Disponível em: <http://www.acpr.com.br/site/2013/01/acp-estuda-acao-judicial-contra-feriado-da-consciencia-negra/>. Acesso em: 07/04/2018.

¹³⁶ ACP estuda ação judicial contra feriado da Consciência Negra. Fonte: Associação Comercial do Paraná. Disponível em: <http://www.acpr.com.br/site/2013/01/acp-estuda-acao-judicial-contra-feriado-da-consciencia-negra/>. Acesso em: 07/04/2018.

¹³⁷ ACP estuda ação judicial contra feriado da Consciência Negra. Fonte: Associação Comercial do Paraná. Disponível em: <http://www.acpr.com.br/site/2013/01/acp-estuda-acao-judicial-contra-feriado-da-consciencia-negra/>. Acesso em: 07/04/2018.

necessidade de haver um feriado para a data em questão, mesmo em se tratando de um herói nacional. Sem levar em conta, que pela Lei Nº 9.394, a data já possui o “*caráter de manifestação cívica e de natureza educativa*”¹³⁸. Destacava também que “*no momento oportuno, havendo respaldo na jurisprudência para o ingresso da ação judicial a ACP tomará as medidas cabíveis, ressaltando que a preocupação não é menosprezar a honradez de pessoas trabalhadoras e ordeiras, mas simplesmente advertir para as perdas inevitáveis que a economia de Curitiba vai sofrer*”¹³⁹, no que faltou apontar quem eram as “pessoas trabalhadoras e ordeiras”.

Posteriormente, em 17 de janeiro de 2013, o site da ACP, anuncia que “*Presidente da ACP se encontra com líderes de movimentos sociais*”¹⁴⁰, a reunião segundo informa o artigo foi uma iniciativa do então Presidente do Conselho Municipal de Política Étnico-Racial, Saul Dorval da Silva, do Vereador Adilson Alves Leandro (Mestre Pop-PSC), do advogado Mozart de Quadros, numa tentativa de buscar junto ao então Presidente da ACP Edson José Ramon, que este não recorresse a via judicial, buscando sensibilizar ao mesmo e, a instituição a qual representava, para a importância simbólica da data para a população negra da cidade.

Segundo a notícia ocorreu “*uma conversa amistosa, os representantes se prontificaram a apresentar estudos para comprovar que a paralisação não trará prejuízos ao município, estimulando, inclusive, lucros em setores como o turismo e a gastronomia*”¹⁴¹, no que o Presidente da ACP acabou por reforçar as suas posições ao declarar que em nenhum momento “*se manifestou contrariamente à legitimidade de prestar homenagens e reconhecer a importância histórica de Zumbi dos Palmares*”¹⁴², insistindo que o feriado geraria prejuízos econômicos à cidade e que o mesmo deveria ser transformado em ponto para atividades educativas a serem

¹³⁸ ACP estuda ação judicial contra feriado da Consciência Negra. Fonte: Associação Comercial do Paraná. Disponível em: <http://www.acpr.com.br/site/2013/01/acp-estuda-acao-judicial-contra-feriado-da-consciencia-negra/>. Acesso em: 07/04/2018.

¹³⁹ ACP estuda ação judicial contra feriado da Consciência Negra. Fonte: Associação Comercial do Paraná. Disponível em: <http://www.acpr.com.br/site/2013/01/acp-estuda-acao-judicial-contra-feriado-da-consciencia-negra/>. Acesso em: 07/04/2018.

¹⁴⁰ Presidente da ACP se encontra com líderes de movimentos sociais. Fonte: Associação Comercial do Paraná. Disponível em: <http://www.acpr.com.br/site/2013/01/presidente-da-acp-se-encontra-com-lideres-de-movimentos-sociais/>. Acesso em: 07/04/2018.

¹⁴¹ Presidente da ACP se encontra com líderes de movimentos sociais. Fonte: Associação Comercial do Paraná. Disponível em: <http://www.acpr.com.br/site/2013/01/presidente-da-acp-se-encontra-com-lideres-de-movimentos-sociais/>. Acesso em: 07/04/2018.

¹⁴² Presidente da ACP se encontra com líderes de movimentos sociais. Fonte: **Associação Comercial do Paraná**. Disponível em: <http://www.acpr.com.br/site/2013/01/presidente-da-acp-se-encontra-com-lideres-de-movimentos-sociais/>. Acesso em: 07/04/2018.

realizadas voltadas para os estudantes, no intuito de celebrar a memória deste herói nacional.

A sessão de 18 de Janeiro de 2013¹⁴³ marca o início de uma nova legislatura na CMC, com a posse dos vereadores eleitos no pleito de 2012. Dentre as falas de destaque que ocorrem nesta sessão é importante destacar a fala do Vereador Adilson Alves Leandro (Mestre Pop), uma apresentação interessante, dado que este inicia sua exposição declarando sua origem e pertencimento racial, filho de mãe negra e pai pardo, se colocando como homem negro (afrodescendente) frente aos demais representantes, ao que o também o Vereador Paulo Bernardes posteriormente chama atenção asseverando que, *“Eu quero cumprimentá-lo, Vereador Mestre Pop. Durante vinte e seis anos fui vereador nesta Casa, vários colegas da raça negra estiveram aqui, mas hoje eu o parabeno porque V.Exa. é o primeiro Vereador negro a levantar esta bandeira”*¹⁴⁴, na medida em o novo parlamentar emite sua fala trazendo seu histórico de sujeito de ascendência popular e periférica, bem como, chama atenção para questões como o tratamento dado a população negra em Curitiba, a importância da adoção do Feriado do 20 de Novembro e atitude da ACP de impetrar ação na justiça contra a efetivação da data.

Neste sentido, é importante resgatar alguns fragmentos da fala do Vereador:

A questão que vou abordar hoje é do preconceito. Como disse, vou direto ao assunto, por ser mineiro não sou muito de fazer rodeios. Através da lei do ex-Vereador Clementino, tivemos uma oportunidade, que é o dia 20 de novembro o Dia da Consciência Negra. Isso já deveria ter sido definido como projeto de lei pelo Presidente da República, mas não tivemos ainda um presidente a altura para fazer um feriado nacional. O racismo e o preconceito por parte da elite contra o feriado do dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra. O preconceito em Curitiba é silencioso e cruel. O feriado já existe, está homologado. Perante uma pesquisa que foi feita através de um jornal de grande circulação na capital, mais de 80% da população curitibana adere ao feriado, mas a Associação Comercial do Paraná, ACP, ignora esses dados e só fala em cifras, impacto econômico. Esquecem-se que o mais importante é a cultura de um País. Os escravos negros foram mão de obra fundamental, no passado, para o crescimento de Curitiba e do País. Os imigrantes e muitas vezes ignoram os negros, gastam milhões em monumentos e praças para homenageá-los. Não falo que não mereçam, sabemos da importância do crescimento de imigrantes italianos para Curitiba, poloneses, ucranianos, árabes. Nós sabemos que todas essas etnias se consolidam e fazem uma Curitiba, mas os negros querem o mesmo tratamento dos imigrantes que vieram ajudar Curitiba a crescer. Nós temos aqui em cima a Praça do Japão, e parece que ela já teve uma reforma no início de 2011, final de 2010. Agora querem fazer outra reforma

¹⁴³ CMC, Ata da **4ª Sessão Ordinária, do 1º Período Legislativo Ordinário, da 1ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura**, Realizada em: 18/02/2013.

¹⁴⁴ CMC, Ata da **4ª Sessão Ordinária, do 1º Período Legislativo Ordinário, da 1ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura**, Realizada em: 18/02/2013.

por causa do ônibus. Nós temos a Praça da Espanha[...] Eu pergunto se algum de vocês sabe onde fica a Praça dos Negros, Praça da África ou a Praça Zumbi dos Palmares? Pode ter certeza, ela existe, ela está nos redutos, na periferia de Curitiba. feriado seria um dia de reflexão, não um dia de festa, para lembrarmos as atrocidades que o ser humano é capaz de cometer em nome da economia e do poder. Curitiba se orgulha dos seus imigrantes e muitas vezes ignoram os negros, gastam milhões em monumentos e praças para homenageá-los. Não falo que não mereçam, sabemos da importância do crescimento de imigrantes italianos para Curitiba, poloneses, ucranianos, árabes. Nós sabemos que todas essas etnias se consolidam e fazem uma Curitiba, mas os negros querem o mesmo tratamento dos imigrantes que vieram ajudar Curitiba a crescer. Nós temos aqui em cima a Praça do Japão, e parece que ela já teve uma reforma no início de 2011, final de 2010. Agora querem fazer outra reforma por cauda do ônibus. Nós temos a Praça da Espanha[...] Eu pergunto se algum de vocês sabe onde fica a Praça dos Negros, Praça da África ou a Praça Zumbi dos Palmares? Pode ter certeza, ela existe, ela está nos redutos, na periferia de Curitiba. (Mestre POP, CMC - 4ª Sessão 16ª Legislatura 18/01/2013)

Neste sentido, a fala do Vereador Mestre Pop é muito eloquente e concisa, pois, toca em diversos problemas relacionados ao lugar ocupado pelo negro na cidade, do ponto de vista social, econômico e racial, bem como, o lugar periférico e marginal dado a esta população, no que toca ao tratamento dado aos seus problemas e necessidades. Por outro lado chama atenção a crítica e a justificativa econômica exposta pela ACP, para opor-se ao feriado, mesmo contra o interesse e aprovação por parte de 80% da população da cidade¹⁴⁵.

Posição que segundo o Vereador se apoia nos mesmos interesses financeiros que mantiveram e justificaram a escravidão no país até o final do Século XIX. Assim, esta fala chama atenção pela sua contundência e sobriedade como foi proferida. Ele continua apontando para o preconceito que se acha enraizado na cidade, e destaca as situações de discriminação pelas quais passou ao chegar à cidade, pelo desconhecimento dos espaços e por onde podia circular, e mesmo da sua persistência de se manter neste espaço apesar de tudo, retornando as suas críticas à interferência da ACP, na tentativa de interditar a efeméride, onde pondera:

Tenho certeza que muitos dos senhores não foram eleitos por causa de cifrões como a ACP apresenta para nós, fomos eleitos através da confiança, daquilo que colocamos perante a sociedade do qual representamos. E a atitude, a ACP entrar com uma ação contra uma lei que já foi homologada, que foi através de mais de trinta e sete Vereadores, está desfavorecendo o

¹⁴⁵ FÉLIX, Rosana. Com 81% de aceitação, curitibanos aprovam o Dia da Consciência Negra. Gazeta do Povo. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/com-81-de-aceitacao-curitibanos-aprovam-o-dia-da-consciencia-negra-129y8k3neev337z81aqp5y1hv/>> Acesso em: 20/11/2018.

Poder Legislativo, está desfavorecendo a todos os senhores, a todos nós. Vejo a ação da ACP porque estive no prédio numa reunião em janeiro e um deles me contou uma história bem bonita, disse que a avó dele veio de uma região da Europa, aqui se instalou, criou o pai, criou o filho e nem por isso ela tem uma estátua e tem um feriado, ela de uma forma heroica. Parabenizei ele pela atitude da avó dele, mas quero dizer a vocês que o negro não veio aqui por opção, veio arrastado nos porões imundos de um navio negreiro, vieram trabalhar em condições sub-humanas, quando acusados de preguiça as suas nádegas ficavam em carne viva pelos chicotes dos feitores. Em 1850, com a Lei Euzébio de Queiroz, traziam as famílias, porque dessa maneira o negro não fugia. Temos que valorizar a todos os imigrantes que aqui vem, com certeza muitos italianos, japoneses vieram para cá fugindo da guerra, e não podemos esquecer aqueles que a fogo e ferro abriram as estradas deste Brasil. Quero deixar um recado, não vamos nos curvar, esse tempo já passou, não vamos nos curvar a nenhum senhor de engenho que se prontifique a movimento de ação contra os negros. E lembrem, quando o negro foi trazido para cá foi por valores econômicos, (l) igual a esses que pensam aí agora, que querem colocar uma ação para desestabilizar e tirar aquilo que já foi homologado nesta Casa. O negro não veio aqui por opção. Lembro aos senhores, deem uma passada em sua árvore genealógica, quem aqui não tem um pezinho na senzala? Com certeza, amigo, você tem um pé numa tribo de índio. Você é descendente de cigano, de polonês, de italiano. Eu quero que vocês pensem. Eu trago vocês para uma luta que não é só minha. Eu vejo essa ação como uma desonra para esta Casa. E ao presidente, Vereador Paulo Salamuni, quero solicitar que esta Casa de Leis estude a possibilidade de ingressar com um processo, por que a ACP pediu o cancelamento do feriado do Dia da Consciência Negra. Eu vejo como uma instituição racista e preconceituosa alegar que um feriado vai desestabilizar Curitiba economicamente. Um feriado vai fazer crescer a rede de hotelaria, os restaurantes nos finais de semana, os parques, o litoral. São Paulo já provou que a lei foi favorável, aumentou a renda per capita do município durante o tempo do feriado. Retomando, pedir ao presidente, Vereador Paulo Salamuni, que esta Casa de Leis estude a possibilidade de ingressar com processo, porque a ACP pediu o cancelamento do feriado do Dia da Consciência Negra. E para que se habilite como amigo da corte, *amicus curi*. E peço ainda que o município de Curitiba, através da sua procuradoria, faça a defesa da lei da forma mais correta possível, com a atenção que esse caso merece. Eu peço ao presidente e a esta Casa uma nota pública em defesa da lei aprovada no legislativo municipal. E repudiando a ação proposta pela ACP, como se esta Casa devesse algum tipo de subserviência aos senhores da Associação Comercial do Paraná. (Mestre POP, CMC - 4ª Sessão 16ª Legislatura 18/01/2013)

A fala do Vereador, expõe de modo visceral seu ponto de vista sobre a atitude da ACP, de se interpor contra o poder público em uma questão tão cara à população negra, que busca através da implantação do feriado, o resgate da contribuição do negro, para com a História do país e mesmo da cidade, que nega por meio do reconhecimento de outros grupos e etnias, a presença e a contribuição do negro para a cultura e a memória de curitibana.

Ele evidencia um desdém por parte da instituição ao generalizar e comparar a história pessoal de um membro da ACP, com a de um grupo marginalizado,

procurando minimizar a questão por meio deste exemplo. Assim, o Vereador compreende esta ação e o processo impetrado pela ACP, bem como, outras atitudes tomadas pela instituição, como sendo racistas e que reproduzem uma moral escravocrata aonde a vontade do senhor de escravos era a lei. Ele se propõe, junto ao Vereador Salamuni, a agir em relação a oposição ao feriado, para que a data se cumpra.

Salamuni¹⁴⁶ aponta para a força da Câmara ao resistir à pressão da ACP, dando ciência de como se deu a aprovação do feriado, bem como, a ausência do executivo, no que tange a sanção da lei, que acabou por conta de fato na responsabilidade do Presidente da Câmara, como deixa claro ao afirmar:

V.Exa. saiba que é uma honra para essa cidade tê-lo como representante. Isso mostra a heterogeneidade, a pluralidade. E ninguém nessa cidade vai dizer o que esse poder deve fazer ou deixar de fazer. Os únicos que poderão fazer isso são os senhores vereadores. Isso é um poder da cidade. Não há ninguém, seja ele não governamental, de cunho religioso, de cunho de classe, esse poder é soberano.[...]
[...]E esta Câmara entendeu, por trinta e sete votos a um, de fazer valer diferente da Assembleia Legislativa. Foi ao então prefeito Luciano Ducci, que tinha duas possibilidades, de sancionar ou de vetar. Sancionando, vira lei. Vetando, vem para este parlamento para manter ou derrubar, integral, ou parcialmente. Quando não sanciona e não veta, há um prazo regimental e volta para a câmara para a promulgação. E veio para cá, e eu, levando em conta a justiça da tese, levando em conta a vontade dos trinta e sete vereadores, não claudiquei, e promulguei a lei, e aqui em Curitiba 20 de novembro será feriado. Ninguém vai pautar isso. A não ser que venha uma decisão da justiça, aí é outra história. Mas não acredito que venha, porque a questão é constitucional. E nós vamos entrar, se for preciso, como amigos da corte. Quando vem um processo de ação direta de inconstitucionalidade, a câmara se manifesta, ela não é parte, ela dá orientação, ela dá a explicação, e quem decide é a justiça, se isso é constitucional ou é inconstitucional. Mas a princípio, eu não vejo absolutamente nada de inconstitucionalidade. Nós temos total soberania para decidir se algo deve ser feriado ou não na cidade de Curitiba. E assim nós procederemos. E eu quero ir mais além para dizer que não foi pedido por esta Casa, portanto não é suspeito, porque houve uma enquête no jornal A Gazeta do Povo e 51% da população foi favorável ao feriado. Depois houve uma pesquisa da Paraná Pesquisa, também encomendada pela mesma rede, e ali foi uma diferença muito maior em favor do feriado. Portanto, os vereadores que às vezes tem que decidir, e parte da população não compreenda, essa decisão veio ao encontro dos anseios da maioria da população, seja numa enquête de jornal, ou numa pesquisa feita, sem que tivéssemos participado disso. (Paulo SALAMUNI, CMC - 4ª Sessão 16ª Legislatura 18/01/2013)

Salamuni reforça, a constitucionalidade do projeto, vista que houve uma análise e um debate sobre o tema, antes da aprovação do mesmo. Por outro lado

¹⁴⁶ CMC, Ata da **4ª Sessão Ordinária, do 1º Período Legislativo Ordinário, da 1ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura**, Realizada em: 18/02/2013.

reforça uma vez mais o fato de que a população se achava pronta para apoiar o feriado, contudo, este não descartou a possibilidade da derrubada do mesmo, por conta de um movimento jurídico. O Vereador Tiago Gevert (Tiago Augusto Gevert)¹⁴⁷, reforça que não vê razão, motivo para o questionamento da ACP, uma vez que, segundo o mesmo, *“[...] é fácil argumentar esta questão da ACP, pois o feriado da Consciência Negra não obriga que os comércios fechem. Então, não vejo necessidade que eles entrem com uma ação contra este feriado, porque ninguém está obrigando fechar nenhum comércio, nenhuma loja, nenhuma padaria, nada”*¹⁴⁸, esta afirmação aponta para a justificativa infundada por parte da ACP, sobre o prejuízo causado pelo fechamento do comércio que segundo este poderia trabalhar normalmente, não havendo razão na grita da entidade quanto a questão do feriado.

O Vereador Jonny Stica (Jonny Magalhães Stica)¹⁴⁹, aproveita o momento para questionar o modo como o povo e a história de Curitiba é representada, tendo em vista a pintura existente ao fundo do parlatório, onde claramente se vê uma representação desta que não contempla a sociedade local, no que este faz a seguinte reflexão:

[...] fizemos uma homenagem ao movimento negro há cerca de um ano nesta Casa onde participou o Vereador Paulo Salamuni, eu fui o proponente. O líder do movimento negro foi homenageado e já reivindicava esta questão. Um exemplo é este painel que está aqui à frente de nós Vereadores, é um painel que retrata um pouco da história de Curitiba, seus trabalhadores, e neste painel, não vemos nenhum negro formando a história da cidade. Vemos descendentes de polonês, vemos descendentes italianos, mas não tem sequer um negro no painel que representa um pouco da história da nossa cidade. Sabemos que a nossa história também foi feita de negros. O IBGE aponta em torno de 20% da população de Curitiba é negra. (Jonny STICA, CMC - 4ª Sessão 16ª Legislatura 18/01/2013)

¹⁴⁷Tiago Augusto Gevert (Tiago Gevert) nascido em 09/04/1986, natural de Curitiba. Exerceu um único mandato que durou de 2013 à 2016. Entretanto, o ex-Vereador continua trabalhando nos bastidores da política, uma vez que, “está lotado na 1ª vice-presidência da Casa, ocupada pelo deputado Guto Silva (PSD). Segundo Gevert, suas atribuições no novo cargo envolvem a articulação política para o grupo que integra – ligado ao secretário de Desenvolvimento Urbano, Ratinho Junior (PSD). Para isso, o ex-vereador recebe, mensalmente, R\$ 19,5 mil, de acordo com o Portal da Transparência da Assembleia. Gevert afirma que também está construindo sua candidatura ao cargo de deputado estadual, em 2018”, segundo o Jornal Gazeta do Povo.

¹⁴⁸ CMC, **Ata da 4ª Sessão Ordinária, do 1º Período Legislativo Ordinário, da 1ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura**, Realizada em: 18/02/2013.

¹⁴⁹Jonny Magalhães Stica (Jonny Stica) nasceu em 10/10/1983, natural de Curitiba, é filho do ex-vereador e ex-deputado estadual Natálio Stica. Foi eleito pela primeira vez em 2008. Tomou posse em 2009, sendo reeleito para um segundo mandato em 2013. Em 2016 disputou um terceiro mandato, no entanto não foi reeleito. Atualmente é dono e administrador de um escritório de arquitetura, atuando na área de projetos residenciais e edifícios, conforme aponta o Jornal Gazeta do Povo.

Neste sentido, Salamuni evidencia que estava presente quando da confecção da obra, e que de fato consistia num erro o painel não conter nenhuma representação que aludisse a população negra, mas, que no entanto, apesar desta não estar representada na obra, ela se fazia presente na figura do Vereador Mestre Pop, que ocupava a tribuna, o que de fato se constituiu em uma elegante saída política para um problema visível. Ambos, tanto Stica quanto Salamuni entendem que não se deve modificar a obra, consideração esta que poderia ser tensionada por qualquer representante do Movimento Negro.

Importante é apontar que tendo em vista a questão da data, o 20 de Novembro, outras atividades vinculadas a ela estavam sendo encaminhadas, como por exemplo o estabelecimento em calendário oficial da cidade da Festa da Lavação da Escadaria da Igreja do Rosário. Neste íterim, Tito Zeglin apresenta o projeto de autoria de Jonas Airton Miecznikowski que estabelece proposta de lei orçamentária, em 5 de Fevereiro de 2013 que tramita até a data de 25 de Abril do mesmo ano, em que novamente *“Dispõe sobre a inserção da Festa da Igreja do Rosário no Calendário Oficial de Eventos do Município de Curitiba, e dá outras providências”*¹⁵⁰, em que liga o evento de modo direto ao Dia da Consciência Negra:

Art. 1º Fica incluída no Calendário Oficial de Eventos do Município de Curitiba a Festa da Igreja do Rosário.

Art. 2º O evento que se refere o Art. 1º deverá ser realizado anualmente no dia 20 de novembro, "Dia da Consciência e da Luta do Povo Negro", data em que se comemora o "Dia de ZUMBI DOS PALMARES."

Parágrafo Único. Caso o dia 20 de novembro venha coincidir com o DOMINGO, a festa deverá ser antecipada para o dia 19, SÁBADO (Tito Zeglin Proposição n: 005.00063.2013 de 05/02/2013)

Por outro lado a ACP, manteve-se mobilizada no que toca a sua oposição a comemoração. O fato que torna esta posição mais evidente, tem a ver com artigo publicado na Revista do Comércio, periódico trimestral da própria ACP, na edição número 166 de Fevereiro/Março de 2013, que traz duas matérias. Na primeira, na seção “Palavra do Presidente”, Edson Ramon assina o texto intitulado “Comemoração não é sinônimo de feriado”¹⁵¹, onde defende a “desnecessidade” da parada na data. Logo em suas primeiras palavras informa que “[...] a Associação

¹⁵⁰ Tito Zeglin Proposição n: 005.00063.2013 de 05/02/2013 Fonte: Sistema de Proposições Legislativas - SPLII Disponível em: <<https://goo.gl/1WD8XK>> visto em: 14/09/2016

¹⁵¹ RAMON, Edson José. Comemoração não é sinônimo de feriado p.3. Revista do Comércio nº166 [online]. Curitiba, Fev/Mar 2013. Disponível em: <https://issuu.com/acprc/docs/revistamarco> Acesso em: 07/04/2018.

*Comercial do Paraná (ACP) assumiu de forma coerente com seus princípios históricos uma posição de inconformismo com a criação em Curitiba do feriado da Consciência Negra, a ser comemorado no dia 20 de novembro*¹⁵², ou seja, nada novo, mas não se pode deixar de refletir sobre qual tradição esta afirmativa se estabelece, uma vez, que o próprio Barão do Serro Azul¹⁵³ foi um dos primeiros a pôr-se ao lado dos abolicionistas no Estado do Paraná (PEREIRA, 2018). O Presidente da ACP continua sua exposição argumentando a tentativa de convencer os Vereadores, que obstante aos interesses da associação, aprovaram por unanimidade a adoção do Feriado.

A ACP, busca então, “sensibilizar” o então Prefeito Luciano Ducci “*que preferiu não se pronunciar sobre o mérito da questão, devolvendo-a à Câmara. Nos primeiros dias da atual legislatura, a citada Casa promulgou a lei instituindo o feriado em homenagem a Zumbi dos Palmares*”¹⁵⁴ o que denota um certo quadro de indiferença dos gestores contra a grita da ACP e seus representantes.

A ACP retoma a sua fala sobre a comunidade negra, mas ao mesmo tempo ingressa com uma Ação de Inconstitucionalidade (ADIN)¹⁵⁵ no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-Pr) contra o Feriado do Dia da Consciência Negra. A ação é submetida no Início em 07 de Fevereiro de 2013, sendo defendida pelo Escritório Cleverson Marinho Teixeira Advogados Associados¹⁵⁶ que expressa por meio de uma petição

¹⁵² RAMON, Edson José. Comemoração não é sinônimo de feriado p.3. **Revista do Comércio nº166** [online]. Curitiba, Fev/Mar 2013. Disponível em: <https://issuu.com/acprc/docs/revistamarco> Acesso em: 07/04/2018.

¹⁵³ MARTINS, Romário. História do Paraná. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995

¹⁵⁴ RAMON, Edson José. Comemoração não é sinônimo de feriado p.3. **Revista do Comércio nº166** [online]. Curitiba, Fev/Mar 2013. Disponível em: <https://issuu.com/acprc/docs/revistamarco> Acesso em: 07/04/2018.

¹⁵⁵ PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN).ACP e SINDUSCOM-PR e Câmara Municipal de Curitiba (CMC). Desembargador D'Atagnan Serpa Sá. 07/03/2013, Paraná, v.1, mar. 2013. p.2-29.

¹⁵⁶ Cleverson Marinho Teixeira nasceu em Paranaguá (PR) no dia 8 de novembro de 1939, filho de José Alves Teixeira e de Arsênia Marinho Teixeira. Em 1962 bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná. No ano seguinte concluiu o curso da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), em Curitiba. Chefe do gabinete da presidência do Banco do Estado do Paraná (Banestado) em 1973, desse ano a 1974 fez alguns cursos de administração. Ainda em 1974 chefiou a assessoria de planejamento e controle global do conglomerado Banestado. Iniciou sua carreira política elegendo-se deputado federal pelo Paraná em novembro de 1974, na legenda da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de apoio ao regime militar vigente no país desde abril de 1964. Assumindo sua cadeira em fevereiro do ano seguinte, tornou-se membro da Comissão de Constituição e Justiça e suplente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara. No pleito de novembro de 1978, sempre na legenda da Arena, recandidatou-se a deputado federal por seu estado, mas alcançou apenas uma suplência, deixando a Câmara em janeiro do ano seguinte. Com a extinção do bipartidarismo em 29 de novembro de 1979 e a consequente reformulação partidária, filiou-se ao Partido Democrático Social (PDS). Ainda em 1979, tornou-se superintendente do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), no Paraná,

com cerca de 28 páginas as razões da ACP e do SINDUSCON-PR) contra a introdução da data no calendário curitibano. Por se tratar de uma ADIN, a ação foi dirigida, diretamente à Segunda Instância do TJ-Pr. Em suas argumentações se coloca da seguinte forma:

63. Não é a mera instituição de um feriado irá apagar da história do país a trágica e heroica trajetória do povo negro, assim como não será esse feriado que irá redimir e erradicar preconceitos em nossa Sociedade.

64 A simples instituição deste feriado irá realmente conscientizar as pessoas a respeito do seu significado, ou as pessoas apenas irão, como em todos os feriados, se refugiar em suas casas, sem sequer refletir sobre os fatores históricos e sociais que o originaram?

65. É evidente que para que haja conscientização, são necessárias ações estratégicas, envolvendo políticas de combate ao racismo e resgate das minorias em especial nas escolas, mas também nas entidades públicas, através de atitudes que realmente elevem o patrimônio histórico cultural do povo negro no Brasil.

66. As atividades de lazer e descanso realizadas pela maioria da população nos dias de feriado não tem contribuído para a conscientização das pessoas a respeito da condição passada, presente ou futura dos negros.

VII - CONCLUSÕES

67. A instituição do feriado da Consciência Negra, através da Lei n. 0 14.224/2013, é inadmissível pelas seguintes razões: i) Afronta expressamente a Constituição Estadual, a Constituição Federal e não suplementa a Lei Federal vigente no país, e ainda a contraria: ii) causará prejuízo incomensurável ao Município, o que certamente findara por ser repassado a população; iii) causará prejuízo irreparável a economia curitibana: iv) não é o meio adequado para conscientização a respeito do

permanecendo no cargo até 1982. Em novembro de 1982, voltou a se candidatar a deputado federal pelo Paraná na legenda do PDS, obtendo novamente uma suplência. Superintendente do Centro de Desenvolvimento Industrial do Paraná, entidade voltada para a captação de recursos e gerência de programas especiais de desenvolvimento econômico, nos anos de 1986 e 1987, foi membro do Conselho Municipal de Contribuintes, como representante da Associação Comercial do Paraná entre 1992 e 1995. Neste último ano, tornou-se presidente do Instituto Liberal do Paraná, ocupando esse cargo até 1998. Coordenador do escritório jurídico Cleverson Teixeira, foi professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e membro da Comissão Especial do Código Civil. Tornou-se membro do Conselho Estadual do Trabalho (1995-1999), do Conselho Paranaense da Livre Iniciativa, do Instituto dos Advogados do Paraná, entre outras entidades. Nos anos seguintes Cleverson dedicou-se primordialmente à administração de seu escritório de advocacia em Curitiba, embora continuasse atuando em diversas entidades. Foi vice-presidente e, posteriormente, presidente da Câmara de Arbitragem da Associação Comercial do Paraná (ARBITAC) entre 1996 e 2008, presidente da Comissão dos Direitos Humanos e Cidadania da Ordem de Advogados do Brasil (OAB) do Paraná, e também continuou prestando assessoria jurídica para algumas das principais associações empresariais do estado, tais como a Associação Comercial do Paraná, a Federação da Agricultura do Paraná (FAEP) e a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP). Em setembro de 2009 foi eleito vice-presidente do Movimento Pró-Paraná, criado em 2001 pelo jornalista Francisco Cunha Pereira com o objetivo de desenvolver a identidade cultural do Paraná e promover seu desenvolvimento integrado com a União e os demais estados brasileiros. Casou-se com Berenice Sousa Teixeira, com quem teve cinco filhos. Fonte: CLEVERSON MARINHO TEIXEIRA. FGVCPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cleverson-marinho-teixeira>> Acesso em: 20/11/2018.

tema; v) acentua e traz à tona sentimentos separatistas e preconceituosos¹⁵⁷.

Não é apenas a alegação da questão econômica que serve de base para a ACP, como se expressa publicamente na figura de seu Presidente, mas é também uma ameaça de sedição, como é defendida pelo Ali Kamel em seu livro “Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor” (2006), que procura defender o argumentos em prol de uma noção de democracia racial, contra uma possível divisão do país em negros e brancos como ocorre nos Estados Unidos, apontando o Movimento Negro, como um dos responsáveis por esta questão.

Deste modo, retornando a Edson Ramon,¹⁵⁸ este termina a sua exposição afirmando que:

[...] não restou outro caminho senão protocolar junto ao Tribunal de Justiça do Paraná a ação de inconstitucionalidade (Adin) da lei municipal que instituiu o feriado. A ACP que sempre foi parceira das autoridades em inúmeros embates cívicos, dos quais se orgulha, aguarda com tranquilidade a manifestação do Poder Judiciário. Comemoração não é sinônimo de feriado. (REVISTA DO COMÉRCIO Nº166 -2013, p.3)

Na mesma edição dessa revista há uma chamada que denota que a ACP não ficou apenas nas palavras, partindo de fato para o embate, conforme anuncia o próprio título “ACP ingressa com ação contra feriado¹⁵⁹”. Essa notícia é reproduzida no institucional da ACP em 07 de fevereiro do mesmo ano, afirmando que:

A Associação Comercial do Paraná protocolou junto ao Tribunal de Justiça do Paraná a ação direta de inconstitucionalidade (Adin), da lei municipal n. 14.224/13 que instituiu no calendário oficial de feriados curitibanos o Dia da Consciência Negra, a ser observado no dia 20 de novembro. O Sindicato de Empresas da Construção Civil do Paraná (Sinduscon), figura como coautor da ação. Os signatários invocam prioritariamente os artigos 22º, inciso I da Constituição Federal; 1º, inciso I, 15º e 17º inciso II da Constituição Estadual e a Lei Federal 9.093/95, arguindo que a lei promulgada pela Câmara Municipal de Curitiba “se imiscuiu na competência legislativa privativa da União, desrespeitando a Constituição Federal e a Constituição Estadual do Paraná”.(REVISTA DO COMÉRCIO Nº166-2013, p.12)

¹⁵⁷ PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN).ACP e SINDUSCOM-PR e Câmara Municipal de Curitiba (CMC). Desembargador D’Artagnan Serpa Sá. 07/03/2013, Paraná, v.1, mar. 2013. p.2-29.

¹⁵⁸ RAMON, Edson José. Comemoração não é sinônimo de feriado p.3. **Revista do Comércio nº166** [online]. Curitiba, Fev/Mar 2013. Disponível em: <https://issuu.com/acprc/docs/revistamarco> Acesso em: 07/04/2018.

¹⁵⁹ ACP ingressa com ação contra feriado p.12. **Revista do Comércio nº166** [online]. Curitiba, Fev/Mar 2013. Disponível em: <https://issuu.com/acprc/docs/revistamarco> Acesso em: 07/04/2018.

Ou seja, a ACP pretendeu demonstrar e esclarecer para seus associados e para a sociedade geral, no que incorreu a suposta irregularidade apontada pelo jurídico da Instituição. No seu entendimento o estabelecimento da data comemorativa, tendo em vista a Constituição Federal e seus artigos, que versam sobre questões ligadas aos problemas trabalhistas, procuram demonstrar os prejuízos financeiros e os encargos resultantes deste. Buscam ainda balizar, na sua visão sobre o feriado, as possíveis jurisprudências, que tem como estofo ações propostas por Goiás, Santa Catarina e Rio Grande do Sul¹⁶⁰ tratando sobre o mesmo tema. Importante salientar que os dois últimos estados, assim como o Paraná pertencem a Região Sul do Brasil que tem um longo histórico de negação e invisibilização das populações negras em nome de um discurso de “europeidade”. Neste sentido parece importante destacar que a associação aponta que:

A Adin em foco faz também referência à jurisprudência firmada pelos tribunais de Justiça de Goiás, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que consideraram inconstitucionais leis municipais que pretendiam instituir o feriado da Consciência Negra nos municípios de Goiânia, São José, Porto Alegre, Pelotas e Alvorada. Dessa forma, a peça jurídica deixa claro que “há razões suficientes que demonstram falta de apoio legal e constitucional à pretensão do estabelecimento de mais um feriado sob a égide municipal”, acentuando que o dia 20 de novembro já é reconhecido pela lei federal n. 12.519/11 como “Dia de Zumbi e da Consciência Negra”, sem ser declarado feriado. (REVISTA DO COMÉRCIO N°166-2013, p.12)

No que repete novamente seu epíteto¹⁶¹ ao afirmar que:

De acordo com a ACP, a entidade, em momento algum, se manifestou contrariamente à legitimidade de prestar homenagens e reconhecer a importância histórica de Zumbi dos Palmares, e se declara apoiadora de eventos que transmitam à população a real compreensão histórica desse herói nacional. (REVISTA DO COMÉRCIO N°166-2013, p.12)

A esta altura a ACP estabelece como padrão este argumento que é repetido como uma espécie de “mezinho”¹⁶² para afugentar as exprobrações de que sua ação seria racista, como afirmaram vários dos Vereadores ao apontar a intromissão destas nas decisões tomadas na Câmara, ações que acabaram por acirrar bastante os

¹⁶⁰ ACP ingressa com ação contra feriado p.12. **Revista do Comércio nº166** [online]. Curitiba, Fev/Mar 2013. Disponível em: <https://issuu.com/acprc/docs/revistamarco> Acesso em: 07/04/2018.

¹⁶¹ ACP ingressa com ação contra feriado p.12. **Revista do Comércio nº166** [online]. Curitiba, Fev/Mar 2013. Disponível em: <https://issuu.com/acprc/docs/revistamarco> Acesso em: 07/04/2018.

¹⁶² Todo e qualquer remédio caseiro, simpatia, mesmo que amuleto.

ânimos na casa. Deste modo, a instituição ainda afirma, que o intuito da Adin¹⁶³ seria corrigir uma suposta extrapolação do papel do Legislativo Municipal visto que:

A Adin ratifica, ainda, que além dos motivos jurídicos que amparam a arguição de inconstitucionalidade de uma lei municipal perante a Constituição Estadual e “por simetria à Constituição Federal”, tendo em vista a ofensa direta estabelecida com a extrapolação dos limites claramente configurados ao legislador municipal, “mais um feriado além dos 13 que já existem no calendário oficial será prejudicial ao comércio, à produção industrial e às relações trabalhistas”. (REVISTA DO COMÉRCIO N° 166-2013, p. 12)

Ainda, no mesmo informativo, na sessão “G.2. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná”, vê-se novamente o tema, sob o título “FERIADO - DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA¹⁶⁴”, onde dá-se a conhecer o número da ADIN, uma reprise das queixas da instituição, porém, uma análise mais atenta chama atenção para o fato da instituição ter em sua revista uma coluna dedicada a acompanhar diretamente as questões relativas ao andamento de temas jurídicos, de interesse da desta e seus associados, o que indica um grande grau de racionalidade no controle das ações e ambientes de poder pela ACP.

Em 07 de fevereiro de 2013, ao republicar em sua página na rede a reportagem “ACP ingressa com ação contra feriado da Consciência Negra”¹⁶⁵ a instituição repete, em grande parte, o discurso produzido em sua revista, porém, com certas “novidades” ao agregar novos dados como o montante do alegado “prejuízo” gerado pela possível parada do 20 de Novembro, desenvolvendo um raciocínio simples para explicar o dano causado pelo feriado, bem como, nomina as demais associações envolvidas na luta contra o feriado e possivelmente na impetração da Adin, onde lê-se:

A entidade de classe do setor produtivo baseou suas alegações contrárias ao feriado, referindo-se às perdas volumosas na produção industrial e na atividade comercial. Com base no PIB de Curitiba, dividido pelo número de dias úteis, o prejuízo com um dia de paralisação seria de aproximadamente R\$ 160 milhões.

¹⁶³ ACP ingressa com ação contra feriado p.12. **Revista do Comércio n°166** [online]. Curitiba, Fev/Mar 2013. Disponível em: <https://issuu.com/acprc/docs/revistamarco> Acesso em: 07/04/2018.

¹⁶⁴ G TRIBUNAL – JUDICIÁRIO DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ p.36. **Revista do Comércio n° 170** [online]. Curitiba, Nov/Dez 2013. Disponível em: <https://issuu.com/acprc/docs/revistanovembrodezembro> Acesso em: 07/04/2018.

¹⁶⁵ ACP ingressa com ação contra feriado p.12. **Revista do Comércio n°166** [online]. Curitiba, Fev/Mar 2013. Disponível em: <https://issuu.com/acprc/docs/revistamarco> Acesso em: 07/04/2018.

Entidades do porte da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiesp), Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep), Federação das Empresas de Transporte do Paraná (Fetranspar) e Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar) – entre outras – também encaminharam ao prefeito a solicitação do veto à criação do feriado. O prefeito preferiu não se pronunciar sobre a matéria, devolvendo a lei à Câmara que a promulgou na abertura do atual período legislativo. (Revista do Comércio n°166-2013, p.12)

O que se percebe é a unificação e a criação de um conglomerado de associações ligadas ao comércio e indústria em variados setores liderados pela ACP, no ataque ao feriado, no sentido de pressionar os vereadores e o Prefeito, para que não houvesse uma promulgação da data, onde vê-se a mobilização causada pelo tema nos meios empresariais e o esforço presente nesta articulação.

Posteriormente em 6 de maio de 2013, em sua página nas redes sociais, é informado que a “*ACP continua tentando na Justiça derrubar feriado da Consciência Negra*”¹⁶⁶, retornando aos temas já aludidos anteriormente, voltando a conjurar as mesmas formulas e discursos anteriormente mobilizados.

Mais tarde em Agosto do mesmo ano, em sua Revista do Comércio, o editorial produzido por Edson Ramon, faz de maneira um tanto subjetiva para tecer críticas as instituições, um texto denominado “*Ética em primeiro lugar*”¹⁶⁷ em que principia sua fala tocando na questão dos valores mantidos pela instituição “[...] *Associação Comercial do Paraná, entidade representativa de milhares de empresários do comércio e serviços, estou convicto de que a Casa do Barão do Serro Azul soube honrar o histórico acervo de ações em defesa da ética, livre iniciativa e, especialmente, da moralidade na gestão pública, entre outros valores da cidadania*”¹⁶⁸. Grosso modo, o que Edson Ramon aponta é a instituição como exemplo de “civilidade” perante a sociedade, e que por conta disso seria uma espécie de guardião desta.

O Presidente da ACP continua seu discurso e nas entrelinhas, se refere aos embates por esta travados, apontando para um período bastante importante para o evento aqui analisado, uma vez, que expõe de certa forma o esforço desta de impor

¹⁶⁶ ACP continua tentando na Justiça derrubar feriado da Consciência Negra. **Associação Comercial do Paraná**. Disponível em: <<https://acpr.com.br/noticias/acp-continua-tentando-na-justica-derrubar-feriado-da-consciencia-negra/>> Acesso em: 07/04/2018.

¹⁶⁷ RAMON, Edson José. Ética em primeiro lugar, p.3. Revista do Comércio n°169 [online]. Curitiba, Ago/ Set 2013. Disponível em:<https://issuu.com/acprc/docs/agosto-setembro> Acesso em:07/04/2018.

¹⁶⁸ RAMON, Edson José. Ética em primeiro lugar, p.3. **Revista do Comércio n° 169** [online]. Curitiba, Ago/ Set 2013. Disponível em:<https://issuu.com/acprc/docs/agosto-setembro> Acesso em:07/04/2018.

a sua agenda frente as autoridades, entre eles o embate em torno do Dia da Consciência Negra, muito embora não fosse o único item presente em sua agenda, no que se posiciona afirmando que:

No período julho/2012 e junho/2013, a entidade manteve proativo diálogo com agentes da administração pública nas esferas do Executivo, Legislativo e Judiciário, sempre com o objetivo de defender os interesses dos empreendedores e da sociedade, justificando sua razão de existir.[...] Também a decretação dos feriados da Consciência Negra e nos dias de jogos da Copa do Mundo de 2014, bem como a manutenção do Centro de Convenções de Curitiba, motivaram intensa movimentação de alerta às autoridades da parte da ACP.(REVISTA DO COMÉRCIO N°169-2013, p.3)

O feriado do 20 de Novembro parece figurar como problema a ser atacado, e ser enfrentado em nome da ética. A instituição se congratula reforçando que:

Em resumo, o conjunto de múltiplas atividades realizadas pelos conselhos e câmaras setoriais da ACP retrata um quadro de dedicação e respeito aos associados, razão primordial do amplo avanço em termos de quantidade e qualidade. Nosso compromisso institucional continua inarredável: privilegiando a ética, a ACP faz mais por você. Edson José Ramon- Presidente da Associação Comercial do Paraná. (REVISTA DO COMÉRCIO N°169-2013, p.3)

Em 04 de novembro de 2013, a ACP lança a nota com o título “Feriado da Consciência Negra é suspenso pelo TJPR¹⁶⁹” na qual aponta que o julgamento da ADIN realizado no TJ-Pr havia chegado a um termo, sentenciando que:

Por 17 votos a cinco foi deferida a Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), ajuizada pela Associação Comercial do Paraná (ACP) e Sindicato da Construção Civil do Paraná (Sinduscon-PR), determinando a suspensão dos efeitos da lei que instituiu o feriado municipal do Dia da Consciência Negra, no próximo dia 20 de novembro. A medida foi tomada pelo órgão especial do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), em sessão realizada na tarde dessa segunda-feira (4). (Associação Comercial do Paraná – 2013)

Feito este comunicado, no dia seguinte, em 5 de novembro, a ACP, soltou nova nota em seu site afirmando que “ACP diz que TJ respeitou o princípio federativo”¹⁷⁰ retomando parte do conteúdo já informado, ao esclarecer que os

¹⁶⁹Feriado da Consciência Negra é suspenso pelo TJPR. **Associação Comercial do Paraná**. Disponível em: <<https://acpr.com.br/noticias/feriado-da-consciencia-negra-e-suspenso-pela-tjpr/>> Acesso em: 07/04/2018.

¹⁷⁰ Dia da Consciência Negra: ACP diz que TJ respeitou o princípio federativo p.25. Revista do Comércio n°170 [online]. Curitiba, Nov/Dez 2013. Disponível em: <https://issuu.com/acprc/docs/revistanovembrodezembro> Acesso em: 07/04/2018.

representantes do TJ-Pr, votaram por unanimidade em favor da ação apresentada pela associação, apontando ainda, seu caráter provisório, concedendo liminar em favor da ACP e Sindicato da Construção Civil do Paraná (Sinduscon-PR):

Ao conceder a liminar, o órgão especial entendeu, por maioria absoluta de votos, que a lei municipal fere a Constituição do Estado, na medida em que afronta o princípio federativo, nela consagrado, além dos prejuízos irreversíveis ao comércio, caso o feriado se efetivasse. O presidente em exercício da ACP, José Eduardo de Moraes Sarmento, disse que “a decisão é de grande importância para a economia local e estadual, já que um dia de paralisação das atividades econômicas, representaria um prejuízo de R\$ 160 milhões. (REVISTA DO COMÉRCIO N°170-2013, ,p.25)

No que torna a proclamar de modo quase que automático, aquilo que profere os mesmos “dísticos” tal e qual ao “feiticeiro e sua magia” ao afirmar que:

A ACP não se coloca em posição contrária à comemoração cívica e histórica da data, mas não abre mão da atitude democrática em defesa dos interesses da sociedade”, acrescentou Sarmento. A evocação da consciência negra e da enorme contribuição do povo afrodescendente ao desenvolvimento econômico e social, que deveria ser tema obrigatório nos currículos escolares, não necessita de um feriado para ser lembrada, concluiu o presidente. (REVISTA DO COMÉRCIO N°170-2013, p.25)

Dito de outra forma, o que os representantes da ACP fazem é repetir o mesmo mantra: destacam a importância da data, mas se opõem ao dia ser um feriado na cidade. Esta afirmação pode parecer como uma contradição, mas de fato se apresenta como um elemento da eficácia simbólica. Isto é, como uma espécie de xamã, a ACP ao conjurar certas fórmulas, que possuem certo valor social e que são valoradas por sua posição social (pelo menos do ponto de vista do que representa a instituição) legítima, legitimante e legitimada por estes estatutos, confere um força à priori a seus argumentos que, por isto acabam por ser reafirmados na sociedade, evitando possíveis questionamentos, na medida em que desmobiliza, ou tem poder de sujeitar simbolicamente outros indivíduos aos seus interesses. Em suma, estão certos mesmo quando estão errados.

Neste sentido evidencia a manipulação da realidade ou do olhar sobre a realidade como meio de legitimar o poder, evitando assim qualquer tipo de dissensão e/ou revolta dos grupos excluídos.

Isto é, este tipo de argumentação serve de exemplo do que evidencia Jessé Souza (2017) sobre a legitimação de certos grupos privilegiados. Ele aponta que na

sociedade pré-moderna onde os privilégios, mesmo que injustos, eram expostos abertamente e justificavam-se por uma moral divina a qual todos estavam sujeitos, deste modo evitando qualquer tipo de questionamento mais aprofundado dos mesmos, no entanto, após o advento da construção da sociedade moderna com seu ideal de igualdade de abolição dos privilégios injustos, estes não podem mais aparecer, desta forma precisa-se criar algo que os justifique e os legitime, tornando-os em algo “merecível”. Deste modo:

É isso que faz com que o mundo social seja sistematicamente distorcido e falseado. Todos os privilégios e interesses que estão ganhando dependem do sucesso da distorção e do falseamento do mundo social para continuarem a se reproduzir indefinidamente. A reprodução de todos os privilégios injustos no tempo depende do “convencimento”, e não da “violência”. Melhor dizendo, essa reprodução depende de uma “violência simbólica”,¹ perpetrada com o consentimento mudo dos excluídos dos privilégios, e não da “violência física”. É por conta disso que os privilegiados são os donos dos jornais, das editoras, das universidades, das TVs e do que se decide nos tribunais e nos partidos políticos. Apenas dominando todas essas estruturas é que se pode monopolizar os recursos naturais que deveriam ser de todos, e explorar o trabalho da imensa maioria de não privilegiados sob a forma de taxa de lucro, juro, renda da terra ou aluguel. (SOUZA, 2015, p. 9-10)

Este fato pode ser denotado, quando o representante da ACP, se utiliza da ideia de que a justiça ao determinar a interdição da efeméride acabou por atentar aos princípios da cidadania, os quais a instituição defende, que comemoração não significa feriado, e que embora a data seja importante deveria haver uma lei que a tornasse obrigatória sua discussão no espaço da escola, esquecendo que a proferida lei já existe, procurando disfarçar seus interesses falando do prejuízo econômico e pela comunidade, utilizando-se da voz coletiva que não lhe pertence e do parecer jurídico respaldado pela liminar.

Frente a esta situação o representante da ACP, Camilo Turmina, comparece à Câmara Municipal de Curitiba, para tratar de algumas propostas e demandas que pretende apresentar ao Vereadores em 11 de Setembro de 2013¹⁷¹.

A reunião é Presidida pelo Vereador Paulo Salamuni, nesta ocasião está presente o representante da ACP, para fazer uma parte na Tribuna Livre, espaço concedido aos membros da sociedade para exporem suas demandas frente à Câmara, neste caso, Camilo Turmina, vice presidente do Conselho de Câmaras

¹⁷¹ CMC, Ata da 18ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 1ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, Realizada em: 11/09/2013.

Setoriais da Associação Comercial do Paraná, por convite do Vereador Helio Wirbiski, para tratar de uma campanha promovida pela mesma, sobre o nome “Despiche Curitiba”, isto é, um projeto que visa tratar sobre a questão das depredações promovidas por pichadores na cidade.

Entretanto, é importante salientar que durante a fala o membro da ACP, versará sobre vários assuntos tais como: horário de abertura e fechamento do comércio, os problemas viários e de transporte urbanos enfrentados pela cidade, a proposta de fechamento do comércio no horário dos jogos da Copa e a questão dos feriados, tendo em vista, como não poderia deixar de ocorrer o sueto do 20 de Novembro.

Turmina, associa as posições da ACP a um ato de cidadania ao opor-se aos feriados, uma vez que, são um impeditivo ao funcionamento das atividades econômicas, gerando ônus e prejuízo ao comércio. Parece relativizar e ao mesmo tempo generalizar o feriado da Consciência Negra, com eventos anuais como o Carnaval e outros pontuais como a Copa do Mundo sediada no Brasil, entre outros eventos, chegando a comparar e/ou sugerir que estes eventos se oferecem como uma oportunidade de gazeta por parte dos trabalhadores:

Essa é uma proposição de cidadania, coisas pontuais que estamos tendo problemas. Penso também que os feriados que aqui já propagamos a nossa insatisfação, por exemplo, com o feriado a consciência negra. Houve agora uma comissão na Associação Comercial falando sobre a Copa. Gente, feriados não interessam para ninguém. Temos exemplos práticos, o que fazemos na segunda-feira de carnaval? Consideramos um dia facultativo, ele é feriado para todo mundo. Se eu não gosto de trabalhar no dia trinta e um de dezembro eu posso conceder um acerto via sindicato, um acordo de tal forma que eu possa gazetear todos os dias da Copa do Mundo dando outros dias para compensar, como é o segundo dia de carnaval, na segunda-feira, que ninguém trabalha e compensamos com um outro dia. Um feriado significa que tenho que pagar comissões das vendas que eu não fiz. Se eu tiver cinco dias de feriados no mês tenho que somar o faturamento dos outros vinte dias de trabalho e dividir por trinta, quer dizer, além de pagar aluguel ainda pago salários. Salários e comissões são os que são caros. O vendedor balconista hoje recebe duas partes a mais em comissões, quer dizer, se ele tem mil reais de salário fixo ele ganha mais dois em comissões. Se eu fechar a minha loja uma semana por causa da Copa eu vou ter que pagar esse salário com a loja fechada. Isso não tem compensação. O que acontece? Ah pela internet tudo é mais barato? É evidente, nós criamos a cidade mais cara do mundo. Lojista trabalha para ganhar algum resultado ao final da sua operação, ao final do seu trabalho. Se só tiver custos o produto fica mais caro e nós também não vendemos. As pessoas preferem comprar uma porcaria de qualquer lugar, faz contrabando, subfatura, quer dizer, não cria uma economia real e acho que o que precisamos é de uma economia real. Essas são bandeiras da atualidade da Associação Comercial que encontramos problemas. (Camilo TURMINA. CMC - 18ª Sessão 16ª Legislatura 11/09/2013)

Mais à frente em um debate que discute uma limitação de tempo para a tramitação, resposta a aprovação e, veto de um projeto o tema retorna, com um colorido bastante interessante, na medida em que, no bojo da discussão, se pode apreender como se deu uma parte do debate sobre a questão decisória relativa a aprovação do feriado. Estas questões se fazem presentes nas falas de vários vereadores, contudo, o Vereador Valdemir Soares (Valdemir Manoel Soares)¹⁷², ao tratar da questão da tramitação oferece uma explicação bastante sucinta ao expor que:

Eu tenho aqui dois projetos. Um projeto que já tem mais de quinze dias e um que já tem mais de quarenta e cinco dias, que já passaram por todas as tramitações e não vêm ao Plenário. E nós não podemos tirar, Sr. Presidente, mudar do nosso Regimento Interno algo que defende a chegada de quinze dias de um projeto, já passado por todas as comissões, para discussão. Se para muitos quinze dias é pouco, a Professora Josete achou que quinze dias é pouco, quer passar para trinta, eu peço que ela retire a emenda dela porque acho que já temos a possibilidade de discutirmos com quinze. Se chegar com quinze e o Vereador entender que não está apto para o debate em Plenário, ele pede adiamento, por dez, quinze Sessões. E se depois que voltar, depois daquelas quinze Sessões, ele entender que não quer ainda o debate, porque está conversando ainda com o segmento, está conversando ainda com uma base que ele tem em relação àquele projeto, pede novo adiamento. Agora, o que não podemos fazer é diminuir, diminuir a capacidade de discussão que temos nesta Casa, através de uma Emenda que eles têm um prazo que hoje para nós seria bom, mas também não está sendo atendido. E a prova é essa dos projeto que tenho e que não vieram para Plenário. Também, Sr. Presidente, não depender desse fazer um procedimento de oficiar o Presidente. Acho que temos um departamento de Plenário, um Dejuris muito apto, um Deprole bom, acho que temos que visualizar isso. O que pode se fazer é até uma opinião que dou para V.Exa., é avisar ao Vereador, que vai entrar na Ordem do Dia para ele e preparar para discutir ou se preparar para postergar por uma questão individual, estávamos discutindo a questão dos Projetos, que muitas vezes chega na hora e o Vereador, por questões políticas não vê condições de discutir no plenário, não vê condições de aprovar, ele prefere postergar isso, conversar com Prefeitura, com os segmentos com os outros Vereadores para poder aprovar. Independe de não aprovar se ele quiser discutir, colocar a posição dele e ter o projeto dele rejeitado isso é democracia e é assim que funciona o Parlamento. Se não acontecer isso o Parlamento fica sem expressão, a expressão política some do Parlamento. (Valdemir SOARES, CMC - 18ª Sessão 16ª Legislatura 11/09/2013)

O Vereador aponta desta forma, que tão mais importante quanto ao prazo é o concerto entre as partes, no que para que o projeto seja aceito ou mesmo para

¹⁷² Valdemir Manoel Soares (Pastor Valdemir Soares), nasceu em 01/12/1972, natural do Rio de Janeiro. Foi eleito Vereador pela primeira vez em 2000, posteriormente reeleito em 2004, 2009, 2013. Em 06/04/2016 renunciou após ser filmado votando por outro colega, sendo substituído pelo seu suplente Edson do Parolim em 18/04/2016.

que tenha a probabilidade de sê-lo, é preciso antes de mais nada o trâmite nas instâncias necessárias, bem como, a já citada anuência dos entes, o que por óbvio faz com que as emendas de antemão sejam canceladas ou refutadas, o que indica que a aprovação é previa e pode ser prevista. Contudo, mesmo isto não garante que as partes honrarão o acordo.

É o que se vê na fala de Paulo Salamuni a respeito da questão do feriado, onde este aponta para o funcionamento da instituição, como segue no registro da Câmara:

Um caso que poderia ter sido debatido, e já estava na pauta, mas não foi conversado suficientemente e gerou uma confusão para a cidade, foi o feriado étnico racial. Porque criou um problema para a cidade para observar o prazo. Estava tudo instruído, veio para cá, nem o autor pediu para que viesse à pauta. Mas como tinha esse prazo, aí o Conselho de Política Étnico Racial exigiu que fosse colocado. O autor estava esperando para que houvesse um acordo entre a associação, entre o prefeito, resultado: votou-se. O Conselho veio aqui, ninguém votou contrário. A dupla função, a mesma situação. Depois põe na lei, porque está no prazo não consegue cumprir. [...] Esse da política étnico racial, esperavam um acordo com o prefeito, e o prefeito mandou e se aprovou em dois turnos aqui. No dia seguinte aos dois turnos, veio a Associação Comercial dizer que não tinha participado do debate. Aí, já estava votado. Foi para o prefeito e o prefeito não sancionou, aquele que disse que ia sancionar. Aí, não sancionou, voltou para cá. Eu não tive dúvida, promulguei porque vai fazer valer a vontade desta Casa. E se a justiça não impedir, se não tiver uma decisão judicial contrária aqui, porque só somos obrigados a cumprir decisão de justiça, vai ser feriado no dia 20 de novembro. (Paulo SALAMUNI, CMC - 18ª Sessão 16ª Legislatura 11/09/2013)

Ou seja, as consultas necessárias foram feitas, inclusive com a anuência do Prefeito, que na ocasião era Luciano Ducci, que havia acenado em favor do feriado e se comprometido a sancioná-lo, contudo, surge outra personagem neste debate que é a ACP, que ao que tudo indica questionou não apenas os Vereadores, mas, ao executivo diretamente, que diante desta retirou a palavra. Isso evidencia o nível de inserção da instituição e sua capacidade de colocar-se frente ao mundo político.

Outro elemento passível de análise é uma certa hesitação presente na fala do Vereador, apontando para o fato de que o tema “não foi conversado o suficiente” e que o mesmo foi aprovado por conta da ação do Prefeito que depois decidiu não agir, da pressão do Conselho de Política Étnico Racial que exigiu que o tema estivesse na pauta e, por uma questão regimental que tendo os meios aprovou a data, mas, que no entanto, caso houvesse uma ordem judicial para a interdição do feriado esta poderia ser acata. O que até pareceria até uma sugestão, não fosse o fato do Vereador ter feito uma defesa enfática da liberdade da Casa em arbitrar em

nome da população, prerrogativa da qual dispunha para se colocar frente a ACP e, da qual esta se valeu para se contrapor a esta.

Há ainda, o Requerimento de Realização de Audiência Pública proposto em 07 de Outubro de 2013, pela Vereadora Professora Josete, que tem como escopo *“Requer à Mesa na forma regimental, a realização de audiência pública na data de 22 de novembro de 2013. Tema: Dia da Consciência Negra”*¹⁷³ na qual se buscou avaliar as políticas públicas adotadas em relação a população negra, tendo como interlocutores os representantes do Movimento Negro de Curitiba, membros da Secretaria Municipal do Trabalho e da Secretaria Municipal de Educação.

Alguns meses mais tarde, em 05 de Novembro de 2013¹⁷⁴, o tema da Consciência Negra retorna à Câmara por meio do Vereador Mestre Pop. Nesta sessão, após as considerações iniciais feitas pelo Presidente da Casa, o Vereador Mestre Pop, inicia sua fala, fazendo uma ponderação sobre a presença negra em Curitiba, tendo em vista a participação destes na construção da cidade, chamando atenção para vultos importantes como o Engenheiro André Rebouças. Destaca o fato desta (Curitiba), ser a “a cidade mais negra do Sul do Brasil”. No que toca a proporção da população negra, comparada a outros Estados, buscando através do apontamento, das questões relativas a esta população, chamar atenção para a forma desigual como ela é representada e mesmo tratada.

Neste sentido, aponta a questão do feriado como um elemento de resgate histórico destas populações, apontando para o preterimento desta frente aos demais grupos étnicos, fazendo alusão a ACP e aos seus questionamentos por parte desta contra aprovação da data comemorativa ligada a população negra, fazendo as seguintes considerações:

[...] O que mais me entristece em Curitiba, talvez, simbolicamente, dito por muitos curitibanos, se orgulhado a Capital Social, que por outro lado é que uma das partes da sociedade organizada a ACP - Associação do Comércio do Paraná venha por meio do Sr. Presidente contestar aquilo que já foi homologado Curitiba. O negro no dia 20 de novembro, o Dia da Consciência Negra, não queremos sair para a festa, não temos motivo nenhum para festejar, porque no dia da morte de Jesus Cristo você festeja, faz banquetes, é um dia de reflexão, de conscientização para que todos convivam em harmonia na questão igualitária, para que quando você olhar para o teu irmão você o olhe como ser humano, não pela cor. Infelizmente, não é isso

¹⁷³ Professora Josete – Proposição n°: 407.00022.2013 de 22/11/2013. Fonte: Sistema de Proposições Legislativas – SPLII Disponível em: <<https://goo.gl/PmWGxJ>> visto em: 14/09/2016

¹⁷⁴ CMC, Ata da **39ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 1ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura**, Realizada em: 05/11/2013.

que acontece. Em uma vitória parcial, porque acredito que tudo tem virada, hoje o Presidente da ACP deve estar dormindo mais tarde ou comemorando com alguns que pensam igual a ele, porque infelizmente temos isso, essa vitória parcial sobre o Dia da Consciência Negra, alegando que o dia 20 de novembro vá trazer prejuízo para a capital. Hoje o Dia da Consciência Negra a nível municipal de cada capital já é comemorado em mais de mil cidades do país. Curitiba que sempre teve o seu destaque, hoje ganha as páginas dos jornais como a luta do branco contra o negro. (Mestre POP, CMC - 39ª Sessão 16ª Legislatura 05/11/2013)

Neste sentido, o que Mestre Pop busca é chamar atenção para o que está em jogo e, o que deseja a população negra, fazendo uma reflexão sobre a igualdade que se pretende alcançar e, que o feriado é parte deste projeto, não apenas um dia de folga, mas, um dia de conscientização, no que faz duras críticas ao Presidente da ACP. Chama também atenção para um fato bastante divulgado, isto é, para a ideia de “Curitiba, Cidade das Etnias”, no qual as de ascendência europeia tem maior destaque em detrimento de outras. No que toca as populações afrodescendentes, estas já que não se encontram neste hall de etnias, reforçando o fato de que a transformação do feriado em ponto facultativo, aos olhos do Vereador, seria uma injustiça contra esta população, que teria nesta data o resgate de sua história, lembrando aos presentes que a população negra, ao contrário de outras que aqui se fizeram presentes, não vieram para o país por vontade própria, mas antes, lhes foi imposta a vinda para cá, bem como, os trabalhos forçados e pelo regime de violência ao qual foram submetidos, no que o feriado seria um momento de resgate e reflexão sobre esta memória, tal sorte que este afirma:

Curitiba que é construída por diversas etnias ucraniana, japonesa, árabes, mas nesses dias se comemora o Dia da Consciência Negra vamos ter como eles querem um feriado facultativo. Quantas vezes terei que repetir que a vida do negro para o Brasil não foi facultativa, não chegou em Luanda, em Cabo Verde, Guiné Bissal, não chegou a nenhuma província de Angola, olha você quer ir para o Brasil para ser escravo? (Mestre POP, CMC - 39ª Sessão 16ª Legislatura 05/11/2013)

Deixa evidente seu desapontamento, no sentido que dá a conhecer que houve um movimento dentro da Câmara, para transformar o Feriado em ponto facultativo. Ao que parece este esforço da Casa, teve como objetivo dois intentos, primeiro mudar o sentido da data de feriado para ponto facultativo, para descaracterizar a ação de inconstitucionalidade proposta pela ACP e, em segundo lugar apaziguar a mesma dando a ela o que necessitava para a retirada do feriado,

pelo menos em termos. Assim manteria a data, criando o que seria um meio termo entre os desejos da Associação e o Movimento Negro, no que parece que tanto a mudança quanto o resultado da votação trouxeram, mais descontentamento e tensão a casa, que na visão do Vereador acabou por evidenciar, uma visão escravocrata da ACP, bem como, a força do poder econômico desta, em relação aos demais membros, que segundo este, buscaram mesmo evitar a todo custo demonstrar um voto de consenso sobre o tema, no intuito de evitar um confronto direto com a instituição, no que este assevera:

Hoje, para mim, é um dia muito triste. Eu vejo um retrocesso muito grande de Curitiba e uma votação de dezessete a cinco, vocês acreditam que teve essa votação de dezessete a cinco? Talvez conversaram entre si para que não fizesse unanimidade. Mais uma vez o Dia da Consciência Negra, uma questão do negro, uma questão racial, é discutido de maneira velhaca. Mais uma vez ficamos à mercê desses senhores de engenho do Século XXI, senhores de engenho do Século XXI que só visa lucro, lucro! (Mestre POP, CMC - 39ª Sessão 16ª Legislatura 05/11/2013)

Ao continuar sua fala, Mestre Pop aponta para o racismo existente na cidade e como este tem um caráter insidioso, na medida em que se faz presente nas entrelinhas das relações sociais e mesmo institucionais, principalmente quando os interesses da população negra se chocam contra os interesses econômicos da elite econômica representada pela ACP, que segundo este são análogos àqueles que fizeram da escravidão um meio de lucro, sobrepondo seus interesses ao da população. Fato que procurou ressaltar apontado que “foram os 87%” da população que, segundo o Vereador Mestre Pop, apoiavam a adoção da data, e que viram seus interesses solapados pela manobra ocorrida na Casa, no que o Vereador solicita união da mesma para enfrentar esta questão, e ainda, para que não seja desmoralizada frente a sociedade, o que fica patente quando este afirma que:

Dia da Consciência Negra, esses que estão lá em cima, esses senhores de engenho, porque uma ação dessa, uma ação discriminatória, eu vejo uma ação racista. Quando eu falo o racismo, o preconceito tem em todo o Brasil. Mas em Curitiba é diferente, ele fica camuflado, ele é minucioso, ele fica debaixo dos panos, mas em uma hora dessas as pessoas se afloram, as pessoas aparecem. Jogo de interesse, jogo financeiro! É o mesmo jogo que teve em 1500, porque quando o negro veio trazido para cá foi por questão financeira. Então, gente, eu conversei de manhã com o Presidente do COMPER, Sr. Saul, peço a todos os pares desta Casa e por outro lado eu peço força, porque sozinho eu não vou fazer isso. Peço apoio de vocês pelo seguinte: isso é uma desmoralização com todo o Legislativo, o anterior e o que aqui está. Essa é uma lei homologada. Não queremos empurrar isso à

goela baixo da sociedade, porque numa pequena enquete que assim chamamos, que a RPC fez no início do ano, 87% se aderiu ao feriado. (Mestre POP, CMC - 39ª Sessão 16ª Legislatura 05/11/2013)

Mestre Pop percebe e destaca a derrota sofrida na Justiça, onde num placar de 17 votos à 5¹⁷⁵ os Juízes decidiram pela interdição do feriado, o que do ponto de vista do Vereador é compreendido como um retrocesso diante da agenda progressista que a CMC estava realizando, bem como, um trabalho de ocultamento da população negra e sua memória, enfatizando que:

Isso é um retrocesso gigantesco a tudo o que o negro vem construindo. Gente! De Curitiba a Paranaguá, a estrada de ferro, André Rebouças, tudo vai se embora. Ninguém construiu o país sozinho. Quem começou, quem iniciou toda a construção desse país que vivemos, independente da cidade, foi o negro. O meio de prevalecer a sua cultura, prevalecer a sua raiz era fugir e montar os quilombos, nos lugares mais remotos de difícil acesso para que a sociedade, a comunidade continue em crescimento. (Mestre POP, CMC - 39ª Sessão 16ª Legislatura 05/11/2013)

O Vereador completa sua fala, tratando da memória e a história dos escravizados e seu percurso até sua chegada ao Brasil, e termina lamentando o resultado da votação, sentenciando: *“Dezessete votos favoráveis e cinco contra! Vou me retirar daqui porque estou emocionado e quero falar pela razão e não pela emoção”*¹⁷⁶.

Após as reflexões e considerações feitas pelo Vereador Mestre Pop, o Vereador Paulo Salamuni, argumenta e faz um breve resumo sobre a tramitação do projeto do feriado na Casa, esclarecendo que a data mesmo aprovada teve dificuldades em ser sancionada pelo Prefeito Ducci, que à época apoiou o andamento do mesmo, mas, na hora de efetivá-lo deixou para a próxima administração, que embora não seja citada na ocasião, também isentou-se, ficando a sansão a cargo da Presidência da Câmara que na ocasião era exercida pelo próprio Salamuni, onde este faz as seguintes considerações:

Vereador Mestre Pop, V. Exa. que foi eleito pelo povo e tem aqui o tratamento absolutamente igual e respeitoso, desde o primeiro dia que V.

¹⁷⁵ Dia da Consciência Negra: ACP diz que TJ respeitou o princípio federativo p.25. **Revista do Comércio** n°170 [online]. Curitiba, Nov/Dez 2013. Disponível em: <https://issuu.com/acprc/docs/revistanovembrodezembro> Acesso em: 07/04/2018.

¹⁷⁶ CMC, Ata da 39ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 1ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, Realizada em: 05/11/2013.

Exa. pisou aqui neste Plenário. Prezado Saul, do Conselho de Política Étnico Racial. Vou fazer um histórico, quando esta Câmara Municipal aprovou esta lei e um feriado na legislatura passada, no final do ano e havia um compromisso ou independente de compromisso, o Prefeito de então deveria ter ou sancionado ou vetado a presente lei. Não aconteceu nenhuma coisa e nem outra. Final de ano, mudança de governo e esta lei, a Lei no 14.224 de 07 de janeiro de 2013 veio para esta Câmara Municipal e este Presidente, em respeito a este Parlamento, a independência dele, a vontade soberana desta cidade promulgou esta lei, porque a maioria assim o decidiu. Então, essa foi a promulgação, nem Prefeito sancionou, ninguém quis tomar uma decisão. Uma vez tomada a decisão ela só pode eventualmente ser mudada e ficou claro que a vontade inequívoca dos representantes do povo de Curitiba é a homenagem a esse vinte de novembro e que essa homenagem fosse além de um dia, que a cidade parasse para poder refletir. (Paulo SALAMUNI, CMC - 39ª Sessão 16ª Legislatura 05/11/2013)

Continuando sua reflexão, Salamuni de certa maneira, procura esclarecer que a aprovação do feriado tem a ver com um certo “ajustes de contas” com o passado da Casa, onde muitas leis que visavam controlar, constranger e punir as condutas da população negra da cidade foram ali elaboradas.

Deste modo, votar uma lei em favor deste grupo, seria de certa forma agir em favor da população negra, fazendo um paralelo ao tratamento reservado aos imigrantes que vieram mais tarde compor e formar a população de Curitiba, tendo em vista que estes passaram por aflições e dificuldades na chegada e adaptação ao novo país, mas, nada comparado aos sofrimentos vividos pela população negra durante a escravidão, onde este justifica e exemplifica suas afirmações:

E até para mister de todos, em todas as pesquisas feitas a maioria, até para a nossa surpresa, isso é um alento, a maioria da população ficou favorável. Nós imaginamos que iria ser muito menos, que oitenta iria ficar contra e vinte a favor. E ainda tem mais o Artigo 92 de julho de 1861 "é proibido consentir ajuntamento de escravos em qualquer casa, pena de dez a vinte mil réis". São leis que foram votadas aqui, é por isso que os vereadores resgataram, é diferente da coletividade árabe, dos judeus, dos alemães, dos italianos que sofreram aqui também, mas não este sofrimento oficial por lei votada por representantes do povo. Portanto, esta lei ninguém teve coragem de sancioná-la ou vetá-la. Voltou, era vontade, foi debatido, promulgamos a lei. E falo aqui que foi o meu primeiro ato como Presidente desta Casa. E obviamente em nome de uma questão econômica, financeira, este capitalismo brutal... e a sua indignação é santa, como é santa a indignação de Cristo quando foi na frente da casa do seu pai, tirou o chicote e expulsou os vendilhões do templo.[...] O que eu quero dizer ao povo de Curitiba é que não houve uma leviandade da Casa. Estou trazendo fatos concretos do que já fora adotado num passado que queremos esquecer, que nos apequenou como seres humanos, foi o resgate de uma dignidade do ser humano, é só isso. Para não parecer que nós aqui votamos coisas inconsequentes. Portanto, a nossa solidariedade, o respeito à lei, vamos tentar fazer vigi-la porque é a vontade dos representantes do povo. Se a justiça assim decidir, nós acataremos. Não há desafios, não há

absolutamente nada, apenas um resgate histórico da dignidade do ser humano nesta Casa já não sem tempo. Precisou dois séculos para que pudéssemos resgatar isso que foi feito com os seres humanos, nossos irmãos. Portanto esta Casa não foi inconsequente, não fez feriado leviano, fez um resgate histórico da justiça à humanidade. (Paulo SALAMUNI, CMC - 39ª Sessão 16ª Legislatura 05/11/2013)

Posição que é reforçada, pelo Vereador Valdemir Soares, ao indicar o movimento da ACP, ao longo e nos bastidores do mundo político da Câmara no intuito de convencer e mesmo pressionar os membros da CMC para que o feriado não fosse aprovado, onde faz a seguinte exposição:

Só queria informar, em virtude dos depoimentos aqui em relação ao ocorrido na votação, Presidente Paulo Salamuni, em segundo turno, recebemos aqui na época representantes da Associação Comercial. Vieram aqui, falaram, conversaram com os vereadores e não convenceram. Vale a pena ressaltarmos que esse tipo de pressão política e esse tipo de pedido que foi feito pela associação ao poder judiciário foi feito aqui neste parlamento, que não se curvou, não se dobrou. Tivemos até pouquíssimos votos contrários mas mantivemos em segundo turno a aprovação para que o dia pudesse acontecer e esta Casa pudesse fazer não uma homenagem, mas sim algo que é direito e é importante para toda a sociedade. (Valdemir SOARES, CMC - 39ª Sessão 16ª Legislatura 05/11/2013)

Contudo, a aprovação do feriado não significou a sua efetivação, pois, embora, a ocasião tenha espelhado um grande valor simbólico e mesmo, um elemento de empoderamento da população negra, a vitória mostrou-se provisória, uma vez que a ACP recusou-se a aceitar a derrota e levou a questão para o âmbito judiciário. Ação esta que acarretou a interdição, naquele momento temporária, entretanto danosa. Esta situação é alvo de uma última reflexão sobre o tema por parte do Vereador Pedro Paulo que resume a situação sentenciando:

Primeiro a promulgação de uma vontade da maioria dos representantes do povo declarando feriado o Dia da Consciência Negra, um dia de luta e de luto em memória daqueles que construíram o país e que sofreram por isso. Mas registrar a minha concordância em que a Mesa envide todos os esforços no sentido de derrubar essa liminar. É uma decisão temporária que pode ser sim, é possível, não é garantia mas é possível, derrubada da mesma forma como foi conseguido pelos seus propositores. O meu apoio a esse esforço da Casa no sentido de derrubar essa liminar e garantir a efetivação da lei aprovada e promulgada por esta Casa. (Paulo SALAMUNI, CMC - 39ª Sessão 16ª Legislatura 05/11/2013)

Na reunião realizada no dia 06 de novembro¹⁷⁷, o Vereador Jorge Bernardi em sua fala faz algumas considerações sobre a questão do Feriado do 20 de Novembro, tendo em vista este ser o único feriado, a ser de fato votado na cidade durante os seus 30 anos de legislatura, já adiantando a possibilidade da interdição do mesmo pela justiça, no que demonstra certa preocupação de que a cidade seja vista como racista pela intransigência no cumprimento do feriado ocasionado pela disputa com a ACP, no que este apresenta sua preocupação da seguinte forma:

Sr. Presidente, a atitude corajosa de V. Exa. que promulgou a lei do feriado da consciência negra, quero dizer que esta Casa tem que ser irredutível na defesa dessa lei. Ouvi falar de que nos últimos anos dezenas de leis foram aprovadas, de feriados aqui. Estou aqui há trinta anos, junto com o Vereador Jairo Marcelino e o Vereador Tito Zeglin, e a única lei que sabemos, o único feriado que foi aprovado foi justamente esse da consciência negra. Eu temo que essa decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, passe para a população brasileira de que a Cidade de Curitiba é uma Cidade racista. Já que a imprensa nacional tem se posicionado. (Jorge BERNARDI, CMC - 40ª Sessão 16ª Legislatura 06/11/2013)

Esta preocupação fica mais evidente quando o Vereador observa o que aponta a imprensa sobre o que está ocorrendo em Curitiba, por conta do feriado, reforçando que o mesmo nada tem a ver com o fechamento do comércio, e a atitude de promover a interdição do mesmo é antes de tudo, danosa ao turismo, que pode transmitir uma imagem equivocada da cidade e, que na verdade o comércio teria mais a ganhar que a perder com a adoção do mesmo. O argumento parece denotar certa perplexidade do Vereador frente ao quadro apresentado, como deixa entrever a sua fala:

A imprensa nacional tem estranhado esse comportamento da Cidade de Curitiba, uma vez que mais de mil cidades brasileiras já tem o feriado da consciência negra. Ora. Ninguém está impedindo do comércio abrir aqui em Curitiba, ele pode abrir no dia do feriado sim, e acredito que vai ter um movimento muito maior, se for aberto, desde que haja um acordo com os comerciantes, porque alguns setores estarão de folga e aproveitarão. Então, essa medida que foi tomada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná me parece um retrocesso, e muito perigoso, e os prejuízos, Secretário do Turismo, que vão trazer à nossa Cidade, já que milhares de brasileiros da cor negra, e nós somos um País da cor parda, da cor negra, terão medo de vir a Curitiba porque pensarão que aqui é uma Cidade de brancos e é uma cidade racista, o que não é verdade. (Jorge BERNARDI, CMC - 40ª Sessão 16ª Legislatura 06/11/2013)

¹⁷⁷ CMC, Ata da 40ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 1ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, Realizada em: 06/11/2013.

Deste modo, o Vereador Jorge Bernardi impõe uma reflexão sobre a importância simbólica da data em uma cidade, dita majoritariamente branca – Cidade Europeia - frente ao imaginário nacional.

Neste contexto, projeto curioso é o proposto em Projeto de Lei Ordinária de 12 de Novembro de 2013, de iniciativa do Vereador Professor Galdino (João Galdino de Souza)¹⁷⁸, onde este por meio de seu projeto “Institui o dia 20 de janeiro como feriado municipal e "Dia da Consciência Indígena" no calendário oficial do Município de Curitiba”¹⁷⁹, que aponta para a diversificação no que toca o princípio da inclusão, fato este bastante importante, contudo este parece relativizar a questão do Feriado da Consciência Negra quando enuncia que:

Nesse dia indígenas de todas as etnias vão estar unidos para reivindicar por seus direitos, no momento em que o país se encontra em relevantes divergências sociais e raciais, visto que o índio é excluído em alguns programas de igualdade racial, bem como é deixado de lado pelos legisladores. Se foram criados dias como o da Consciência Negra, por que não termos também o Dia da Consciência Indígena? (Professor GALDINO, Professor Galdino – Proposição nº: 005.00446.2013 de 12/11/2013)

No entanto, o projeto acabou por receber parecer contrário sendo arquivado. Em 13 de Novembro de 2013¹⁸⁰, ao final da reunião realizada nesta data o Vereador Pedro Paulo anuncia que existe uma agenda de atividades voltadas para o dia da Consciência Negra, inclusive com a divulgação por meio do site da Prefeitura, demonstrando a disposição da Casa em manter as comemorações relativas a esta data, mesmo não havendo o feriado como estava programado, uma vez que a ACP, logrou êxito na interdição do mesmo, por conta liminar do TJ-Pr, que tratava como escopo a inconstitucionalidade da data.

A informação que eu gostaria de destacar aos colegas Vereadores, as comemorações da semana da consciência negra. Tem uma programação, inclusive esta Casa vai deliberar, a Mesa Executiva, quanto ao dia 20 de novembro, porque nós temos uma programação de comemoração na Praça Zumbi dos Palmares. O dia 20 de novembro foi declarado por esta Casa

¹⁷⁸João Galdino de Souza (Professor Galdino), nasceu em 08/08/1962, natural de São Carlos do Ivaí. Professor e político filiado ao PSDB. Formado em História e Estudos Sociais. Elegeu-se Vereador para o primeiro mandato em 2008. Tomou posse em 2009, sendo reeleito em 2013. Em 15/12/2016, o Vereador Professor foi afastado do cargo de Vereador por suspeita de agressão à Vereadora Carla Pimentel.

¹⁷⁹ Professor Galdino – Proposição nº: 005.00446.2013 de 12/11/2013 Fonte: Sistema de Proposições Legislativas – SPLII. Disponível em: <<https://goo.gl/i6x4Da>> visto em: 14/09/2016

¹⁸⁰CMC, Ata da **43ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 1ª Sessão Legislativa, da Legislatura**, Realizada em: 13/11/2013,

como feriado. Tem uma programação que está divulgada na página da Câmara. Que os colegas Vereadores ajudem a divulgar as datas, horários, comemorações porque não é apenas uma comemoração festiva, é de reflexão. A programação está contida na página do Município de Curitiba, da Prefeitura. (Pedro PAULO, CMC - 43ª Sessão 16ª Legislatura 13/11/2013)

Neste sentido, Paulo Salamuni, salienta que a Câmara por meio de seus representantes legais, com o apoio da Vice-prefeita e Ministério Público, estão esforçando-se para derrubada da liminar que culminou com a interdição do feriado em questão, alegando a constitucionalidade do evento, bem como, da decisão tomada pelos Vereadores.

Inclusive, Vereador Pedro Paulo, encontra-se em minhas mãos, está aqui o nosso Procurador, Dr. Rodrigo, já ultimado a reclamação constitucional que esta Casa vai fazer, com pedido de liminar junto ao Supremo Tribunal Federal, para fazer valer uma decisão que foi tomada soberanamente na Cidade de Curitiba, pela sua Casa Legislativa. Então, hoje à tarde vamos dar o ultimato, uma última olhada, a Procuradoria assina. Cumprimento o trabalho dos procuradores da Procuradoria. Vamos também conversar com a Vice Prefeita que esteve junto com os outros setores que acompanharam, o próprio Ministério Público do Estado do Paraná, e ver se está ao nosso alcance, esse foi o instrumento jurídico que entendemos, que é para fazer valer uma lei votada na Câmara Municipal de Curitiba. Vamos entrar com uma reclamação constitucional, com pedido de liminar junto ao Supremo Tribunal Federal, para fazer valer a soberania da Casa. Obviamente aguardando a decisão da Suprema Corte. (Paulo SALAMUNI, CMC - 43ª Sessão 16ª Legislatura 13/11/2013)

Na sessão de 18 de Novembro de 2013¹⁸¹, antes do início efetivo dos trabalhos da Casa, a Vereadora Professora Josete, faz uso da palavra para chamar atenção aos eventos relativos ao 20 de Novembro, indicando debates e discussões relativos as relações étnico raciais tendo em conta a presença de representantes do Movimento Negro, tanto na data em questão quanto no dia 22 do mesmo mês, tratando de temas como saúde, questões de gênero, enfrentamento do racismo, entre outros.

Na ocasião o Vereador Paulo Salamuni aponta para o fato de que alunos do sétimo ano do “Colégio Jesuíta Nossa Senhora Medianeira” vieram na sua presença para entregar um abaixo-assinado formulado por estes em favor da efetivação do feriado da qual fez a leitura, no que aproveitou a ocasião para dar ciência da

¹⁸¹CMC, Ata da 44ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 1ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, Realizada em: 18/11/2013f.

situação do andamento das ações da Câmara em favor da efetivação do feriado, em que fez os seguintes apontamentos:

Quero dar ciência a esta Casa que ingressei com uma reclamação constitucional por usurpação de atribuições constitucionais de matéria em andamento que não foi decidida pelo STF. Essa reclamação está sob o número 16.757, Ministro Relator: Gilmar Mendes. Reclamante: Câmara Municipal de Curitiba. Reclamados: Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Associação Comercial do Paraná, Federação das Indústrias do Estado do Paraná, Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Paraná. Portanto, estou indo a Brasília nesse momento para ter uma audiência com o Ministro Gilmar Mendes, para fazer valer a capacidade, a legitimidade constitucional desta Casa em legislar. De antemão, quero dizer que independente do resultado vou decretar na quarta-feira ponto facultativo na Câmara Municipal de Curitiba, como uma maneira de dizer que não estamos brincando naquilo que fazemos. Respeitamos a opinião de cada um, pode concordar, discordar, divergir, mas descumprir uma lei não, porque aí é o princípio da falta de democracia e de ilegitimidade dos eleitos. Lembro aqui que pela Constituição da República, pela Constituição do Estado do Paraná e pela Lei Orgânica do Município, que todo poder emana do povo e em seu nome será exercido pelos representantes legitimamente eleitos. O poder não emana da conta, do capital, não emana das armas, não emana do grito, ele emana da soberania popular e em seu nome será exercido. Aqui a Casa é ampla, plural, democrática e tem todo o período para decidir. Uma vez decidido, apenas um processo de inconstitucionalidade, dizendo que é ilegal ou inconstitucional a lei é que não podemos fazê-lo. Como não há essa decisão, é um relatório, um recurso extraordinário que está tramitando e não há decisão. Enquanto não houver uma decisão, na dúvida pro vontade popular. Na dúvida que prevaleça o que votaram os representantes do povo. Não entro mais em mérito, se é a favor ou contra. Dizendo que nós estaremos e todos os Vereadores já estão convidados para as 9h, me parece que a Vereadora Professora Josete já distribuiu, na Praça Zumbi dos Palmares. Para nós não é uma questão de feriado, é apenas reafirmar a condição. Estaremos lá para dizer que nós em Curitiba não queremos segregação, não queremos qualquer tipo de preconceito e avançaremos. Estaremos todos lá na Praça Zumbi dos Palmares. Tenho dito e vamos aguardar o que se manifesta a justiça. Estamos fazendo a nossa parte. (Paulo SALAMUNI, CMC - Ata da 44ª Sessão Legislativa, 18/11/2013)

Paulo Salamuni faz uma defesa enfática em prol da independência e autonomia do Estado frente as demandas de interesses particulares, onde segundo este, deve haver prevalência do primeiro, dado que este foi eleito pela população para representar seus interesses em detrimento de quaisquer demandas particulares, no que o feriado da Consciência Negra, estaria portanto respaldado na vontade popular. Aponta também, para a sombra de uma ação plutocrática, que visa por meio de seu poder financeiro impor seus interesses sobre os demais, denotando uma luta encarniçada entre os interesses públicos e privados.

O Vereador Sabino Picolo chama atenção pela “coragem e pela determinação com relação a lei aprovada nesta Casa do Dia da Consciência Negra”, aponta também o respeito da Casa com relação a determinação do TJ-Pr no que tange a liminar que interditou o feriado, entretanto, salienta que, *“Respeitamos a justiça, mas nós Vereadores de fato temos que fazer valer aquilo que aprovamos aqui. Esta Casa é uma casa de leis e as leis que são aprovadas aqui têm que ser respeitadas”*¹⁸², denotando uma clara oposição ao que fora imposto pela justiça, na medida em que questiona a legitimidade da Câmara, isto é, que a grosso modo, coloca em cheque certos valores democráticos que estão em jogo no debate que hora se evidencia.

Salamuni, reforça sua posição tendo em vista o apontado por Sabino Pícolo, insistindo na legalidade da lei que antes de mais nada, ao contrário do que disse em outra ocasião, foi objeto de intenso debate entre os parlamentares, inclusive no que toca a constitucionalidade do mesmo apontando que esta questão fora esmiuçada, no que é taxativo ao afirmar:

V. Exa. é testemunha, quantas vezes nós mesmos divergimos aqui na hora de votar, mas a partir do momento que votou e virou lei, nunca descumprimos e Ingressamos, a não ser quando for algo manifestamente inconstitucional, decidido por tribunal, que não é o caso de nenhum desses dois momentos que estamos vivendo, nem da Consciência Negra e nem do décimo terceiro subsídio. As pessoas têm o direito de achar e ter suas opiniões, mas cabe a nós encará-las com transparência, com sinceridade de propósito, mostrando que é aberto, não há o que se esconder. Agora, muitas pessoas concordam e discordam e eu respeito a opinião de cada um. Discordar sim, divergir sim, mas descumprir jamais. (Paulo SALAMUNI, CMC - Ata da 44ª Sessão Legislativa, 18/11/2013)

O Vereador Pedro Paulo, endossa o argumento de Salamuni ao chamar atenção para um artigo publicado no Jornal Gazeta do Povo, de autoria de Rogério Galindo onde este salienta que, “Por preço na democracia é algo perigoso”¹⁸³; deste modo o vereador ainda, salienta que:

Porque a principal argumentação dos que são contra o feriado é um argumento econômico, que vai gerar um prejuízo para a cidade. E acho que nessa afirmação do jornalista ele responde a preocupação que tem esta Casa, que não é apenas do ponto de vista de um cuidado econômico da sua cidade, mas é um resgate histórico a um povo que dedicou o seu suor e o

¹⁸² CMC, Ata da **44ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 1ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura**, Realizada em: 18/11/2013.

¹⁸³ GALINDO, Rogério. Consciência à venda. **Gazeta do Povo**. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/blogs/caixa-zero/consciencia-a-venda/>> Acesso em: 07/04/2018.

seu sangue na construção do país que temos hoje. (Pedro PAULO, CMC - Ata da 44ª Sessão Legislativa, 18/11/2013)

Logicamente, o Vereador alude ao fato desta discussão ser pautada por um viés puramente econômico em que o social e o político acabam subsumidos por esta dimensão, que sob muitos aspectos colocam em segundo plano avanços sociais importantes, como uma agenda que tenha como pauta a reparação histórica das injustiças sofridas pela população negra, como se evidencia nas falas proferidas.

Novamente Salamuni chama atenção para a independência da Casa, frente aos grupos da sociedade e que legisla para ela, no que reforça mais uma vez a posição da Câmara no assunto, sentenciando que:

Agradeço e registro ainda o seguinte, no final a Casa ganha. Ganha porque ela não está subjugada ou submetida a qualquer espécie de poder paralelo na cidade de Curitiba. [...] Não precisamos pedir licença a ninguém para nada. Isso ganha a Casa. As pessoas têm que observar. Não é o nosso discurso que muda a conduta, não é discurso do falso moralismo, episódico, momentâneo e pequeno, que vai fazer a Casa maior ou menor. São atitudes macro. Atitudes nossas em defesa de uma lei que foi votada aqui é para dizer que não estamos brincando aqui, sabemos o que estamos fazendo. Podem não concordar, esse é um direito, mas não podem descumprir. A Casa ganha a médio e longo prazo com esse tipo de independência. Isso é crédito, é uma forma independente de legislar, respeitando assim. (Paulo SALAMUNI, CMC - Ata da 44ª Sessão Legislativa, 18/11/2013)

A Vereadora Professora Josete, retorna à sua fala apontando para elementos bastante relevantes sobre o feriado em discussão, retomando um debate sobre questões referentes ao dia 13 de Maio, em que argumenta de modo bastante pungente que a libertação do objeto da comemoração desta data representa, não implicou a este grupo um status de cidadão e reforça o caráter crítico e de inflexão da comemoração e portanto, da urgência do mesmo como uma forma de resgate da cidadania deste grupo excluído da população, onde em uma fala bastante longa, a Vereadora afirma:

Eu acredito que a minha fala hoje vem, no sentido de esclarecer algumas coisas e além de completar um pouco o que eu trouxe no início da Sessão sobre o dia 20 de novembro, [...]. Primeiramente, gostaria de reforçar e complementar minha fala em relação ao 20 de novembro [...] Acredito que nós, ao pautarmos nesta Casa e aprovarmos o feriado do 20 de novembro como Dia da Consciência Negra e principalmente tratando esse dia como um dia de reflexão, tivemos na aprovação deste lei a intenção de registrar, de marcar através de uma data, a importância da história dos afrodescendentes a importância da cultura negra e as contribuições da população negra ao longo da história do Brasil. Então, superado já o debate de o porquê 13 de maio e 20 de novembro, entendendo que o 20 de

novembro representa, de fato, o Dia da Consciência Negra a partir do registro da história que durante muito tempo não foi contada nesse País que foi a luta dos negros e negras pela sua libertação. [...] Sabemos que infelizmente o treze de maio significou apenas uma oficialização da libertação, mas ele não garantiu a inclusão dessas populações de negros enquanto cidadãos, não garantiu emprego, moradia, direito ao trabalho remunerado. [...] Nós sabemos que essa questão da abolição da escravidão de fato não garantiu aos negros e negras uma vida digna e o reconhecimento da cidadania. Quando trazemos a reflexão para o vinte de novembro é justamente para marcar e reconhecer a luta da população negra representada por Zumbi dos Palmares, através da formação dos quilombos, que representavam espaços de resistência e de proteção à população negra, que antes da abolição da escravidão já era excluída, mas que depois teve que ter espaços também onde pudessem de fato ser colocados como pessoas, com direitos reconhecidos e a luta para isso. Os quilombos foram espaços de resistência e obviamente a partir de todo esse resgate histórico é que veio sugerir o Dia da Consciência Negra como vinte de novembro. (Professora JOSETE, CMC - Ata da 44ª Sessão Legislativa, 18/11/2013)

A Vereadora recupera um debate importante sobre o 20 de Novembro, já indicado no início deste trabalho, como também aponta para uma discussão já realizada por um dos líderes do Movimento Negro, o Senador Abdias Nascimento em 13 de Maio de 1997, onde o mesmo aponta a data como uma mentira cívica, denunciando as mesmas questões abordadas, de maneira mais sucinta, pela parlamentar.

Na mesma linha, o Vereador Mestre Pop, ressalta que, aquilo que a Vereadora Josete já havia apontado, ao afirmar que a liberdade e a libertação, nada mais foi que uma outra forma de negligenciar a população negra, que agora livre não tinha para onde ir, nem o que comer, e que deste modo, esta acabou por significar um processo de exclusão ainda maior onde muitas vezes este grupo liberto, acabava por permanecer aonde estava apenas, por “um prato de comida”.

A própria Vereadora, chama atenção para este ponto reforçando que havia inclusive vivenciado esta situação em casa durante sua infância, declarando que:

Quando me reporte a minha infância, estava falando de década de 60. Então, vejam, a abolição da escravidão aconteceu no Século XIX, e nós da década de 60, no Século XX ainda tínhamos pessoas que viviam um regime de escravidão. Quer dizer, trabalhavam para ter direito a um prato de comida e a uma cama, os que tinha um local para poder dormir. Então, isso demonstra a dívida que temos ainda com a população negra no nosso país. E, finalizando, a questão do feriado do dia 20 de novembro vem no sentido de fazermos essa reflexão, porque ainda temos a população negra como a mais excluída, a mais pobre, principalmente, ainda dentro dessa população as mulheres negras que ganham menos do que os homens negros, os homens negros ganham menos do que mulheres e homens brancos e as mulheres brancas ganham menos do que os homens brancos. Então, vemos que ainda temos que avançar muito no sentido de conquistar

igualdade entre todos e todas do nosso país. (Professora JOSETE, CMC - Ata da 44ª Sessão Legislativa, 18/11/2013)

Ou seja, Josete acaba por demonstrar o descompasso entre a realidade e o discurso de liberdade e igualdade.

Fazendo um aparte sobre o exemplo dado pela Vereadora, o Vereador Mestre Pop, expõe os debates enfrentados por ele em se tratando do tema, inclusive citando exemplos pessoais sobre discriminações vividas por ele, no qual um exemplo chama bastante atenção bem como, a conclusão ao qual chega, onde desabafa ao dizer que:

Quando falamos nessa questão, é visível que isso tudo é questão de preconceito, discriminação racial. Hoje encontrei um cidadão na rua, me parou no semáforo, ele disse que não existe discriminação racial. Eu disse a ele que o maior preconceituoso que existe é aquele que não quer enxergar. Às vezes até em brincadeira, as pessoas pronunciam de uma certa forma com racismo sem saber. Por exemplo, um indivíduo brincando com o outro, quantas vezes vocês já ouviram isso, "a polícia chegou ali batendo, só foi neguinho correndo para tudo quanto é lugar". Por que neguinho? Por que essa forma de expressão racista tão natural? Isso é em geral, a maioria da população brasileira fala isso, que alguém chegou batendo e só foi neguinho correndo para tudo quanto é lado. Isso, infelizmente, a discriminação, o racismo muitas vezes já vem de berço, quando o pai chega numa loja e procura comprar o brinquedo mais clarinho, que o pai julga mais bonito, e não estou falando só de pessoa branca, às vezes o próprio negro dá um presente dessa qualidade para o filho. [...]Depois de trinta dias do mandato eu estava numa reunião do pessoal do transporte no mercado, e eu estava em pé, uma pessoa se dirigiu a mim perguntando se eu era segurança de algum Vereador e se eu estava com aquele carro estacionado. A questão de ser segurança é muito bacana, mas podemos pensar que o negro pode chegar a um patamar alto, mas também pela sua capacidade. Como falei, o negro não quer ganhar nada e não tem que ganhar, ele tem que conquistar o respeito, conquistar o posto através do seu esforço e por mérito. (Mestre POP, CMC - Ata da 44ª Sessão Legislativa, 18/11/2013)

Desta forma, o Vereador apontou a existência do racismo na sociedade que possui em si um elemento léxico que define coisas e lugares para brancos e negros, bem como, um olhar ontológico ligado a figura do negro em que este é visto como o "serviçal supermasculino", onde a imagem do homem negro é visto como ligado a força, a trabalhos que exigem este tipo de condição. Ou seja, um homem negro de terno em um estacionamento só pode ser o segurança, no que fica evidente o lugar destes indivíduos a subalternidade, e talvez o apontamento mais comovente do

desejo por respeito e tratamento igualitário, um dos elementos presentes na disputa pelo feriado¹⁸⁴.

Neste sentido, após a fala do Vereador Mestre Pop, o Vereador Pedro Paulo, faz um aparte sobre a questão do feriado, reforçando seu apoio ao mesmo e, informando que durante a semana o Vereador Paulo Salamuni deve ir à Brasília representar em favor do feriado. O Vereador Mestre Pop, retoma as suas considerações para reforçar que ação impetrada pela ACP tem um caráter racista que depõe contra a mesma, na medida em que esta aponta prejuízo econômico como justificativa para opor-se a data, afirmando que este atrapalha o consumo e o fluxo do comércio. No entanto, o Vereador Pop aponta que existem outros feriados igualmente “improdutivos” do ponto de vista financeiro e que entretanto a Associação não se insurge contra estes, mas, apenas contra o 20 de Novembro, ato que segundo ele aponta por evidenciar uma atitude preconceituosa da mesma, no que finaliza:

Complementando a sua fala, que em geral a população saiba. O dia desse feriado, reforço que a ACP visa lucros, porque não é de interesse um feriado onde não há trocas de presentes. Mas se nós pensássemos que fosse do ponto de vista deles, de tratar simplesmente de um feriado, então não teríamos mais o dia da padroeira de Curitiba. É um dia também que não tem troca de presentes. Então, vejo um posicionamento deles totalmente contrários ao que falam. A questão dos cento e sessenta milhões é uma inverdade. Porque se você não pode comprar na quarta, obviamente que se interessa você compra na quinta-feira. Infelizmente, temos essa declaração. Vejo esse posicionamento, essa ação da ACP, ainda vejo como racista e preconceituosa, não tenho como ver outro posicionamento. (Mestre POP, CMC - Ata da 44ª Sessão Legislativa, 18/11/2013)

O questionamento do Vereador é acompanhado por Pedro Paulo, que aponta a legitimidade da ACP, no que toca ao questionamento da data, mas, não a respeita devido ao valor simbólico que ela representa tanto para a comunidade negra quanto para a população da cidade, no argumenta o alegado prejuízo econômico apontado pela ACP, resumindo a questão da seguinte forma:

Eu não poderia deixar de fazer um comentário em relação à ação e à legitimidade que tem a Associação Comercial do Paraná em questionar

¹⁸⁴ O Racismo Institucional acontece quando instituições públicas ou privadas atuam de forma diferenciada em relação a uma pessoa por conta da sua origem étnica, cor ou cultura. Ver campanha de 2016 do governo do estado do Paraná intitulada **Racismo Institucional - Teste de Imagem - Campanha Governo do Paraná**. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=JtLal_jcoDQ. Acesso 06/12/2018.

esse dispositivo. Tem a legitimidade e nós respeitamos. Mas questionamos. Nós respeitamos, mas não aceitamos. Até porque o valor desse dia é simbólico e tão importante quanto o econômico, ou mais importante do que o econômico. Aliás, o econômico é um argumento que pode ser questionado também, né? "Ah, mas o comércio não funcionando, vai ter um prejuízo." Bom, quem não compra na quarta, compra na quinta ou na terça. Não é? (Pedro PAULO, CMC - Ata da 44ª Sessão Legislativa, 18/11/2013)

Isto é, a questão de consumir em determinada data ou não, o aludido prejuízo ou não, também deveriam ser questionados e são passíveis de crítica, uma vez, que ao apresentar os valores, a ACP, não apresentou a fonte dos números, apenas, lançou os valores e tão somente.

Por fim, os Vereadores Pedro Paulo e Valdemir, salientaram a questão do ponto facultativo praticado na Câmara por conta do feriado, apontando, que durante a data mesmo sem o expediente formal, se farão presentes nas atividades relativas aos eventos realizados nas comunidades, denotando o caráter e a importância do feriado. Sendo assim, o Vereador Valdemir sentencia:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores. Tanto o PRB -Partido Republicano Brasileiro como o PSL - Partido Social Liberal, também se posicionam nesse momento contrário a toda ação jurídica, minuciosa, estratégica que Associação Comercial e outros que possam estar envolvidos tiveram nessa questão de barrar o feriado em comemoração ao feriado da Consciência Negra. O PRB - Partido Republicano Brasileiro tem uma visão muito crítica em relação a essa situação, o Bloco PRB/PSL abraça aqui todos os questionamentos, a posição do Presidente que vai estar daqui a pouco com o ministro responsável do STF para deliberar então essa ação e receber o Presidente que representa esta Casa, mostrando a indignação de todo esse Parlamento. E outra, Sr. Presidente, faremos questão tanto o PRB - Partido Republicano Brasileiro como o PSL - Partido Social Liberal de participar ao máximo dos eventos alusivos à questão da Consciência Negra nessa quarta-feira, até para que não fique o entendimento de que estamos promovendo um ponto facultativo para não trabalharmos ou para não fazermos aquilo que é de responsabilidade nossa. (Valdemir SOARES, CMC - Ata da 44ª Sessão Legislativa, 18/11/2013)

Porém em 20 de Novembro 2013, durante o ponto facultativo estabelecido pela Câmara, a ACP solta um informativo por meio de suas redes, intitulado "Nota de esclarecimento – Dia da Consciência negra"¹⁸⁵, no qual busca de modo sucinto, reforçar seus argumentos e imiscuir-se da aura de racista atribuída pelos diversos discursos realizados pelos vereadores na Câmara, bem como, pelos representantes dos diversos segmentos do Movimento Negro que manifestam-se em diversos atos pela cidade frente a interdição do feriado pela instituição, onde esta se coloca:

¹⁸⁵ Nota de esclarecimento – Dia da Consciência negra. Fonte: Associação Comercial do Paraná. Disponível em: <http://www.acpr.com.br/site/2013/11/8451>. Acesso em: 07/04/2018.

A Associação Comercial do Paraná, obteve, em caráter liminar, a suspensão do feriado do Dia da Consciência Negra. A ACP aguardará com todo o respeito o julgamento do mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade arguida pela entidade junto ao Tribunal de Justiça do Paraná.

Em consideração aos seus milhares de associados e à cidadania em geral, a ACP ratifica que em nenhum momento se deixou pautar pelo viés da discriminação, embora não encontre razões para se desviar do cristalino argumento dos pesados prejuízos ao setor produtivo, além da flagrante inconstitucionalidade da decretação do feriado.

Como é do conhecimento de todos e para desfazer versões contraditórias, na condição de entidade de classe empresarial, a ACP é inteiramente solidária às manifestações cívicas visando o resgate e a valorização da Consciência Negra, em apreço à presença histórica e grande contribuição de afrodescendentes no processo de desenvolvimento do nosso Estado. (Associação Comercial do Paraná – 2013)

Novamente, se observa uma redundância em seu discurso, ao repetir de modo corrente que não apoia o feriado, mas, respeita a população afrodescendente.

Neste período a Câmara Municipal de Curitiba, passa a discutir um novo projeto relativo a população negra da cidade, o projeto que alude ao Feriado do 20 de Novembro é o de Emenda Orçamentária Aditiva, proposto em 02 de Dezembro de 2013¹⁸⁶, pelo Vereador Jorge Bernardi, que versa sobre a Festa da Lavação das Escadarias da Igreja do Rosário dos Pretos de São Benedito, que como apontado anteriormente tem vínculo direto com o Dia da Consciência Negra, no qual dispõe-se a tratar da inserção de recursos relativos à atividades da Secretária de Turismo a fim de dar maior suporte ao evento, apontando para a importância turística e cultural do mesmo, uma vez que, este adiciona incremento ao comércio que se faz presente junto ao evento, fazendo alusão ainda, a atração do turismo produzida pelo mesmo, destacando a necessidade da disponibilização de material de propaganda e suporte ao evento.

Em 09 de dezembro de 2013, o site da ACP faz a divulgação de um novo evento, sobre o título “Fundador da ACP é lembrado em dia de combate à violência contra as mulheres”¹⁸⁷, no qual a instituição aponta as virtudes éticas e morais da mesma, evento que contou com várias autoridades políticas, da qual destaca:

¹⁸⁶ Jorge Bernardi – Proposição nº: 302.00142.2013 de 02/12/2013. Fonte: Sistema de Proposições Legislativas – SPLII Disponível em: <<https://goo.gl/Schto9>> visto em: 14/09/2016.

¹⁸⁷ Fundador da ACP é lembrado em dia de combate à violência contra as mulheres. Fonte: Associação Comercial do Paraná. Disponível em: <http://www.acpr.com.br/site/2013/12/fundador-da-acp-e-lebrado-em-dia-de-combate-a-violencia-contra-as-mulheres/> Acesso em: 07/04/2018.

O fim da manhã foi marcado por uma passeata pelo calçadão da Rua XV, em prol da campanha “16 Dias de Ativismo pelo fim da Violência contra as Mulheres”.

A titular da SMEM, Roseli Isidoro, afirmou que a campanha é realizada há três décadas em mais de 159 países e que a data tem o significado de reverenciar a memória de todas as mulheres que já sofreram ou sofrem algum tipo de violência. Roseli alertou que a violência está instalada em todas as classes sociais e faixas etárias e que os últimos dados apontam as idosas sendo as principais vítimas.

No Brasil, a campanha teve início em 20 de novembro, dia nacional da Consciência Negra, para marcar a dupla discriminação sofrida pelas mulheres negras. A prefeitura de Curitiba, por ação da SMEM, organizou um calendário unificado, visando ampliar a campanha e a mobilização em torno dos 16 Dias de Ativismo pelo fim da Violência contra as Mulheres, na administração municipal e por meio de parcerias com setores empresariais, universidades, movimentos sociais e igrejas. (Associação Comercial do Paraná - 2013)

O que se observa aí é que o tema do Dia da Consciência Negra é tangenciado, isto é, é mencionado mas, não é discutido em um evento que tem como ponto central o enfrentamento à violência e, neste caso violência contra mulher.

No mesmo mês em sua revista, o seu presidente Edson Ramon, em editorial aponta “Atuação marcante e dinâmica” ¹⁸⁸ ao tratar do desenvolvimento e crescimento das ações da instituição no que aponta:

Mediante a dinamização da área de novos negócios, produtos e serviços destinados a garantir benefícios e vantagens aos associados, a ACP passou a preencher algumas lacunas em sua operação e atendimento de necessidades do mercado e expansão do ambiente de negócios.

Alargando sua presença no interior do Estado, por meio de convênios de cooperação com associações comerciais e outras entidades empresariais de vários municípios, a ACP implantou escritórios nas importantes regiões econômicas de Maringá e Londrina, com o objetivo de estar mais próxima das necessidades dos empresários.

No aspecto institucional, o exercício foi marcado por uma série de eventos que revigoraram a interação da entidade com governantes federais, estaduais e municipais, além de personalidades do Judiciário e do Legislativo. O diálogo aberto e respeitoso, sem abrir mão do direito à divergência, trouxe esclarecimentos necessários para a afirmação das posições da Casa na defesa da livre iniciativa e liberdade de expressão, entre outros valores éticos e morais. (REVISTA DO COMÉRCIO, Nov/Dez de 2013, p.03)

A notícia novamente se aferra aos preceitos ético e morais da instituição, e aponta que esta defende a liberdade de expressão e o bom diálogo com as autoridades públicas, no entanto, faz esta fala anunciando a sua expansão com

¹⁸⁸ RAMON, Edson José. Atuação marcante e dinâmica. **Revista do Comércio nº170** [online]. Curitiba, Nov/Dez 2013. Disponível em:< <https://issuu.com/acprc/docs/revistanovembrodezembro>> Acesso em: 07/04/2018.

escritórios para a região. Importante salientar que as cidades de Maringá e Londrina são dois dos municípios que optaram pela adoção do feriado do 20 de Novembro.

Sobre a questão do 20 de Novembro a mesma publicação trouxe uma reportagem sobre “Dia da Consciência Negra”¹⁸⁹ na qual reitera elementos já tratados sobre a posição da instituição em relação ao feriado, a decisão do judiciário, o aludido prejuízo econômico a cidade, bem como, o respeito a história de Zumbi e a população negra, contudo, ao resumir o ponto de vista da instituição o Presidente Edson Ramon é enfático ao afirmar que:

[...] acima de tudo com o objetivo de “advertir autoridades e sociedade para as perdas econômicas com o fechamento das portas da indústria, comércio e serviços em mais um dia, especialmente na fase de abertura da temporada de final de ano”. Resumindo a posição conjunta das entidades, Ramon enfatizou que “não é justo que um dos setores responsáveis pela geração de milhares de empregos, recolhimento de tributos e geração de renda se veja impedido, mesmo sob a alegação do resgate histórico, de cumprir sua missão.” (REVISTA DO COMÉRCIO, dezembro de 2013, p.25)

Há aqui uma novidade, no sentido que estes alegam que o feriado é um empecilho às atividades financeiras da instituição e seus associados, mas suas declarações não levam em consideração o respeito e a compreensão da cultura negra ao afirmar que a geração de lucros não pode se pautar pela “alegação de resgate histórico”, fato que revela um novo olhar sobre as ações do grupo, na medida em que vê como algo irrelevante um objeto de disputa simbólica para a população negra, ou ao menos expõe de modo mais claro a real visão da instituição quanto ao tema em si.

Em outra nota do exemplar, repete-se de modo mais sistematizado, a notícia que tratava da decisão que embargou ao feriado, sob o título “TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. FERIADO: O ÓRGÃO ESPECIAL DO TJPR”¹⁹⁰, onde retomam, como uma forma de demarcar a situação, a reafirmação dos pontos já tratados:

O ÓRGÃO ESPECIAL DO TJ-PR, por maioria absoluta dos Desembargadores que o integram, entendendo que a lei municipal de

¹⁸⁹ Dia da Consciência Negra: ACP diz que TJ respeitou o princípio federativo p.25. **Revista do Comércio** n° 170 [online]. Curitiba, Nov/Dez 2013. Disponível em: <<https://issuu.com/acprc/docs/revistanovembrodezembro>> Acesso em: 07/04/2018.

¹⁹⁰ G TRIBUNAL – JUDICIÁRIO DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ p.36. **Revista do Comércio** n° 170 [online]. Curitiba, Nov/Dez 2013. Disponível em: <https://issuu.com/acprc/docs/revistanovembrodezembro> Acesso em: 07/04/2018.

Curitiba, que institui feriado no “Dia da Consciência Negra” fere a Constituição do Estado, na medida em que afronta o princípio federativo, não tendo o Município competência legal para tal instituição, concedeu medida liminar suspendendo a eficácia da sobredita lei municipal. A determinação ampara Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN), proposta pela ACP e Sindicato da Construção Civil do Paraná (Sinduscon-PR), na qual estas entidades destacam: (i) as perdas que feriados representam às atividades, comércio, indústria, serviços, administração e arrecadação públicas, etc...; (ii) reconhecem a importância e o grande significado da evocação da consciência negra e da enorme contribuição do povo afrodescendente ao desenvolvimento econômico e social, e afirmam que a melhor maneira de lembrar, reverenciar e enaltecer tais fatos, é propiciar que a população medite sobre estes fatos históricos e colégios o tenham como tema obrigatório nos currículos escolares.(REVISTA DO COMÉRCIO Nº 170 - Nov/Dez 2013, p. 16)

Ao fim, o que se observa é que a ACP, retoma de forma breve os pontos de vista por ela defendidos, bem como, demonstra “desconhecimento da lei” ao “solicitar” que os colégios tenham a História e Cultura Afro¹⁹¹, como uma obrigatoriedade em seus currículos.

¹⁹¹ Lei Nº 10.639, 9 de janeiro de 2003. Fonte: **Site do Planalto** Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm>Acesso em: 30/08/2018

CAPÍTULO 3

Entre Discursos e Retrocessos

Neste capítulo, faz-se a análise dos embates dos grupos, que podem ser lidos através da análise dos discursos promovidos pelos mesmos. Percebe-se uma retração do tema e mesmo a mudança de posição da CMC, frente ao feriado.

3.1 OS VENTOS DA MUDANÇA

Tendo em vista os elementos apontados pela ACP em 2013, o Vereador Chicharelli (José Carlos Chicarelli)¹⁹², parece estar em sintonia com as ideias da ACP, na medida em que apresenta o projeto de Lei Ordinária, apresentado em 14 de Março de 2014, no qual pretende aludir sobre a capacidade ou poder da Municipalidade¹⁹³ em arbitrar feriados, apresenta a seguinte disposição:

Regulamenta a instituição de datas comemorativas em Curitiba na forma que menciona.

Texto:

Art. 1º - A instituição de datas para homenagear pessoas, santos, profissões e outros temas de interesse comemorativo na cidade de Curitiba não implicará na decretação de feriado.

Art. 2º - Exclui-se da obrigatoriedade estipulada na presente Lei, todos os feriados nacionais, estaduais e municipais já existentes até a data da publicação da presente Lei.

De parte do princípio de que os Estados e Municípios ao proporem feriados e datas comemorativa que impliquem em paradas o fazem por desconhecerem as disposições da lei que versam sobre o assunto, no que aponta que:

Muitos são os municípios brasileiros em que, por desconhecimento ou interpretação distorcida da lei, decretam, ainda que mediante prévia

¹⁹²José Carlos Chicarelli (Vereador Chicarelli), nascido em 20/09/1962, natural de Engenheiro Beltrão, PR. Elegeu-se para um único mandato em 2012, tomando posse em 2013, não sendo reeleito em 2016. No entanto, o atual Prefeito Rafael Greca, nomeou Chicarelli, do PSDC, para a função de Gestor Público Municipal, sigla EAG, símbolo C-3, ligado à Secretaria de Governo, prestando serviços na Secretaria Municipal do Meio Ambiente, com rendimento mensal de R\$ 9,9 mil, conforme aponta o Jornal Gazeta do Povo. Fonte: Comissionados, empresários ou no desemprego: a vida dos ex-vereadores de Curitiba Fonte: **Gazeta do Povo** Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/comissionados-empresarios-ou-no-desemprego-a-vida-dos-ex-vereadores-de-curitiba-282si4bl5372j9ct8eom439yr>> visto em: 14/02/2018

¹⁹³ Chicarelli - Proposição 005.00048.2014 de 14/04/2014.Fonte: Sistema de Proposições Legislativas – SPLII.Disponível em:<<https://goo.gl/kXCH64>> visto em: 14/09/2016.

autorização legislativa, feriados civis e ou religiosos indo contra o que preceitua a legislação.

A Lei 9.093/95, dispõe sobre os feriados e dá conta de que os feriados podem ser classificados em civis e religiosos, estabelecendo de forma taxativa nos seus artigos 1º e 2º, as suas especificidades, sua redação nestes artigos é a seguinte:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - São feriados civis:

I - os declarados em lei federal;

II - a data magna do Estado fixada em lei estadual;

III - os dias do início e do término do ano do centenário de fundação do Município, fixados em lei municipal. (Acrescentado pela Lei nº. 9.335/96).

Artigo 2º - São feriados religiosos os dias de guarda, declarados em lei municipal de acordo com a tradição local, e em número não superior a quatro, neste incluída a Sexta-feira da Paixão.

(CHICARELLI - PROPOSIÇÃO 005.00048.2014, SPLII-2014)

Ele aponta, a partir da análise da sua exposição, a ilegalidade de Estados e Municípios ao arbitrarem sobre o estabelecimento dos feriados. Neste sentido, tece críticas ao feriado da Consciência Negra, que segundo este além de estar em inconformidade com a Lei Federal, ainda poderia acarretar sério prejuízo financeiro à cidade.

No sentido oposto, o Vereador Jorge Bernardi¹⁹⁴, aponta que o evento da Lavação da Escadaria da Igreja do Rosário está estreitamente ligado ao 20 de Novembro, e necessitava de mais investimentos devido ao potencial econômico gerado por esta atividade, o que em muitos aspectos coloca em contradição a justificativa de cunho econômico apontada pelo Vereador Chicarelli, quando este aponta que:

Este Projeto de Lei que apresento nesta casa legislativa se faz pertinente, pois repercute em toda as camadas sociais da capital e interfere no cotidiano de toda a sociedade. Em recente debate, o feriado da consciência negra trouxe diversos pontos de vista a um feriado votado e aprovado nesta casa de leis, porém que no entendimento da justiça estadual e nacional foi impugnado. Um dos pontos de vista apresentados pela Associação Comercial do Paraná, foi que o feriado próximo as festas natalinas, traria como consequência ao comércio, ou seja, deixaria de circular a quantia que poderia chegar a R\$160 milhões, o que de fato em qualquer outro feriado votado, dependendo em qual dia da semana caia, pode acarretar perdas de 4 dias na semana.

Defendo, entendo e respeito todos os feriados já existentes hoje, porém acredito que já estejamos em um limite considerável, por entender que desde a Constituição de 1988 já tenhamos tempo para analisar todas as alusões e homenagens, devendo todos os legisladores e chefes do poder executivo, entender que a Lei 9.093/95 estabeleceu os limites prudenciais para estas datas.

¹⁹⁴ Jorge Bernardi – Proposição nº: 067.00017.2014 de 17/08/2014. Fonte: Sistema de Proposições Legislativas – SPLII Disponível em:<<https://goo.gl/gcnzyx>> visto em: 14/09/2016.

Respeitando esta lei supra citada e em vigor, nenhum evento e instituição, por qual importância que seja deve desrespeitar a legislação máxima de um país. Acredito que estabelecer dias alusivos a tais profissões, credo ou raça, seja do bom entendimento de cada legislador, porém os que podem ser julgados inconstitucionais e ilegais devem figurar no calendário oficial do Município apenas como datas comemorativas, referente às quais o município tem a legitimidade de decretar ponto facultativo nas repartições públicas municipais. (Jorge Bernardi – Proposição nº: 067.00017.2014 de 17/08/2014)

É interessante notar que a justificativa da ACP, criticada pelo Vereador Jorge Bernardi, aponta para um fato estranho, ao afirmar que a parada do feriado, afetaria as compras de fim de ano, mas, precisamente as compras de Natal e levaria a uma paralisação de “quatro dias em uma semana” ao que não encontra amparo lógico, já que o Natal ocorreria à pelo menos trinta e cinco dias após a mesma e que este acarretaria um fechamento de quatro dias, para uma parada de um dia?!

O Vereador Chicarelli retorna à tribuna da CMC no dia 19 de Março de 2014 ¹⁹⁵ para reforçar sua posição, inclusive se utilizando de argumentos semelhantes aos da ACP, bem como de outros áspers para tratar do tema. Nesta sessão, presidida pelo Vereador Tito Zeglin, é concedida a palavra ao Vereador Chicarelli, que usa do expediente para, a princípio, tratar dos feriados da Copa do Mundo, que foi objeto de discussão em sessões anteriores, e questionados por parte ACP que alegava prejuízos econômicos por conta destas, entretanto, como se observa, este não se restringe a um debate sobre a questão dos dias de jogo e logo dirige sua fala contra o feriado da Consciência Negra, onde este afirma:

Mas nesse sentido, quero fazer minha defesa hoje porque protocolei uma lei nesta câmara que diz respeito aos feriados, nada mais que tentando nos enquadrar nas leis nacionais para que o município não decreta mais feriados. Então, essa lei regulamenta as datas comemorativas em Curitiba de forma que não tenha mais feriado, um dia santo, um dia de homenagem a não sei o quê. Acho que não precisamos disso. A lei agora deixou bem claro. Quero pedir o apoio depois das comissões para que progrida e não fiquemos discutindo feriados. Como o próprio Professor Galdino colocou, do indígena, que é justo. Sou italiano. Vamos defender então, se pudesse, o feriado dos imigrantes italianos. Os italianos também vinham confinados praticamente em navios. Não sofreram talvez o que os negros sofreram, mas quando morriam eram jogados nos rios, nos mares, vinham para fazendas já mais ou menos predeterminadas de milionários. Cito a Fazenda Santos Dumont no Bairro Santos Dumont em São Paulo, onde minha família trabalhou. Trabalhavam de sol a sol, das oito as oito. Acho que não é diferente da sua, Manfron. Trabalhavam, ganhavam uma miséria. Naquela época já quando o pai do meu pai ganhava um dinheirinho, entregava todas as suas economias para os portugueses. Lembra, Manfron? Você sabe disso. Gastavam tudo, entregavam para o fazendeiro e praticamente

¹⁹⁵ CMC, Ata da 16ª Sessão Ordinária, do 1º Período Legislativo Ordinário, da 2ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, Realizada em: 19/03/2014.

ficavam sem dinheiro nenhum. Era trabalho de sol a sol, deveriam ser homenageados com uma semana de feriado, se fosse o caso. Mas não é isso que o Vereador quer, o Vereador quer dar um basta nessa questão em Curitiba, pôr a galera para trabalhar, se possível até diminuir os feriados, eu sei que muitas pessoas que trabalham no comércio não iriam gostar, mas os comerciantes tem que procurar uma forma de dar uma participação de renda para eles, algum recurso para que eles sejam... (José CHICARELLI, CMC - Ata da 16ª Sessão da 16ª Legislatura 19/03/2014)

O que se observa na sua fala é um tom irascível, quase de desdém, quando usa a expressão *“no dia em homenagem ao sei lá o que”* para se referir a data que evoca o dia da Consciência Negra, que seria um dia de homenagem à população negra. Por outro lado, o Vereador, relativiza a importância da data ao citar o “Dia da Consciência Indígena” proposto pelo Vereador Galdino, e ao comparar a trajetória dos imigrantes italianos que vieram ao Brasil, sugerindo que se fosse pesar pelas dificuldades passadas por aqui estes “deveriam ser homenageados com uma semana de feriado, se fosse o caso”, o que demonstra a agressividade do representante referente à data relativa a população negra. Finaliza a sua fala afirmando que *“nós, deveríamos estar aqui tentando estimular a questão dos trabalhadores para que eles estimulassem os patrões a abrir os comércios, não fechar”*¹⁹⁶, no que, parece ser uma inversão de termos ao dizer aos Vereadores e a Câmara, que estes deveriam estar “estimulando os funcionários a estimularem o patrão”?!

No mês seguinte, enquanto se desenvolve o debate em torno do tema, conforme registra o site da instituição o Presidente da ACP, é entrevistado em programa da Rede Bandeirantes de Televisão, no dia 10 de maio de 2014, que foi reproduzido no dia 13¹⁹⁷, nos meios de comunicação institucional da associação, com a chamada “Edson Ramon fala sobre a ACP em programa televisivo”¹⁹⁸, onde de modo resumido o seu presidente falou, entre outras coisas sobre “Quanto às recentes vitórias da entidade, falou da luta contra a instituição de feriados em jogos da Copa em Curitiba e no dia da Consciência Negra”.

¹⁹⁶ CMC, **Ata da 16ª Sessão Ordinária, do 1º Período Legislativo Ordinário, da 2ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura**, Realizada em: 19/03/2014.

¹⁹⁷ Edson Ramon fala sobre a ACP em programa televisivo Fonte: **Associação Comercial do** . Disponível em: <http://www.acpr.com.br/site/2014/05/edson-ramon-fala-sobre-a-acp-em-programa-televisivo/> Acesso em: 07/04/2018.

¹⁹⁸ Edson Ramon fala sobre a ACP em programa televisivo Fonte: Associação Comercial do Paraná. Disponível em: <http://www.acpr.com.br/site/2014/05/edson-ramon-fala-sobre-a-acp-em-programa-televisivo/> Acesso em: 07/04/2018.

Durante a reportagem o jornalista lhe pergunta um pouco sobre a trajetória da ACP e a manutenção da tradição da instituição, onde prontamente responde:

Olhe, o Barão do Serro Azul nos deixou um grande legado, todas ações têm que ser precedidas de uma pergunta: o que essa ação vai fazer de bem para o associado, para o empresário e para a comunidade em geral? Se a resposta for sim, depois de um estudo e de um planejamento, essa ação é realizada, isso que dá força para nossa entidade. Se as ações que nós tomamos vêm em benefício, de encontro aos anseios, às necessidades da sociedade, ela é forte sim. (RAMON, ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ -2015)

O jornalista pergunta ao Presidente da ACP sobre a ação da associação contra o feriado da Consciência Negra, por que esta foi contra o feriado, apontando que esta medida foi impopular, onde este se coloca da seguinte forma: *“É popular sim, porque a grande maioria da população não queria o feriado, a grande maioria da população quer o trabalho, precisa do trabalho”*¹⁹⁹ (RAMON, ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ -2015)

E segue, justificando:

População de uma maneira geral, não só o empregador, como o empregado. Grande gama de funcionários, por exemplo do comércio, recebem comissões, um rendimento variável, depende de vendas e quer o trabalho. Senão vejamos a micro e pequenas empresas, 90 por cento dos nossos associados e 90 por cento quase das empresas comerciais são constituídas de micro e pequenas empresas. A sua sobrevivência já é difícil naturalmente, imaginemos com o feriado, então a grande maioria da população prefere que não haja feriado.[...] Olha, toda parada, um dia de parada, um dia útil parado no comércio, na indústria, no serviço, representa em torno de 150 milhões/dia. [...] Pelo PIB curitibano, o PIB da cidade é o valor, você divide pelo número de dias uteis e vai ter o valor diário. Aproximado em torno de 150 milhões. (RAMON, ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ -2015)

O Presidente da ACP, ao fazer a sua fala, tomou para si a voz coletiva, buscando defender a posição da Instituição, frente a polêmica do feriado, sem levar em consideração a pesquisa realizada pelo jornal Gazeta do Povo,²⁰⁰ apontada pelo Vereador Mestre Pop, que indicava que 81% da população era favorável a comemoração da data com o feriado. A pesquisa foi realizada pelo Instituto Paraná

¹⁹⁹ Edson Ramon fala sobre a ACP em programa televisivo Fonte: **Associação Comercial do Paraná** Disponível em: <http://www.acpr.com.br/site/2014/05/edson-ramon-fala-sobre-a-acp-em-programa-televisivo/> Acesso em: 07/04/2018.

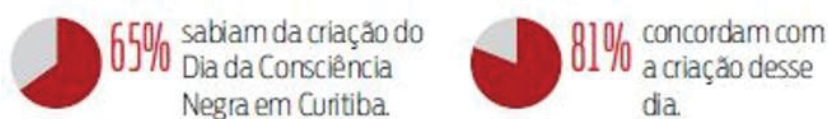
²⁰⁰ FÉLIX, Rosana. Com 81% de aceitação, curitibanos aprovam o Dia da Consciência Negra. Gazeta do Povo. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/com-81-de-aceitacao-curitibanos-aprovam-o-dia-da-consciencia-negra-129y8k3neev337z81aqp5y1hv/>.> Acesso em: 20/11/2018.

Pesquisa, entre os dias 23 e 25 de janeiro de 2013, com 430 pessoas, maiores de 16 anos segundo aponta o jornal (Figura 2).

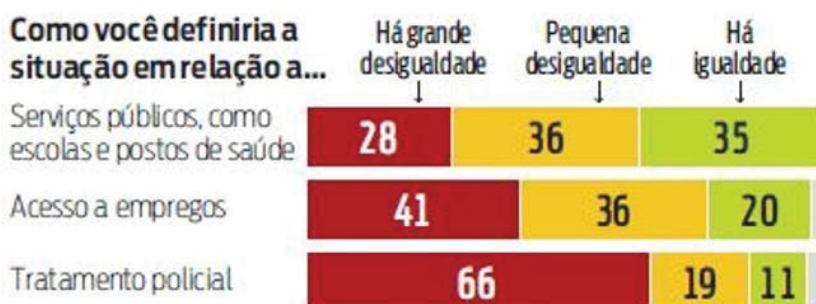
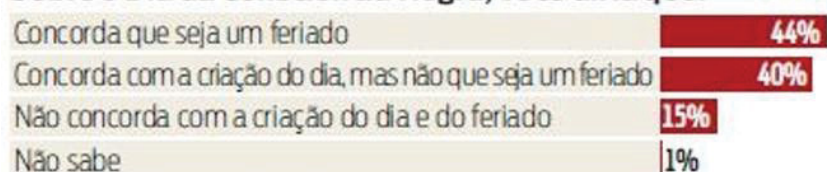
Figura 2 – Infográfico da Pesquisa sobre o Feriado de 20 de Novembro

APROVADO

A maioria dos curitibanos afirma que nunca passou por situação de preconceito racial, mas reconhece que há diferença de tratamento no acesso aos serviços públicos:



Sobre o Dia da Consciência Negra, você diria que:



Fonte: Paraná Pesquisas. **Infografia:** Gazeta do Povo. **Metodologia:** levantamento realizado entre os dias 23 e 25 de janeiro, com 430 pessoas maiores de 16 anos. O grau de confiança é de 95% para uma margem estimada de erro de 5%.

Fonte:

https://www.gazetadopovo.com.br/ra/media/Pub/GP/p3/2013/02/04/VidaCidadania/Imagens/Vivo/info_feriado_040213.jpg. Acesso 03.12/2018

O mês de agosto de 2014 é marcado pelo término da gestão do Presidente Edson José Ramon na ACP, sendo sucedido pelo empresário Antônio Miguel Espolador Neto. Em discurso reproduzido em 12 de agosto de 2014, intitulado “Leia

a íntegra do discurso do ex-presidente Edson José Ramon”²⁰¹ este faz sua despedida do cargo, fazendo um breve balanço de sua gestão e mesmo das conquistas realizadas durante a mesma.

Em sua fala destaca-se ainda, a boa entrada da associação dentro das estruturas institucionais do aparelho do Estado, bem como o fato desta apresentar-se como uma liderança dentro de um conjunto de associações e fundações ligadas à indústria e ao comércio, assim como, as relações estabelecidas com a estrutura jurídica do Estado do Paraná, que se firmou durante o processo de luta para a criação do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no Paraná, e finalmente a interdição do feriado da Consciência Negra, conforme lê-se abaixo²⁰²:

No plano institucional, a gestão que se encerra nesta data sempre esteve em perfeita sintonia com os paradigmas fundantes da instituição e não desonrou as bandeiras de luta em defesa dos interesses do empresariado e da sociedade.

Ressalto o relacionamento respeitoso com as autoridades constituídas, aí compreendidos os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, instâncias que sempre estiveram de portas abertas para a ACP.

Faço, ainda, um agradecimento especial às demais entidades de classe – a FIEP, FECOOPAR, FECOMÉRCIO, FAEP, FACIAP e FETRANSPAR, que juntas com a ACP compõem o G-7, pela parceria e comprometimento com os interesses da classe empresarial paranaense. Juntas, marcharam conosco nas lutas em defesa da livre iniciativa.

Não posso omitir a gratificante parceria que nossa Diretoria manteve com a OAB/PR. Movimento Pró-Paraná e com a Associação Paranaense dos Juízes Federais, a APAJUFE, parceiras sempre presentes nas grandes causas que defendemos. Exemplo disso, os manifestos “O Brasil que queremos” e “O Paraná que queremos” e a mobilização pela aprovação do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com sede em Curitiba, ainda a ser implantado.

Algumas das lutas defendidas pela ACP tiveram ampla repercussão, incluindo as manifestações de insígnias parlamentares paranaenses na Câmara dos Deputados e no Senado da República, assim como amplos espaços na mídia.

A ACP não titubeou em se colocar respeitosa, mas resolutamente contrária à decretação do feriado da Consciência Negra, e dos também pretendidos feriados em dias de jogos da Copa do Mundo em Curitiba, ação que, neste caso, contou com a sensibilidade dos nossos vereadores. (ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ -2014)

Observa-se o modo ou ainda, as alianças, as relações entre o empresariado paranaense e o judiciário, e como isso pode ter influenciado na interdição do feriado

²⁰¹ Leia a íntegra do discurso do ex-presidente Edson José Ramon. Fonte: Associação Comercial do Paraná. Disponível em: <https://acpr.com.br/noticias/leia-a-integra-do-discurso-do-ex-presidente-edson-jose-ramon/> Acesso em: 07/04/2018.

²⁰² Leia a íntegra do discurso do ex-presidente Edson José Ramon. Fonte: Associação Comercial do Paraná. Disponível em: <https://acpr.com.br/noticias/leia-a-integra-do-discurso-do-ex-presidente-edson-jose-ramon/> Acesso em: 07/04/2018.

na cidade de Curitiba uma vez que a ACP, sob a liderança de Edson Ramon, construiu importantes capitais sociais, que possivelmente pesaram ao seu favor durante o embate contra a implantação do feriado de 20 de Novembro.

Entretanto, a ACP procura trabalhar em relação ao meio jurídico, articulando ações em relação a interesses ligados à justiça, quando na mesma entrevista realizada na Rede Bandeirantes²⁰³, Edson Ramon, passa a tratar sobre temas como os feriados relacionados à Copa do Mundo. Ao ser inquirido pelo repórter sobre as ações da associação para a autorização para a instalação de um “Tribunal Regional Federal que vem se arrastando há anos”, o Presidente da mesma se manifesta asseverando que:

Nós falamos em Copa do Mundo, mas existem outras causas também que são muito importantes para o Paraná. Nós tivemos a briga por exemplo, do a Associação Comercial também teve participação no que a gente pode dizer, em um primeiro momento que foi uma conquista, de pelo menos ter autorização para que o tribunal se instale aqui.

Edson: Sem dúvida alguma. A Associação Comercial desde o primeiro momento, há mais de 12 anos, esteve nessa empreitada de tentar trazer o Tribunal Federal para Curitiba. Os motivos são vários, as razões são consistentes, não é só falta agora, estamos praticamente no final dessa jornada de conseguirmos exitosamente trazer o Tribunal para Curitiba. A Associação Comercial sempre esteve presente com os maiores advogados do Brasil, principalmente, e outras instituições de classe. (RAMON, ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ -2014)

Em seguida o repórter continua a sua fala, ainda insistindo sobre a demora para instalação de um Tribunal Regional Federal na região, como se pode conferir no diálogo dos dois:

M1: Mas por que as coisas demoram então, presidente? O senhor mesmo falou que estamos há vários anos lutando por isso. Paraná tem pouca força na federação?

Edson: A nossa bancada, por exemplo, precisa ser motivada. Quando motivada ela age conjuntamente, é o que aconteceu no Tribunal. Há interesses contrários de outros estados que não venha o Tribunal para o Paraná, então é realmente um embate político enorme e que estamos vencendo etapa por etapa, chegamos praticamente no final.

M1: Que falta agora?

Edson: Falta um pouco de vontade política lá em cima, porque não depende somente da bancada paranaense mais.

M1: A nossa lição de casa nós fizemos? A Associação Comercial fez sua lição de casa?

Edson: Fez sua lição de casa junto com a OAB, junto com a Associação Paranaense de Juizes Federais e vamos continuar fazendo. Estamos

²⁰³ Edson Ramon fala sobre a ACP em programa televisivo Fonte: Associação Comercial do Paraná. Disponível em: <http://www.acpr.com.br/site/2014/05/edson-ramon-fala-sobre-a-acp-em-programa-televisivo/> Acesso em: 07/04/2018.

planejando quais ações ainda restam para que de vez possamos trazer esse Tribunal para Curitiba. (RAMON, ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ -2014)

Embora, a fala pareça algo trivial, estas demonstram o grau de influência da ACP em diferentes instituições estaduais, bem como a sua capacidade de influir em questões decisivas e de grande importância para o Paraná, além de demonstrar o tamanho e o alcance das redes de relações da ACP.

Neste contexto, apesar da derrota imposta pela ACP à CMC, esta não deixou de debater sobre o tema. Em 17 de Outubro de 2014, o Vereador Jorge Bernardi²⁰⁴ propõe Requerimento de Realização de seminário/simpósio, em que “Solicita a realização de Seminário na data de 27 de novembro de 2014. Tema: "Dia da Consciência Negra: Políticas afirmativas para promoção da igualdade racial", em que procura agregar do mesmo modo os agentes da sociedade civil organizada e representantes de outras entidades, como a Secretaria Municipal de Educação, FAS, Ministério Público/PR, OAB/PR, TJ/PR, Docentes do Centro Universitário Uninter, UFPR, PUC/PR, e comunidade civil organizada, a fim de debater sobre o Feriado do 20 de Novembro, que toca os seguintes considerações:

Mais que um dia de comemorações a data também é dedicada à reflexão sobre o papel do negro na sociedade brasileira, desde a resistência contra a escravidão dos africanos trazidos ao Brasil, iniciada em 1549, até a inserção do negro na sociedade atual, visto sob o viés econômico, social, político, religioso, cultural, etc.

Cabe destacar que a data encontra comemorações, inclusive, em solo Curitibano onde, apesar da colonização europeia, a cidade também foi formada por indivíduos afro-descendentes que, em especial nesta data, relembram a importância dos seus antepassados na construção e Curitiba e do Paraná como um todo.

A Reunião Pública aqui requerida visa colaborar na discussão sobre a condição do negro neste início do século XXI, relembrando o seu passado, compreendendo o seu presente e planejando o futuro. (BERNARDI, SPLII-2014)

Posteriormente, na sessão de 10 de Novembro de 2014²⁰⁵ o Vereador Tico Kuzma, faz uma breve reflexão, utilizando como expediente a jurisprudência criada por um Juiz do Estado de Mato Grosso sobre a possibilidade do Município legislar sobre si, onde o parlamentar dispõe:

²⁰⁴BERNARDI, Jorge. Proposição nº: 067.00017.2014 de 17/10/2014 Fonte: Sistema de Proposições Legislativas □ SPLII Disponível em: <<https://goo.gl/m9fCyj>> visto em: 14/09/2016

²⁰⁵ CMC, Ata da 42ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 2ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, Realizada em: 10/11/2014.

V.Exa. tem toda razão quando coloca que pode sim, o Município legislar, a Câmara legislar, quanto ao tempo máximo de espera pelo consumidor. Na verdade estamos defendendo o direito do consumidor com a proximidade da lei. Tenho aqui, fiz uma pesquisa, Vereador, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso já rejeitou uma ação direta de inconstitucionalidade que questionava uma lei da Assembleia Legislativa daquele Estado, foi rejeitada. E lá vigorou a lei feita pela Assembleia. Então, V.Exa. está de parabéns, coloca um tempo. Esse tempo de vinte minutos lá é um tempo de trinta minutos. Mas, V.Exa. coloca que a partir do momento que ele retirar sua senha, tem a certeza que vai beneficiar o consumidor da Cidade de Curitiba. Aqui eu faço um apelo ao Presidente Paulo Salamuni, o Vereador Hélio (Hélio Renato Wirbiski)²⁰⁶ colocou que foi entrado com uma ação, contra uma lei aprovada nesta Casa. Como já foi feito na questão da Lei da Consciência Negra, que a Câmara também entrou junto nessa ação, defendendo a Lei que foi aprovada pela Câmara; Acho que isso é importante, que as leis sejam aprovadas, que a Câmara Municipal, como entidade, como representante dos Vereadores, entre na ação defendendo a manutenção dessa lei. Então, eu cumprimento V.Exa. e faço esse apelo ao Presidente desta Casa, que essa lei que foi aprovada aqui, realmente seja cumprida. (Tico KUZMA, CMC, Ata da 42ª Sessão da 16ª Legislatura, 10/11/2014)

Essa jurisprudência aponta elementos que justificam a Constitucionalidade, bem como, a legitimidade do Município em criar leis específicas para si, o que ocorreu no caso do Dia da Consciência Negra, elementos estes que poderiam servir de subsídio para o questionamento da liminar impetrada pela ACP, entre outras demandas da Câmara.

Já na sessão de 17 de Novembro de 2014²⁰⁷ o tema reaparece na fala da Vereadora Noêmia Rocha. Nesta ocasião ocorre um debate bastante intenso a respeito da criação de quotas ou ônibus especiais para mulheres, como forma de melhorar o acesso destas ao transporte público, assim como um meio para evitar abusos e violências por elas vivenciadas dentro deste tipo de transporte, no que a Vereadora chama atenção para lei tendo como exemplo a população negra ao afirmar que:

Mas, nós temos o princípio da igualdade material, que trata os desiguais na medida da sua desigualdade, como as cotas de negros nas faculdades federais. Então, o princípio da interpretação de direito: os ônibus vão

²⁰⁶ Hélio Renato Wirbiski (Helio Wirbiski), nascido em 20/09/1957, natural de Curitiba. Iniciou a suas atividades políticas em 1982 atuando na campanha de José Richa ao governo do Paraná, mais tarde entre 1982 e 1986 chefiou o gabinete da Secretária de Saúde do Estado do Paraná. Entre os anos de 1986 e 1988, chefiou o gabinete da Secretária de Fazenda do Estado de Rondônia, posteriormente entre os anos de 1988 e 1990 foi chefe do gabinete do governador do Estado de Rondônia. Tomou posse como Vereador em Curitiba em 2013, sendo reeleito para um segundo mandato iniciado em 2017.

²⁰⁷ CMC, Ata da 45ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 2ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, Realizada em: 17/11/2014.

segregar para proteger, se eles vão segregar para proteger um grupo diferente que precisa de tratamento desigual. Isso está dentro da Constituição, no Artigo 5º, no Parágrafo 2º: princípio da igualdade. Esse princípio permite tratar de forma desigual para atingir a igualdade. Eu acho que essas mulheres, eu não ando de ônibus, andei há muito tempo, mas eu tive um assédio quando andava de ônibus, e é a pior coisa para uma mulher, essas mulheres precisam de respeito. E eu não tenho dificuldade nenhuma de responder a essas mulheres que andam de ônibus diariamente, trabalhadoras, que precisam de respeito. E isso as torna em uma forma como a cota de negros, elas merecem esse respeito. Voto favorável com muita tranquilidade, entendendo que essa lei não vai resolver. Mas se ameniza o sofrimento dessas mulheres [...] (Noemia ROCHA, CMC, Ata da 45ª Sessão d 16ª Legislatura 17/11/2014)

A fala é interessante porque aponta para certos elementos que podem ser transpostos para o debate sobre o feriado, na medida, em que este se oferece como política afirmativa e espaço de afirmação, no que toca a questão da equidade. Isto é, de prover meios de equivalência entre desiguais, ou seja, tratar de forma desigual os desiguais, no que a data promove um espaço para a discussão sobre o que é igualdade.

Por outro lado, equilibra, contrapõe a representatividade hegemônica do imaginário de sociedade branca europeia com a promoção de um espaço efetivo de afirmação para a população negra, bem como, coloca em perspectiva certos aspectos relativos as políticas afirmativas, no sentido de que evidencia que os seus benefícios transcendem os grupos para os quais estas foram pensados, criando subsídios para a implementação de direitos às outras categorias e, minorias sociais, que muitas vezes se acham à margem das políticas sociais, como no caso das mulheres por exemplo.

Na sessão de 18 de Novembro de 2014²⁰⁸ o Presidente da Câmara, Vereador Paulo Salamuni, faz um breve relato trazendo ao conhecimento da Casa, o panorama de como se encontrava a questão do feriado do 20 de Novembro. Feriado este, que estava sob judice, ao mesmo tempo que fazia um desagravo, quanto a esta condição, apontando que existia um agravo junto ao TJ-Pr, que por sua vez, continuava impedindo a realização do feriado. A questão tem como base a alegação por parte da ACP de inconstitucionalidade, fato que não é aceito pacificamente por parte deste e, visto ainda como uma usurpação do poder. Contudo, aponta que na

²⁰⁸CMC, Ata da 46ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 2ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, Realizada em: 18/11/2014.

Casa a data será ponto facultativo de modo à fazer valer, ao menos para estes o feriado, de tal sorte que salienta o caráter simbólico deste, ao afirmar que:

Srs. Vereadores que ainda há uma indefinição no ponto de vista desta presidência e desta Casa, injustificável sobre a Lei da Consciência Negra. Não é razoável que em mais de mil municípios, das cinco mil, quinhentas e setenta cidades do Brasil, em que a Câmara Municipal votou uma lei que haja o feriado da Consciência Negra e na Cidade de Curitiba a lei votada e sem que sobre ela pese qualquer ilegalidade ou irregularidade, independente se concordo ou não, esse é um outro problema, a lei não seja respeitada aqui. Então, diante disso há uma reclamação por usurpação de função constitucional apresentada por esta Câmara junto ao Supremo Tribunal Federal e está em fase de julgamento. E houve um agravo aqui do Tribunal de Justiça, que foi quem declarou a inconstitucionalidade, e por enquanto é o que se mantém, esta decisão, e por conseguinte não há a possibilidade do feriado, embora a qualquer momento possa sair uma decisão. Diante disso tudo, estamos no dia 18, esta Câmara Municipal, fazendo valer todas as leis que são legitimamente discutidas aqui, esta presidência vai decretar, em homenagem a nossa lei, o ponto facultativo na quinta-feira, dia 20, mais uma vez como foi feito no ano passado, para que esta Casa diga que uma lei que foi votada aqui deva ser respeitada. Não estamos afrontando ninguém, descumprindo qualquer decisão judicial porque não estamos decretando feriado. Ponto facultativo é uma coisa, feriado é outra, e isso está dentro das atribuições legais desta Casa. Portanto, quinta-feira será ponto facultativo nesta Câmara Municipal de Curitiba em homenagem ao Dia da Consciência Negra, até que se decida. Sexta expediente normal e tão pouco transferir o feriado de quinta para sexta porque é o sentido do dia, não queremos feriado para emendar feriado, absolutamente. Ele tem um sentido e uma razão de ser. (Paulo SALAMUNI, CMC, Ata da 46ª Sessão da 16ª Legislatura, 16/11/2014)

Realizada esta fala, os trabalhos seguem adiante sem nenhum questionamento ou posição dos demais presentes no que toca o assunto, partindo logo para outros temas sem relação com o feriado.

Um dia antes do que seria o feriado, portanto no dia 19 de Novembro de 2014²⁰⁹, o vereador Paulo Salamuni, usa a palavra para fazer a defesa da data e, em certa medida apontar que, embora, a lei esteja sob judice esta deveria ser cumprida enquanto não se decide sobre sua legalidade ou não, e desabafa:

No dia de amanhã, 20 de novembro, dedicado à Consciência Negra, por um desagravo ao Poder Legislativo da Cidade de Curitiba, este Presidente decretou ponto facultativo aqui nesta Casa, na impossibilidade de decretarmos um feriado, haja vista que há decisões de tribunais, liminares que não permitem que o feriado seja acatado na Cidade. Mas dentro deste poder temos autonomia para um ponto facultativo, que não se trata de feriado. E tem uma razão, porque temos cinco mil, quinhentas e setenta municípios no Brasil, e mais de mil têm essa lei. E teremos, seguramente, mais de mil feriados amanhã. [...] Quero neste momento, até haja vista que

²⁰⁹ CMC, Ata da 47ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 2ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, Realizada em: 19/11/2014.

amanhã não teremos Sessão, mais uma vez cumprimentar o trabalho da parte de comunicação da Casa, da Imprensa, de história, porque hoje está no site da Câmara o porquê, no mérito, esta lei foi aprovada aqui. Não me canso de dizer que os meus patrícios, alguns daqueles que estavam aqui quando vieram para o Brasil, também sofreram uma espécie de discriminação, mas nenhum teve lei aprovada pelos representantes do povo contra eles. Tivemos leis de verdadeiras atrocidades que nos apequenam como seres humanos aqui desta Casa. Não importa se foi há cem anos, há duzentos anos, foi daqui. Isso aqui nunca termina, ela só se modifica, para ver nosso pensamento. [...] A Câmara Municipal de Curitiba recebeu em 1946 a ordem real para fabricar carimbo com a letra F, que marcaria com ferro em brasa os escravos fugidos. Seria guardado na arca da Casa. O alvará em forma de lei, de Dom João V foi resposta aos insultos cometidos pelos chamados Quilombolas, que se refugiavam nos quilombos. [...] Os detalhes estão na página da Câmara. Então, as pessoas fora podem não entender o porquê foi feito esse feriado. E diga-se de passagem, faz quase cem anos de Câmara e nenhum feriado foi aprovado aqui. Esse é o resgate de uma dívida do que esta Casa se submeteu. (Paulo SALAMUNI, CMC, Ata da 46ª Sessão da 16ª Legislatura, 19/11/2014)

Neste sentido, além de reforçar pontos já afirmados em outras ocasiões, sobre a importância do feriado e mesmo sobre a questão do ponto facultativo na Câmara, Paulo Salamuni parece dar uma resposta ao Vereador Chicarelli que apontou os “sofrimentos” dos italianos chegados ao Brasil, no qual este deixou subtendido que a História da população negra e o seu sofrimento não seriam condições suficientes para justificar um feriado, já que em suas palavras “estes sofreram talvez tantos quanto os negros trazidos em porões de navios”, no que Salamuni em sua fala socorre-se de sua própria trajetória de filho de imigrantes, bem como, do registro histórico da Câmara, para pôr em perspectiva este discurso, ainda que a referência não seja direta.

Salamuni o faz, apontando que se houve discriminação contra os imigrantes esta não chegou a se verificar por leis tão atroztes quanto uma lei aprovada na Casa no Século XIX, que permitia marcar a ferro um escravizado fugitivo, fato que denota um abismo de diferenças entre o tratamento dado ao colono europeu e trabalhador escravizado de origem africana.

Nesta mesma linha, o Vereador Mestre Pop, realiza um desagravo, ao criticar o epíteto de “Capital Social”, na medida em que a Capital é mais social para alguns do que para outros, no que destaca:

É uma coisa muito decepcionante ouvir de Curitiba, uma cidade que me deu tudo o que tenho, primeiramente Deus, a Cidade que já teve por si só, simbolicamente, o título de Capital Social, e essa mesma Capital Social para uma minoria de uma sociedade organizada, com nome de ACP, entrar na justiça e retirar aquilo que é de direito do negro. [...] Então, repito o que falei

ano passado, esse ato da ACP em não deixar acontecer o feriado do dia 20 de novembro, as suas alegações vazias, dizendo que trariam um prejuízo econômico para o Município. Isso não é verídico, até porque São Paulo e outras capitais já provaram que é diferente. Então, hoje eu subo aqui apenas pelo lamento, dizer que infelizmente neste País quem pode mais chora menos. Com relação ao ponto facultativo que o Sr. Presidente decretou para o dia 20, que será cumprida amanhã, não é tudo o que queríamos, mas também tem outro ditado que diz: "melhor pingar do que secar". Não vou retratar a trajetória negra, até porque o feriado do dia 20 de novembro não seria para nenhum momento festivo, mas sim para um momento de reflexão. (Mestre POP, CMC, Ata da 46ª Sessão da 16ª Legislatura, 19/11/2014)

E completa a sua observação, retornando a crítica em relação a ACP, que teria utilizado de seu poder econômico para impor seus interesses sobre a sociedade como um todo, deste modo, atacando o direito da população negra, com afirmações infundadas como, a questão do prejuízo ao comércio, afirmação refutada pelo vereador, tendo em conta o exemplo da cidade de São Paulo, onde as mesmas justificativas foram apontadas para tentar barrar o feriado, sendo contudo, refutada com os resultados econômicos contabilizados pós feriado que indicaram um crescimento das vendas no comércio.

Durante a sessão, Salamuni aponta a presença dos representantes do Movimento Negro, Saul Durval da Silva, ex-Presidente do Conselho Municipal de Política Étnico Racial e, de Denis Denilton, Presidente do Conselho Municipal da Igualdade Étnico-racial, que farão uma fala em um contexto bastante interessante durante o evento.

O contexto se dá pela fala de outros convidados para Tribuna Livre, espaço reservado à membros e representantes de certa importância na sociedade para que possam fazer apontamentos, trazer informações, reivindicações, aos membros da Câmara.

Neste caso, os convidados foram a representante da Legião da Boa Vontade (LBV) Lucymara de Andrade, a assistente Inter-religiosa de Educação Raquel Costa, o assessor de Comunicação de Marketing da LBV, Vinícius, a Regina Santos e a Geni Batista do Movimento dos Focolares, que vieram à Casa tratar sobre o Dia de Oração e Ação pela Criança, projeto de Lei nº14.348. A apresentação do tema ficou a cargo de Lucymara, que foi na ocasião apresentada pelo Vereador Geovane Fernandes, responsável pelo convite.

Ao tratar do tema relativo a data, esta afirmou que se tratava de uma ação de cunho ecumênico, na medida, em que comunga pessoas e representantes dos

mais variados grupos religiosos, que principalmente nesta data, reúnem-se para fazer atividades voltadas para a sociedade tendo como público alvo as crianças:

Amanhã, nós comemoraremos o Dia Mundial de Oração em Ação pelas Crianças. Como já disse o Vereador Geovane Fernandes, essa data é oficial no calendário da nossa Cidade. Foi lançada no Brasil em 2009. [...] Participam, organizações públicas, privadas sociais, religiosas. Igrejas de várias tradições, cultos afros, indígenas, judaicos, cristãos, budistas, muçulmanos, espiritualistas, hare krishna, bahai [...] Estamos aqui para lembrar que cada criança, é sujeito das nossas ações e orações. São indivíduos que tem necessidades coletivas, como escola, áreas de lazer, locais adequados para participar de atos religiosos. [...] Toda criança tem direito a vida e precisa do apoio de quem lute por ela, esses direitos eles estão descritos na convenção dos Direitos da Criança, proclamada em 20 de novembro de 1989. (LUCYMARA, CMC, Ata da 47ª Sessão da 16ª Legislatura 19/11/2014 2014)

O interessante é notar que a data proposta para como Dia Mundial de Oração em Ação pelas Crianças, é o 20 de Novembro, data do Feriado que se acha em disputa e, é alvo de questionamento de alguns vereadores como é o caso do Vereador Chicarelli, contudo, como ela explica, “[...] *O Dia Mundial de Ação e Oração pela Criança vai acontecer em Curitiba, no dia 22 de novembro, das 13h às 17h em dois locais: um na Rua da Cidadania da regional Boqueirão, lá no Terminal do Carmo [...]*”²¹⁰, continua salientando a importância da data, apontando para o cuidado com as crianças e adolescentes carentes e que se acham em situação de risco. Sua exposição termina com as palavras “*O sangue que corre aqui dentro é vermelho de todo mundo, mas os nossos genes estão misturados e são todos realmente irmãos*”²¹¹. Importante é indicar, que isto pareceu uma tentativa de dirigir a data em questão para um outro sentido, na medida em que apresenta outros interesses sobre um ponto em disputa, que tem como marco central o dia 20 de Novembro, bem como, a finalização inadequada, que tende para o discurso da “Democracia Racial”, que embora não fosse intencional, no quadro geral denotou uma tentativa do grupo de apropriação da data, gerando o contexto no qual emergem as falas de Saul Dorval e Denis Denilton.

Saul é o primeiro a falar, e inicia sua explanação retomando a importância social da comemoração para todo o conjunto da sociedade, não importando a sua etnia, por conta do espaço para reflexão e reavaliação que o momento propicia, no

²¹⁰ CMC, Ata da 47ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 2ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, Realizada em: 19/11/2014.

²¹¹ CMC, Ata da 47ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 2ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, Realizada em: 19/11/2014.

que toca os males relativos ao processo da escravidão e a herança de desigualdade social e marginalidade legada aos descendentes dos trabalhadores africanos escravizados no processo de construção do país e pós-abolição, no que assevera:

A escravidão no Brasil foi a pior escravidão do mundo, em todas as épocas. Muito mais que na Grécia antiga, escravizada por Roma. Amanhã é o Dia da Consciência, quando temos que voltar ao passado e refletir. Mais do que isso, quero lembrar a esta Casa de Leis que o processo do feriado está no Supremo Tribunal Federal, o qual nós recorremos e estamos esperando a decisão do Ministro Gilmar Mendes, e nós esperamos que seja favorável. Eu quero lembrar que o Artigo 215, da Constituição Brasileira possibilita a criação de feriado. O que a parte contrária disse, em Curitiba, é que se baseia numa lei federal. E, se baseando numa lei federal, nós vamos lembrar aqui a hierarquia das leis. Nenhuma norma jurídica em forma de lei é maior ou superior a uma Constituição. Então, o Artigo 215 estabelece o feriado. E esta Casa de Leis, junto com a população de Curitiba, aprovou o feriado. Então, há arbitrariedade da parte contrária que estabelece alguns assuntos de não relevância, como colocar o capital financeiro em cima do ser humano. A causa, não há dinheiro que pague, no mundo, a questão de uma consciência de uma escravidão ou de uma mazela humana. E, para terminar, quero deixar uma frase do Pastor Martin Luther King, também formado em Direito: "A raça é uma só, a raça é a humana". (SAUL - CMC, Ata da 47ª Sessão da 16ª Legislatura, 19/11/2014)

Deste modo, a sua fala vai de encontro a defesa da legalidade do feriado e de reafirmar a data como o Dia da Consciência Negra, inclusive do ponto de vista constitucional, onde de modo sutil rebate a ideia de outro sentido para a mesma que não o posto.

Denis Denilton é mais incisivo quanto a definição e demarcação dos interesse da comunidade negra, ao sentenciar que:

A igualdade racial, a igualdade de direitos e a igualdade de deveres, e amanhã sendo esse dia de reflexão, nós aguardamos que todos, Vereadores, Vereadoras aqui presentes, os religiosos, possam levantar suas orações, porque amanhã é dia de pensar o quanto nós somos monstruosos de não permitir que o outro exista. Exista na condição de direito e de dever, porque nós, infelizmente, com os nossos direitos e não deixando com que eles sejam estendidos a grande parte dessa população, permitimos que pessoas morram. Amanhã é o Dia Mundial da Oração, façamos orações por aquelas mães que perderam seus filhos pela negligência pública, que perderam os seus filhos pelas drogas, que perderam os seus filhos, os quais, na grande maioria, são negros, nesta Cidade. Então, nós precisamos, a partir dessa causa, a partir desta Casa, unir-nos para derrotarmos a negligência, para reivindicarmos aqueles direitos que não são estendidos a todos e fazermos com que os deveres sejam cumpridos, na medida em que nessa oração, na medida em que essa mão unida de fato, que não tem cor, que não tem religiosidade, mas que tem humanidade, seja sim o reflexo desta Casa de Leis. Muito obrigado a todos. E, amanhã, viva Zumbi dos Palmares! Viva o povo brasileiro! Viva Curitiba! (LAURINDO, CMC, Ata da 47ª Sessão da 16ª Legislatura, 19/11/2014)

Nota-se na fala de Denilton, uma posição clara de afirmação quanto a apropriação da data, na medida em que coloca em perspectiva a proposição do Dia Mundial da Oração, ao denotar o abandono a que a população negra se acha relegada, bem como, o fato de que a maior vítima da negligência da sociedade e do Estado, é a população preferencialmente negra, para quem orações não são o suficiente, solicitando ação por parte das entidades presente e reafirmando a data comemorativa ligada a Zumbi dos Palmares.

3.2 ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ E O MONÓLOGO MONOCÓRDICO

Não obstante todas as falas já aludidas em relação ao feriado, na Revista do Comércio, publicação da ACP, de Janeiro/Março de 2015²¹², em uma sessão de perguntas e respostas, surge um adendo sobre o feriado, onde lê-se:

Este ano terá muitos feriados prolongados e isso sempre ocasiona perdas para o comércio. O que fazer? Feriados fazem parte do nosso calendário e não há como modificar o quadro. A ACP tem trabalhado com toda a disposição no sentido de evitar a decretação de feriados cívicos em datas aleatórias, inclusive com a manifestação favorável da Justiça, como aconteceu com os jogos da Copa do Mundo e a Consciência Negra, por exemplo. Quanto aos feriados tradicionais, se o setor produtivo sofre a perda estimada em R\$ 150 milhões por dia paralisado, no entanto, os setores de hotelaria, gastronomia e outros serviços de atendimento aos turistas são beneficiados pelo aporte de recursos trazidos pelos milhares de visitantes que escolhem Curitiba para curtir os feriados. (REVISTA DO COMÉRCIO n°174 - Jan/Mar. 2015, p.13)

A sessão ganha relevância porque corrobora com alguns pontos de vistas apresentados pelos Vereadores e representantes do Movimento Negro, sobre o lucro gerado pelo turismo por conta do feriado no que este poderia atenuar o supracitado prejuízo objeto de admoestação da ACP, bem como, o valor do referido numerário que hora é de mais de 160 milhões de reais, e aqui chega a 150, valor este que nunca foi objeto de uma reflexão ou mesmo de uma auditoria mais profunda por parte dos grupos favoráveis à data.

²¹² 2015: um ano de enfrentamento para o comércio p.13. Revista do Comércio n°174 [online]. Curitiba, Jan/Fev/Mar 2015. Disponível em: <https://issuu.com/acprc/docs/jan-fev-marc> Acesso em: 07/04/2018.

Posteriormente, em 03 de Agosto de 2015, o Vereador Jorge Bernardi, faz o Requerimento de Realização de Audiência Pública, onde vem “Requer à Mesa na forma regimental, a realização de audiência pública na data de 12 de Novembro de 2015. Tema: “DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA”, no qual vem a Câmara debater a respeito dos temas relativos ao 20 de Novembro. Evento este contou com a presença dos representantes do Ministério Público (Mariana Seifert Bazzo); OAB (Mesael Caetano dos Santos); Universidade Federal – NEAB (Núcleo de Estudos AFRO-Brasileiros) e Coordenadoria de Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Apesar da discussão proposta por Jorge Bernardi, o tema parece perder fôlego ao longo de 2015, sendo objeto de curtos e tangenciados debates, mesmo quando as situações de racismo e discriminação se enunciam dentro da própria Câmara como se verá mais à frente no texto.

Nas Notas Taquigráficas de 18 de Novembro de 2015²¹³, na sessão presidida pelo Vereador Ailton Araujo (Ailton Cardozo de Araujo)²¹⁴, a única fala em torno da questão do 20 de Novembro é realizada pelo Vereador Tito Zeglin, em sua alocução este faz um convite para o evento religioso da lavagem da escadaria da Igreja do Rosário, que ocorrerá no domingo próximo, destacando “[...] *que três grandes capitais, Rio de Janeiro, São Paulo e Cuiabá, comemoram o Dia da Consciência Negra na sexta-feira, dia 20. Aqui no Paraná, somente Guarapuava e Londrina comemoram. Curitiba ainda não está tendo esse privilégio*”²¹⁵. Neste sentido, é perceptível que o tema não encontra eco entre os membros da Casa, na medida em que esta fala passa como algo pontual, um informe sem maiores implicações, logo seguido por outras, que tratam de assuntos vários.

Na sessão de 23 de Novembro de 2015,²¹⁶ pós 20 de Novembro, a questão da data parece ter sido deixada de lado, e a questão do Dia da Consciência Negra sequer é debatida, no entanto, questões referentes a população negra, acabam por

²¹³ CMC, **Ata da 44ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 3ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura**, Realizada em: 18/11/2015.

²¹⁴ Ailton Cardozo de Araujo (Ailton Araujo), nasceu em 11/05/1942, natural de Campina Grande do Sul, Pr. Sua carreira política se inicia em 1988, ano de seu primeiro mandato, sendo reeleito em 1992, 1996 e 2001. No ano de 03/02/2002 renúncia ao mandato de Vereador, para ocupar a cadeira Deputado Estadual. Posteriormente é reeleito Vereador em 2013 e 2016.

²¹⁵ CMC, **Ata da 45ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 3ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura**, Realizada em: 23/11/2015.

²¹⁶ CMC, **Ata da 45ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 3ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura**, Realizada em: 23/11/2015.

cruzar as falas dos Vereadores. O primeiro a tropeçar no tema é Chicarelli. O vereador assim como os demais, está em um debate acirrado em torno de questões relativas aos moradores de rua e medidas sociais para combater o problema, no que compara a questão dos sem-teto de Curitiba ao que está ocorrendo em Los Angeles, e aponta:

[...] V. Exa. conduziu o debate para o sentido certo, mas na introdução falou em Los Angeles, assustei-me, confesso. Mas, realmente, segundo a BBC vinte e cinco mil seiscientos e oitenta e seis pessoas morando na rua. Se contar a região, o condado, dá mais. A principal causa é o crescimento das drogas e a falta de programas habitacionais, que tornou o aluguel muito caro em Los Angeles. As pessoas preferem morar na rua e a grande maioria são negros, infelizmente [...] (CHICARELLI, CMC, Ata da 45ª Sessão da 16ª Legislatura, 23/11/2015)

Interessante notar a preocupação deste com o problema em um local tão distante e mesmo o detalhe no qual observa que a população de rua lá é em sua maioria é negra, no entanto, não estabelece de fato nenhum paralelo com a população de rua local, e não fez nenhuma observação sobre o perfil étnico da mesma na cidade de Curitiba.

A sessão de 25 de Novembro de 2015²¹⁷, é iniciada pela fala do Vereador Zé Maria, tendo em vista o caso de racismo que o envolveu, no qual este teria feito uma injúria racial contra outro membro da Casa, o Vereador Mestre Pop:

Bom dia a todos, colegas da Mesa. Bom dia, Mestre Pop. Me inscrevi hoje, até porque cheguei muito cedo, em virtude de ter perdido o meu sono pela dificuldade de entender o que aconteceu até agora no momento, até porque na minha atitude ontem, no cafezinho da Câmara Municipal, onde estávamos conversando entre amigos e assim consideramos os colegas que trabalham junto aqui. Eu jamais tive a intenção de ferir alguém, jamais, apenas transferi uma piada que estava no WhatsApp e essa piada causou um transtorno muito grande na minha vida e também na vida do Vereador Mestre Pop, porque se sentiu ferido. Vereador Mestre Pop, eu jamais faria alguma coisa para ferir o ser humano e, principalmente, você que eu divido a Bancada há três anos e nunca tivemos, em nenhum momento, alguma discussão. Por você sempre tive uma boa amizade, carinho e respeito, até porque sei de onde você veio e sei da luta que você tem para tirar crianças e jovens das ruas, fazendo esse belo trabalho. Estou chocado com tudo que aconteceu, estou triste e chateado, mas não desanimado, porque recebi muito apoio e muitos telefonemas do povo de Curitiba, dos amigos e dos Vereadores desta Casa. Muito obrigado ao Vereador Bruno Pessuti, que estava lá no momento, obrigado ao Vereador Cacá Pereira, Vereador Dirceu Moreira, que entenderam que não houve maldade, mas, infelizmente, o Vereador Mestre Pop se sentiu ferido. Então, Vereador Mestre Pop, olhando nos seus olhos, quero te pedir que me desculpe, me perdoe, se isso te feriu e feriu a outras pessoas que cercam a sua vida, a sua família, me perdoe!

²¹⁷ CMC, Ata da 47ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 3ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, Realizada em: 25/11/2015.

Todos sabem da minha índole, a minha madrasta que cuidou do meu pai durante vinte e seis anos é uma senhora negra, a Rosemary, que é desta Casa, que se aposentou agora e o Vereador Paulo Salamuni era o Presidente, pediu para eu acolhê-la em meu gabinete e tive o prazer de conviver com ela, uma baita jornalista! Quando atendo uma criança com deficiência, quando me perguntam, eu não pergunto a cor dessa criança, pergunto qual a necessidade dessa criança. Essa é a minha atitude, sou cristão e cristão não vê cor, vê caráter nas pessoas, e por eu ter caráter estou tendo a coragem de subir aqui, olhar nos seus olhos e te pedir perdão, porque, em momento algum, tentei te ferir. Vou continuar sentado ao seu lado, faço questão, se você me permitir, te dar um abraço, hoje ou outro dia. Não tenho essa maldade no coração. Sempre te elogiei, aonde vou falo no seu nome, te elogiei e te elogio pelo seu trabalho e você também sempre me elogiou. Então, não existe maldade! O que, de repente, pode estar parecendo na mídia, e as pessoas que estão aí fora não veem, acaba ferindo outras pessoas. Vocês não sabem como está a vida da minha família de ontem para cá. Eu tenho um neto de quinze anos e ele é moreninho, e me falou: "Poxa, vô, mas até eu entrei no meio...". Então, vejam que coisa tão difícil (l) . A gente não sabe o que falar, com quem falar e o que falar mais, porque tudo é perigoso. Às vezes, me chamam de português burro, porque eu sou descendente de português. E eu não ligo. Não dá para a gente levar tudo a ferro e fogo. Não é, Vereador Paulo Salamuni? Quando eu conto as piadas de português eu sofro. Mas, eu levo na esportiva. Vereador Mestre Pop, me perdoe mais uma vez. Que Deus ilumine o seu caminho. E eu tenho certeza que ele vai iluminar o seu e o meu. Não me leve o elo mal porque eu gosto muito de você. E ainda quero dividir essa bancada ao seu lado. (ZÉ MARIA, CMC, Ata da 47ª Sessão da 16ª Legislatura, 25/11/2015)

Curioso é notar que a fala do Vereador segue o roteiro comum observado nestes casos, no qual se pode enumerar assim: primeiro a questão da preocupação e do arrependimento, no qual a pessoa que desfere a injúria diz-se arrependida e triste com o evento. Segundo busca se assegurar a partir do apontamento de pessoas presentes de que a questão não teve o objetivo de causar ofensa. Terceiro, aponta a pessoa do negro como suscetível e que se ofende com facilidade, que por conta de algo sem muita importância teria causado um problema maior, que a pessoa por ser de um tipo intransigente acabou vendo “maldade” onde não havia. Quarto, o “parente negro” um despiste para a atitude racista no qual o autor da ofensa busca demonstrar por meio de sua história familiar apontando que pelo fato de ter pessoas negras na família e ter convívio com estas não teria uma atitude destas, que em casa sempre fez ou recebia este tipo de brincadeira, mas, sempre sem maldade nenhuma. Quinto, a saída cristã, que apela para a indulgência cristã, para o fato de “sermos todos cristãos”, de “ter/termos Jesus no coração” ou de em “sendo cristão/pelo amor em cristo” poder perdoar e ser perdoado, buscando apelar a estes sentimentos, para por meio da vitimização inverter a relação, buscando transpor a atitude racista para o outro, neste caso, a vítima.

O Vereador Mestre Pop, busca organizar a sua fala no sentido de colocar-se quanto a ofensa desferida pelo Vereador Zé Maria:

Sr. Presidente e Srs. Vereadores. Bom dia a todos. Esperamos que hoje tenhamos um bom dia. Escutei bem a colocação que o Vereador Zé Maria falou. Só o parabenizo pela atitude nas entrevistas. Em momento algum ele mentiu. Só que existem pontos que temos que aceitar e entender. Eu não posso ver algo no WhatsApp na internet, e reproduzir. Tem certas coisas na internet que se você reproduzir, você responde criminalmente. E acho que o Vereador Zé Maria está no terceiro mandato, e a caminho, próximo dos seus sessenta anos. Tem tanto experiência de vida quanto experiência parlamentar, como eu tenho. Eu sou um jovem senhor, um aprendiz dentro da política. E uma coisa que eu aprendi na minha vida, que é primordial na minha origem, de onde eu venho, a minha mãe é negra e o meu pai é afrodescendente, e sempre me ensinaram que o ponto crucial na vida do ser humano é o respeito. O respeito tem que estar acima de tudo. O respeito é o último degrau da sabedoria, da humildade de uma pessoa. E quando o Vereador Zé Maria menciona, como foi colocado, essa conversa ali dentro, no momento em que ele contou, ele sorria, e os quatro Vereadores que ali estavam não viram um pinga de graça. Não tem graça você reproduzir uma coisa que humilha, que ofende, que agride outra pessoa. E V.Exa., Vereador Zé Maria, o senhor disse que é meu amigo. O amigo tem hombridade. O amigo tem parceria. Ele abraça, ele dá o ombro, ele consola. O amigo não humilha. O amigo não usa a cor do amigo para se parecer grande, para sorrir entre os demais, que não acharam graça. A única raça que deveríamos pensar é a raça humana. E não ver supremacia na cor. Eu quero que o senhor e todos da sociedade me respeitem. Mas não me respeitar pelo Partido Social (J) que estou, não me respeitar pelos votos que tenho, não me respeitar pela minha ideologia religiosa e não me respeitar pela cor. Quero que me respeitem como ser humano. Todos temos que ser respeitados como ser humano. As suas palavras não agrediu a mim somente, mas a todo negro afrodescendente. Amigos meus de tribos indígenas, que não vou citar nomes, se manifestaram indignados com a situação entre outras pessoas. Recebi ligação de desembargador de Curitiba, que não sei nem quem é, falando que gostou do meu compromisso, eu estava saindo da minha bancada e indo para o meu gabinete. Em momento algum eu pensei em lhe agredir fisicamente ou verbalmente. Quando V.Exa. me humilhou eu fiquei calado, eu não sou um homem agressivo nem com as palavras. Eu não tenho raiva do senhor, eu não tenho ódio, eu não tenho tempo de ter ódio das pessoas. Eu não carrego comigo esse sentimento. Eu fiquei muito magoado, muito triste. Pelo trabalho que desempenha eu não esperava isso de V.Exa. Ontem eu conversei com a minha mãe às 10h da noite, eu chorei muito, minha mãe chorou muito pelo telefone, meu filho de Belo Horizonte, minha família toda empenhada. Amigos meus que eu não falava há mais de trinta anos em Minas Gerais, quando eu saí. Eu só quero, gente, que isso sirva, que isso não se repita em pleno Século XXI. Nós temos que valorizar o ser humano pelo conteúdo que ele é, pelo caráter. Esqueçam a cor! Não reproduzam uma piada que há muitos anos era permitida nos dias de hoje! É falta de respeito quando você ri de um idoso, quando você zomba de um homossexual, quando você zomba de uma pessoa deficiente. Eu, como disse, não tenho ódio. Então, perdão para mim é uma coisa fácil. Eu lhe perdoo, mas tudo aquilo que tem na justiça vai ser feito até o fim para que sirva de exemplo e ninguém mais repita. (Mestre POP, CMC, Ata da 47ª Sessão da 16ª Legislatura, 25/11/2015)

Em sua fala o Vereador Pop defende a sua condição de negro e, fala cabalmente contra a agressão por ele sofrida, contra as piadas de cunho racial. Ressalta que tomaria as atitudes legais cabíveis. Apesar do ocorrido não houve nenhuma manifestação, apoio, contradição por parte dos demais vereadores e a sessão seguiu seu trâmite sem nenhum posicionamento da Casa, sobre a questão, uma situação no mínimo constrangedora.

Nesta sessão fez-se presente os representantes do Conselho Municipal de Política Étnico Racial (COMPER), os quais tiveram a fala solicitada pelo Vereador Mestre Pop, que se colocou dizendo “[...]Sr. Presidente, gostaria que o meu tempo fosse cedido ao representante do COMPER, Conselho Étnico Racial, para eles poderem falar. Eles estão esperando desde às 10h30min da manhã. Se o senhor puder suspender a Sessão, eu agradeço”²¹⁸. Saber o que foi dito pelos representantes do conselho frente a situação hora evidenciada seria um bom elemento de análise e poderia pôr a par da questão e observar se estes ou os vereadores se posicionaram em relação a discriminação sofrida por Mestre Pop, entretanto, as notas taquigráficas, possuem uma lacuna ao não registrar a fala dos membros do COMPER, assim não podemos finalizar a análise dessa discussão.

3.3 DESIDRATANDO O DEBATE

O tema do feriado da consciência negra retorna à pauta em 2016, de forma bastante diluída na medida em que parece ter sofrido desgaste ao longo da jornada, contudo, aparece ainda que tangenciada nos debates que envolvem de alguma forma a população negra da cidade.

Na sessão de 20 de Abril de 2016²¹⁹, o Vereador Mestre Pop, aproveita o pequeno expediente da Câmara, para chamar atenção para o tema do 20 de Novembro, dando ciência de que o Feriado, se acha em trâmite no STF, e chama atenção para o fato de não poder retornar o tema de modo mais profundo, como gostaria em uma discussão no plenário da Câmara, e deixa claro o seu desapontamento, afirmando:

²¹⁸ CMC, Ata da 47ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 3ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, Realizada em: 25/11/2015.

²¹⁹ CMC, Ata da 32ª Sessão Ordinária, do 1º Período Legislativo Ordinário, da 4ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, Realizada em: 20/04/2016.

O fato que eu quero deixar registrado é que o STF negou o pedido da Câmara Municipal para manter o feriado do dia 20 de novembro. Foi negado pelo Juiz Gilmar Mendes. Infelizmente é um tema não importante para a cultura afro-brasileira, mas principalmente para Curitiba, uma cidade conhecida como capital social. Mas infelizmente eu não vou falar tudo pelo registro. Eu deixo aqui meio que um desabafo por eu não poder usar a Plenária. (Mestre POP, CMC - Ata da 32ª Sessão da 16ª Legislatura 20/04/2016)

Após a sua fala o que transparece, é uma possível falta de contexto, clima e, mesmo adesão na Casa para tratar de maneira profunda o tema, como a exemplo dos anos anteriores, ao que se reflete na fala do Vereador Serginho do Posto, que após uma longa fala, sobre a competência da Casa para legislar em um debate que tem como centro a liberação do aplicativo UBER em Curitiba e, apoiando-se em questões que tocam a competência relativa a cada instância deliberativa referente criação de leis, aproveita a oportunidade para dar mais detalhes sobre o andamento do processo do 20 de Novembro, bem como para expor sua opinião sobre este:

Nós já votamos leis aqui pelo mérito, mas leis que se forem questionadas podem ter vício de iniciativa, podem ser leis que têm inconstitucionalidade se forem questionados aos superiores tribunais. Nós temos leis que foram aprovadas e que estão até em vigência, Vereador, e aplicadas, que se uma entidade se sentir prejudicada e questionar a constitucionalidade pode. Foi o caso agora recente que, do ponto de vista do mérito, de justiça, aprovamos, que foi o feriado da consciência. E é bom esclarecer, Vereador Mestre Pop, V.Exa. colocou essa matéria hoje, no seguinte ponto: eu não tive acesso ao teor integral da matéria no ponto de vista total, mas nós tivemos o entendimento de que o STF julgou apenas a condição de que o nosso TJ Paraná possa continuar discutindo até mesmo o mérito da matéria. Por que o que ele disse? A competência não precisaria ser discutida em nível federal, a liminar, porém, com a limitar e o TJ, subiu a Brasília o processo, ele entendeu que o mérito será julgado pelo TJ Paraná. Então, esse é o entendimento, ele não fez o julgamento do mérito da matéria, apenas a forma que os Tribunais terão que agir, no caso, transferiu agora, esse processo ainda continua sendo discutido no TJ. Então, nesse sentido, com muito respeito aos Vereadores, nós temos em alguns momentos que perceber que não é de forma de constranger colegas é que nós estaremos atendendo a necessidade de um projeto de lei que alcance a todos, porque a lei tem que ser universal. Quando nós aprovamos uma lei, ela tem que ter um caráter universal e atender todos cidadãos que residem e vivem nesta Cidade. Então, deixando muito claro essa questão, por isso encaminhei esse ofício à nossa Projuris, para que ela possa nos clarear se nós de fato podemos. E se de fato podemos legislar, teremos condições de prosperar a matéria, no caso dessas matérias que já foram colocadas, vamos dar continuidade, vamos discutir até chegar ao Plenário. Então, seria isso, desculpe, Vereador, é porque eu estava numa linha de raciocínio e nesse sentido eu quero exemplificar algumas questões e alguns projetos que nós discutimos recentemente nesta Casa. (SERGINHO DO POSTO, CMC - Ata da 32ª Sessão da 16ª Legislatura 20/04/2016)

Ao emitir sua opinião informa que o Juiz do STF Gilmar Mendes devolveu a competência do julgamento da questão para o TJ-Pr, uma vez que o tema tem que ser discutido em todas as instâncias, antes de chegar a instância final que é o STF, o que poderia permitir um movimento da Casa para mudar a decisão. Contudo, a fala do Vereador Serginho do Posto parece resumir a disposição da Câmara ao apontar que *“Quando nós aprovamos uma lei, ela tem que ter um caráter universal e atender todos cidadãos que residem e vivem nesta Cidade”*²²⁰, ou seja, a lei sobre o feriado de 20 de novembro é entendida nesta fala como uma legislação que atende só um grupo, a população negra, e portanto, o Parlamento ao agir em torno desta questão não estaria se envolvendo em objeto de interesse público, sendo assim esta matéria, embora, observada e acompanhada pelo jurídico da Casa, não seria objeto de debate.

Esta visão pode ser corroborada pelo fato de que nenhum Vereador usou do expediente para debater ou rebater a fala do Vereador Serginho, sendo os debates dirigidos a outros temas.

Na sessão de 7 de novembro²²¹, o tema do 20 de Novembro, sequer foi mencionado, no entanto, a temática da cultura negra se fez presente, na proposição do Projeto de utilidade pública do Vereador Serginho do Posto, onde este pretende propõe a Declaração de Utilidade Pública da Associação Berimbau Rosa, sobre o qual se estabeleceu certa polêmica como expõe a Vereadora Josete:

Tivemos aí uma abstenção, voto contrário, no caso Berimbau Rosa, segundo alguns Vereadores, talvez tenha relação com candomblé, daí é complicado, por isso a votação foi contrária por parte de alguns. Para mim esse não é um critério, o critério é questão legal. Então, cumpriu, está com a documentação adequada, nós votamos favoravelmente. Não é uma questão aqui religiosa, mais um vez eu insisto que essa é uma Casa que faz parte do Poder Público, que é o Estado, portanto, nós temos um caráter laico e a nossa posição nunca deve ser pautada pela questão da crença, pela questão religiosa. Talvez até o Mestre Pop, na sequência, possa esclarecer a origem do berimbau e tal até para, acho que é uma questão que nos ajuda, que é ter mais conhecimento da nossa cultura, que é uma cultura que tem as raízes tanto dos povos indígenas, que é o verdadeiro povo brasileiro, que nasceu aqui nesta terra, tem as raízes também na cultura africana, temos aqui os afrodescendentes que foram descendentes do povo africano, que infelizmente chegou aqui numa situação de escravidão, que foi explorado barbaramente e que até hoje há resquícios desse povo, porque a chamada libertação dos escravos, na verdade, foi assinada pela Princesa Izabel, então, do dia para noite o povo escravo não era mais

²²⁰ CMC, Ata da 32ª Sessão Ordinária, do 1º Período Legislativo Ordinário, da 4ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, Realizada em: 20/04/2016..

²²¹ CMC, Ata da 38ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 4ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, Realizada em: 07/11/2016.

escravo e nem cidadão também. Então, eles se obrigaram a trabalhar por um prato de comida, por algumas vestes de roupas durante décadas porque eles não tinham outra forma de sobrevivência. Diferente do povo europeu, que quando chegou aqui houve uma política de inclusão, onde o Governo, inclusive, doou grandes glebas de terras para que essas pessoas pudessem subsistir e ter a condição de uma vida mais digna. Então, nós temos uma dívida histórica com o povo africano. E, portanto, é sugestivo até o nome da Associação Berimbau Rosa, e dentro aqui do artigo 2º desta Associação cita-se as principais finalidades dela, como: promover a defesa de bens e direitos sociais coletivos e difusos relativos ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. Estimular e desenvolver o pleno exercício da cidadania através da cultura para melhorar a qualidade de vida da população. E por aí vai. E são colocadas atividades de cunho cultural, como capoeira, danças afro-brasileiras e artes similares e que se fizerem necessárias. Então, vejam, tem um viés que é da cultura afro, que eu acho fundamental para valorização da nossa cultura, porque o povo negro foi uma das bases para que o nosso País se desenvolvesse quando foi, infelizmente, escravizado, mas que contribuiu para que nós tivéssemos períodos importantes, tanto da questão da cultura da cana de açúcar, como depois a própria exploração de pedras preciosas, enfim, de metais preciosos no País. (Professora JOSETE, CMC - Ata da 38ª Sessão da 16ª Legislatura 07/11/2016)

A exposição da Vereadora Professora Josete, demonstra bem o ânimo de certo grupo da vereança da Casa, que age de modo preconceituoso em relação a temas que tenham ligação com a negritude, dado que segundo a Vereadora, há um prejulgamento do tema no que este é visto como ligado ao candomblé, uma das formas de expressão religiosa de matriz africana, o que denota certa gravidade, já que como aponta a Vereadora a Câmara é laica, contudo, os vereadores se utilizaram de uma bússola moral religiosa para tencionar o tema, embora, suas falas não estejam registradas o quadro de votação e as possíveis falas de bastidores denunciadas pela representante, apontam para este sentido, no qual se socorre do Vereador Mestre Pop, para dirimir as dúvidas dos presentes e possivelmente tranquilizar os opositores do tema:

Bom dia a todos, eu vendo a Professora Josete, o pronunciamento dela é triste nós vemos que em pleno século XXI, nós ainda temos uma vamos dizer, uma minoria para nós não sentirmos sufocados que ainda tem uma visão bitolada, uma visão pequena e se tratar dentro de um parlamento você demonstrar qualquer forma de preconceito, qualquer forma que acaba criando uma segregação, isto é triste. Quando se fala na capoeira, a capoeira não é religião, religioso é o praticante da capoeira. Ontem eu estava em Santa Catarina, estava em um evento de capoeira na Cidade de Videira, aonde tem um símbolo da maçonaria enorme no meio da praça e lá tem várias religiões e eles vivem pacificamente. E das vezes, muitos daqueles que a defendem não conseguem ter essa visão com clareza. Então o religioso é o praticante e ao meu lado, o que estava tocando, o Elielber é um professor de capoeira, é ateu, e é meu amigo. E dentro do meu grupo de capoeira tem vários seguimentos, até porque eu não sou o mestre do ensinamento, do ensino religioso, eu ensino a capoeira e a

capoeira não tem nada a ver com religião. Mas no início, nos primórdios da capoeira, quando os seus praticantes eram somente negros libertos, na época da escravidão já tinha a sua prática como meio de defesa, claro, evidente que a maioria dos praticantes naquela época era o pessoal era o praticante do candomblé. Até porque a sua terra de origem era a religião que cultivava, cultuava através dos seus orixás que acreditava através dos seus ancestrais que ali já tinham falecidos, eles acreditavam nessa forma de fé. Eu acho que a fé nós não discutimos, eu acho que a fé nós respeitamos e dentro desta fé induzida que você tem o seu deus, a sua crença, ela tem que ser respeitada. Então eu vou pedir a todos os colegas quando vê a capoeira, vê como cultura afro brasileira, como a professora disse criada dentro do Brasil pelos escravos africanos, através de suas danças de origens como cujuíinha, unianga, n'golo, dança da zebra, cuissamba, então eu acho que é bom você ler, você ler bastante, lê um pouco. Eu não sou aprofundado a leitura, eu não tenho o hábito de leitura, infelizmente eu leio muito pouco mas sobre a arte da capoeira eu procurei ler para que para que os meus pecados não seja tão grande porque eu serei cobrado pelos mestres que vive em meu turno. [...] E com relação ao berimbau rosa, a praticante, a do projeto é uma capoeirista antiga, colega nossa, foi do Grupo Abada Capoeira, uma pessoa reconhecida e faz um trabalho belíssimo dentro de Curitiba e de inclusão social social também porque ela trabalha com criança. Então eu acho que nós tínhamos que ver mais alguns aspectos, mais amplos aqui dentro e nós deixarmos de direcionar, porque quando nós falamos do atabaque, tem gente que teme: Ah, um atabaque? O atabaque é o símbolo do candomblé, o atabaque é do mal? Nós não podemos pensar assim. Porque é um instrumento que mais se toca dentro de uma igreja evangélica e católica, eu sou católico praticante, é a guitarra. A guitarra é o símbolo do destoque, é o símbolo do rock in roll, então nós não podemos chegar a este ponto, eu vejo como discriminação Professora, da parte de alguns quando se fala que é africano a pessoa já dá uns três tipos de susto. E se caso esse projeto fosse da Umbanda, do Candomblé ou Rosacruz ou de outro projeto, de outra religião denominada que não vê nossas crenças, que fosse de alguma religião até Muçulmana até que tem um Deus, tipo na Índia que tem vários Deuses, nós temos que respeitar a fé. Mas peço a todos que não confunde a fé dentro do projeto de capoeira. Capoeira não é religião, religioso é o seu praticante e seja a religião (A) que for temos que respeitar, seja a arte que for também temos que respeitar, porque capoeira é liberdade de expressão. O projeto é bom. (Mestre POP, CMC - Ata da 38ª Sessão da 16ª Legislatura 07/11/2016)

Reforçando a fala da vereadora, Mestre Pop, aponta para o preconceito e o racismo embutido no posicionamento de alguns parlamentares frente ao tema, no qual separa sob muitos aspectos a capoeira de outros assuntos religiosos, ao mesmo tempo que não os nega, coloca em perspectiva a importância desta atividade como fenômeno cultural nacional, bem como, sua relevância como patrimônio imaterial e expressão cultural que abarca todos os públicos.

Desta feita, evidencia que a opção pela prática da capoeira, não está necessariamente ligada a expressão religiosa específica de um grupo. Também coloca em perspectiva a questão de que há alguns tipos de expressão social e religiosa que são mais toleráveis que outras ao apontar o caso da maçonaria, no que

define a tolerância e a liberdade de expressão como um dos elementos a serem defendidos e preconizados pela Casa, embora, esta atitude nem sempre prevaleça.

Após a defesa do tema por parte do Vereadores Pop e Josete o tema foi a votação e posteriormente aprovado. Esta situação expõe a dificuldade de se colocar certas questões referentes ou de interesse da população negra curitibana, principalmente em questões de expressão cultural e de cunho religioso, este clima possivelmente deve ter evitado que o debate sobre o Dia da Consciência Negra tivessem lugar na Casa durante o ano, já que na verificação e seleção das notas taquigráficas o tema foi tratado apenas, de forma tangencial no mês de abril e passou em “branco” inclusive na Semana da Consciência Negra, daquele ano.

Embora, pareça à grosso modo, que a questão do 20 de Novembro estivesse superada, como apontou o Jornal Bem Paraná²²² em jornalístico publicado em 2015, intitulado “Feriado da Consciência Negra faz parte do passado”, e ao afirmar que a aprovação do mesmo fora apenas uma jogada política que não surtiu efeito. Com efeito, em 24 de março de 2017, o Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, acabou por acatar a decisão tomada pelo Tribunal de Justiça do Paraná, reconhecendo e mantendo a decisão deste, em caráter monocrático, desta forma mantendo a interdição do feriado dentro dos princípios outrora apontados pela ACP²²³.

Contudo, ao que parece é que em 2017, a questão do feriado ganha novos contornos, na medida em que sua tramitação passa a ser discutida na esfera estadual, como aponta comunicação encontrada na Revista do Comércio de março/maio de 2017, na sessão “E – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ”²²⁴ a nota é sobre o novo projeto em tramitação para a promulgação do feriado pela Assembleia Legislativa do Paraná, onde lê-se:

E.1 – Projetos de Lei 15 - PL no 75 – 08.03.2017 – Consciência Negra. Autores: Deputado Márcio Nunes e Luiz Cláudio Romanelli. A proposta é para alterar a redação do Art. 1o, da Lei no 15.674, 13 de novembro de

²²² Feriado da Consciência Negra faz parte do passado. Bem Paraná. Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:luNIBCxiW5QJ:https://www.bemparana.com.br/blog/tupan/post/feriado-da-consciencia-negra-faz-parte-do-passado+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>> visto em: 14/09/2016

²²³ MENDES, Gilmar. RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.013.550 PARANÁ, **STF**. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=311511561&ext=.pdf>>. Acesso em: 07/04/2018.

²²⁴ E – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ E.1 – Projetos de Lei 15 - PL no 75 – 08.03.2017 – Consciência Negra p.44. Revista do Comércio n°182 [online]. Curitiba, Mar/Abr 2015. Disponível em: <https://issuu.com/acprc/docs/acp_182_web_15_mai_2017> Acesso em: 07/04/2018.

2007, que instituiu o dia 20 de novembro como Dia Estadual da Consciência Negra a ser comemorado anualmente, para consagrar este dia como Feriado Estadual Consciência Negra, data de Zumbi dos Palmares. O feriado abrangeria repartições públicas, funcionalismo público e instituições de ensino de rede pública. Situação: com a Diretoria Legislativa. (REVISTA DO COMÉRCIO n°182, Mar/Abr 2015, p.44)

Este fato, coloca o feriado em nova perspectiva levando agora o tema para a esfera estadual e não mais municipal. Neste sentido, inicia-se um trabalho e ao mesmo tempo um retrabalho dos representantes do Movimento Negro, bem como, um novo conjunto de possibilidades em relação ao feriado. Por outro lado, o jogo e a disputa ganham outra dimensão, na medida em que as negociações se darão em uma esfera maior de poder, onde alteram-se os jogadores, tendo em perspectiva, que a ACP e o grupo ao qual faz parte, o G7-Pr, devem se reposicionar, no campo, com o importante elemento discursivo e legal que lhe deu a vitória sobre a CMC e o Movimento Negro, no campo político, o que deve se converter em recurso à seu favor, no campo em disputa.

CAPÍTULO 4

AS VOZES DO MOVIMENTO E O DEBATE EM UMA NOVA ESFERA

Este último capítulo, procura visibilizar e colocar em perspectiva as vozes dos membros do Movimento Negro, das testemunhas e das autoridades envolvidas no debate sobre o feriado do dia 20 de Novembro. Observa-se que, embora não conseguindo efetivar a adoção do feriado no Município, os membros do Movimento Negro continuam elaborando e articulando novas estratégias na tentativa da implantação do feriado a nível estadual.

4.1 AS VOZES E SEUS TONS

Foram realizadas um total de oito entrevistas, com participantes diversos, que se achavam de um algum modo envolvidos, com a questão do 20 de Novembro²²⁵. Porém, alguns dos entrevistados, não estão diretamente relacionados com a questão debatida, mas suas trajetórias ajudam no mapeamento de campo de estudo uma vez que são militantes da questão racial na cidade.

Relativizou-se o fato de que muitas vezes os entrevistados tinham a necessidade de se consagrar em seu campo de atuação, e nesse desejo de se afirmar e obter reconhecimento, poderia haver a possibilidade de distorção dos fatos. Por outro lado, foi necessário verificar a centralidade desses indivíduos no que diz respeito ao tema, de forma tal que estes acabaram por compor um grupo de controle que permitiu através de suas falas, experiências e redes sociais, reconstruir o contexto informativo, que serviu de base de inferência, para a construção do campo etnográfico, onde esta parte da pesquisa está alicerçada. Outro ponto importante foi o critério para a seleção dos informantes. Teriam que ser pessoas que possibilitassem a entrada e acesso aos locais, instituições e outros indivíduos que de

²²⁵ Ver Apêndice 1 – Relação dos entrevistados.

outra forma não seria possível. Os informantes considerados secundários também tiveram papel crucial na construção deste capítulo.

4.1.1 Andreia da CUFA²²⁶

Andreia Soares de Lima, coordenadora da Central Única das Favelas (Cufa), mora no bairro Parolin. Nasceu em Terra Boa, noroeste do Paraná, veio para Curitiba com sete anos de idade. Quando iniciou sua vida escolar, descobriu o que era ser vítima de racismo.

Sobre sua experiência de vida e militância, em entrevista aos repórteres Camilla Hoshino e Ednubia Ghisi do Jornal Brasil de Fato, confidenciou:

Quando comecei a desenvolver alguns trabalhos sociais na comunidade eu sofri muito, pois a maioria das ações são desenvolvidos por pessoas brancas, que, de certa forma, acreditam estão ajudando as pessoas 'carentes'. Quando fui buscar parceria com os órgãos governamentais, as respostas foram negativas. Eu senti na pele e no olhar que era por eu ser mulher e ser negra. Mas a gente tem que persistir e resistir. (HOSHINO; GHISI, 2016, on line)

Andreia relatou que há pelo menos 10 anos milita no Movimento Negro, sendo que cerca de dois lançou-se ao trabalho na Central Única das Favelas (CUFA), entidade na qual está “realizando um trabalho de reconstrução”, buscando apresentar propostas junto as autoridades locais, com a apresentação de projetos e trabalhos ligados as populações periféricas e, em particular a população negra.

Apontou para a existência de fragmentações dentro do Movimento Negro, no que ela observa a desunião do grupo como um dos elementos que impedem que estes consigam tocar os projetos ligados à população negra a termo.

Neste sentido, apontou a existência de disputas de gênero dentro do movimento, enfatizando que existe um certo preconceito dos homens do movimento, em relação as mulheres e a tomada de frente destas durante a ações. Mesmo o pouco apoio dado pelos homens acabam gerando situações que comprometem uma ação efetiva das mulheres principalmente com relação as autoridades políticas. Pelos homens estarem mais tempo a frente do movimento, muitas vezes, mesmo

²²⁶ Entrevista realizada em 2 de março de 2017.

apoando as mulheres, as autoridades acabam por retirar seu apoio no intuito de não gerar atrito com a liderança masculina estabelecida.

Este problema também foi apontado quando esta falou na iniciativa de novos membros e, novos grupos dentro do movimento, que não conseguem levar seus projetos “para frente” por conta das lideranças tradicionais que se omitem, fazem pouco caso ou simplesmente não apoiam novas iniciativas dentro do grupo.

Por outro lado, destaca que muitos compromissos tratados, sequer “vão para frente”, já que os membros mais velhos ao darem sua palavra, logo em seguida “a esquecem”.

Citou como exemplo o “Dia do Orgulho do Cabelo Crespo”, no qual a organizadora ficou durante cinco meses em vão buscando um apoio que não veio. Andreia relatou que a organizadora lhe confidenciou que: “Nem que fosse para ir apenas, ela e a filha, ela iria fazer a marcha!”. Todas as pessoas deveriam ajudar a organizar o trabalho, mas só apareceram no dia apenas para “figurar” no evento. Aparecem no momento da foto.

Quanto a questão do dia da Consciência Negra, ela apontou que fez alguns projetos junto a prefeitura durante o ano de 2016, e que estava planejando alguns projetos em 2017 junto as escolas da prefeitura.

Andreia, relata ter uma certa dificuldade para tratar questões relativas a cultura afro, denunciando que este conteúdo está sendo retirado do currículo escolar por iniciativa da prefeitura, no que parece estar alinhada à política do governo federal e a nova proposta de ensino que visa a retirada desta política pública e de inclusão da pauta do Estado, em flagrante contradição ao estatuto da igualdade racial.

Não pôde informar muito sobre as questões do dia 20 de Novembro, por não ter participando diretamente da discussão, no entanto, apontou como um dos líderes que participaram do debate, Candieiro, que seria a referência.

Neste sentido, fez questão de salientar o descompasso dos membros do movimento negro, apontado a falta de uma agenda comum, mesmo ao que toca as expectativas em torno do feriado, que segundo ela poderia ocorrer como no Rio de Janeiro, onde os festejos acontecem sem a parada do comércio e os funcionários cumprem turnos diferenciados para participar dos festejos.

Disse ainda, que a ACP tem chamado os representantes do Movimento Negro em separado para o debate, buscado conversar caso a caso, o que, segundo

ela, demonstra a desunião do movimento, uma vez que esta atitude não é questionada pelos outros grupos, e que estes buscam atender suas próprias pautas, no que parece evidenciar uma ação (estratégia) da ACP que visa evitar um encontro direto com os movimentos sociais como um todo, o que poderia levar a um tensionamento do debate, de tal modo, que isto se reflete na dificuldade de implementar o feriado.

Apontou o que considera uma certa “intromissão” dos brancos em questões e ambientes próprios da população negra, como o “Um Baile Bom”²²⁷ e a implantação do Partido Frente Favela Brasil, que estava sendo encabeçado por uma maioria branca, desconstruindo seu real sentido que era dar representatividade a população negra. Segundo ela, o que fora proposto originalmente é que o partido deveria ser composto por 60% de negros, sendo que destes 40% deveriam ser mulheres e o restante poderia ser composto por brancos ou qualquer indivíduo que tivesse algum interesse em participar do mesmo. Ela observou que o grupo que pretendia a fundação da legenda em Curitiba, era majoritariamente branco “uns 70%” segundo Andreia, e que estavam determinando as diretrizes para os negros, de tal forma que acabou por gerar desentendimento entre ela e o grupo, o que levou ao seu afastamento afirmando que não se submeteria a tal situação. O local da reunião teria sido a Sociedade 13 de Maio de Curitiba, habitual local de confraternização da população negra de Curitiba.

Indicou a pouca importância dada ao negro e sua representatividade pelo atual Prefeito Rafael Greca, que em certa ocasião durante a campanha teria ignorado a existência da população negra de Curitiba, afirmando que tal coisa não existia, entre outras alegações.

Outra informante contatada no mesmo dia foi Eivante²²⁸, participante das Promotoras Legais Populares²²⁹ (PLP), braço da Liga das Mulheres Negras, que de pronto me afirmou que não teve nenhuma participação direta no movimento pró-

²²⁷ Um Baile Bom é uma movimento-festa-ato político de mobilização da comunidade negra de Curitiba e Região Metropolitana. Teve seu início na tradicional Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio, clube social negro de 128 anos, o terceiro mais antigo do país em funcionamento. Já recebeu até agora um público estimado em mais de 6.000 pessoas. Sobre. Um Baile Bom. Disponível em: <<https://umbailebom.wordpress.com/>>. Acesso em: 07/04/2018.

²²⁸ Entrevista realizada em 2 de março de 2017.

²²⁹ As Promotoras Legais Populares (PLPs) são lideranças comunitárias que escutam, orientam, dão conselhos e auxiliam outras mulheres. Fonte: PLPs - Promotoras Legais Populares. **Facebook** Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/pg/PLPs-Promotoras-Legais-Populares-447932518729410/about/?ref=page_internal> Acesso em: 07/04/2018.

feriado, contudo, relatou as mesmas dificuldades e problemas apontados por Andreia no que toca a participação das mulheres no movimento e mesmo a fragmentação, desunião dos seus membros em torno de certas questões chave como por exemplo a adoção e implementação da efeméride na cidade. Destacou também a pouca relevância dada à população negra em Curitiba e a dificuldade de implementação de leis para este grupo. A informante, apontou o nome de Candieiro como uma das pessoas que poderia contribuir com mais informações sobre o tema.

4.1.2 O Candieiro²³⁰

Adegmar José da Silva (Mestre Sombra)²³¹ conhecido Candieiro, pertence ao Movimento Negro e atualmente ocupa o cargo de assessor de Políticas de Igualdade Racial da Prefeitura de Curitiba²³². Está presente em diversos eventos de importância social ligados a população negra, entre elas a Lavação da Escadaria da Igreja do Rosário dos Pretos, que mistura a celebração da cultura negra, culto ecumênico e atividades relativas a religião afro.

As atividades tem início com o culto ecumênico na Igreja do Rosário, onde ocorre a fala de diversos líderes religiosos que representam as diversas vertentes religiosas presentes na cidade. Ocorre também a presença e a fala de autoridades e representantes do poder público, cantorias e celebrações dentro do prédio. Ao final do culto ocorre a lavagem da escadaria e a benção dos fiéis que em geral são representantes e praticante das religiões de matriz africana. Posteriormente seguem em procissão até a Praça Tiradentes onde ocorrem dois pontos de parada em frente a duas árvores que marcam pontos de importante valor religioso e que até onde pode se perceber revelam a marca de uma ancestralidade negra em Curitiba, terminando com um congaçamento em frente à Catedral Basílica de Curitiba.

Na lavagem das escadarias do dia 20 de novembro de 2016, dia da Consciência Negra, fiz meu primeiro contato com o Candieiro onde relatei o desejo de falar-lhe sobre a pesquisa que se encontrava em andamento sobre a implantação

²³⁰ Entrevista realizada dias 7 e 9 de março de 2017.

²³¹ Projeto de Decreto Legislativo: Prêmio Cultura e Divulgação. **SPLII**. Disponível em: <https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=&popup=s&chamado_por_link&pro_id=1873&pesquisa=Adegmar%20Silva> Acesso em: 14/04/2017

²³² Debatida elaboração de plano com políticas de igualdade racial. **Notícias do Legislativo**. Disponível em: <https://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=28940#&panel1-1> 01/10/2018

do feriado do dia 20 de Novembro em Curitiba. Retomei o contato com ele somente em 06 de março de 2017, via telefone. Haviam se passado quatro meses após o primeiro contato. Demorei a retornar o contato com ele por acreditar que não houvesse de fato uma ligação mais profunda deste com o Movimento Negro em torno do feriado, entretanto, em conversas com outros informantes, pessoas que de alguma forma participaram ou estão ligados ao movimento, essas apontaram, ainda que de forma tangencial, a importância de Candieiro na questão em torno da efeméride.

De modo geral, os contatos apontavam para a relevância deste e afirmavam que ele estava bem envolvido com o tema, e geralmente afirmavam: *“Quem poderia falar melhor disto com você é o Candieiro, ele que participou bem da coisa, e está acompanhando bem o processo, fala com ele!”*

Reforçavam ainda, que veriam se algum conhecido poderia me passar o contato dele, e se poderiam passar o contato de mais alguém, mas, os contatos de modo geral não retornavam.

Sendo assim, conduzi uma pesquisa rápida na Internet, encontrei a página do Centro Cultural Humaitá²³³, onde em um link que trata da questão referente ao Viaduto do Capanema em que lê-se “Este é o Viaduto Capanema hoje!”²³⁴, obtive acesso a todos os contatos necessários para dar início a entrevista com Candieiro.

Ao ligar para ele fui atendido pela sua esposa Melissa, que em seguida me passou para ele. Iniciei a conversa tratando do fato de que estava pesquisando sobre os movimentos em torno do feriado, chamei-lhe a lembrança o contato anterior que tivera com ele, vencendo o “leve ar de desconfiança” que havia se instalado. Descrevi rapidamente minhas intenções relativas a pesquisa, combinei um primeiro encontro no Seminário Regional sobre Abordagem e Enfrentamento ao Racismo Institucional, promovido pela Secretaria de Estado da Justiça - SEJU, no Palácio das Araucárias que ocorreria dia 07 de março de 2017.

Ao chegar no local combinado, ele estava em frente ao prédio aguardando enquanto conversava com outra pessoa, me atendendo prontamente, retornei a descrição do trabalho, informei o orientador e o departamento ao qual meu trabalho estava filiado. Perguntou-me com certo tom de desconfiança o que eu pretendia com

²³³Centro Cultural Humaitá. Disponível em: <<https://informativocentroculturalhumaita.wordpress.com/>> Acesso em: 14/04/2017

²³⁴ Este é o Viaduto Capanema hoje! **Centro Cultural Humaitá**. Disponível em: <<https://informativocentroculturalhumaita.wordpress.com/revitalize/>> Acesso em: 14/04/2017

o trabalho, no que lhe reiterei o interesse em criar uma memória do evento, entender como este se processou, relatar a percepção dos envolvidos no processo, assim como compreender como estes se colocaram frente as ações da ACP.

Ele falou que de fato estava envolvido na questão, no entanto, tratou de dizer logo que no ano de 2016 as conversas com a ACP haviam evoluído bastante, e que a mesma estava em diálogo com o Movimento Negro. Apontou que a mesma estava preparada para apoiar alguns projetos em torno do feriado, e que boa parte dos problemas relacionados com a ACP se deram por falta de projetos e ideias do movimento.

Ele quis saber as pessoas que o indicaram como referência para o assunto, no que busquei tranquilizá-lo, ao informá-lo que os outros informantes o colocavam como elemento de referência do movimento, o que parece ter surtido efeito.

Seguimos, para o interior do salão onde ocorria o evento, no qual figuravam os cadetes da Polícia Militar do Paraná (PMPr), representantes do Movimento Negro, advogados e autoridades.

Sentamos, próximos à princípio, onde combinamos um encontro na Cantina da UFPR, às 15h para tratar mais detalhadamente do tema.

4.1.2.1 Um novo diálogo com Candieiro

A segunda entrevista foi realizada dia 9 de março de 2017, em um ambiente bem mais tranquilo, e iniciei a conversa com Candieiro contando um pouco sobre a minha pesquisa, no caso, o debate e a luta em torno do 20 de Novembro. Após minha breve exposição, ele passou a tratar um pouco de sua própria trajetória de vida. Nascido no município de Goyó-ere no ano de 1973, filho de uma família de origem baiana, veio a residir aos três anos de idade no Município de Colombo, região metropolitana de Curitiba. Seu pai era trabalhador da construção civil e sua mãe lavadeira. Contou que até o início da idade escolar não se reconhecia como negro e, que ainda, esta condição não lhe era tão evidente. Contudo, tornou-se evidente, por conta da região onde habitava que era constituída por colonos europeus em geral italianos e poloneses, o que fez com que encarasse a dura realidade do preconceito, tornando-se vítima do racismo dentro da escola pela própria professora e pelos colegas. Fato este, que contribuiu para seu afastamento da escola, quando teve idade suficiente para o trabalho.

Inseriu-se no mundo da Capoeira e segundo ele mesmo foi aprendendo que esta não se tratava apenas, de um esporte mas, de um conjunto complexo de artes sobrepostas como a dança, a música e o canto, bem como um espaço de vivência aonde pôde aumentar sua consciência sobre sua negritude e nas palavras deste: *“Aprender a jogar na pequena roda, para jogar na grande roda!”* Uma metáfora que em certos aspectos se traduziu mais a frente, no que toca a sua trajetória.

Começou a tomar contato com o Movimento Negro no início dos anos 90, vindo neste processo, buscar em Curitiba *“esse Movimento Negro, de que tanto ele ouvia falar”*, percebeu em certos aspectos, que o “Movimento Negro” como ele imaginava, era uma visão idealizada, fato que não o impediu de iniciar suas primeiras incursões na realidade destes movimentos.

Ao longo deste tempo, passou a compreender o Movimento Negro como uma importante base para a formação de seu conhecimento, entretanto, percebeu a existência de certos conflitos e uma certa burocracia interna que travava o andamento deste. Assim buscou dar início as próprias ações em prol da população negra de Curitiba, perscrutando e estudando melhor a história e a constituição desta, na medida em que vai desenvolvendo seus projetos, viajando pelo país e fora dele, passando algum tempo em África.

Trabalhou em parceria com a Casa do Estudante Universitário (CEU) e ao Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Paraná (DCE-UFPR) onde esteve presente por aproximadamente quinze anos, desenvolvendo atividades relativas ao resgate da cultura negra brasileira e paranaense, no qual deu início ao que viria ser mais tarde o Centro Cultural Humaitá.

Segundo este, o projeto teve por objetivo estender o trabalho desenvolvido junto ao meio acadêmico e a sociedade, à outros setores, principalmente a partir da criação da Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003, onde este percebeu a necessidade de criação e divulgação de materiais e palestras relativos ao tema para dar suporte aos professores com a relação a esta temática.

Paralelo a estes trabalhos, buscou incentivar encontros de capoeiristas em Curitiba, Concurso de Samba, Literatura, Saraus, culminando com o movimento de cunho religioso da Lavagem das Igreja do Rosário dos Homens Pretos de São Benedito, localizada no Largo da Ordem, que é realizada desde 2009 no domingo relativo a Semana da Consciência Negra, no intuito de chamar atenção para esta

data, bem como, para a presença da população negra da cidade que comparece em grande número ao evento.

Sobre a Festa da Lavação das Escadarias do Rosário, esta surgiu de uma solicitação realizada por parte de Candieiro ao Vereador Tito Zeglin, que deu seguimento ao pedido, organizando deste modo, o evento no calendário de festividades de Curitiba²³⁵.

Segundo Candieiro, o sucesso do projeto da Lavação da Escadaria, acabou por motivar um convite para realizar uma fala na Câmara Municipal de Curitiba²³⁶, em 21 de novembro de 2012, anunciada pelo site da CMC da seguinte forma:

Tribuna Livre recebe líder da cultura afro-brasileira no Paraná

A contribuição dos negros e afrodescendentes na formação histórica do Brasil será tema da Tribuna Livre do Legislativo da próxima semana. O assunto será apresentado aos parlamentares pelo líder da cultura afro-brasileira no Paraná e representante do Centro Cultural Humaitá, Adegmar José da Silva.

Conhecido como Candieiro, o convidado participa da sessão ordinária de quarta-feira (21), que começa regimentalmente às 9h. O requerimento é do presidente da Casa, João Luiz Cordeiro (PSDB), o João do Suco.

Consciência Negra

A presença de Adegmar José da Silva na tribuna coincide com as comemorações do Dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro, que é dedicado à reflexão sobre a inserção dos negros na sociedade e a resistência à escravidão, sendo comemorado em mais de 400 cidades.

A data homenageia Zumbi dos Palmares, um dos líderes do Quilombo dos Palmares, localizado na Serra da Barriga, na divisa entre Alagoas e Pernambuco. Ele morreu em 20 de novembro de 1695. A Lei Federal 10.639, de janeiro de 2003, estabelece que o Dia da Consciência Negra seja incluído no calendário escolar, tornando obrigatório o ensino sobre história e cultura afro-brasileira nas escolas²³⁷.

A fala que deveria se restringir à 15 minutos, acabou por se tornar uma sabatina de 3 horas de duração, na qual acabou por defender o motivo e a necessidade da criação do feriado do 20 de Novembro em Curitiba. Segundo Candieiro, a sabatina teria fortalecido o entendimento da casa em torno da questão e ajudado no andamento desta, o que teria levado a homologação do feriado. Acredita nisso pelo fato do próprio Vereador Paulo Salamuni em ocasião própria ter lhe repassado uma cópia oficial do Decreto Lei Municipal, que deu seguimento a

²³⁵ Disponível em <https://informativocentroculturalhumaita.wordpress.com/igrejadorosario/>. Acesso 06/12/2018.

²³⁶ Tribuna Livre recebe líder da cultura afro-brasileira no Paraná. Notícias do Legislativo. Disponível em: <https://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=19478> Acesso em: 14/04/2017

²³⁷ Disponível em https://cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=19478. Acesso 06/12/2018.

proposta do feriado, bem como, o agradecimento e o reconhecimento deste pelo serviço prestado em prol da cidade.

Este fato teria gerado um certo descontentamento dos canais tradicionais do Movimento Negro, que anteriormente lhe haviam chamado para uma conversa e lhe advertido Candieiro *“era rápido demais, e que deveria andar mais devagar”* o que lhe causou estranhamento, devido a urgência dos fatos.

4.1.3 Denilton da UNEGRO²³⁸

Denilton Laurindo, o professor Dênis estudou durante a maior parte de sua infância em escolas católicas, com o auxílio de sua tia que lhe conseguiu uma bolsa para que pudesse cursar o ensino fundamental. Foi nesse ambiente que descobriu-se negro. Apontou que havia apenas ele e mais um outro menino negro na escola, e dois professores, que apesar de serem negros, pareciam não se identificar como tal.

Veio para Curitiba aos dezoito anos para servir o exército, após a dispensa, passou um mês morando na Praça Osório, no ano em que se comemorava os trezentos anos da Cidade. Durante este período, buscou ajuda da igreja, neste caso a Igreja Cristo Rei, em que conseguiu um emprego como músico e auxílio para estudar em um Seminário em Cornélio Procopio, através do Padre Fiori²³⁹.

Neste seminário estudou Filosofia. Pensando em lecionar, descobriu que a instituição não era reconhecida, então voltou a cursar a faculdade novamente, agora na PUC-Pr. Ao terminar o curso, conseguiu uma bolsa para estudar nos Estados Unidos, formando-se Mestre em Filosofia da Mente na Universidade de Nova Orleans.

Retornou à sua cidade, Apucarana onde posteriormente assumiu o cargo de professor, primeiro em uma instituição particular e após concurso público como membro do Quadro Próprio do Magistério, onde enfrentou problemas relacionados a discriminação, fato que fez com que na época se engajasse no PCdoB, tornando-se mais tarde presidente do partido na região.

²³⁸ Entrevista realizada dia 23 de março de 2017.

²³⁹ Padre Antonio Fiori. Disponível em <https://www.escavador.com/sobre/3919931/antonio-fiori>. Acesso 06/12/2018.

Retornaria à Curitiba para participar do Núcleo de Políticas Étnico-raciais e Diversidade da SEED-PR. Neste período assume em 2010 a Presidência da UNEGRO²⁴⁰ Sessão Paraná, onde vem desenvolvendo atividades e programas relacionados a população negra da cidade de Curitiba. Atualmente é presidente do Conselho Municipal de Política Étnico-Racial de Curitiba (COMPER)²⁴¹.

Sobre a questão relativa ao feriado do 20 de Novembro, ele aponta que esta questão surge primeiro em nível Estadual, mas, não ocorre diretamente. Denilton, explica que quando há a chegada de Roberto Requião ao Governo do Estado, em 2002 este chama os movimentos sociais no intuito de conhecer e tentar atender suas demandas, neste cenário é que ocorre com a demarcação das terras quilombolas no Paraná.

Aponta que “há vários pais para o feriado em Curitiba”, mas, que no entanto, este teria sido proposto primeiramente no nível Estadual por Saul Dorval e, que não teria se efetivado devido à mudança de Governo e a entrada do Governador Beto Richa, o que teria “travado” as negociações em torno da pauta, contudo evidenciou que existe um movimento em torno do mesmo visando torná-lo um feriado no Estado, só que sem o fechamento obrigatório do comércio.

Por outro, lado durante o desenrolar da negociação em torno do feriado em Curitiba, o Movimento Negro tentou dissuadir a ACP que já se movimentava para impedir a adoção deste dentro do cenário político, com pronunciamentos e debates dentro da Câmara.

²⁴⁰ “A União de Negros pela Igualdade (UNEGRO) é uma entidade de expressão nacional, fundada em 14 de julho de 1988, na cidade de Salvador. Hoje está organizada em 23 Estados da Federação e no Distrito Federal. Compõe o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR, Conselho Nacional de Saúde e o Conselho Nacional de Políticas de Juventude - CONJUVE. A UNEGRO tem intensificado sua ação na busca de alternativas sociais e políticas de combate ao racismo, preconceito, discriminação racial imposto à população negra, bem como na busca de justiça social a todos – indistintamente. Essa intensificação se dá através de formulação de diagnóstico e propostas para superação do racismo, ações comunitárias, articulação em fóruns do movimento social e do movimento negro, participação nos conselhos paritários - governo e sociedade civil - de formulação política para promoção da igualdade racial”. Disponível em <https://portalctb.org.br/site/component/tags/tag/unegro>. Acesso 06/12/2018.

²⁴¹ O Conselho Municipal da Política Étnico Racial de Curitiba, criado pela Lei nº. 11.833 de 2006 e Artigo 4º do Decreto Municipal nº 386 de 2009. Órgão colegiado de caráter Deliberativo, Consultivo, permanente e tri parti-te, Representando pela Sociedade Civil Organizada, poder Executivo e Legislativo. O Conselho Municipal de Políticas Étnico Racial de Curitiba Representa a população Negra, Afro descendentes e Afros Brasileiros do município de Curitiba.

Missão: Acompanhar e monitorar a execução de políticas de promoção da igualdade racial, étnico racial e ações afirmativas dentro do município.

Visão: Contribuir para que o município cumpra medidas que contemplem a população afro

Valores: Promover a igualdade racial, respeito ao ser humano, ética.

Disponível em http://portaldosconselhos.curitiba.pr.gov.br/?page_id=1554. Acesso 06.12 2018.

Denilton apontou para o fato de que a aprovação do feriado se deu em um clima bastante controverso, no qual ele foi aprovado em 2012, período em que Luciano Ducci havia assumido a prefeitura de Curitiba, com a saída de Beto Richa para o Governo e o período no qual ocorria a disputa pela Prefeitura, fazendo com que Ducci não sancionasse o feriado, postergando-o para depois das eleições.

Ducci, não foi para o segundo turno e neste sentido deixou a decisão da sanção para o próximo Prefeito, o Gustavo Fruet, que segundo a fala do entrevistado “manteve-se ausente desta questão”. Então restou à Câmara Municipal de Curitiba, na figura de seu Presidente Paulo Salamuni, aprovar o feriado por meio dos dispositivos legais do legislativo, sem contar com a sanção do executivo.

Elementos estes que acabaram por definir a criação do feriado em Curitiba e acirrar o debate feito em torno da questão promovido pela ACP, que alegou que o feriado produziria um prejuízo de alguns milhões a cidade, bem como, um prejuízo as compras de final de ano interferindo nas vendas de natal.

Neste caso, Denilton aponta que o Movimento Negro em várias reuniões com a ACP, buscou com base em vários estudos da área da Administração evidenciar os efeitos positivos para a economia da cidade, para os funcionários, entre outros da adoção deste feriado, bem como, procurou sugerir campanhas motivando a compra de presentes tendo por base a ideia de igualdade sugerida pelo feriado, sem contudo, atingir o efeito esperado. Mas a ACP “se fechou” em torno da questão do prejuízo econômico e não abria para conversa ou negociação.

Denilton apontou para o Racismo Institucional por parte da ACP, que buscou se desviar da pecha de racista, buscando denotar e apoiar sua posição em critérios legais, perante os representantes do Movimento Negro. Denilton procurou desconstruir o argumento da Instituição, ao evidenciar o fato de que se não havia tal racismo, porque os únicos negros dentro do espaço da ACP eram eles do movimento negro? Isso acirrou os ânimos levando a um debate acalorado. Sendo assim, a ACP ingressou com a ação na justiça inviabilizando o feriado, impedindo inclusive os festejos que estavam organizados para a ocasião.

4.1.4 Vereador Paulo Salamuni²⁴²

Paulo Salamuni iniciou a vida política sendo eleito para Vereador pela primeira vez em 1992. Eleito suplente em 1996, tomando posse em 1999, sendo reeleito para mandatos em 2001, 2005, 2009 e 2013²⁴³. Em 2016, concorreu ao cargo de Vice-prefeito, na chapa encabeçada por Gustavo Fruet, que tentou a reeleição para Prefeito, cargo para o qual não foi reconduzido.

Importante salientar, que à época dos atos que precederam e deram causa a votação e posterior aprovação do feriado, pela Câmara Municipal de Curitiba, Salamuni exerceu o cargo de Presidente da Câmara. No que, ao tratar de sua trajetória como Vereador, explica a sua condução ao cargo, apontando o contexto político vivido pela casa e pelo município naquele momento:

E, depois quis o destino que, após o maior escândalo da história da câmara, os 324 anos a serem completados nesse 29 de março de 2017, que foi o escândalo de publicidade dos contratos de publicidade, e eu juntamente com o vereador Pedro Paulo, tivemos um papel fundamental na CPI desses contratos de publicidade, e com base nesta documentação do relatório paralelo elaborado por mim e pelo vereador Pedro Paulo, todos os envolvidos naquele esquema que infelicitou a câmara e a cidade de Curitiba, no ano 2000 para cá, estamos sendo responsabilizados politicamente. Tive o privilégio de ser o Presidente da Câmara municipal de Curitiba, algo que era impensável para quem teve uma atuação independente como eu tive, para chegar à presidência de um parlamento tem que estar muito comprometido, e graças a Deus, o único compromisso que eu tinha era com o povo da cidade de Curitiba, nenhum grupo interno, nem de servidores, nem de vereadores, exercia na mais absoluta independência, dentro do que é possível o colegiado com 38 vereadores e vereadoras, com 19 dos 33 partidos políticos representados na Câmara municipal. Sempre aprendi com meu pai, que foi o primeiro reitor eleito da Universidade Federal, era um humanista, socialista, aprendi a colocar qualquer espécie de poder abaixo dos pés. (PAULO SALAMUNI, 28/03/2017)

Ao falar sobre sua trajetória pessoal, acaba por misturar com a do pai e a relação deste com a população negra:

É. Aí, o pai, nesse espírito teve, dentro da academia, uma luta grande, e também na sociedade, contra o estado de exceção, a ditadura, e foi o primeiro reitor eleito pela Funtab da comunidade universitária de alunos, professores, e servidores técnicos, administrativos. Então, esse espírito social veio muito arregrado dentro de nossa casa, e é exatamente na

²⁴² Entrevista realizada dia 28 de março de 2017.

²⁴³ Paulo Salamuni Fonte: Nossa Memória: História de Curitiba e da Câmara Municipal - Lista dos ex-vereadores de Curitiba, desde 1947 Disponível em: <https://www.cmc.pr.gov.br/galeria_ver.php> Acesso em: 14/02/2018

universidade, muito interessante porque no dia que meu pai faleceu, isso faz uns 15 anos aproximadamente, no seu velório que foi na capela da universidade, muitos negros compareceram ao velório do meu pai, e alguém me perguntou se tínhamos parentes negros, por causa de tantos que estavam lá. Diretamente, próximo, mas o meu pai tinha um trabalho grande, uma simpatia com a raça negra, então ele propiciou naquela época que não precisava concurso como diretores de setor da universidade, de curso, ele contratou muita gente pra bibliotecária, pra motorista, ajudante, e aqueles que aproveitaram a oportunidade, se aposentaram todos como servidores públicos federais, hoje uma profissão que todos, podendo, todos não, mas boa parte do país gostaria de ter essa colocação. Então, é por isso também, tanto eu e meus irmãos quanto a minha mãe fomos criados por uma espécie de ama seca, que viveu conosco até 104 anos de idade na nossa casa, tudo isso traz à nossa, a velha Maria, é uma coisa quase que maternal. E eu, também, muitos amigos, muitos colaboradores nessa caminhada política, e calhou de eu assumir a presidência da câmara municipal de Curitiba, e havia já esse projeto de lei do 20 de novembro, consciência, salvo engano iniciativa do vereador Clementino, que ficou pouco tempo na Câmara, mas houve uma emenda para que se tornasse um feriado. E, embora muita resistência dos setores produtivos, associação comercial, Sinduscom, que depois ingressaram com medidas judiciais contra o feriado, nós ouvimos os lados todos, os representantes da raça negra, do movimento, dos conselhos, e também da ACP, e votamos conscientemente, isso foi no ano de 2012, a votação. E ali era mudança de governo, estava assumindo a prefeitura o então-prefeito Gustavo Fruet, deixava a prefeitura o prefeito Luciano Ducci, com a nova legislatura na câmara, só sei que ficou um impasse e ninguém queria assumir a paternidade do projeto. (PAULO SALAMUNI, 28/03/2017)

Na sua fala expõe o quadro relativo a discussão do feriado, onde na sua chegada à Presidência da CMC já estava definido. Evidencia também a presença, de grande movimentação na casa, tanto dos representantes da ACP, quanto dos Movimentos Sociais e o grande interesse da população, frente ao tema. Salienta também, o papel dos Prefeitos Luciano Ducci e seu sucessor Gustavo Fruet, que titubearam ao se posicionar pela aprovação do feriado, restando a ele a responsabilidade pela decisão enquanto Presidente da CMC:

Eu, e quis o destino, os árabes dizem maktub, “está escrito”, que no primeiro dia como Presidente da Câmara eleito, uma missão muito grande de resgatar a credibilidade, a transparência, dignidade do poder legislativo, o primeiro projeto que caiu na minha mão, porque o prefeito atual não sancionou, tem um prazo, a lei, ela volta para a promulgação do Presidente da Câmara. Como eu havia acompanhado todo esse projeto como vereador, não hesitei e, a despeito do que algumas pessoas que não conseguiram compreender a dimensão do projeto pensam que é mais um dia de folga, mais um dia para ir para a praia, mais um dia para ir para o parque, não era essa a ideia, nem a conotação. Primeiro que essa história, “Vereador só vota feriado”, isso é bobagem, porque nesses 7 mandatos que estou na câmara, só votei este feriado. (PAULO SALAMUNI, 28/03/2017)

Além de esclarecer os elementos e o contexto geral por trás da aprovação do feriado, Salamuni expõe a importância da aprovação desta para a cidade e

reforça outros aspectos relativos as razões apontadas por ele, para a adoção da efeméride:

A Câmara nos últimos 40 anos, nunca aprovou nenhum feriado. E este feriado é exatamente para que a cidade possa refletir que nós aqui não aceitamos qualquer espécie de discriminação, de falta de isonomia, de falta de respeito ao ser humano, seja a que título for, não é só ao movimento negro, mas as etnias, as raças, enfim. E, lembrando que esta casa, a própria câmara municipal de Curitiba, a décadas atrás, séculos atrás, a cidade está completando 324 anos. Essa mesma casa, o mesmo poder legislativo, com muito mais força que tinha ainda na época, elaborou leis discriminatórias em relação aos negros, ao movimento negro, à raça negra, leis que foram sancionadas e leis de discriminação, então é isso que alguns como cidadãos não conseguiram compreender, e talvez nem o poder judiciário. (PAULO SALAMUNI, 28/03/2017)

Neste caso, fica patente a questão da dívida social e histórica da CMC, como mote para justificar a opção pela aprovação da lei que torna o dia da Consciência Negra feriado. Por outro lado, a aprovação tendo em vista os pontos descritos, acaba por ir ao encontro dos interesses presentes pelos idealizadores do feriado, que é o enfrentamento do racismo e o fortalecimento (empoderamento) do negro frente a sociedade.

Mostramos várias leis que foram aprovadas com cunho eminentemente discriminatório, e demos de forma prática um rotundo “não”, onde este feriado, além de ser um pedido de desculpa, de perdão, pelo que foi feito aqui por esta mesma câmara, tinha o fito de refletir, de raciocinar, de criar questões culturais para que se debata a questão da desigualdade, da discriminação, etc. Então, era este o sentido da lei quando foi proposta. Na questão do feriado, é muito relativo, porque nem um lado, nem o outro, dispunham de números, de técnicos e números que pudessem balizar para dizer que haveria um grande prejuízo econômico, e que, porque você, no nosso entendimento, se você tem uma parada econômica em um aspecto, ia se ganhar em outro aspecto, que é a indústria do turismo, da cultura, enfim, é muito discutível. (PAULO SALAMUNI, 28/03/2017)

Comentei com Salamuni uma fala feita pelo entrevistado Denis Denilton, que afirmou que, nas conversas que teve com a ACP este procurou demonstrar que existia uma vantagem econômica no feriado e que a adoção deste traria outros recursos caso a associação comercial fizesse algum tipo de campanha para o feriado, por exemplo uma campanha para presentear o amigo, para celebrar a igualdade, etc. Denilton complementa sua fala comentando que após o feriado a pessoas voltam mais produtivas. Segundo ele os representantes do shopping, não teriam se queixado, porque o feriado “movimenta” outros setores da cidade. Mas a

ACP estava “fechada” para a sua fala e Denilton classificou essa atitude como “racismo institucional”, ato ao qual os representantes da ACP teriam replicado dizendo, “*Não temos racismo*”. Ao que Denilton responde “*Não?! Mas, eu sou o único negro desse lugar aqui*”. Perguntei a Salamuni se tinha conhecimento dessa reunião e se a havia acompanhado e se saberia me contar como havia se dado, ele respondeu:

Eu imputo até uma certa... limitação de raciocínio, quer dizer... que você olha por um prisma a questão comercial. Aí vem outra conotação, porque... primeiro é o seguinte, se há uma lei na cidade; e esta lei foi votada normalmente, há uma dúvida de constitucionalidade... Tanto é que há um recurso extraordinário no Supremo, mas aí fica, qual é a justificativa para os 5 mil, 570 municípios do Brasil, quase mil, tem o feriado, e os outros não? Aqueles que tem a lei. (PAULO SALAMUNI, 28/03/2017)

Partindo do raciocínio desenvolvido por Salamuni, foi-lhe indagado sobre a questão da constitucionalidade da lei, uma vez que ela foi considerada inconstitucional, porque o Município, não tem competência de fazê-lo. Salamuni, justificou o tema, apontando:

Pois é, por que os outros tem?! Então era algo, ainda é preciso que o Supremo Tribunal Federal, o STF, se posicione e que tenha repercussão geral. Aqui no Paraná, o Tribunal de Justiça foi acionado pelo Sinduscom e pela ACP. E decretou que havia uma inconstitucionalidade. A câmara municipal entrou com uma reclamação de usurpação de função constitucional e, que foi negada pelo ministro. Na tentativa de dizer que há uma lei soberana, se ela não foi decretada inconstitucional pelo Supremo, que deveria ser recepcionada na cidade. Não foi infelizmente o que aconteceu. Prevaleceu a força do poder econômico. (PAULO SALAMUNI, 28/03/2017)

O Vereador coloca assim um tema interessante: de o porquê o Feriado vale em alguns lugares e, em outros não, pois, “se a lei é para todos”, como pode ser tão diferente para cada lugar? Neste caso, a causa apontada é o poder econômico, que acaba por impor seus interesses sobre os demais,

Sobre a ida à Brasília para a tentativa de defender o feriado e uma situação que envolvia um problema documental. Que tinha a ver com a falta da súmula do Acórdão, do documento necessário ao Juiz, para viabilizar o feriado, Salamuni respondeu:

Eu estive no supremo, foi uma das pouquíssimas viagens que fiz, senão a única, como Presidente da Câmara, que foi uma ida ao Supremo Tribunal,

junto com o procurador da Câmara, para levar essa reclamação constitucional, de usurpação de função constitucional, da câmara municipal. Querendo fazer valer a lei, estive lá, fomos visitar, parece que este fato ainda está, esse recurso, o ministro Gilmar Mendes, mas o fato é simples, Curitiba foi impedida de fazer, e o meu raciocínio é simples, porque eu até entendo a postura corporativa, econômica da associação comercial do Paraná, estão defendendo os seus sócios, o lucro legítimo, tudo bem, o Sinduscom da mesma forma, não há nenhum problema. O que a gente não entende é que o que eles devem compreender, Sinduscom, ACP, que eles tem a legitimidade para lutar pelos interesses deles, sejam quais forem, inclusive o econômico. Então, eles legislam, cria regras para os seus objetivos. Então, não há problema nisso, estão na deles. Agora, para a cidade, o estado e o país, quem legisla na cidade são os representantes do povo. Não temos que pedir autorização para associação comercial. (PAULO SALAMUNI, 28/03/2017)

Perguntei para Salamuni sobre o fato de nas comunicações realizadas pela Associação Comercial, tanto nas notas dadas no jornal interno, quanto na Gazeta do Povo, assumir a voz do coletivo para si quando disse que *“O povo de Curitiba, ordeiro não deseja o feriado”*, se esta fala não retomava o discurso do século 19, que tratava os discordantes como *“ajuntamento de desordeiros que perturbam a ordem da cidade”*, ele respondeu:

É, retoma, e esse é o grande erro, a nota está errada, primeiro que houve uma pesquisa, era mais favorável a população ao feriado do que não. A própria RPC fez, a Gazeta, e lógico que não tem méritos, e o que deveria prevalecer é a vontade dos representantes do povo, e não da ACP, eles cuidam da ACP para dentro, e dialogam para fora. Nós cuidamos da cidade. (PAULO SALAMUNI, 28/03/2017)

Continuando a entrevista, foi perguntado ao Vereador se não pensava haver uma sobreposição de poder da ACP, sobre o poder público, ao se colocarem contra a lei do Dia da Consciência Negra. A pergunta se referia também ao fato de alguns Vereadores fazerem a defesa do ponto de vista da ACP, por exemplo quando foi proposto a criação do “dia da consciência indígena”, no sentido de tentar relativizar o 20 de Novembro, alegando *“Se tem consciência negra, então tem consciência indígena também”*, ao que comentou:

Aí esse é um tipo de legislador, que é completamente irascível, não é sério. Quando vem, joga no quanto pior, melhor, mas o fato é o seguinte, no fim essa discussão ensejou uma grande discussão na cidade, e a nossa parte, no primeiro momento, fizemos um evento no dia, não tínhamos como desrespeitar a ordem judicial, e fizemos eventos, e na própria câmara, sempre que é o dia, se dá um ponto facultativo, mas simbolicamente, no sentido de dizer que éramos à favor do feriado. (PAULO SALAMUNI, 28/03/2017)

Sobre as visitas dos representantes da ACP à Câmara, foi solicitado o ponto de vista de Salamuni sobre a ação da associação comercial dentro da CMC, bem como o questionamento do porquê estarem várias vezes ali:

Estiveram, mas lá não surtiu efeito, tanto é que foi uma das poucas vezes que senti orgulho da câmara municipal, porque a câmara é sempre frágil, do ponto de vista ideológico, você tem uma idiossincrasia grande, cabeças diferentes, achei que do primeiro para o segundo turno, o pessoal ia afrouxar a rédea, a corda. E salvo engano, foi 33 a 1, um único vereador que votou duas vezes contrário, que foi o então Vereador Jair Cesar, e a câmara foi muito firme, influência mostrou uma independência. Ela manteve o feriado, manteve o que votou, isso foi motivo de uma discussão nossa, sozinha, fechada, dos vereadores, que não podíamos nos curvar a qualquer tipo de poder que não o poder popular, então foi isso que aconteceu. (PAULO SALAMUNI, 28/03/2017)

A fala do Vereador demonstra o grau de influência da ACP e a tentativa de impor o seus interesses sobre a Câmara presente na possibilidade de mudança da decisão sobre o feriado, contudo, observa-se o resiliência dos representantes da casa, frente ao impacto da presença dos representantes do comércio no espaço. Se observa também um certo grau de sinergia. Sobre o assunto Salamuni deixa, mais evidente esta tensão ao afirmar que:

Eu achei que, quando foi votado em primeiro turno, a lei 14.224/2013, quando ela foi votada, são 2 turnos a votação, e foi no segundo turno, a associação comercial, como quem diz, meninos ladinos que fizeram a nossa ausência. Os locutores chamando a atenção. Eles foram lá, falaram antes da sessão, no tempo que falou o representante do conselho, COMPER, eles também falaram ao mesmo tempo, e alguém pediu para suspender a sessão. Quando suspende a sessão, há uma tendência de reunir todo mundo numa mesma sala, e meio que mudar a orientação. E foi o que aconteceu, entre o primeiro e o segundo turno houve uma interrupção, os vereadores que estavam presentes, a grande maioria, foram todos para uma sala, eu disse “Agora tudo pode acontecer, vou sair daqui com a história revirada”. Mas, para meu espanto, todos que votaram no primeiro turno, mantiveram o voto no segundo turno. Foi um dos raros momentos que eu espontaneamente senti orgulho na câmara, ainda mais naquela legislatura, não tinha motivo nenhum. Até me espantou. Falei “agora nós vamos tomar um pau, vai ficar aquela meia dúzia mais progressista, e aqueles outros, se aproximando de uma campanha, poder econômico”, mas mesmo assim, fomos lá. (PAULO SALAMUNI, 28/03/2017)

Essa declaração demonstra a unidade do grupo frente a ACP, mesmo a tensão causada pela presença destes frente à Câmara, em ato que teve a presença do Movimento Negro e seus representantes, evidenciando um debate e um enfrentamento entre os grupos, que não ficou registrado nas notas taquigráficas referentes àquela sessão.

Sobre o papel do Movimento Negro e as pautas relativas a diversidade, o Vereador foi indagado, tomando como referência o período anterior à 2000, se havia algum tipo de discussão deste tipo na Câmara, Salamuni se colocou, explicitando *“Que eu me lembro, com essa intensidade, não. Mas já se discutia muito a questão da discriminação, então isso já se discutia. Mas, o feriado propriamente dito, não”* (PAULO SALAMUNI, 28/03/2017).

Sobre a alvoroço gerado em torno do tema, questionado sobre se o que teria gerado tamanha relevância, Salamuni respondeu:

Muito grande, inclusive eu falei que se essa repercussão talvez fosse maior que a do feriado, em si. Então parte do objetivo foi atingido. Porque houve, cada lance deste jogo de xadrez, era muito comentado na mídia, pesquisa, rádio, televisão, jornal, a favor, contra, debate nas universidades. Eu tenho manifestações de colégio que me mandaram carta, inclusive do colégio que eu estudei, que era um colégio, entre aspas, que poderia ser considerado um colégio de elite, os alunos todos me apoiando, mas é um colégio que chama reflexão, os Jesuítas. (PAULO SALAMUNI, 28/03/2017)

Outro tema abordado, foi o papel do Executivo na ação do feriado. O feriado, foi votado na administração do Prefeito Luciano Ducci, que não a revogou e nem a sancionou, ficando para o seu sucessor o Prefeito Gustavo Fruet, que Salamuni asseverou:

Isso foi muito discutido durante o processo eleitoral, então vinha o pessoal do COMPER, e do movimento negro, tinha garantia dos dois e, de outros que iriam assinar. Ia a ACP... e o Ducci, o estado não assumiu esse compromisso com eles, disse que não se preocupa, que ele ia vetar. No fim, não assinou, nem vetou, deixa como que está para ver como fica, votou para os vereadores decidirem se promulgariam ou não. (PAULO SALAMUNI, 28/03/2017)

Aqui fica evidente na fala do Vereador, a disposição dos Prefeitos em tentar não desagradar os dois lados, na medida em que prometia coisas para os dois grupos na busca de não se envolver efetivamente com nenhum, deste modo se esquivando da discussão e deixando para o Legislativo a responsabilidade de decidir pelo tema. Continuei questionando sobre ao que se devia essa ausência dos elementos do executivo, tanto do Prefeito Luciano Ducci e como do Gustavo Fruet, ao que Salamuni complementou:

À pressão, por não saber aceitar o tipo de pressão da sociedade. E mais do que a sociedade em si, dos movimentos organizados. No caso da

associação comercial, quer dizer, qual é o perfil que quer arrumar encrenca com a associação comercial? (PAULO SALAMUNI, 28/03/2017)

Ou seja, há um componente de inabilidade política, na administração dos interesses e ao mesmo tempo falta de disposição em “comprar” uma demanda com a ACP. Sobre o assunto Salamuni prossegue, assim:

Mas olha, com muito respeito, tenho amizade até hoje com eles, mas fui muito firme. Recebi com respeito, vi, não tem o que fazer a não ser promulgar. Foi aí que eles falaram, “O senhor vai promulgar, e nós vamos à justiça”. Falei, “perfeitamente, não há problema, a justiça que diga”, e acho que aqui a justiça decidiu mal, decidiu errado, mas temos que cumprir. (PAULO SALAMUNI, 28/03/2017)

O que indica que os representantes da ACP foram diretamente aos representantes da Câmara, no intuito de colocar os seus interesses. Por outro lado expõe o acesso deste grupo dentro do espaço do Legislativo.

Perguntado sobre o comentário feito por Edson Ramon, Presidente da ACP, sobre a liminar que travou o Feriado, onde este aponta em sua fala que venceu a vontade do povo, Salamuni se posicionou:

Eu acho que, como posso te explicar, é um pouco da falta de, eles são pessoas inteligentes, estudadas, mas a falta da sensibilidade, de saber que isto, para a cidade, a mesma sensibilidade que teve o povo, ou as próprias classes econômicas de São Paulo, que é a locomotiva do Brasil, lá é feriado, quer dizer, então se pode parar São Paulo, não pode parar Curitiba. Mas eu sinto assim, acho uma falta de sensibilidade, de entender o momento, entendeu? Nesse aspecto, de entender que era importante essa discussão ser puxada inclusive pela associação comercial, para mostrar a responsabilidade de quem lidera, dar uma notícia, “Nós somos o setor produtivo, geramos tantos empregos, somos contra, a prova disso é que apoiamos”, mas ali permaneceu a falta de sensibilidade, de uma forma geral, não de todos, alguns votaram com a gente, e essa sensibilidade, e também a questão do capital, da matemática do capital, como se a vida da gente se resumisse a um pouco mais de lucro lá, menos lucro cá, enfim. (PAULO SALAMUNI, 28/03/2017)

A fala do Vereador, retoma o tema da legalidade, onde o que vale para um Estado, Município, etc., não vale para o outro. Retoma também o poder do capital, por outro lado, apontando uma falta de sensibilidade deste grupo, quanto a questões de cunho social. Inquiri Salamuni sobre os prejuízos e valores apontados pela ACP, no sentido de demonstrá-los de modo prático, este esclareceu:

Isso, e eles são pró-falar, “A greve do transporte parou 1 bilhão”, quer dizer, números estratosféricos, mas ninguém sabe de onde se tira esse número, é um número grande mas você não sabe se esse número é esse número

mesmo. Aí se resume muito a não querer, teria problema com hora extra, eles abririam, a grande maioria. (PAULO SALAMUNI, 28/03/2017)

A ACP fez apontamentos e afirmações sem demonstrar dados, legitimando-se na própria fala e posição social. Sendo assim, perguntado se a ação da instituição, se tratou de exercício de poder em relação 20 de Novembro, o entrevistado afirmou:

Também, mas conforme eu digo hoje, com toda influencia que essas instituições têm, e não é pouca, em todos os aspectos, tem até uma razão de ser, porque eles movimentam a economia de uma forma fabulosa, fantástica, mas eu volto a dizer, eles representam a sua categoria, o seu associado, e tem todo o direito de reivindicar no geral, como sempre fazem, e na maioria das vezes atendidos, então é óbvio que tem a influência do poder econômico, do poder político, tem. (PAULO SALAMUNI, 28/03/2017)

Sobre como os membros da câmara viram a judicialização do feriado e a discussão política ser levada ao judiciário: se era visto como uma interferência ou ingerência sobre as decisões do Legislativo, Salamuni ponderou:

Você tem aí o judiciário exatamente para ser o equilíbrio, tentar dirimir o ponto de vista contrário, o que entendemos, obviamente, pode ser diferente, respeitamos a decisão do judiciário mas não concordamos com ela, e juntamente com os argumentos que foram usados por vários atores desse julgamento, inclusive os próprios desembargadores, que davam uma conotação “O país está passando por uma crise, precisamos trabalhar”. Enquanto nós, “vai ter um pressuposto social da reparação de um dano e um erro histórico”, consciente no que estávamos fazendo, eles “O país precisa trabalhar”, quer dizer, muda o foco totalmente do por que existia isso, o que moveu o legislador orientando o povo a votar dessa forma. Foi muito consciente. (PAULO SALAMUNI, 28/03/2017)

Demonstra assim, um judiciário que compreende melhor questões econômicas e menos questões sociais, um ponto de vista mais pragmático denotando uma visão pouco equilibrada, no que toca o papel de suprir a parte hipossuficiente, o grupo de indivíduos ou pessoas que dentro de uma condição social, econômica, etc., não é autossuficiente, frente a indivíduos ou grupos que possuem capacidade material, econômica e social superior e, capaz de arcar com o ônus, e que produziram um prejuízo irreparável a outros indivíduos.

Sobre o diálogo travado com o Vereador, durante os eventos e protestos ocorridos à escadaria do Prédio Histórico da UFPR, o Vereador, havia comentado de sua viagem à Brasília para apresentar documentação referente a defesa do Feriado,

contudo, durante a apresentação da peça jurídica a documentação não conferia. Posto que a documentação recebida em Curitiba não era a solicitada pelo Superior Tribunal de Justiça, nisso perguntei se não se tratava de uma manobra jurídica para inviabilizar, e tive como resposta:

Isso foi sobre o acórdão? (...) Não, nós, falamos, “Precisamos do acórdão escrito”, mas o escrito não foi feito, foi no acórdão que era para postergar a decisão, que juntasse o acórdão que só ia ser feito como era de praxe, não sei quantas horas depois. (PAULO SALAMUNI, 28/03/2017)

Como a resposta pareceu pouco clara, solicitou-se que o mesmo, explicasse de modo mais detalhado como se deu essa questão, qual era a documentação e como equacionaram o problema.

Tem que ver exatamente, se quiser ligar para o Rodrigo que é procurador da câmara municipal, ele era meu procurador geral, ele foi comigo, pode te dar detalhes, mas era algo em torno da publicação do acórdão, eles acharam lá uma coisa meio tecnicista ali para o acórdão que não tinha saído ainda. Não tinha sido publicado mas tínhamos o conhecimento em cima do conhecimento que era para usar na defesa. (PAULO SALAMUNI, 28/03/2017)

Perguntado, se achava então que havia uma má vontade do judiciário nesse sentido de aprovação; Salamuni sentenciou:

Total, porque vinham lembrando que nosso judiciário tem 2 ou 3 desembargadores negros, e que foi, um deles acho que é (Aniceto), voto vencido, acho que tinha que ter sido focado mais nisso. (PAULO SALAMUNI, 28/03/2017)

Retornando ao papel da ACP no tema, foi solicitado a Salamuni, que emitisse sua opinião. Indagamos se ele achava que a disputa se deu por uma questão pragmática ou por racismo, o entrevistado disse:

Sim, lógico, sempre tem um pouco de componente, porque é pra eles, não pros outros, aquela coisa rasa, e todo mundo tem que trabalhar, e nós tentando dizer, as pessoas não estão sensibilizadas suficientemente para poder entender que nós estamos tentando reparar um erro histórico. “Isso é filosofia, uma coisa contemplativa, não nossa, do dia-a-dia. Isso é filosófico, nós somos práticos, somos engenheiros, somos quem decidimos, juízes”, e acho que foi equivocado, tanto que obviamente eles não acham, entraram, e fiquei muito surpreso até com algumas coisas que foram ditas lá durante o julgamento, como que chegou a nós. Coisas muito chulas, “Tem que trabalhar, não é o momento de parar”. Virou uma arena, não sei. Coisa sem propósito, aquele discurso totalmente capitalista, produzir, produzir. E depois também é isso, depois que saiu na televisão, recebeu apoios também, apoio

de fora. Tanto é que na consulta popular, era mais a favor da lei do que contra. (PAULO SALAMUNI, 28/03/2017)

Deste modo, o entrevistado afirma que a questão teve um cunho pragmático denotado, pela questão do trabalho, do prejuízo com o feriado, etc., do que racismo, entretanto, apontou que a discussão foi carregada, ao enfatizar que “coisas muito chulas” foram ditas e lhe chegaram ao conhecimento.

Finalizando a entrevista foi solicitado que o Ex-Vereador, fizesse uma reflexão sobre a questão do 20 de Novembro em sua carreira administrativa e se acreditava ser um ponto importante, Paulo Salamuni discorreu:

Muito positivo, por vários aspectos. Primeiro pelo que representa em si, pelo significado ideológico disso. Não me curvei ao poder econômico, significa que não tenho nenhum tipo de comprometimento desses grupos que bancaram minha campanha, até para mim, atesto uma absoluta independência dentro de uma responsabilidade, de uma consequência. Não é uma atitude louca, inconsequente, populista. Não, porque há uma divisão grande na cidade sobre o assunto. É reparando também algumas injustiças históricas, então me senti bem, achei que era o ato correto. Que é tudo que sempre defendi na vida. Muito engraçado, porque quando voltou a lei para a prefeitura, a primeira lei que eu assinava como Presidente da Câmara, em cima da minha mesa, aí chegou a diretoria da associação comercial, vários amigos, assim. De dentro e fora da associação, conhecidos da família, conhecidos pessoais, daqui, de lá. Ouvi a todos, muito respeito, não ironizei. E falei, “olha, eu não tenho como, duas coisas. Um erro, Como um Presidente da Câmara, ir contra a vontade de seus representantes do povo! Tem sentido?! 33 a 1, a 2, é uma ampla maioria. Se os prefeitos não quiseram sair de um entrante, o problema é deles. Eu, como que eu vou? Até mesmo que fosse contra a minha tese, mas eu estivesse aqui, eu teria que me curvar diante da vontade da maioria aqui, então isso é um ponto prático. E o ponto ideológico, eu concordo com a lei. Eu tenho defendido a lei. Não é, vamos dizer, porque eu defendo, que eu tenha defendido só pelo ponto de vista de um processo legislativo ou da parte técnica, tecnicamente. Não. Estudamos, fizemos debates, reuniões, e ficou evidente que é uma reparação histórica, então para mim, “por que é duro falar isso pros caras”, infelizmente, vamos ter que ir à justiça, sintam-se a vontade. Mas é duro, porque chega na primeira, já aqui no terminal de justiça, os argumentos, “Chega, tem que trabalhar, não tem que ter vagabundagem”, algumas coisa assim, não sei bem os termos. (PAULO SALAMUNI, 28/03/2017)

Salamuni fez por um lado a defesa de sua posição de independência na Câmara e frente aos diversos interesses. Reforçou o fato de a ACP ter pressionado diretamente os Vereadores, através de seus representantes que recebem financiamentos de campanha. Destacou o contrassenso de opor-se à decisão do Legislativo, apenas para atender as pressões e interesses de certos grupos, bem como a importância social e histórica do feriado, para a sociedade como um todo.

4.1.5 Megg Rayara Gomes de Oliveira²⁴⁴

Megg é a primeira Doutora travesti negra do país²⁴⁵. É natural da cidade de Cianorte, interior do Estado do Paraná. Possui aproximadamente 40 anos de idade.

Nossa conversa iniciou com a reconstituição da sua trajetória acadêmica, no que chamou atenção para a sua percepção do ocultamento da população negra, necessariamente o fato de não haver conteúdos relativos a população afro-brasileira no que se refere a história da arte no Brasil, ponto esse levantado na Academia de Belas Artes do Paraná, onde cursou sua graduação. Seu trabalho de graduação centrou-se na figura de João Pedro Mulato, artista e pintor negro paranaense, e na Irmandade Negra de Paranaguá.

Depois percorreu brevemente sobre sua produção acadêmica e sua trajetória de afirmação e mesmo de negação dentro da UFPR.

Apontou a escola como o lugar onde de fato se reconheceu como negra, resultado dos dissabores e lutas encontradas neste espaço, somada a questão racial e condição de autorreconhecimento de gênero, que se chocavam com a branquidade normativa²⁴⁶ e a heteronormatividade²⁴⁷ impostas pelo ambiente.

No entanto, destacou que sua identidade negra tornou-se mais forte durante o processo de integração na universidade. Por volta do ano 2002 passa a participar do Movimento Negro através do Instituto de Pesquisa e Afrodescendência (IPAD), onde desenvolveu vários trabalhos. Desde então milita por questões que envolvem a população negra e LGBT, da qual faz parte, no que afirmou a necessidade e a importância de pesquisadores negros e LGBTs, como vozes ativas representantes destes grupos detentores de certa legitimidade. Legitimidade esta, dada pela sua própria experiência de vida, por falarem de dentro do campo e, por dominarem um léxico dos quais outros agentes sociais não poderiam tratar. Tendo em conta o fato

²⁴⁴ Entrevista realizada em 4 de abril de 2017.

²⁴⁵ RESENDE, Narley. Pela primeira vez no Brasil, uma travesti negra recebe título de doutora. Portal Paraná (Online). Disponível em: <<https://paranaportal.uol.com.br/geral/pela-primeira-vez-no-brasil-uma-travesti-negra-recebe-titulo-de-doutora/>> Acesso em: 04/04/2017

²⁴⁶ A "branquidade normativa", pode ser explicada de forma resumida como a que é a ideia de que o normal é ser branco, onde se este sobrepõe como ideia de tipo humano universal. Sobre isso ler, Ware, Vron (org.). Branquidade: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

²⁴⁷ Heteronormatividade (do grego hetero, "diferente", e norma, "esquadro" em latim) é um termo usado para descrever situações nas quais orientações sexuais diferentes da heterossexual são marginalizadas, ignoradas ou perseguidas por práticas sociais, crenças ou políticas. Fonte: Heteronormatividade. **Wikipédia.** Disponível

em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Heteronormatividade>> Acesso em: 04/04/2017

destes agentes, não terem vivenciado determinadas subjetividades próprias destes sujeitos, portanto, não são capazes de aludirem à certas particularidades do campo.

Apontou a dificuldade de afirmar-se no contestado território acadêmico, e mesmo da dificuldade de pôr-se frente a outros colegas, no sentido de que se fosse uma pessoa branca não teria que justificar e, mesmo impor sua presença, já que o sujeito branco não tem o seu lugar de poder questionado pelo fato deste ser entendido como algo normal e até natural dentro daquilo que se compreende como esperado dentro do mundo social. Sendo assim, a sua existência é tida como algo que destoa deste chamado “normal”, causando estranhamento e questionamento em diversos momentos, tanto de forma objetiva quanto subjetiva, no que toca a ação dos sujeitos nos processos de interações diários.

Com relação ao Movimento Negro, participou de várias reuniões e debates em torno da questão do 20 de Novembro, e apontou a existência de certos conflitos e disputas por legitimidade e por reconhecimento dentro do próprio movimento, dadas por questões que tem a ver com tentativas de hierarquização interna, apropriação destes por alguns indivíduos com interesses próprios, tentativas de autopromoção, entre outros. Contudo, ela ressaltou que nunca havia visto o Movimento Negro tão integrado e unido quanto naquela ocasião, já que a ação da ACP de interditar o feriado foi compreendido, por todos como uma ação contra a comunidade negra de Curitiba, o que fez com que vários grupos se somassem no esforço de enfrentar este agente.

Destacou o papel do Vereador Mestre Pop, que assumiu sua negritude e buscou se colocar na defesa da questão, do que Megg apontou que apesar deste muitas vezes não saber como colocar-se frente a determinadas questões, por ser uma pessoa humilde. Neste sentido, a entrevistada buscou junto com outros indivíduos dentro do movimento preparar e, aparelhar o Mestre Pop para o embate com a ACP.

Entretanto, Megg percebeu que o Movimento Negro não aproveitou bem este momento, na medida em que este acabou por se enfraquecer ao longo do tempo, perdendo seu ímpeto original e, mesmo a força vinda da sociedade que o fortalecia, aponta também para a falta de recursos financeiros do movimento para bancar uma campanha em prol do feriado, bem como, meios institucionais tais como acesso a imprensa, televisão, rádio e jornal, isto é, espaço midiático adequado para

comunicar seus interesses e mobilizar a sociedade, assim como um apoio político mais concreto.

Por outro lado, apontou para outras formas de expressão do movimento que vão surgir a partir desta mobilização, como o surgimento da Linha Preta, que seria um roteiro turístico que pretende apresentar ao visitante da cidade os pontos relativos a cultura e a população negra em Curitiba. A Linha Preta segundo relatou Megg, foi resultado de uma formulação coletiva surgida no COPENE Sul, no qual a ideia foi originalmente trabalhada no ano de 2015²⁴⁸.

4.1.6 Saul Dorval da Silva²⁴⁹

O primeiro contato com Saul foi realizado final de março de 2017, por intermédio de Denilton Laurindo, representante da União nos Negros pela Igualdade (UNEGRO) sendo realizada em um escritório de advogados, no qual Saul Dorval realiza parte de suas atividades, localizado na Travessa dos Escritores em Curitiba. No escritório seguiu-se apresentação das demais pessoas que compunham o ambiente trabalho. Ocupamos um escritório no qual ao diálogo sobre sua participação na construção do Feriado.

A princípio o entrevistado informou seu nome e profissão, depois passou a um breve histórico de sua vida política. Neste breve histórico, apontou que sua família era oriunda do Rio Grande do Sul e que na década de 60 havia migrado para Curitiba, onde nasceu, crescendo na Vila Maria Antonieta em Pinhais. Apontou que sua trajetória política teve início durante os anos 80 quando passou a participar do então Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), onde em 2007 ajudou a criar o PMDB AFRO, grupo responsável por organizar as lideranças e membros, negros e pardos, dentro da legenda.

Posteriormente, passou a tratar da questão do embate em torno do feriado. Sendo assim, inicialmente apontou que a apresentação deste tema na Câmara Municipal de Curitiba (CMC), deu-se pelo intermédio do Vereador Clementino, que na ocasião havia assumido como suplente de outro vereador da casa. Naquela ocasião havia um “racha” dentro do PMDB, que teve origem no grupo liderado por

²⁴⁸ Disponível em <https://linhapretacuritiba.wixsite.com/linha-preta>. Acesso 06/12/2018.

²⁴⁹ Entrevista realizada em 6 de abril de 2017.

Doático Santos – político que na ocasião fazia articulação, agindo como ponte entre o Governador Roberto Requião e o então Prefeito Beto Richa – fato que a princípio se colocou como um obstáculo político.

Contudo, nesta ocasião, o cargo de Prefeito de Curitiba era ocupado por Luciano Ducci²⁵⁰, vice-prefeito de Beto Richa de 2005-2010²⁵¹ e posteriormente, Prefeito de 2010-2012²⁵² após a saída de Richa para disputar o Governo do Estado do Paraná em 2010.

Segundo Saul, Ducci teria realizado a articulação necessária, bem como, alinhavado uma concessão política para que o projeto do 20 de Novembro fosse então aprovado na CMC, que foi por conta disto apoiado pelo PMDB, que hora estava dividido entre o grupo de Doático Santos que apoiava Ducci, no pleito de 2012, onde este disputava a reeleição para Prefeito, e o grupo apoiava a candidatura para a reeleição do ex-Prefeito Rafael Greca. Saul afirmou ainda, que em certa ocasião um Portal Africano “enfeitaria a cidade”²⁵³.

Neste contexto, Saul explicitou a pressão feita pelos membros do Movimento Negro junto à CMC, para que houvesse a aprovação do projeto. Tendo este esforço como mirada, foi levantado a participação de outros membros do Movimento, como Candieiro. Ao tratar sobre a participação deste, Saul apontou a sua importância, salientando que, embora, possuam certas discordâncias ele compreende sua relação como algo familiar, isto é, “são como se fossem irmãos” que mesmo filhos de uma mesmo pai, possuem suas diferenças, sem no entanto, guardar qualquer mágoa.

Contudo, ressaltou a força do grupo frente a ação da ACP para interditar o feriado, a qual em um primeiro momento, procurou responder em um movimento de articulação que envolveu a TV Paranaense por intermédio de um trabalho desenvolvido com o repórter Sandro Dal Picollo que buscou promover enquetes para rebater as afirmações da ACP de que a população desaprovava a criação do feriado.

²⁵⁰ Luciano Ducci. **Wikipédia**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Luciano_Ducci> Acesso em: 04/04/2018

²⁵¹ Luciano Ducci. **Wikipédia**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Luciano_Ducci> Acesso em: 04/04/2018

²⁵² Luciano Ducci. **Wikipédia**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Luciano_Ducci> Acesso em: 04/04/2018

²⁵³ Portal Memorial Africano. Disponível em <https://www.tribunapr.com.br/noticias/parana/memorial-africano-e-inaugurado-em-curitiba/>. Acesso 07/12/2018.

Fez ainda, menção ao artigo 215²⁵⁴ da Constituição Federal, que estabelece:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

I - defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;

II - produção, promoção e difusão de bens culturais;

III - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;

IV - democratização do acesso aos bens de cultura;

V - valorização da diversidade étnica e regional. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

Deste modo, buscou apresentar o viés legal, no qual apoiou sua argumentação em torno da legalidade do feriado. Afirmou que durante os debates reuniu-se com os representantes da ACP, na qual procurou rebater os dados e críticas feitas pela instituição utilizando-se dos dados oriundos da Associação Comercial de São Paulo (ACP-Sp) e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) que apontavam, segundo Saul, a fragilidade dos argumentos da ACP. Essa fragilidade, segundo Saul, estaria primeiro no fato de as mesmas argumentações também teriam sido utilizadas pelas duas associações paulistas, e em segundo lugar de o feriado ter sido instituído para o Estado e não apenas para a capital paulista, fato que fez com que as associações paulistas viessem a produzir pesquisas que apoiassem suas argumentações, na qual ficou evidente dentro da análise comparativa de períodos que, o alegado prejuízo, não se refletiam na realidade.

Posto isto, Saul apontou movimentos da ACP para articular a derrubada do feriado na CMC, sendo o mesmo aprovado apesar da interferência desta, entretanto, Luciano Ducci não o sancionou, em parte por descontentamento com o resultado do pleito municipal de 2012, que não lhe foi propício deixando para à próxima gestão, neste caso, para o Gustavo Fruet vitorioso na disputa.

²⁵⁴

Art. 215. Senado Federal. Disponível em: https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988_04.10.2017/art_215_.asp em:04/04/2018

em:
Acesso

No entanto, Fruet também se recusou sancionar o feriado, para evitar um confronto com a ACP, deixando sob a responsabilidade da CMC a homologação do mesmo. A responsabilidade ficou por conta do Presidente da CMC, o Vereador Paulo Salamuni que acabou por efetivá-la. Neste ínterim a ACP, moveu-se para impedir judicialmente o cumprimento do feriado.

Neste sentido, a Vice-prefeita e Advogada Mirian Gonçalves, buscou apoio ao Movimento Negro e ao feriado, junto ao Ministério Público, entretanto, o mesmo foi proibido de pronunciar-se juridicamente pelo TJ-Pr em favor do feriado, um dos fatos que dificultou a defesa do mesmo.

Em 2007 se havia articulado a apresentação do dia 20 de Novembro como feriado por intermédio do então Deputado Estadual Fábio Camargo, sendo o mesmo votado, aprovado e sancionado pelo então Governador Roberto Requião, entretanto, durante a movimentação do processo e sua redação final internamente a palavra “feriado” teria sido alterada para “data comemorativa” o que inviabilizou que o mesmo fosse cumprido como havia sido concebido originalmente e que portanto, não era a primeira vez que a data passava por um revés.

Contudo, apresentou bastante animação ao apontar que estava “costurando” um acordo entre o Ministério Público, ACP e Associação dos Advogados do Paraná (OAB-Pr) para a elaboração de um projeto que viabilizasse a criação do Feriado Estadual da Consciência Negra. A proposição do projeto seria apresentado pelo Deputado Estadual Márcio Nunes e defendido e conduzido na ALEP, na Comissão de Constituição e Justiça pelo Deputado Estadual Luís Cláudio Romanelli, Líder do Governador Beto Richa, fato que poderia ajudar na aprovação da lei.

Saul, apontou ainda, que havia estado em Brasília como *Amicus curiae*²⁵⁵, ou seja, como especialista no tema do 20 de Novembro e representante da população negra, para defender e aconselhar a tribuna do STF e que em conversa com o Ministro Gilmar Mendes este falou que teria embargado o feriado até o momento por problemas de ordem técnicas relativos a falta de uma documentação por parte dos representantes da CMC, o que fez com ele deferisse em favor da ACP e contra a homologação do feriado.

²⁵⁵ Amicus Curiae no novo CPC: Código permite ao “amigo da corte” recorrer de decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas. Jota. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/amicus-curiae-novo-cpc-06032015>> Acesso em: 04/04/2018

4.1.7 Vereador Mestre Pop²⁵⁶

A entrevista com o Vereador Pop, foi realizada em seu gabinete na Câmara Municipal de Curitiba. Iniciou sua fala expondo sua trajetória de vida: nasceu na cidade de Plautino Soares, perto de Sobrália no interior de Minas Gerais, no entanto, durante o primeiro ano de vida passou a viver em Belo Horizonte. A família vivia na capital de Minas, da mesma forma que vivia na cidade anterior, do trabalho no campo.

O meu pai trabalhava, plantava, em troca do local, do cultivo. E quando nós tomamos conta de uma chácara grande, que o dono morreu, todo mundo ia pegar um pedaço de terra para si e perguntavam para o meu pai se eles podiam pegar, e meu pai dizia: “dia 30 eu não estou mais aqui dentro, podem pegar tudo, eu não sou dono de nada”, meu pai muito honrado. Meu pai saiu de uma terra que dá quase mil metros, todo mundo que pegou seu terreno mora lá até hoje, mas meu pai nunca teve nada roubado. Ele nos criou com muita honestidade, honestidade acima de tudo, fazia as compras, botava a alimentação dentro de casa. Um pai muito educado, infelizmente eu fui educado com trabalho, mas agradeço muito meu pai. (MESTRE POP, 11/04/2017)

Comentou que começou a trabalhar por volta dos 12 anos de idade vendendo sorvete. Depois foi auxiliar de pedreiro, tendo vários ofícios durante sua juventude.

Iniciou-se no mundo da Capoeira aos 13 anos de idade, passando a artista de rua aos 21, fazendo exhibições da arte que aprendeu na juventude.

Chegando aos 21 anos eu virei artista de rua, pulo em aro de faca, apresentação em praça pública, essa era a minha vida. Tanto que eu fiz um projeto de lei que hoje permite o artista se apresentar em Curitiba. Antigamente a Guarda Municipal pegava todos os apetrechos deles, com que eles trabalham. Depois minha esposa e eu tínhamos que estudar, não dava para estudar os dois, minha esposa voltou a estudar, me incentivou e eu também voltei e morava no Centro, acabei estudando no Anchieta, terminei o ensino médio. Minha esposa foi para educação física, eu fiquei, tranca, continua, ela demorou seis anos e agora aos 48 anos do segundo tempo eu estou fazendo ciências políticas e caminhando. (MESTRE POP, 11/04/2017)

Destaca sua trajetória de lutador, na vida e na capoeira, ao mesmo tempo em que trata sobre as questões relativas à população negra, tais como: sua religião e costumes, que faz questão de salientar que também são parte da cultura brasileira e portanto, dignas de respeito. Respeito que tem que ser rememorado pela cidade

²⁵⁶ Entrevista realizada em 11 de abril de 2017.

de Curitiba, na medida em que ela se acha esquecida. Este fato fica claro, quando faz uma consideração sobre um painel existente, na Câmara Municipal de Curitiba, que apresenta uma estética que exclui o negro, onde ele afirma:

Você olha lá em cima na Câmara aquele painel que tem, só tem pessoas loiras, parece que o negro não participou da construção de Curitiba, do Paraná. As estradas de ferro foram feitas pelos irmãos Rebouças, então assim, é uma desconsideração muito grande porque seja polonês, italiano, ucraniano, todos tiveram a sua contribuição para o crescimento da cidade, para o crescimento da nação. E o trabalho braçal do negro, mesmo contra a vontade, foi indispensável. (MESTRE POP, 11/04/2017)

Fica evidente a falta de referência ao negro na imagem, bem como, de reconhecimento ao negro naquele lugar.

Mais à frente durante a entrevista quando apontava a questão da dívida da sociedade com a população negra o Vereador, fez um apontamento sobre a questão do feriado afirmando que:

O negro não veio aqui por opção, foi aí que eu fiquei muito nervoso com o pessoal da ACP porque eles queriam conceder para a gente um feriado facultativo. Aí eu falei: “primeiro que você não é um senhor de engenho, você não está cedendo nada para mim. Em segundo, a vinda do negro aqui não foi facultativa”, não foi assim que aconteceu. Independentemente se um irmão vendeu o outro na época, briga de tribo e depois os próprios portugueses já sabiam o caminho que dava para buscar sem pagar por eles, não interessa. (MESTRE POP, 11/04/2017)

Falou sobre vários aspectos a posição da Associação Comercial do Paraná, na qual fica evidente o choque de visão de mundo. A ACP, segundo o vereador, tem um olhar senhorial sobre a questão do negro, na qual esta compreende o feriado como algo desnecessário, sendo assim uma concessão sob a qual tem o poder de decidir, bem como, evidencia o lugar de poder da Instituição, que se exprime na possibilidade de conceder a data nos seu termos, isto é, como ponto facultativo.

Ao apontar a importância do feriado, o Vereador chama atenção para a própria História de Palmares, que é um dos temas que subjaz a questão do 20 de Novembro, no que ele destaca as questões culturais que envolvem o feriado, bem como, o esforço da população negra em evitar sua aculturação, no que aponta:

[...]E o negro buscou muita força para permanecer, para lutar, através das suas crenças, através da sua fundamentação. Ele acredita nas suas crenças, como acredita nos seus orixás e na sua religião, aí ele buscou a força e tanto que quando começa a criar os quilombos, como um dos maiores, o Quilombo dos Palmares, situado na Serra da Bahia que antigamente pertencia à Capitania Pernambucana, o que era importante

para o negro? Não só manter vivo em cima daquela montanha, mas manter os seus costumes, a tua culinária, e entre eles a sua crença, a forma de crença. Isso fortalece um ser humano, que independentemente de ideologia, independentemente da questão de credo religioso, em alguma coisa que você acredita e nós não estamos aqui para discutir nem A, nem B, essa alguma coisa que você acredita é alguma coisa que te fortalece[...]. (MESTRE POP, 11/04/2017)

Neste sentido, o político evoca a questão da memória ou resgate dela, que está contida no feriado.

Sobre a votação do feriado e sua aprovação, o Vereador Pop foi indagado sobre sua participação no que toca o tema, tendo em vista o fato deste estar em discussão, quando da sua chegada à Câmara em 2013, onde ele se posicionou da seguinte forma:

Mas então, infelizmente quando eu cheguei ele já tinha sido aprovado porque foi em cima do último estalo, o Luciano Ducci estava saindo candidato e aprovou antes de se afastar do mandato durante o período de eleição, então se aprovou o feriado. (MESTRE POP, 11/04/2017)

Sendo assim, em um primeiro momento a fala do Vereador, não acrescenta muita novidade, no entanto, aponta um certo desconhecimento da questão na medida em que este aponta o fato de Luciano Ducci ter aprovado o feriado, quando na verdade, não o fez.

Reforçando a questão, o Vereador foi indagado sobre, como ele recebeu o projeto do 20 de Novembro, isto é, como ele se introduziu na discussão na medida em que ela já vinha tramitando algum tempo na casa, no que se posicionou da seguinte forma:

Eu lá fora já sabia que tinha sido aprovado, mas me causa estranheza porque eu participei do encontro que teve em Brasília do Estatuto da Igualdade Racial e eu fiquei muito decepcionado quando vi que o presidente Lula não colocou a questão do feriado nacional, ele tinha que ter colocado. Essa é uma prerrogativa que tinha que ter partido dele, e não deixar a discussão para o estado e para os municípios. É uma coisa que nós esperávamos porque algumas pessoas mal informadas, distorcem a realidade porque um dia de feriado não é para comemorar, fazer festas, até porque fazer festa comemorativa em um dia é muito pouco. E na minha opinião o negro ainda não tem nada para comemorar, para mim eu acho que nós estamos em uma luta intensa e o negro não quer ganhar nada, ele quer conquistar, quer mostrar que tem capacidade, mas ele quer o seu espaço por direito. Eu acreditava que o presidente Lula tinha colocado no Estatuto da Igualdade Racial a questão do feriado e ele não colocou, então eu já saí triste do Congresso. Mas então o negro não quer ganhar nada, ele quer conquistar, quer ter o espaço que um dia foi tirado. (MESTRE POP, 11/04/2017)

Sendo assim, Pop compreende que a prerrogativa sobre o 20 de Novembro, como um feriado, deveria ter partido do Governo Federal, impedindo que a questão fosse distorcida, bem como, para evitar certos embates desnecessários em torno de tema tão importante. A distorção segundo o Vereador teria a ver como o fato do feriado ser visto como uma “comemoração”, uma vez, que segundo o mesmo, a data não tem este intuito, porque não há o que comemorar.

Num segundo momento, aproveitou para reforçar sua posição em favor da política de cotas raciais, apontando como exemplo as disparidades sociais, por ele observadas na educação e como elas afetam a trajetória escolar das crianças da periferia, contudo, se coloca contra cotas no Legislativo.

Retomando ao tema do feriado o político, aponta que:

Eu cheguei já estava aprovado, eu feliz e de repente alguns meses eu vou e tomo saber, a ACP entrando com um processo para tirar um direito adquirido, passar por cima da aprovação de 38 legisladores, 38 vereadores, 38 autoridades. E mais, passando por cima do executivo que outorgou esse feriado. Aquilo ali para mim foi um afronte gigantesco, o maior afronte que eu já vi das sociedades entre aspas, organizada. Eu vejo a atitude da ACP como atitude preconceituosa, racista, uma vez que a TV mostrou que mais de 86 por cento da população era a favorável, visando lucro, como faziam no passado, só o capital. E mais uma vez, a ACP através de representantes junto com o poder público, a causa do negro é decidido por brancos e é decidido no sentido negativo, está negado, vocês não terão o 20 de novembro para comemorar nada. Vocês não terão o 20 de novembro para vocês fazerem festa, mal sabem eles que o dia 20 de novembro é o dia da Consciência Negra, nós tínhamos que estar tendo programações – e deveria ter mais dentro da escola – mas principalmente durante o período do 20 novembro a gente deveria ter palestra dentro das escolas, ensinando à criança o respeito com o ser humano. Não por questão racial, o respeito como ser vivo, não como ser humano, porque da mesma maneira que eu te respeito eu tenho que respeitar. (MESTRE POP, 11/04/2017)

Neste sentido, o Vereador aponta para a importância e o poder que a ACP dá a si mesma, na medida em que busca sobrepujar e se sobrepor ao poder público, ao impor e determinar seus interesses, mesmo contra a vontade geral e da maioria, representada pelos membros democraticamente estabelecidos pela população, bem como, sobre a população que em uma consulta pública promovida por uma emissora de TV, acabou por apontar com ampla maioria o seu desejo pela promulgação do feriado. Por outro lado, aponta e justifica o fato de entender que a ACP tenha uma mentalidade preconceituosa e racista, na medida em que os negros e seus representantes não foram ouvidos de fato pela entidade.

Sobre a questão do Feriado e a tentativa de diálogo com a ACP, o Vereador narra como se deu a reunião:

Eu fui para plenária, fiz discurso na plenária, defendi através de discurso, acompanhei o Saul que era presidente do COMPER, na reunião dentro da ACP, eu não lembro o nome do presidente na época. E aí foi quando eu escutei um absurdo daquele presidente que me diz o seguinte, que sabe da trajetória do negro, mas que a senhora matriarca da família deles, ela foi isso, foi aquilo, acho que era descendente de italiano e contou toda a história dela, e nem por isso ela tem uma estátua dentro de Curitiba, nem por isso ela tem um feriado. Foi o que ele passou no dia. Mas que aí o feriado podia ser uma coisa – que eu falei no começo – facultativa, foi aí que eu disse para ele que a vinda do negro aqui não foi facultativa. Daí nós tivemos uma discussão e eu não abandonei lá por respeito ao Saul, mas imediatamente nós saímos e de lá para cá eu não participo de mais nada. Eles vieram me convidar para o almoço, me convidaram para um monte coisa, eu não participo. O tempo de nós comprar com comida eu acredito que já passou e eram poucos, só se vendiam por comida porque tinham os filhos, tinham seus entes queridos dentro das senzalas. (MESTRE POP, 11/04/2017)

A reunião em questão foi noticiada pelo site da ACP, cuja imagens do evento e mesmo o jornalístico apresentaram ou buscaram transmitir um ar consciencioso, no entanto, o relato do Vereador deixa transparecer todo o constrangimento e o ar de incivilidade que subjazia o contexto. Outro detalhe a se atentar é para o discurso proferido pelo representante da ACP, que tem em si o mesmo conteúdo do discurso proferido pelo Vereador Chicareli em uma das sessões apontadas no capítulo anterior, bem como o pouco caso dado a questão do negro e mesmo ao Feriado, demonstrado na tentativa de relativizar o tema, presentes na fala do representante da ACP ao se referir a memória da escravidão. É fato que a reunião criou uma cisão entre o Vereador e a Instituição, que se faz presente, tanto nas negativas deste em atender aos convites para os eventos promovidos pela Associação, quanto na revolta gerada por toda a situação.

Ainda, sobre a tentativa de levar à termo o feriado, aponta o esforço do Vereador Paulo Salamuni para derrubar a liminar que interditou a data, apontando o seu papel na questão e esclarecendo alguns fatos apontados pela imprensa à época dos acontecimentos, onde afirma:

Câmara entrou com a representação no Supremo Tribunal Federal para tentar ganhar o direito de volta, eu não acompanhei o Salamuni, inclusive a Band News noticiou que eu viajei junto com o Salamuni, eu não viajei porque eu não faço nenhuma de forma de viagem com dinheiro da Câmara. [...]eu não fui com Salamuni porque eram duas pessoas indo até lá. Eu sou da causa, mas eu não tenho nenhum conhecimento jurídico e o Salamuni

além de ser procurador do município, ele é advogado de carreira, então o Salamuni nos representou, não se furtou em momento algum, sempre esteve presente na luta com o negro, as vezes eu digo que o Salamuni lutou muito mais que muito negro que poderia ter aberto a boca em nosso favor, porque o Salamuni como é descendente de árabe, ele também passa por preconceito.[...] deixei o Salamuni respondendo, ficou na espera judicial comigo e acabou que nós fomos negados. (MESTRE POP, 11/04/2017)

Tratou ainda, do episódio em que foi vítima de preconceito dentro da Câmara Municipal de Curitiba, por parte do colega, o Vereador Zé Maria, episódio de grande repercussão, no ano de 2015, período que os debates sobre o Feriado do 20 de Novembro e temas relativos ao preconceito e racismo na cidade haviam diminuído de intensidade. A situação foi descrita por Pop da seguinte maneira:

E agora depois, em 2015, a maior tristeza que eu passei aqui com relação ao Zé Maria, eu juro para você, é inacreditável. Dizer um homem do meu tamanho, sou lutador, eu não preciso bater muito em uma pessoa, se tiver que agredir uma pessoa ou se tiver que bater e botar para dormir até sem a pessoa sentir muita dor, mas aquele dia eu não senti ódio daquele cara, uma revolta maior que eu senti foi da minha procedência, a minha origem. Ele não sabe da minha origem, a maneira como ele já vem dando umas beliscadinhas em cima de mim, uma chacotazinha bem leve, e ele me botar ao ridículo na frente de todo mundo e tentar menosprezar e outra, nenhum vereador riu com ele, só ele deu risada. O que ficou na minha mente foi ele batendo na pedra, dando risada e todo mundo olhando e imediatamente eu saio dali, vou para minha bancada pegar minhas coisas para ir ao gabinete. Quando eu vou à minha bancada, ele sai, vai lá em cima como orador e começa a falar do preconceito, aí eu não aguentei. O cara acabou de me falar, dentro da sala defendendo deficiente, é a hora que eu falo, acho que chamei ele de hipócrita e saí já com água no olho, todo mundo querendo me conter porque eles acharam que eu ia para cima dele. Eu tenho 48 anos e não tenho entrada em delegacia, eu não sou um cara violento, eu sou um lutador, não sou brigador. É diferente. Mas ali para mim foi a maior tristeza, o Ministério Público ofereceu denúncia ao promotor e agora o meu advogado vai dar uma olhada, a gente vai continuar. Aqui na Câmara foi arquivada, o Paulo Rink viajou e ele fazia parte da comissão acho que Direitos Humanos e o Giovani ficou em casa para arquivar e não prejudicava o Zé Maria. E a vereadora evangélica representante de deus, Carla Pimentel, já tinha em suas mãos, do meu partido, um parecer para arquivamento, sendo que antes quando era o pastor Valdomiro que foi embora, ela me orientava a me preparar porque o pastor queria arquivar. Ela que me orientava e ela que fez o arquivamento. (MESTRE POP, 11/04/2017)

Neste momento, a fala do Vereador se torna mais pungente, na medida em que demonstrava um ar de tristeza rememorando a situação narrando os eventos como se fossem presentes. Por outro lado, apontou a dificuldade de um homem em contexto que lhe é desfavorável, na medida em que o grupo político parece ter usado de estratégias para defender o Vereador Zé Maria de uma denúncia de

racismo, que acabou por ser abafada no corredores da Câmara. Desabafou ainda, sobre a situação afirmando que:

E assim, durante a campanha política ainda eu acredito muitos racistas da sociedade ainda, pelo fato de ter tomado uma proporção gigantesca, passou no Rio Grande do Sul e tudo, eu acho que eles esperavam que eu fosse fazer a minha campanha em cima disso. Mas minha raça não merece isso, eu honro de onde eu venho, eu não toquei no assunto, não conversei com as pessoas de nada disso, não soltei um folheto falando: “eu vou estar lá dentro, lutando contra o racismo. Não fiz nada disso. (MESTRE POP, 11/04/2017)

O quadro acima, demonstrou que, embora o Vereador Pop pareça um sujeito emotivo, é um homem muito cerebral e aponta a dificuldade de lidar com o tema do racismo, onde o silêncio parece ser a melhor estratégia.

Outro tema trabalhado com o Vereador, foi se havia um trânsito entre ele e o Movimento Negro e como era a sua relação com os representantes deste, isto é, se ele era procurado por eles para a proposição de pautas, etc. No que, Pop se posicionou da seguinte maneira:

Não, não me procuram. No começo apareceu um ou dois, mas não procuram. Eu conheço eles porque os próprios movimentos não se integram, uns no gostam do Saul que era presidente do COMPER, uns não gostam do Denis, outros não gostam do Candeeiro, uns não gostam da Vera Paixão – eu vou começar um trabalho com ela dentro da favela. Então eles não gostam disso, não gostam daquilo e brigam entre si, alguns declaram e colocam a sua ideologia bacana, antes uns misturavam muito com partido, mas não sei hoje. Tanto que eu deixei para conversar com todos em uma mesa, eu falei: “aqui não tem sigla partidária, aqui Mestre Pop não é PSC. Aqui é Mestre Pop irmão de cor, afrodescendente, tal, tal” e tive um papo, depois desse papo me reuni uma segunda vez, depois nunca mais me procuraram. Durante a questão do 20 de novembro eu participei com eles em algumas reuniões, é assim: eu não defendo movimento, eu defendo a causa, o movimento não. (MESTRE POP, 11/04/2017)

O que o Vereador Pop apontou, não é algo novo, já que na fala dos demais entrevistados a dificuldade de diálogo e a cisão entre os representantes do Movimento Negro é uma constante que gera uma dificuldade em se criar pautas e mesmo se envolver em discussões mais profundas sobre as demandas do grupo, mesmo quando existe de um representante eleito, com a possibilidade de ressoar as pautas do grupo. Sobre as disputas percebidas por ele, Pop prossegue:

Tem uma disputa, a tribo continua disputando até hoje, é o irmão querendo ferrar com o outro. E tem pessoas com a cabeça bacana, igual o Candeeiro, me procurou agora com o negócio da Federação, minha esposa vai vir votar

aberto para ele. Aí a Vera Paixão me procurou do (*kanaombo*) o pessoal do (ACNAP), fazer aqueles eventos Garota dos Palmares, vamos tentar resgatar isso. Mas eu estou fazendo com a Vera, e estou fazendo pelo negro, não estou fazendo pelo ACNAP nem pela *kanaombo*. Com Candeeiro nós vamos fazer pelo negro, nada pelo Candeeiro, pelo Humaitá e nem nada por Guerreiros dos Palmares que é meu grupo, isso eu deixo bem claro. E lá no pessoal da escola de samba que eu estarei apoiando, dentro do Sítio Cercado, eu estou fazendo porque vai abrir portas para a oficina de música com crianças. Esses papos partidários eu digo para você, eu não gosto de partido. (MESTRE POP, 11/04/2017)

Na fala do Vereador é possível perceber como ele trata o problema, ou seja, como uma questão que traz algo em si, que não foi resolvido anteriormente, no sentido que estas discussões acabam por refletir os embates tribais que ocorreram em momentos anteriores à chegada das populações negras cativas ao Brasil, elemento esse que precisa ser superado. Deste modo, uma maneira de se evitar ou tentativa de se superar esta cisão é ligar as atividades por ele apoiadas aos nomes dos grupos e tentar valorizar a ação em relação a população negra, contudo, parece importante anotar que esta atitude mesmo válida acaba por se configurar de forma contraditória. Contraditória por que os eventos, festas e ocasiões comemorativas, são um momento de afirmação, mesmo de ligação dos Movimentos Sociais com os grupos aos quais eles representam, mesmo que esta integração e identificação se dê de uma forma conflituosa.

Finalizando a entrevista o Vereador falou do orgulho que sente ao representar a população da cidade e dos trabalhos e atividades que realiza como os Campeonatos de Capoeira, a pouca visibilidade e a falta de interesse da imprensa em divulgar estes eventos, mesmo quando procurada por ele.

4.1.8 Elcio José Pereira²⁵⁷

Elcio José Pereira, natural de Curitiba, nasceu em 15/01/1964,²⁵⁸ a família é oriunda de Florianópolis, reside na cidade desde a década de 40.

Seu pai Pedro Adão Pereira²⁵⁹, também foi funcionário da Câmara Municipal de Curitiba. Foi atleta profissional do Colorado Sport Clube. Elcio trabalha na

²⁵⁷ Entrevista realizada dia 16 de março de 2018.

²⁵⁸ Elcio José Pereira. Uol Notícias. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/politicos-brasil/2008/vereador/15011964-elcio-pereira.jhtm>> Acesso em: 03/05/2018

²⁵⁹ Plenário aprova classificação indicativa para diversões: Vulto Emérito. **CMC**. Disponível em: <http://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=29643#&panel1-1> Acesso em: 03/05/2018

Câmara há 34 anos. Iniciou como assessor parlamentar. Em 1988, prestou concurso, para técnico legislativo e foi aprovado. Foi assessor de gabinete da Secretaria de Governo do município em 1999²⁶⁰. Em 2008 disputou o cargo de Vereador em Curitiba, ficando na vaga de suplente. Com a perda do mandato do então Vereador Tico Kuzma, por infidelidade partidária, em 09 de agosto de 2008²⁶¹ Élcio assume como suplente em 13 de agosto de 2008, tornando-se o 2º vereador negro de Curitiba²⁶². Atualmente, Élcio exerce o cargo de Diretor do Departamento de Processo Legislativo da Câmara Municipal de Curitiba. Na data de 13 de junho de 2018, por iniciativa do Vereador Professor Euler (PSD), lhe foi concedido o título de Vulto Emérito²⁶³.

Tomando como mote a experiência de estar em um espaço de poder, como é o caso da CMC, foi perguntado a Élcio, como é ser um homem negro neste lugar e se existia alguma implicação neste e mesmo qual a sua experiência em relação ao tema tomando como exemplo o Vereador Mestre Pop, o entrevistado respondeu:

Essa dimensão está em todos os momentos, em todos os espaços. Eu sempre tive essa leitura no sentido de que, por exemplo, por conta da minha forma de atuar e isso é uma coisa que vem de família – meu pai também era servidor público e alguns tios meus foram servidores públicos, não só aqui, mas também em outros espaços da federação – então a gente procura ao conhecer, saber o que é o serviço público ter respeito pelas pessoas. E a gente sempre tem então essa sensibilidade de atender bem a população. E por conta disso, eu acho que isso acabou fazendo com que várias pessoas me viam uma possibilidade de ser um representante. Eu não tinha essa intensão mesmo, mas eu sempre tive convites de partidos. E nisso eu conseguia me situar porque alguns partidos que me convidavam eu chegava nas pessoas e: “veja bem, eu sou negro, eu sou pobre; o partido

²⁶⁰ Plenário aprova classificação indicativa para diversões: Vulto Emérito. **CMC**. Disponível em: <http://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=29643#&panel1-1> Acesso em: 03/05/2018

²⁶¹ Levantamento das Legislaturas e Vereadores (1947-2020). **CMC**. Disponível em: <https://www.cmc.pr.gov.br/down/NOSSA_MEMORIA/vereadores_de_curitiba.pdf> Acesso em: 03/05/2018

²⁶² Aqui é importante ressaltar, que embora, o site de Notícias do Legislativo da CMC, aponte Élcio como o 2º Vereador negro da Casa, a confirmação desta informação teria de ser averiguada mais a fundo, já que em uma pequena pesquisa, realizada no site da mesma, não foi possível confirmar esta informação. Contudo, é importante salientar que outros Vereadores, que podem ser considerados negros, já passaram pela CMC, como o ex-Vereador José Aparecido Alves (Jotapê), que cumpriu os mandatos entre os anos de 1988, 1992 e 1996 e 2000 e, o também ex-Vereador Edson do Parolin (Edson Pereira Rodrigues), que assumiu o cargo de Suplente após a renúncia do Vereador Paulo Frote em 20/06/2012 e, em 18/04/2016, após a renúncia do Pastor Valdemir Soares (PRB). **Fonte 1:** Edson do Parolin. Nossa Memória: História de Curitiba e da Câmara Municipal - Lista dos ex-vereadores de Curitiba, desde 1947 Disponível em: <https://www.cmc.pr.gov.br/galeria_ver.php> visto em: 14/02/2018. **Fonte 2:** Edson do Parolin toma posse na Câmara no lugar de Pastor Valdemir. Portal G1. Disponível em: <https://www.cmc.pr.gov.br/galeria_ver.php> Acesso em: 14/02/2018. **Fonte 3:** Jotapê. Eleições 2008. Disponível em: <<https://www.eleicoesepolitica.net/vereador2008/PR/75353/45681>> Acesso em: 14/02/2018.

²⁶³ Plenário aprova classificação indicativa para diversões: Vulto Emérito. **CMC**. Disponível em: <http://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=29643#&panel1-1> Acesso em: 03/05/2018

que vocês convidam para me filiar, não representa nada disso. Inclusive é um contraposto, então não há possibilidade nenhuma de filiação”. Então eu fui fazendo essa leitura, acabou acontecendo aquilo que falei que era o PPS até por conta de ser uma fusão lá do PCB, que era um partido que eu tinha pela história do enfrentamento do PCB, do PCB mesmo, que eu acabei me filiando no PPS. Nessa leitura e acabei participando ali. Mas essa dimensão, principalmente de uma cidade como Curitiba, que a gente percebe que os espaços para os negros não estão sendo ocupados. Não tem uma possibilidade de acesso a não ser por algumas questões que se dão individualmente, não por um reconhecimento da sociedade que precisa incluir todos os participantes; e não digo só de nossa etnia, mas que todos tivessem condições iguais de ascensão, de participação, de estar nos espaços de poder, a gente percebe que não. Isso se coloca, como num país se coloca uma dificuldade, mas aqui também. A gente sente isso. Não digo que isso venha me trazer dificuldades na questão da desenvoltura da atividade funcional ou mesmo diretoria, não. Não vejo no sentido de que, a gente foi buscar qualificação e preparação para poder estar onde está. Então nesse sentido não sinto nenhuma dificuldade. Mas a gente percebe assim pela composição, inclusive, do nosso parlamento, na composição dos servidores, pelo número de pessoas negras que estão aqui. Em diretoria eu não sei que eu me lembre – eu estou já um bom tempo aqui – sou a segunda pessoa negra que chegou a um cargo; segunda, terceira porque eu me lembro de mais uma, que me veio na mente, que chegou a um cargo de diretoria. Para uma casa que tem 300 e tantos anos. (ELCIO PEREIRA, 16/03/2018).

Perguntado, se estando em um lugar de poder como a CMC e, sendo um homem negro, nunca teria passado por alguma situação constrangedora como as narradas pelo Vereador Mestre Pop, Élcio respondeu:

Não tenha dúvida! Aqui na casa não. Por isso que eu digo que aqui especificamente não. Eu estive na Itaipu Binacional. Eu estive lá na diretoria, não como diretor, mas como assessoria do diretor administrativo da Itaipu Binacional, isso no ano de 2003 no governo Lula, e lá eu presenciei comigo essa questão. Eu estava subindo o elevador e uma pessoa perguntou se eu era o motorista; e eu prontamente respondi que nós estamos vivendo outro momento nesse país que as pessoas precisam ser reconhecidas não pela cor, mas pela sua capacidade que elas têm. Eu não sou, e não tenho nada contra os motoristas, mas não sou motorista. Não respondi o que eu era também, só falei que não era motorista. Então infelizmente não há como dizer; pode ser que haja pessoas da nossa etnia que não sofreram isso, mas eu acho que são muito poucas. Uma ou outra experiência na vida, nós vamos passar nesse sentido. (ELCIO PEREIRA, 16/03/2018).

Inquirido sobre a sua participação na vida política, e perguntado se em algum momento atuou com militância do Movimento Negro, explicou:

No próprio partido nós organizamos o movimento negro no partido. Nós tínhamos um grupo de pessoas que participava e toda semana nós tínhamos reunião. E também depois da minha mudança – eu digo assim que eu não mudei de partido, eu voltei às origens; hoje eu sou filiado ao PCB, PCdoB – também tinha o movimento negro. Não tinha aquelas reuniões fixas, mas a gente sentava para discutir algumas questões, inclusive com o – esqueci o nome dele agora; você conhece ele, com

cabelo – o Denilton do PCdoB. Então naquele momento nós estávamos numa discussão partidária e tal, e eles vieram, nós tínhamos até a questão da minha candidatura depois que eu já tinha sido vereador, senão me engano, pelo movimento negro do partido, mas eu acabei não levando essa questão para frente. Mas já participamos já sim. Nós já organizamos isso no Partido Popular Socialista. (ELCIO PEREIRA, 16/03/2018).

Em relação ao tema do Movimento Negro, foi indagado sobre a participação dos membros do movimento na casa e, sobre suas idas e vindas. Tendo em vista o fato deste trabalhar 30 anos, na CMC, também lhe foi pedido que falasse sobre as articulações do movimento dentro espaço legislativo, este asseverou:

Bom, como parte da população que eles fazem também pontualmente quando os temas são identificados com a causa, eles se fazem presente. O pessoal do Denis, o pessoal do próprio Saul, que tem essa questão. Então eles vêm no parlamento buscar a participação da tribuna livre para fazer alguns questionamentos, para trazer algumas informações. Não é diferente do restante da sociedade, como segmentos organizados participam pontualmente naquelas questões que são pertinentes ao seu segmentos e que dizem respeito àquilo que é do segmento. (ELCIO PEREIRA, 16/03/2018).

Aproveitando o ensejo, foi lhe perguntado sobre o COMPER e seus membros, como o Advogado André e o Candieiro, resumiu a questão deste modo:

O Candieiro tem assim uma participação um pouco mais presente, até porque ele conhece muito bem boa parte dos vereadores e ele está sempre muito envolvido com o executivo aqui do município, e agora inclusive, se não me engano, ele tem uma representatividade, não sei se você sabe? Ele tem uma representatividade a nível nacional agora. Ele esteve aqui na semana passada nos deixando isso. Então ele tem vindo. Inclusive nos trouxe um livro que ele me doou sobre as poesias que ele fez sobre a participação do negro na história do Paraná e de Curitiba. Ele é um dos mais presentes, sempre tem vindo. (ELCIO PEREIRA, 16/03/2018).

O entrevistado, apontou uma carreira longa e reconhecida na casa, em que teve condições de acompanhar as mais diversas situações e transformações dentro do espaço legislativo. Deste modo, pareceu oportuno lhe perguntar qual seu ponto de vista em relação ao processo da construção do Vinte na casa, principalmente dos eventos que ocorreram em 2012, este apontou:

Vamos fragmentar. Tiveram dois momentos bem intensos na câmara em 2012 e agora, pela questão dos projetos que vieram do executivo para análise, foi um momento muito tenso para os servidores, para os servidores da casa, para os servidores do município e, para os vereadores, e acredito

que para parte do executivo. Sabe, teve os enfrentamentos. Foram enfrentamentos lastimáveis pelo ocorrido, mas infelizmente em alguns momentos isso também faz parte dos enfrentamentos que a democracia acaba perpassando. Em 2012 foi a questão do presidente anterior, presidente anterior não, o presidente (Derosso) que ficou mais tempo na presidência da casa por 15 anos; pelas denúncias que ocorreram a nível de Ministério Público, a própria mídia trazendo e expondo isso a toda população, então uns momentos de tensão também. (ELCIO PEREIRA, 16/03/2018).

Solicitado que falasse mais diretamente sobre os eventos relativos ao 20 de Novembro, a participação do Movimento Negro e da ACP, na Câmara, este declarou:

Como eu te falei, havia lá, por conta daquelas questões que haviam ocorrido na casa na mudança de presidente e tudo mais, buscar uma agenda positiva, isso na fala do presidente do momento. Então naquele momento havia, naquela semana, a necessidade de constituir uma ordem do dia e pela análise nossa dos projetos que estavam aqui e até pela, não pela identidade por conta da simples identidade, mas porque fazer a leitura de que era preciso ter um projeto dessa dimensão por conta de todos os debates que vinham ocorrendo com a condição negra em Curitiba. Então a gente leva o projeto para que o vereador analise se vai colocar na pauta ou não, o presidente acha que é positivo. A recepção pelos vereadores foi muito tranquila e o que há aí é sempre o contraponto que vem das identidades organizadas, naquele caso a Associação Comercial do Paraná, no sentido que não seria favorável para a economia à aprovação desse projeto. Inclusive, uma coisa até que inusitada porque nós consideramos o espaço de participação nas comissões. Quando o projeto vem a plenário, você tem ali a prerrogativa de só os vereadores debaterem. Não se dá a palavra a ninguém falar do projeto. Mas naquele momento o vereador Paulo Salamuni já estava na presidência. Um vereador que tem na sua essência sempre a democracia, ele abriu a palavra para que a Associação Comercial do Paraná pudesse fazer a fala. E aí nesse sentido foi muito contrária à receptividade dos vereadores. Porque ela foi contra ao que eles já tinham aprovado em primeiro turno e no segundo turno eles vieram fazer a fala e os vereadores mantiveram sua posição mantendo a aprovação. (ELCIO PEREIRA, 16/03/2018).

Ainda sobre a sessão em que houve a participação da ACP e do Movimento Negro, foi salientado o fato de nos registros de áudio e nas notas taquigráficas, quando chega à fala do Clementino, que faz a defesa do projeto do feriado, ela não aparece porque foi feita uma suspensão na sessão naquele momento. Com a Associação Comercial deu-se o mesmo. Foi feita a exposição dos vereadores e houve o momento da suspensão, permanecendo um hiato do que foi falado. Fato que fez com que as falas destes ficassem subtendidas, nos argumentos dos Vereadores Paulo Salamuni, Pedro Paulo e outros. Ocorreu algo que não se consegue recuperar pois até a oposição, na figura da Vereadora Julieta Reis declarou: “nós apoiamos, a oposição apoia inteiramente o projeto. Nós votamos em

pé, já acordamos e estamos votando aqui e votamos junto com vocês”. Isto é, olhando o contexto geral, ficou a questão o que a Associação Comercial falou que agravou tanto assim essa situação que a oposição fica ao lado da proposta da implantação do feriado de 20 de Novembro. Élcio, resumiu a questão:

Pois é, para te dizer eu também precisaria agora ler. Eu lembro que não foi algo favorável porque foi como se houvesse uma afronta – palavras não lembro -, autonomia dos vereadores porque isso você pega na própria fala do Paulo Salamuni que ele falou: “nós não admitimos que ninguém venha dizer para nós o que devemos fazer”. (ELCIO PEREIRA, 16/03/2018).

E continua:

Pois é rapaz, lá em cima tem gravação. Agora não sei por que está interrompida essa fala. É estranho isso. Alguém pediu para tirar, porque não tem porque não estar ali. Tem gravação lá, porque uma parte está e outra não está. Estranho isso. Não sabia disso. (ELCIO PEREIRA, 16/03/2018).

Neste sentido, o entrevistado foi explorado, reforçando a questão anterior e a necessidade de resgatar as lembranças do evento, este reforçou:

Eu não me lembro das palavras, mas foi uma grande afronta ao Parlamento. Isso ficou muito caracterizado e os vereadores até da oposição se uniu nesse sentido porque ninguém admite que o Parlamento, ou seja, a cidadania aqui representada seja afrontada por qualquer segmento. (ELCIO PEREIRA, 16/03/2018).

Sobre a presença da ACP, na Câmara, Élcio resumiu:

Quando tem pauta pertinente, sim. Eles sempre estão. Fecomércio, Associação Comercial, Sinduscon. Tem pauta pertinente a eles, por exemplo, tributos agora. Nesse pacote que veio do prefeito havia a questão de alteração de ISS, ITBI. Eles se organizaram e o prefeito retirou o projeto. Foi retirado de pauta. (ELCIO PEREIRA, 16/03/2018).

Sobre a força da ACP na CMC, foi indagado ao entrevistado que tipo de pressão eles realizam sobre o vereador para poder fazer com que ele retire um projeto e, se poderia dar um exemplo, o que ele explicou assim:

Vou te dizer o seguinte: uma questão que funciona muito e infelizmente – acabei de falar nisso com alguns alunos da Uninter – a pressão popular, seja ela de onde vier, funciona da mesma forma. Seja de segmento organizado, seja da população como um todo, ela funciona da mesma forma para os vereadores. Ela causa certa instabilidade na posição, na tomada de posição, a favor ou contra. Isso é notório. Agora, é claro que um segmento

como o que trabalha a questão de construção civil que é a Sinduscon; Associação Comercial do Paraná, empresariado; então, nós compreendemos uma organização da nossa sociedade e sabemos a que nível isso pode interferir pela forma como o sistema eleitoral é organizado. A dimensão e importância que se dá ao fator econômico nas eleições. (ELCIO PEREIRA, 16/03/2018).

Sobre o impacto da contestação judicial do feriado, se limitou a apontar que:

Houve porque, veja bem, essas duas fizeram uma pesquisa na questão da ação direta de inconstitucionalidade não é corriqueira, são poucos os casos que segmentos da sociedade entraram com ações de inconstitucionalidade. Então essa foi uma que causou um certo espanto. (ELCIO PEREIRA, 16/03/2018).

Para Elcio a ação de inconstitucionalidade, no sentido dela ter ou não um efeito maior do que simplesmente suspender o feriado aqui em Curitiba, afirmou:

Ela teve um efeito maior para nós que somos da etnia negra. Como eu te falei não é corriqueiro segmentos entrarem com um procedimento desses. Então não sejamos hipócritas, é óbvio que nos causa um determinado espanto. (ELCIO PEREIRA, 16/03/2018).

Ainda, sobre a Associação Comercial, foi afirmado por parte do Movimento Negro, que a sua objeção ao feriado teve como um de seus elementos o racismo. Foi lhe perguntado se em algum momento a instituição se posicionou de forma racista ou teve alguma ação caracterizada enquanto tal, Elcio foi enfático:

Não. Não consigo até porque aquela fala, que foi feita pelo representante, a gente não tem aqui. Na questão do que nós conversamos aqui, inclusive na questão da fala que se fez com que os vereadores mantivessem o seu voto, ali não teve questão da fala racista, nesse viés. O que a gente percebe é que a questão econômica foi preponderante. Agora se há por trás disso algo nesse sentido é difícil à gente fazer a leitura. (ELCIO PEREIRA, 16/03/2018).

Perguntado como se deu a votação do Dia da Consciência Negra, na Câmara, ele explicou:

Veja, ele foi votado em 2012, no final de 2012 e o veto só vem em 2013, já quando o vereador Salamuni já é presidente. O Paulo Salamuni faz a fala como vereador sem presidência ainda em 2012. Quando em 2013 vem o veto, ele já é presidente e ele que sanciona a lei. (ELCIO PEREIRA, 16/03/2018).

Aqui surge uma nova informação, a de que o feriado teria sido vetado, no que é solicitado que o entrevistado, explique melhor:

Foi vetado pelo (Veras Cooper), não foi sancionado pelo prefeito. Nem o anterior nem o que assumiu, e aí veio para a Câmara promulgar e quem promulgou foi o vereador Paulo Salamuni. O silêncio do prefeito faz com o presidente da Câmara sancione em 48 horas. (ELCIO PEREIRA, 16/03/2018).

Foi exposto ao entrevistado o fato de que à princípio o Prefeito Ducci havia acordado e a aprovação da data, e posteriormente teria voltado atrás com a questão, ele apenas, respondeu:

Veja bem, é aquilo que eu sempre falo: “difícil, vai saber o que passa na cabeça de uma pessoa que não tem tantos interesses enquanto os políticos têm porque eles representam os interesses. Já fica difícil dizer, imagine uma pessoa que perdeu a eleição e tudo o mais que passa”. Ele perdeu a eleição. (ELCIO PEREIRA, 16/03/2018).

Ainda, sobre a sanção do feriado na gestão Fruet, na opinião do entrevistado ele não aprovou porque houve alguma pressão:

Pois é, eu não sei de lá. Eu não me lembro de ninguém ter falado nada. Eu até achei que ele ia. Depois só chegou a informação de ele não ia fazer: “oh, o prefeito não vai sancionar. Vai deixar para o Paulo Sancionar”. Os dois eram, o Paulo inclusive era presidente, e os dois faziam parte não do mesmo partido, mas da coligação ao qual elegeu o Fruet. Então ficou meio combinado, eu não vou, deve ter sofrido pressão e eu vou. E aí mandou, o silêncio dele faz com que a promulgação não venha por aqui. Não precisa nem se manifestar. (ELCIO PEREIRA, 16/03/2018).

Ainda sobre as pressões sofridas pela Câmara:

Aqui teve a pressão também. Só que não surtiu o efeito desejado na fala. Mas é óbvio que tem. São instituições que tem relação institucional e eles estão nos parlamentos representando os seus interesses. (ELCIO PEREIRA, 16/03/2018).

Retornando ao tema do contexto da Câmara à época da votação do feriado e sua relação com os fatos que estavam ocorrendo no momento, Elcio declara:

Olha, eu acho que pode ter. Pode ter porque a instabilidade dá certa insegurança. Quando você vive um momento estável você fica seguro de si inclusive para tomar decisões. Então eu creio que a instabilidade sempre

gera certa insegurança para um lado ou para o outro. Acaba criando algumas possibilidades, alguns espaços para ocupar. (ELCIO PEREIRA, 16/03/2018).

4.2 MOVIMENTOS, DEBATES E INTERAÇÕES EM TORNO DO FERIADO

Em 07 de março de 2017 os Deputados Márcio Nunes²⁶⁴ e Luiz Claudio Romanelli²⁶⁵ propõem projeto de lei 75/2017²⁶⁶, que altera a redação do artigo 1º da Lei nº 15.674 de 13 de novembro de 2007, com a finalidade de readequação da data comemorativa para o Feriado Estadual da Consciência Negra, data de Zumbi dos Palmares, dia 20 de novembro²⁶⁷. Em 08 de março de 2017 dão entrada do processo na Diretoria de Assistência ao Plenário (DAP) e em 9 de março o projeto é encaminhado à Diretoria Legislativa, onde tramita até a data de 15 de março, com base nos projetos que necessitam de apoio²⁶⁸.

²⁶⁴ Natural de Campo Mourão, Marcio Fernando Nunes é engenheiro agrônomo e produtor rural. Foi vice-prefeito e secretário municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Campo Mourão, na gestão 1996/2000. Também foi chefe regional da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento na região Noroeste e diretor administrativo e financeiro do Emater/PR. Em janeiro de 2011, Márcio Nunes assumiu a presidência do Instituto das Águas do Paraná. Fonte: Deputados. **Portal da Alep**. Disponível: <<http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/1037-marcio-nunes>> Acesso em: 21/09/2018

²⁶⁵ Luiz Claudio Romanelli, nascido em Londrina (PR) em 19 de janeiro de 1957, filho de Ricardo Romanelli e Irma Bellodi Romanelli. Um dos fundadores do PMDB do Paraná, Romanelli foi presidente do Diretório da 2ª Zona de Curitiba e secretário geral do partido no Estado. No governo de Roberto Requião foi secretário de material da Prefeitura de Curitiba. Foi vereador de Curitiba e secretário especial de Política Habitacional, no período de 1991 a 1994, quando implantou o programa de moradia popular do Paraná, "Casa da Família", responsável pela construção de 48 mil casas, (que devem ficar prontas até janeiro de 1995). Exerceu seu primeiro mandato de deputado estadual em 1994, quando foi eleito com 22.350 votos. Licenciado em 17 de dezembro de 2012 para assumir a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, reassumindo o cargo de deputado estadual em 19 de março de 2014. Fonte: Deputados. **Portal da Alep**. Disponível: <<http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/617-luiz-claudio-romanelli>> Acesso em: 21/09/2018

²⁶⁶ Ver Anexo 9 – Espelho Proposição Projeto de Lei 75/2017.

²⁶⁷ Projeto de Lei 75/2017. **Portal da Alep**. Disponível: <<http://portal.alep.pr.gov.br/index.php/pesquisa-legislativa/proposicao?idProposicao=68477>> Acesso em: 12/09/2017

²⁶⁸ Art. 127 Indicação é a proposição por meio da qual o Deputado ou Comissão sugere a adoção de medidas a serem tomadas pelos Poderes e instituições do Estado ou dos demais entes federados, objetivando: Assembleia Legislativa Regimento Interno 98 I - envio de sugestão; II - pedido de providências; III - realização de atos administrativos ou de gestão; IV - encaminhamento de projeto cuja iniciativa lhes seja atribuída com exclusividade e que não possam ser objetos de iniciativa da Assembleia. § 1º A Indicação também poderá ser dirigida a uma das Comissões Permanentes da Assembleia ou a qualquer entidade privada. § 2º A indicação, redigida de forma sintética, com observância dos termos da Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998, deve conter todos os elementos necessários à sua compreensão e, devidamente assinada pelo autor, deverá ser protocolada em Plenário. § 3º Após lida no expediente e sofrendo apoio a Indicação será remetida à Diretoria Legislativa para registro. § 4º Após registrada a Indicação será remetida à

Apoioamento, neste caso tem a ver com o reconhecimento por um qualquer número de deputados²⁶⁹. A proposta do Protocolo nº 737/2017 (autuado²⁷⁰ sob o nº 75/2017), dos deputados Márcio Nunes e Luiz Claudio Romanelli recebeu apoioamento em 15 de março de 2017, passando a tramitar na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), entre o período de 22 de maio à 22 de agosto de 2017. É justamente neste íterim, que vai da proposição da lei até o fim de sua discussão na CCJ, que se dará a negociação do 20 de Novembro na ALEP.

Segundo Saul, o projeto havia sido criado e preparado por ele e, apresentado ao Deputado Estadual Márcio Nunes, que simpatizou com a ideia, entretanto, para que este tivesse uma possibilidade maior de aprovação, estes teriam procurado e conseguido apoio do Deputado Estadual Luiz Cláudio Romanelli, que à época era o líder do Governo na ALEP e portanto, reunia as condições necessárias para levar a demanda à frente. A capacidade de Romanelli, consiste no fato de ter desempenhado papéis importantes em dois governos: o de Roberto Requião (2002-2010), onde foi nomeado líder do Governo na Assembleia²⁷¹ entre os anos de 2007-2010 e o de Beto Richa (2011-2018), onde desempenhou o cargo de Secretário do Trabalho, Emprego e Economia Solidária do Paraná²⁷² entre os anos de 2012–2014. Posteriormente assume o cargo de líder entre os anos de 2015-2016^{273 274}. Sendo assim, o Deputado reunia os capitais necessários e a habilidade

Diretoria de Assistência ao Plenário, para inclusão na Ordem do Dia de uma única Sessão Ordinária e, se não houver pedido de destaque, será considerada aprovada. § 5o Havendo pedido de destaque, a Indicação será submetida à discussão e votação únicas e, sendo rejeitada, será encaminhada à Diretoria Legislativa para arquivamento. § 6o Aprovada, a Indicação será subscrita pelo Presidente e encaminhada ao respectivo destinatário, mediante expediente subscrito pelo 1o Secretário." Artigo e parágrafos com redação dada pela Resolução no 17, de 15 de dezembro de 2011 (ALEP-2013)

Fonte: Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. **Portal da ALEP**. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/transparencia/wp-content/uploads/2012/10/regimentointerno_consolidado2.pdf> Acesso em: 21/10/2017

²⁶⁹Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. **Portal da ALEP**. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/transparencia/wp-content/uploads/2012/10/regimentointerno_consolidado2.pdf> Acesso em: 21/10/2017

²⁷⁰Aquele que sofre ou foi objeto de autuação. Autuação é o ato inicial pelo qual se começa um processo judicial ou administrativo. O "autuado" está inserido nos autos (processo). Ajuizada a ação, pelo despacho dado na petição inicial, o processo forma-se pela "autuação" dela, com os documentos que leva junto. Fonte: Autuado. **Teixeira Fortes Advogados Associados**. Disponível em: <<https://www.fortes.adv.br/pt-BR/termo/glossario/23/autuado.aspx>> Acesso em: 21/10/2017

²⁷¹Romanelli é o líder do governo na Assembleia Legislativa. Tribuna. Disponível em: <<https://www.tribunapr.com.br/noticias/politica/romanelli-e-o-lider-do-governo-na-assembleia-legislativa/>> Acesso em: 02/12/2018.

²⁷²Luiz Claudio Romanelli. Wikipédia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Luiz_Claudio_Romanelli> Acesso em: 02/12/2018.

²⁷³Romanelli assume liderança do governo na Assembleia. Gazeta do Povo. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/romanelli-assume-lideranca-do-governo-na-assembleia-ej3rh9z50qt1af9485i961gem/>> Acesso em: 02/12/2018.

política, para conduzir a questão. Contudo, Saul e outros membros do Movimento Negro, trabalharam em torno de outros Deputados, buscando encontros para tratar do tema e como visto anteriormente, procuraram cercar-se de todos os cuidados, conversando com os diversos segmentos do poder e representantes da sociedade, no intuito de produzir um contexto favorável à aprovação do projeto. Tendo inclusive debates acalorados, durante as negociações, com um representante da Fecomércio-Pr, e conciliatório com Deputados contrários à proposta.

4.3 REUNIÃO NA ACP

Após uma certa negociação com os representantes do Movimento Negro, Saul Dorval da Silva (Instituto Brasil África- IBAF) e Denilton Laurindo (UNEGRO), fui convidado a participar de uma reunião, realizada na Sede da Associação Comercial do Paraná no dia 18 de Abril de 2017. Nessa reunião estavam presentes: os representantes do Movimento Negro, um representante do Movimento oriundo da Igreja Presbiteriana Carlos Renê dos Santos Viera (Secretário do IBAF), o Procurador de Justiça e Representante do Ministério Público Olympio Sá de Sotto Maior Neto; o Vice-presidente da ACP, Odone Martins Fortes; o Assessor de Comunicação da ACP Pedro Chagas Neto, bem como, uma representante do Legislativo Rhayane Radomski, assessora do deputado Estadual Márcio Nunes (PSD) que apresentou o projeto de lei, junto com Luiz Cláudio Romanelli (PSB).

Neste dia, como combinado com os informantes, nos encontramos próximo das 11 horas em frente à porta da ACP, onde procurei me informar a respeito da conduta a ser tomada no local da reunião e, como deveria me apresentar frente ao grupo, uma vez, que não tinha intenção de colocar explicitamente meu papel de pesquisador frente ao evento, a fim de evitar algum tipo de intervenção direta na ação dos sujeitos. Contudo, fui tranquilizado e informado de que a reunião era algo “corriqueiro” e que me tranquilizasse, embora, frente a situação sentisse certa insegurança.

²⁷⁴Romanelli vira secretário. Lupion será líder do governo Beto Richa. Gazeta do Povo. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/blogs/caixa-zero/romanelli-vira-secretario-lupion-sera-lider-do-governo-beto-richa/>> Acesso em: 02/12/2018.

Uma vez no local da reunião fomos informados que o Presidente da ACP não poderia estar presente por motivos de saúde e, que em seu lugar estaria o Vice-Presidente Odone Fortes Martins. Fui apresentado ao representante da Igreja Presbiteriana Carlos Renê dos Santos Viera (Secretário do IBAF), e logo em seguida conduzido ao local da reunião pelo representante da ACP que cumprimentou de forma cordial todos os presentes. No local da reunião os participantes foram identificados e apresentados, seguindo-se uma entrega recíproca de cartões de apresentação, sentando-se o Sr. Odone à ponta da mesa, e o Sr. Pedro Chagas Neto na parte oposta um pouco atrás dos presentes, tendo assim uma visão completa de todos e, de onde proferiu suas falas, muitas vezes, no sentido de complementar as do vice-presidente da instituição.

Seguida as formalidades os presentes iniciaram suas falas, no que o Sr, Odone começou de modo informal, tratando de certas amenidades, falando da situação econômica do Brasil e do caso Odebrecht e, de como isto pesava sobre o empresariado brasileiro, bem como, o fato de isto passar uma imagem ruim para este grupo. Olympio, bem como, os representantes do Movimento Negro, Denilton e Saul chamam a atenção para a pauta da reunião. Odone começou a tratar do tema apontando para o fato de que a ACP, em relação ao 20 de Novembro, buscava opor-se ao excesso de feriado que não era bom por conta do momento econômico que o país estava passando. Posteriormente apontou que a questão do negro na sociedade brasileira era pauta que pessoalmente lhe sensibilizava por ser um tema sério, mas, que contudo a ACP é uma instituição democrática formada por vários membros e instâncias e que não poderia decidir por conta própria, no que Pedro acudiu apontando que esta não era uma decisão monocrática.

Neste momento, Saul apontou os problemas relacionados a tal posição, no que Olympio apontou que a ACP ficou com fama de racista por conta da ação tomada pela Instituição, em razão do ingresso na justiça contra o feriado, neste sentido Odone reforçou a posição da instituição em relação aos apontamentos levantados, ressaltando o prejuízo econômico causado pelo mesmo, além do fato de os patrões terem de pagar pelo dia de folga do funcionário sem poder usufruir economicamente deste. Tendo este ponto como base Denilton, inferiu com as informações da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), que apontavam para um ganho inesperado, uma vez, que estes previam assim como a ACP, um grande prejuízo causado ao comércio por conta do feriado, fato que acabou

por não se consolidar, uma vez, que a efeméride acabava por movimentar outros setores econômicos que compensavam as perdas acumuladas com a data.

Deste modo, tanto Pedro, quanto Odone demonstraram interesse no conhecimento dos dados, contudo reiterando tudo aquilo que já haviam colocado sobre a posição da ACP, sobre a importância desta na defesa dos valores democráticos, sobre o fato da instituição não poder aceitar determinadas demandas por parte do Poder Público, retomando os elementos que motivaram a ação jurídica, tais como a inconstitucionalidade da data.

Pediram e lhes foi apresentada por Saul e Denilton a nova proposta em relação ao feriado, que desta vez será apresentada em nível Estadual, pelo Deputado Estadual Márcio Nunes (PSD), na qual o feriado seria reservado apenas ao conjunto dos servidores públicos do Estado do Paraná, sem alterar a rotina do comércio, deste modo satisfazendo a demanda da ACP. Odone consultou o grupo que assegurou que não haveria nenhuma mudança ou interferência nos Municípios, no que Pedro, pareceu também demonstrar certa preocupação quanto à questão, ao mesmo tempo em que parecia tomar nota dos termos ao celular, no que Olympio e Saul procuraram tranquilizar os mesmos sobre o termos da nova proposta.

Feito estes apontamentos, Olympio, buscou salientar que havia a necessidade do feriado, dada as questões históricas que envolvem a população negra e apontou a relevância da ACP nesta questão. Procurou apontar a necessidade de afirmar a medida, no sentido de criar um precedente adotando o feriado primeiro no Judiciário e, posteriormente no Legislativo afastando a questão da inconstitucionalidade e a questão do vício de origem da lei, uma vez que esta estaria amparada e legitimada pela ação do judiciário. Dorval e Rhayane, apontaram para o fato da existência da lei que já estava em vigor e tornava o Dia da Consciência Negra como data comemorativa do Estado, justificando que a adoção desta como data comemorativa em vez de feriado, se deu por conta de um erro na redação causada por algum funcionário dentro da burocracia, que levou a adoção do termo “Data Comemorativa” no lugar do termo feriado frustrando a implementação da data, ainda no Governo Requião.

Assim, o que se faria seria apenas, uma modificação ou adendo, para oficializar a data, bem como, garantir que o feriado fosse destinado aos funcionários do Estado, deste modo, promovendo um momento de reflexão que só poderia ser realizado com a significação da data amarrada ao feriado, o que teria como efeito

ainda a injeção de recursos no comércio da cidade por conta do mesmo, trazendo vantagens para a ACP, que em adotando uma postura pró-feriado poderia capitalizar, tanto junto a sociedade melhorando a visão desta em relação a instituição, o que poderia se configurar em uma vantagem aos associados.

Houve ainda, algumas arguições sobre o tema, no qual os representantes do movimento negro propuseram aos representantes da ACP que promovessem algumas ações frente a comunidade negra, apontando para o fato desta compor um quarto da população da cidade, que os negros além de consumidores eram também pequenos comerciantes e empreendedores, que a ACP deveria aproveitar a data para criar programas para chegar-se a este grupo da população, através de parcerias, cursos e promoção de microcrédito tal como o “Banco da Mulher” criado alguns anos antes pela própria instituição.

Partindo deste princípio, os representantes da Instituição e, em particular Pedro Chagas, acudiram-se no fato de que no ano anterior já havia tratado com alguns representantes do movimento, inclusive com a doação de certa quantia para auxiliar em um projeto que estava sendo desenvolvido no Viaduto, o qual os representantes do Movimento Negro identificaram como o Centro Cultural Humaitá, ligado ao Candieiro. Fato este noticiado, na página da instituição em 05 de dezembro de 2016, reproduzida aqui na íntegra:

ACP e Centro Cultural Humaitá assinam termo de patrocínio - ACP²⁷⁵

A Associação Comercial do Paraná (ACP) e o Centro Cultural Humaitá, uma das instituições atuantes no movimento da consciência negra em Curitiba e Paraná, por meio dos presidentes Antônio Miguel Espolador Neto e Adegmar José da Silva (Candieiro), assinaram nessa segunda-feira (5) o termo de compromisso de patrocínio do projeto de revitalização do Viaduto Cultural Capanema, em Curitiba, visando a imediata colocação do portão e grades no referido local, que terá utilização permanente com atividades culturais até a instalação do Centro de Referência da Cultura Afro.

O centro será mantido pelo Centro Cultural Humaitá, e terá sua configuração arquitetônica definida em concurso para a seleção da melhor proposta, segundo parâmetros do Concurso Nacional de Projetos Arquitetônicos.

A ACP adquiriu quotas de patrocínio do citado projeto no valor de R\$ 4 mil, e segundo o ativista do movimento da consciência negra, Adegmar José da Silva, trata-se da abertura de um diálogo produtivo entre as partes interessadas no resgate da cultura afro, e sua importância para o desenvolvimento social e econômico de Curitiba e do Paraná.

²⁷⁵ ACP e Centro Cultural Humaitá assinam termo de patrocínio. Fonte: Associação Comercial do Paraná. Disponível em: <<https://acpr.com.br/noticias/acp-e-centro-cultural-humaita-assinam-termo-de-patrocinio/>> Acesso em: 07/04/2018.

O evento foi prestigiado por lideranças de entidades integradas por afrodescendentes e pela coordenadora do Conselho ACP Cultural, professora Bernadete Zagonel.

Saul se posicionou, destacando que Candieiro por si só não representava o Movimento Negro como um todo, mas, uma parte deste, rebatendo ao fato, sublinhando que Denilton da UNEGRO representava além desta, pelo menos oito instituições ligadas ao movimento e, que ele Saul representava o IBAF, assim como também se apresentava diante da instituição como membro do Conselho Municipal de Política Étnico Racial – COMPER, que estava ali para apontar propostas, apresentar o projeto de lei, *“não para pedir dinheiro e que se eles haviam feito alguma doação não era uma questão deles e, não estavam no local para tratar disto”* (SAUL). Esse comentário gerou algum desconforto, embora tudo transcorresse em clima de cordialidade. Saul salientaria mais tarde que Odone e os demais representantes da instituição agem sempre de “modo republicano”, isto é, com tato político, buscando ouvir as partes, ainda que não concorde com os pontos de vista. Sendo assim, Saul solicitou uma resposta mais efetiva de Odone, o qual disse que não poderia dar nenhuma posição, no que Saul buscou ainda tirar alguma posição do vice-presidente, o qual novamente apontou para o seu papel de gestor de uma instituição democrática e que deveria obedecer aos trâmites ordinários da mesma, não lhe cabia o papel de interferir nas opiniões dos demais membros, mas, que levaria a proposta a eles, seguindo-se um desvio na pauta para outros assuntos e logo em seguida o fim da reunião, onde estes se comprometeram a promover novos encontros para tratar sobre o tema.

Nesta ocasião fui formalmente apresentado a Odone por Saul, que explicou de modo sucinto o trabalho que eu estava realizando, no que Odone pareceu animado para expor o lado da ACP, me solicitando que telefonasse e marcasse um horário para uma conversa. Após tentativa de contato, não se efetivou o encontro com Odone.

Em seguida a reunião, os representantes do Ministério Público e do Movimento Negro permaneceram um pouco no *hall* de entrada da ACP, buscando dialogar e organizar os próximos passos em relação a meta do feriado, bem como a possibilidade de produzir algum evento junto da instituição. Em seguida, fui almoçar com os representantes do Movimento Negro, Saul e Denilton. Este último mostrava uma certa preocupação com a possibilidade dos membros da instituição intervirem

no processo, no que Saul afirmou que já havia feito contato com Pedro Chagas Neto e, que este havia agendado uma reunião, que o mesmo não via nenhum problema ou obstáculo para a aprovação do tema por parte da ACP, de tal forma que este item estava quase que garantido, ou seja, a ACP não iria intervir para frear a pauta. Em um segundo momento observou que no movimento de propor para que o judiciário adotasse o feriado antes da proposta ser adotada pelo Legislativo, era como uma tentativa deste de apropriar-se do tema para capitalizar, retirando assim o protagonismo e força dos integrantes do movimento, apontando que a iniciativa era popular e, portanto não pertencia a ele, ou seja, a proposta feita desta forma, retirava o protagonismo do Movimento Negro, no que a conversa seguiu em direção a outros temas.

Neste sentido, apontaram a importância do registro por parte da minha pesquisa sobre o tema, no que de certa maneira buscaram apontar direções por onde o meu trabalho poderia seguir e mesmo me incluir na causa do Movimento, produzindo algum material que pudesse dar sustentação à sua demanda.

Avaliando, percebe-se que a ACP e seus membros demonstraram uma posição bastante tranquila frente a discussão, entretanto, não pareciam disposto a mudá-la, no que a postura de braços e pernas cruzadas, apresentada pelo Senhor Odone ao início da negociação apontou para este sentido, somada a posição de recuo de Pedro Chagas Neto para uma posição mais ao fundo, acredito que no intuito de observar e controlar de fora a situação, ao longo do debate. Quando da proposição do tema e demonstração da nova proposta Odone e Pedro demonstraram uma postura mais relaxada frente aos representantes das demais entidades, sem contudo, tratar sobre a pecha de racismo institucional que lhes fora imputada.

Os representantes do Movimento Negro demonstraram uma atitude cordial, porém, firme perante os membros da ACP, contudo, parece-lhes ter faltado substância em suas proposições, no sentido, em que vieram munidos apenas dos termos para a proposta do feriado, ou seja, sem um plano de ação que contivesse dados, tabelas, números e estatísticas sobre a população negra em Curitiba e no Estado, que durante a reunião lhe foram solicitados, o que demonstrou uma falta de conhecimento do campo empresarial e de como ele atua, não levaram em conta o cálculo pragmático da instituição, o que de certa forma foi uma falha.

Contudo, é importante observar o grau de racionalidade dos membros do movimento, quanto a questão jurídica e política. Do ponto de vista econômico demonstraram conhecimentos importantes sobre a esfera econômica do feriado, mas, não a consubstanciaram de forma documental, enfraquecendo assim suas demandas.

Novamente a fragmentação se fez presente quando a ACP, apontou para o fato de que havia tratado com representantes do movimento e, que inclusive já os havia beneficiado com ajuda financeira, gerando uma certa tensão e indignação por parte dos representantes do movimento presentes, que reafirmaram sua posição em torno da questão do feriado e não do dinheiro, do que algumas situações podem ser inferidas:

1° - A tentativa da instituição de “economicizar” a questão, no sentido de reduzir a questão do feriado e das demandas do Movimento, a um tema econômico;

2° - Uma visão personalista dos membros do movimento, por parte da instituição que não os viu ou os não os reconheceu como representantes de um segmento da população;

3° - O caráter pragmático da Instituição sobre a questão do feriado, buscando pôr de lado as questões raciais que o tema ensejava, no sentido de não colocá-las em pauta durante o debate no qual o assunto foi suscitado por diversas vezes, apontando ainda, para a existência de sujeitos negros empreendedores, mesmo para a importância deste grupo da sociedade para o mercado de consumo e, que a ACP deveria olhar para esta fatia da população. A instituição não apontou nenhuma ação efetiva para inserção destes temas em sua agenda de discussões, afirmando apenas que, já havia aberto as portas para propostas do movimento, sem no entanto, indicar quando e, de que forma esta entrada estava sendo viabilizada, retornando deste modo, ao tema da verba disponibilizada ao movimento para obra no viaduto.

4.4 Reuniões do dia 06 de junho de 2017

Este dia foi um momento importante para os representantes do Movimento Negro de Curitiba, pois, envolveu uma agenda longa de reuniões e articulações

destes atores em torno da busca de apoio para a implementação do Feriado do 20 de Novembro, desta vez, em caráter Estadual.

Neste sentido reuniram-se pela manhã na Reitoria da UFPR com o Reitor, em seu Gabinete, onde apresentaram suas pautas em relação ao 20 de Novembro, como a criação de atividades ligadas ao Dia da Consciência Negra e ao enfrentamento do racismo no espaço acadêmico, bem como solicitaram que o setor Jurídico da instituição elaborasse um parecer respaldando a importância do feriado e a sua constitucionalidade, fato que do ponto de vista dos representantes do Movimento Negro, poderia gerar um importante impacto social devido à importância da UFPR para a sociedade paranaense.

Às 12h da manhã, os representantes do movimento participaram de uma reunião com a Desembargadora do TRT-Pr, Neusa Alves, na qual buscaram apoio em relação a outra demanda sobre o feriado, sob a qual pesavam questões trabalhistas decorrentes da adoção da data. Encargos trabalhistas que segundo a ACP e, posteriormente a Fecomércio-Pr, eram os motivos do prejuízo relativos à data, assim como a queixa de que ao votarem o feriado os deputados – anteriormente os vereadores – estariam extrapolando suas competências e, deste modo, agindo contra a Constituição. Sendo assim, buscaram o apoio da Desembargadora, para que construísse um parecer e trabalhasse junto ao Tribunal Regional do Trabalho, no sentido de demonstrar a legitimidade da data, entre outras questões.

Às 14h, os representantes do movimento acompanharam a sessão da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Paraná, onde a constitucionalidade da lei entraria em debate, com o objetivo de torná-la elegível para a votação.

Desta forma, a agenda de negociações e atividades do movimento é de vital importância para compreender, como se dão as ações do grupo e os enfrentamentos, uma vez que tão importante quanto conhecer as motivações dos indivíduos, é compreender e observar suas ações frente aos demais grupos.

4.4.1 Reunião na UFPR

A reunião foi planejada para às 10 horas da manhã. Quando cheguei por volta das 10h05, todos se encontravam na sala de espera do escritório do Reitor,

para dar início as atividades, lá estavam presentes Saul Dorval (Presidente do IBAF); Denis Denilton (Presidente da UNEGRO e da COMPER), André Luis Nunes da Silva (Representante da OAB-Pr); Alexandre Cezar (Chefe de Gabinete do Reitor); Messias (Representante do Movimento Social) e o Magnífico Ricardo Marcelo Fonseca (Reitor da UFPR) e outros presentes.

O primeiro a tomar a palavra foi Saul, que iniciou expondo a agenda de temas a serem tratados, tendo como mote o Feriado do 20 de Novembro e a proposição da adoção efetiva de ações ligadas a Semana da Consciência Negra na UFPR, apontando a existência e a importância da comunidade negra universitária, indicando que esta deveria ter um momento para reflexão que envolvesse à todos, levando em conta o papel social da instituição. Foi ressaltada a importância da UFPR na participação destas ações, bem como foi solicitado pelos presentes o aporte jurídico da instituição em relação à causa defendida.

Neste sentido, o Sr. Messias apontou o histórico de problemas relacionados a ACP, relativas ao feriado, que conforme reforçou Saul já haviam sido equacionadas em reuniões feitas com a instituição e, as mudanças realizadas na proposta do feriado. Contudo Messias prosseguiu apontando, que agora era a Fecomércio-Pr que se opunha a criação da efeméride, utilizando-se do parecer jurídico proposto por Cleverson Marinho Teixeira, Advogado representante da ACP, responsável pela ação que culminou coma derrubada do feriado em Curitiba.

Neste sentido, solicitou e salientou a importância do Núcleo de Ciências Jurídicas da UFPR, na proposição de um parecer que pudesse se contrapor ao da Fecomércio-Pr, ressaltando a força da instituição. Apontou ainda, para a política de Cotas da Universidade, lembrando que esta completara 10 anos²⁷⁶, reafirmando a sua importância e a necessidade de visibilizá-la.

²⁷⁶ Sobre o sistema de cotas o site da UFPR dá a seguinte informação “Em meio à polêmica e críticas nem sempre fundamentadas que vêm alimentando as discussões nas redes sociais a UFPR reforça para a sociedade o seu compromisso de uma educação superior inclusiva e como direito social e humano de todos os cidadãos. Nos últimos anos vimos sedimentando as bases de um projeto de futuro centrado no compromisso e nos desafios da qualidade acadêmica e da inclusão. Queremos uma UFPR para todos, ou seja, a universidade como espaço democrático, público e inclusivo. Os desafios são enormes na construção de um processo de formação do profissional e cidadão com a qualidade e a inovação que os novos tempos exigem. As cotas se incluem nessa perspectiva de democratização do acesso e de inclusão. A UFPR desenvolveu política de inclusão própria no período de 2005 a 2014. A partir de 2012, a Lei de Cotas (Lei 12.711/2012) trouxe uma nova ordem no que se refere à política de inclusão. A lei prevê que 50% das vagas ofertadas para cursos superiores nas universidades públicas brasileiras devam ser destinadas à inclusão social e racial. Fonte: COTAS: Universidade reforça posicionamento sobre lei federal. Disponível em:

André Luís apontou o papel de vanguarda da instituição que foi a terceira do país a adotar esta política, em contraposição a outras instituições e Estados nos quais esta questão ainda não se efetivou, evidenciando a importância desta para a sociedade paranaense, propondo a visibilização do papel de vanguarda da UFPR frente a sociedade. Denotou ainda, questões relativas a população negra, a violência a qual ela se acha exposta, tendo em vista o mapa da violência²⁷⁷ recém-divulgado, os efeitos desta sobre a população negra, assinalando o papel das cotas e da instituição frente ao racismo, a violência a qual estes se acham expostos, reforçando ainda, as pautas já indicadas nesta reunião.

Denis Denilton, apontou a importância do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Paraná (NEAB-UFPR)²⁷⁸ afirmando ainda a necessidade da participação dos trabalhadores e trabalhadoras da instituição nos assuntos do NEAB, no sentido de integrar Professores e Funcionários em ações que façam frente ao racismo na instituição.

Messias apontou a necessidade de uma ação ou de uma agremiação composta por membros do Movimento Negro no intuito de acompanhar a aplicação das políticas relacionadas à população negra da Universidade²⁷⁹.

<<http://www.ufpr.br/portafulpr/noticias/cotas-universidade-reforca-posicionamento-sobre-lei-federal/>> Acesso em: 02/12/2018.

²⁷⁷ O mapa da violência de 2016 demonstra que é “perversa e preocupante é a seletividade racial dos - Homicídios por Arma De Fogo (grifo meu) - HAF, além de sua tendência crescente. Entre 2003 e 2014, as taxas de HAF de brancos caem 27,1%, de 14,5, em 2003, para 10,6, em 2014; enquanto a taxa de homicídios de negros aumenta 9,9%: de 24,9 para 27,4. Com esse diferencial, a vitimização negra do país, que em 2003 era de 71,7%, em poucos anos mais que duplica: em 2014, já é de 158,9%, ou seja, morrem 2,6 vezes mais negros que brancos vitimados por arma de fogo. Fonte: WAISELFSZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2016:Homicídios por armas de fogo no Brasil.Flacso. Disponível em: <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf> Acesso em: 02/12/2018

²⁷⁸ Sobre o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Paraná (NEAB- UFPR), um antigo blog, aponta que: “Criado em 2002, oportuniza um espaço de debate constante, com relação de eventos da área, além de priorizar as pesquisas sobre o tema. O NEAB, vinculado à PROGRAD/CEPIGRAD funciona no subsolo do prédio histórico da Santos Andrade. O Programa está previsto para ocorrer no período de 2004 a 2014, inicialmente. O resultado tem sido bastante positivo, com excelente rendimento dos alunos cotistas.” Atualmente o NEAB, continua em pleno funcionamento, atendendo aos alunos cotistas e oferecendo apoio e cursos para estes estudantes. Fonte: NEAB - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Paraná. NEAB UFPR Disponível em: <<http://neabufpr.blogspot.com/>> Acesso em: 02/12/2018

²⁷⁹ É interessante apontar que a UFPR, ao longo do tempo, tem desenvolvido algumas atividades relacionadas ao Dia da Consciência Negra, no entanto, uma breve busca aponta que estes eventos tem tido um caráter, na medida em que a maior parte destes eventos aparecem circunscritos à data em si, quando se leva em consideração as entradas mais antigas, no entanto, os apontamentos mais atuais, apontam que uma das reivindicações realizadas na reunião entre os representantes do Movimento Negro e os representantes da UFPR, surtiu efeito, pois, as entradas aparecem ligadas ao termo “Mês da Consciência Negra”, com a atividades distribuídas ao longo do mês de novembro. Fonte: Consciência Negra. UFPR. Disponível em: <<http://www.ufpr.br/portafulpr/?s=Consci%C3%AAncia+Negra>> Acesso em:02/12/2018

Alexandre propôs a criação de um conselho misto para o controle institucional, formado por membros dos movimentos sociais e da comunidade interna da instituição, a fim de fiscalizar as políticas relativas a comunidade de alunos negros na UFPR, bem como de outras minorias presentes na instituição, isto para evitar que o NEAB sofra pressões internas e para que se evite discussões importantes para estes grupos. O Chefe de Gabinete, questionou sobre como seriam estas ações na prática. Alexandre então apontou para o fato de que o NEAB muitas vezes sofre pressões internas de grupos ou pessoas presentes na instituição para evitar certos questionamentos à mesma, e que esta comissão teria como objetivo respaldar o NEAB para colocar-se frente a estes interesses.

Messias reforçou a importância de pensar o NEAB frente as disputas institucionais, bem como, a questão do racismo institucional²⁸⁰. O Reitor chega a sala de reunião e é inteirado das pautas e dos debates promovidos até aquele momento realizado pelos presentes. O Reitor pediu para que se marcasse uma nova reunião com os representantes do Movimento Negro, com a presença do Professor

²⁸⁰ O racismo institucional pode ser compreendido como: “racismo sistêmico, como mecanismo estrutural que garante a exclusão seletiva dos grupos racialmente subordinados - negr@s, indígenas, cigan@s, para citar a realidade latino-americana e brasileira da diáspora africana - atuando como alavanca importante da exclusão diferenciada de diferentes sujeit@s nestes grupos.

Trata-se da forma estratégica como o racismo garante a apropriação dos resultados positivos da produção de riquezas pelos segmentos raciais privilegiados na sociedade, ao mesmo tempo em que ajuda a manter a fragmentação da distribuição destes resultados no seu interior.

O racismo institucional ou sistêmico opera de forma a induzir, manter e condicionar a organização e a ação do Estado, suas instituições e políticas públicas – atuando também nas instituições privadas, produzindo e reproduzindo a hierarquia racial.

O racismo institucional é um dos modos de operacionalização do racismo patriarcal heteronormativo - é o modo organizacional - para atingir coletividades a partir da priorização ativa dos interesses dos mais claros, patrocinando também a negligência e a deslegitimação das necessidades dos mais escuros. E mais, como vimos acima, restringindo especialmente e de forma ativa as opções e oportunidades das mulheres negras no exercício de seus direitos.

Dizendo de outro modo, o racismo institucional é um modo de subordinar o direito e a democracia às necessidades do racismo, fazendo com que os primeiros inexistam ou existam de forma precária, diante de barreiras interpostas na vivência dos grupos e indivíduos aprisionados pelos esquemas de subordinação deste último. Desta perspectiva, racismo institucional equivaleria a ações e políticas institucionais capazes de produzir a vulnerabilidade de indivíduos e grupos sociais vitimados pelo racismo. Fonte: Racismo Institucional. In: Racismo Institucional: uma abordagem conceitual. Geledés – Instituto da Mulher Negra. p.17-18. Ibraphel Gráfica. 2012. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/pub-aco-es-afirmativas/racismo-institucional/view>> Acesso em: 02/12/2018.

Isto é, o racismo institucional é um tipo de racismo que consiste na criação de entraves dentro e fora da estrutura do Estado, que visa entre outros aspectos, a manutenção e reprodução do status quo dominante, bem como, a dos lugares sociais, solapando políticas públicas e sociais, mantendo a hierarquização social, “prejudicando” o funcionamento das estruturas estatais, alijando determinados grupos e seguimentos, étnicos, sócias, de gênero, etc., em benefícios de determinados grupos privilegiados. Fonte: Racismo Institucional. In: Racismo Institucional: uma abordagem conceitual. Geledés – Instituto da Mulher Negra. p.17-18. Ibraphel Gráfica. 2012. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/pub-aco-es-afirmativas/racismo-institucional/view>> Acesso em: 02/12/2018.

Paulo Vinícius responsável pelo NEAB, bem como, para articular as questões relativas ao feriado.

Denilton aponta a questão das fraudes relativas a política de quotas, bem como, alguns problemas relativos a força do movimento por conta da falta e/ou problema relativo a autodeclaração dos indivíduos negros como um problema a ser enfrentado²⁸¹.

Saul retoma então a questão do feriado com o Reitor. É apontado a impossibilidade da adoção do feriado pela Universidade, ou desta vir a promovê-lo por conta própria²⁸².

Messias solicitou a produção de um parecer pela UFPR sobre o feriado, bem como a publicização deste pela instituição com o intuito de gerar maior respaldo a demanda. André Luís, destacou a importância de fomentar uma semana da Consciência Negra na instituição. O Reitor sinalizou a possibilidade disso com a adoção de uma política interna.

Messias, apontou a falta de perspectiva da ACP sobre o papel do negro na sociedade, reforçando o papel da Universidade para reforçar e/ou dar visibilidade à participação do negro na sociedade, deste modo reforçando a ação dos Movimentos. Neste sentido o Reitor, apontou o papel da instituição, inclusive para dar repercussão à agenda do Movimento, no que toca a questão do 20 de Novembro e ações relacionadas como a Semana da Consciência Negra.

A Reunião foi finalizada com uma foto oficial no gabinete do reitor e uma nota no site da UFPR dando ciência do ocorrido²⁸³.

Em suma, os Representantes do Movimento Negro, buscaram apoio institucional na UFPR, pois, compreendem o papel simbólico que esta instituição representa frente a sociedade curitibana e paranaense, bem como, buscaram o

²⁸¹ A banca de cotas é formada, por especialistas da UFPR e membros do Movimento Negro, que julgam e validam o sistema de autodeclaração. Fonte: Bancas para validar autodeclarações do Vestibular 2017/2018 têm primeiro dia de abstenção alta e estreia de aplicativo. UFPR. Disponível em: <<http://www.ufpr.br/portalufpr/noticias/vestibular-20172018-comissoes-para-validar-autodeclaracoes-tem-1o-dia-de-abstencao-alta-e-estreia-de-aplicativo/>> Acesso em:02/12/2018

²⁸² No mês de Junho de 2018 foi criado na UFPR a Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade (Sipad), a qual tem por Superintendente o Prof. Dr. Paulo Vinicius Baptista da Silva. O órgão tem por uma de suas incumbências gerir o processo de seleção de candidatos afrodescendentes no sistema de cotas da UFPR. Fonte: Paulo Vinícius Baptista é empossado superintendente de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade. UFPR. Disponível em: <<http://www.ufpr.br/portalufpr/noticias/professor-paulo-vinicius-baptista-e-empossado-superintendente-de-inclusao-politicas-afirmativas-e-diversidade/>> Acesso em:02/12/2018

²⁸³ UFPR e movimento negro discutem ações relacionadas à consciência negra. UFPR. Disponível em: <<http://www.ufpr.br/portalufpr/noticias/ufpr-e-movimento-negro-discutem-acoes-relacionadas-a-consciencia-negra/>> Acesso em:02/12/2018.

endosso judicial por parte do núcleo de Direito em relação à demanda do feriado, com objetivo de fazer frente a Fecomércio-Pr que estaria agindo jurídica e politicamente contra o feriado.

Existe uma articulação do Movimento para colocar-se dentro da Universidade, neste sentido os presentes apontaram como possibilidade um órgão que tratasse de questões relativas à diversidade.

Um fato estranho é que apesar de a reunião ter sido marcada com o Reitor, este não estava ciente de que ela estava sendo realizada pelo chefe de gabinete. Tanto que este chegou posteriormente e ao ser inteirado da pauta e da reunião demonstrou-se surpreso explicitando que não sabia da mesma e que se soubesse estaria lá mais cedo para o encontro. Fato que gerou estranheza por parte dos representantes do Movimento Negro, que se achavam presentes. Contudo, este atendeu prontamente aos membros do movimento e buscou demonstrar apoio as demandas, embora, demonstrasse guardar certo distanciamento.

Posteriormente, os representantes do Movimento apontaram que talvez o fato da reunião ter sido realizada sem o conhecimento do reitor era uma estratégia para “jogar a demanda por debaixo do tapete”.

Singular é a importância do registro fotográfico, vista como uma espécie de contrato por parte de alguns membros do movimento, o que de certa forma acaba por ocupar o espaço de um registro de proposta por via documental destes a instituição, no que ao serem questionados, observaram que a entrega de propostas escritas, muitas vezes geram uma apropriação das ideias e ideais do movimento, assim como, das ações do grupo, o que ocasionaria ainda, a invisibilização destes.

4.4.2 Reunião no TRT com a Desembargadora Neide Alves

A reunião deu-se por volta das 12 horas, na sala da Desembargadora Neide Alves no quarto andar do Edifício Rio Branco²⁸⁴. A reunião iniciou com uma breve apresentação dos presentes, bem como, a exposição das demandas do Movimento Negro pelo feriado do dia 20 de Novembro. O primeiro a falar foi Saul Dorval, o qual

²⁸⁴ O Edifício Rio Branco onde está instalado o Tribunal Regional do Trabalho 9ª Região, está situado na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 528 - Centro, Curitiba – PR.

procurou explicitar a pauta. Após apreciar as considerações feitas por Saul, a Desembargadora inquiriu sobre qual seria o seu papel frente a esta demanda.

Saul expôs as questões relativas à Fecomércio-Pr, que havia elencado razões de ordem jurídica- neste caso ações trabalhistas por conta do feriado - como ponto de discordância sobre a adoção do feriado, no que o Tribunal Regional do Trabalho poderia produzir um parecer jurídico que viesse dirimir esta questão.

Contudo, a Desembargadora refletiu sob como seria possível fazer isso, ressaltando que não poderia falar pela instituição. Apontou que dentro da instituição estava buscando montar uma comissão relativa a igualdade racial, mas havia muita dificuldade burocrática para implementar esta ação, no entanto, confidenciou que o Presidente do TRT mostrou-se favorável ao tema.

Saul buscou apresentar alguns artifícios para a Desembargadora, no que esta apontou a necessidade da realização de um evento no TRT que tratasse sobre as questões relativas as pautas do Movimento.

Denis e Saul falaram acerca da reunião realizada mais cedo e sobre o posicionamento da UFPR e da possibilidade de realizar uma ação conjunta entre as duas instituições.

Alexandre apontou para um evento que foi agendado pelo Movimento Negro no Teatro da Reitoria da UFPR²⁸⁵, na qual poderiam se propor painéis temáticos, que poderiam oportunizar esta integração e reforçar a ideia da criação da Comissão no TRT, uma coisa inédita no país o que poderia ressaltar o papel de vanguarda do Paraná com relação ao tema. Ressaltou ainda esta política como uma forma de enfrentamento ao racismo institucional, apontando para a importância deste fato para o Sul do país, entre outros aspectos. Nesta oportunidade ressaltou o fato da população paranaense possuir um terço de sua população autodeclarada negra.

²⁸⁵ A UFPR, promoveu neste ano um conjunto amplo de celebrações para o Mês da que se estendeu ao longo do mês de novembro, com conferências, seminários, rodas de conversa, oficinas, exposições e apresentações culturais. “Entre os destaques da programação estão o IV Simpósio de Literatura Negra Ibero-Americana, no dia 6 – incluindo uma mesa sobre literatura infantil de temática africana e afro-brasileira – e um seminário sobre a presença negra no Paraná, que acontecerá de 21 a 23 de novembro. A UFPR também receberá, para palestras e conferências, a escritora moçambicana Paulina Chiziane e o professor Dionísio Bahule, da Universidade Pedagógica Nacional de Moçambique. Haverá ainda lançamentos de livros, mesas redondas, sarau e, no dia 18, uma homenagem aos 110 anos da umbanda.” Fonte: UFPR terá programação relacionada à Consciência Negra durante todo o mês de novembro UFPR. Disponível em: <<http://www.ufpr.br/porta.ufpr/noticias/ufpr-tera-programacao-relacionada-a-consciencia-negra-durante-todo-o-mes-de-novembro/>> Acesso em: 02/12/2018

Saul fez questão de apontar para os quinze anos da política de quotas ressaltando a dificuldade ainda, existente na sua implementação. Reforçou o papel simbólica da Desembargadora, enfatizando a importância de uma representante negra para implementação da comissão de igualdade dentro da instituição. Alexandre apontou a necessidade de dar visibilidade a isto, no que a Desembargadora ponderou. Partindo deste princípio, Alexandre reflete sobre sua experiência como Professor e a importância de seu autorreconhecimento frente aos alunos e a força que exemplos positivos e de empoderados da população negra possuem frente a sociedade e aos jovens negros.

Em suma, um fato importante a se notar é a existência de uma Desembargadora negra no TRT do Paraná, contudo, a mesma parece não compreender a importância simbólica de sua presença naquele espaço. O fato de estar em um lugar relevante dentro de uma instituição como o TRT, no entanto, não permite que ela tenha um raio de ação e interferência na instituição, embora os elementos do Movimento Negro, apostem em sua capacidade para gerar algum tipo de efeito dentro da disputa, que se acha em concurso no que tange o feriado.

Neste caso, o que se observa é que os elementos do Movimento Negro ao articularem suas ações, procuram cercar-se por todas as vias, bem como, recrutar ou mobilizar os mais diferentes espaços e áreas de ação, o que até certo ponto poderia denotar uma atitude errática no que toca a racionalidade e o foco dos movimentos deste indivíduos, entretanto, ao contrário disto estas ações são realizadas de modo bastante concatenados e pragmático, na medida em que vão construindo articulações relativas aos seus interesses, mobilizando aliados e alianças em postos-chave, no intuito de garantir aporte para as suas demandas.

4.4.3 REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ)

As 13 horas os membros do Movimento Negro dirigiram-se à ALEP no intuito de observar o andamento do projeto para a transformação 20 de Novembro de data comemorativa para feriado, para tanto, como manda o trâmite legislativo deve ser aprovada primeira na CCJ antes de ser enviada para a ALEP para apreciação dos deputados.

Neste sentido, os representantes do movimento adiantaram-se para articular com o Deputado Péricles de Mello²⁸⁶ uma estratégia para ganhar tempo caso o projeto fosse reprovado pela CCJ: ele poderia pedir vistas do projeto caso o mesmo recebesse uma negativa quanto à sua aprovação. Assim visava-se ganhar tempo para tentar reverter a situação, caso fosse necessário. O movimento e o Deputado pretendiam através do pedido de vistas, criar tempo necessário para articular e trabalhar individualmente os parlamentares, na tentativa de sensibilizá-los em relação a importância do tema, para ganhar apoio na votação do projeto.

Contudo, o tema nem chegou a ir para votação por que Fernando Scarnavaca, que desempenhava o cargo de Relator na presente sessão, pediu a retirada do tema da pauta, no que o Deputado Romanelli, responsável pela proposição do projeto buscou inquirir sobre o motivo da retirada.

Sendo assim, Scarnavaca asseverou, *“É difícil ser líder de Governo, inda mais de todos os governos... No governo passado o senhor colocou-se contra o projeto e agora o senhor é favor... Assim não é possível!”*²⁸⁷

Dito isto, retirou-se intempestivamente, alegando a necessidade de atender a um compromisso urgente, fato que provocou certa surpresa aos membros do Movimento Negro que anteriormente haviam se reunido com o Deputado Scarnavaca, ocasião segundo os quais este lhes assegurou que não se oporia ao projeto. Este fato gerou certa comoção por conta dos representantes do movimento, que observaram nesta atitude a possibilidade do trancamento da pauta, o que os levou a considerar meios para pressionar Scarnavaca²⁸⁸ para que ele alterasse sua posição.

²⁸⁶ Nascido em Ponta Grossa, Péricles é professor universitário, formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná. Concluiu especialização em Economia Política na Alemanha e é mestre em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi eleito vereador pela primeira vez em 1988; reeleito em 1992. Em janeiro de 1995, assumiu uma cadeira na Assembleia Legislativa, sendo reeleito em 1998. Em 2000, se elegeu prefeito de Ponta Grossa. Entre 2005 e 2006 foi designado pelo governo do Estado a compor a diretoria-administrativa da Companhia de Saneamento do Paraná, a Sanepar. Deputados. **Portal da Alep.** Disponível: <<http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/49-pericles-de-mello>> Acesso em: 21/09/2018

²⁸⁷ PROJETO DE LEI 75/2017 -Autor: Marcio Nunes e Luiz Claudio Romanelli: Alterar a redação do art. 1º da Lei nº 15.674, 13 de novembro de 2007, com a finalidade de readequação de data comemorativa para feriado estadual da Consciência Negra, data de Zumbi dos Palmares, dia 20 de novembro. RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA, PARECER: ADIADO a pedido do relator. Fonte: Comissão de Constituição e Justiça: Extrato Da Ata da 17ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. **Portal da ALEP.** Disponível em: <<http://www.alep.pr.gov.br/arquivos/pautaccj/558>> Acesso em: 12/09/2017

²⁸⁸ Natural de Oriente (SP), Fernando Scarnavaca nasceu em 26 de junho de 1954, tem dois filhos e é casado. Graduiu-se em Engenharia Mecânica, na cidade de Baurú (SP). Ingressou na política em 1996, elegendo-se prefeito de Umuarama, tendo obtido nova vitória em 2000. Assumiu no dia 18 de

Na saída dos Deputados, ao final da reunião, os ativistas buscaram diálogo com os mesmos. Romanelli afirmou que não houve mudança em suas posições e apontou que este era um projeto diferente do que havia sido votado na ocasião de sua oposição. Esta ação teve como resultado a transferência da pauta para a próxima sessão, deixando em suspenso o assunto²⁸⁹.

O Deputado Edson Praczyk²⁹⁰ disse que havia achado inteligente a argumentação de Scarnavaca. Saul apontou para a possibilidade de questionar judicialmente a atitude de Scarnavaca que é empresário do ramo frigorífico, o que levou o mesmo a buscar orientação jurídica e compreender o que estava se passando junto ao escritório do PMDB na ALEP - partido do qual Saul era membro na ocasião - para se informar.

dezembro de 2008 o mandato de Deputado Estadual pelo PDT, na vaga deixada por Edgar Bueno, que renunciou ao cargo para assumir a prefeitura de Cascavel em janeiro de 2009. Prefeito de Umuarama em duas oportunidades, entre 1997 e 2004, Scarnavaca anunciou a intenção de "apresentar ao governo estadual as principais reivindicações de Umuarama e região, e lutar para garantir que os interesses do povo sejam atendidos". Na ocasião, o presidente da Assembleia Legislativa, Nelson Justus (DEM), ressaltou que "a Assembleia está honrada em receber um representante de Umuarama, que passa a fazer parte de um grupo de homens e mulheres que representam a população paranaense no Parlamento". Scarnavaca recebeu 30.718 votos pela Coligação "O Paraná da Verdade" (PP-PDT-PTB) nas eleições estaduais de 2006, ficando com a primeira suplência na lista sucessória da aliança que teve o senador Osmar Dias como candidato a governador. Deputados. **Portal da Alep**. Disponível: <<http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/30-fernando-scanavaca>> Acesso em: 21/09/2018

²⁸⁹ PROJETO DE LEI 75/2017 -Autor: Marcio Nunes e Luiz Claudio Romanelli:Alterar a redação do art. 1º da Lei nº 15.674, 13 de novembro de 2007, com a finalidade de readequação de data comemorativa para feriado estadual da Consciência Negra, data de Zumbi dos Palmares, dia 20 de novembro.RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA, PARECER:ADIADO a pedido do relator. Fonte: Comissão de Constituição e Justiça: Extrato Da Ata da 17º Reunião Ordinária da 3º Sessão Legislativa da18º Legislatura. Portal da ALEP. Disponível em:<<http://www.alep.pr.gov.br/arquivos/pautaccj/558>> Acesso em:12/09/2017

²⁹⁰ Nascido em 1966, filho do seu João e da dona Maria, descendente de imigrantes poloneses, casado com a professora e pedagoga Rosária desde 1987 e pai de um casal de gêmeos. Sua entrada na política se deu no ano de 1997 ao ser convocado pelo conselho de Bispos e Pastores Evangélicos, disputando e vencendo as eleições a deputado estadual pelo Paraná em 1998, com 32.276 votos, sendo o segundo mais votado do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). No ano seguinte migrou para o Partido Liberal (PL) afim de assumir a presidência do Diretório Estadual e da liderança do partido na Assembleia Legislativa. Como presidente formou mais de 150 novos diretórios e comissões provisórias municipais e em menos de 20 dias 8.000 novas filiações, totalizando a marca de mais de 20.000 filiados no Paraná. Foi reeleito deputado com 46.889 votos, sendo o mais votado do Partido Liberal (PL) em 337 dos 399 do estado. Ajudou a fundar e instituir, em 2005, o Partido Municipalista Renovador (PMR), que posteriormente passou a se chamar Partido Republicano Brasileiro (PRB) no estado do Paraná, no qual permanece até hoje, e no ano de 2006 concorreu a reeleição a deputado vencendo com 35.725 votos. Como presidente estadual, implantou o PRB em mais de 150 cidades paranaenses e sucessivamente foi a reeleição em 2010 atingindo seu 4º mandato com 50.074 votos distribuídos em 392 municípios. No ano de 2010, recebi 47.797 votos que consagraram ao 5º mandato de deputado estadual pelo PRB.Deputados. **Portal da Alep**. Disponível:<<http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/23-pastor-edson-praczyk>> Acesso em:21/09/2018

Lá chegando Saul descobriu que Scarnavaca havia repassado aos membros da CCJ e demais Deputados da casa um parecer jurídico que questionava a adoção e mesmo a legalidade do feriado, no que o ativista reconheceu neste documento os mesmos pontos questionados pela Fecomércio-Pr, que em certos aspectos muito se assemelham aos questionamentos da ACP. Os membros do movimento entenderam esta atitude de Scarnavaca como resultado de uma articulação da Fecomércio-Pr, para impedir a aprovação da pauta.

4.5 As Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)

Dia 13 de junho de 2017 o projeto de feriado de 20 de Novembro foi retirado da pauta da CCJ da ALEP. Segui com Saul e Denilton para acompanhar o andamento do projeto na CCJ. No entanto, antes de chegar a ALEP encontrei com Messias que informou que havia solicitado uma reunião pela manhã daquele dia, 14 de março de 2017, com o Deputado Romanelli e na ocasião esse foi informado da retirada do projeto da pauta. Na hora Romanelli ligou diretamente para Scarnavaca para saber o porquê da retirada, e solicitou a este o apoio para aprovação do tema. Scarnavaca disse que a pauta foi retirada por que nesta data ele presidiria a sessão, por conta da ausência de Nelson Justus, e sendo relator do tema não poderia levá-la para a CCJ.

Ao chegar para reunião naquela tarde Saul e Alexandre ficaram bastante agitados por conta dessa retirada. A sessão não foi encaminhada naquele dia, ou seja, teve de ser encerrada por uma manobra dos Deputados que compunham a Comissão que se ausentaram da mesma para obstruir as votações²⁹¹. Messias apontou que já havia conversado com alguns deputados no intuito de gerar alguma pressão no Conselho, mas parece não ter obtido resultado.

Havia um senhor à porta da CCJ que também estava presente à sessão anterior cumprimentando e conversando com os Deputados. Tratava-se Walter

²⁹¹ Sessão Ordinária do dia 13 de junho de 2017. Deputados Presentes: Fernando Scanavaca (Presidente em exercício), Pedro Lupion, Paulo Litro, Tiago Amaral, Luiz Claudio Romanelli e Pastor Edson Praczyk. Não havendo número legal, o Senhor Presidente em exercício encerrou a sessão. Fonte: Comissão de Constituição e Justiça: Extrato Da Ata da 18ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Portal da ALEP. Disponível em: <<http://www.alep.pr.gov.br/arquivos/pautaccj/560>> Acesso em: 12/09/2017

Xavier, Vice-Presidente da Fecomércio-Pr, que foi inquirido por Saul sobre a sua atuação em relação ao feriado e porquê do interesse da instituição em bloquear a pauta.

Xavier relativizou a questão apontando que se Saul estivesse do outro lado ou pensasse a questão pelo prisma da instituição, também faria o mesmo se estivesse em seu lugar, que estava apenas, defendendo o interesse da instituição.

Saul argumentou que o projeto em nada interferia com o comércio e a indústria, já que, o feriado era destinado apenas as repartições públicas do estado do Paraná, que contava com pareceres do Jurídico da UFPR e do Ministério Público, aludindo ao fato de que mesmo a ACP não fez ressalvas e que não se colocaria contra adoção da data.

Xavier reafirmou seu ponto de vista apontando que estava embasado em parecer jurídico de advogados da instituição que afirmavam que o termo feriado era o ponto da questão e que o uso do termo levava ou geraria a expectativa que atingiria toda a sociedade e que em caso de processo por parte dos funcionários estes seriam penalizados gerando prejuízos econômicos à indústria e ao comércio, de tal forma que o grupo não poderia assentir esta decisão acrescentando o fato de que a própria ACP os procurou e corroborava da ideia.

Saul assinalou que o que eles estavam fazendo não estava correto, e tentou argumentar que deixassem a pauta andar, pois no parlamento da Assembleia ela poderia ser modificada, inclusive com a substituição do termo feriado por um correlato que contentasse os dois grupos, no que ouviu uma negativa do representante do Fecomércio-Pr, fato que gerou uma certa comoção entre as partes, fazendo que ambos se retirassem.

Neste sentido, Saul apontou para o fato deste poder incorrer em lobby de tal forma que procurou pensar em uma estratégia para denunciá-lo e expor a Fecomércio-Pr, o que gerou um movimento deste em busca de orientação junto ao Ministério Público na figura do Procurador Olimpio Sotto Maior, que não se encontrava em seu gabinete na ocasião, bem como, a busca de um encaminhamento junto à Defensoria Pública.

Na data de 20 de Junho, o feriado foi colocado em pauta, no entanto, como o item número 36, o que colocou a possibilidade deste não ser discutido na data. Em conversa com Saul o Deputado Scanavaca, apontou que pretendia se colocar contrariamente à aprovação do projeto na CCJ, ao que Saul observou nesta

mudança de posição, a ação da Fecomércio-Pr, que se fazia presente na figura de seu Vice-Presidente Walter Xavier²⁹². O Deputado Romanelli iniciou a exposição do projeto, no entanto, como havia dado o prazo para o encerramento da sessão, sua defesa acabou adiada para a próxima reunião da CCJ²⁹³.

Saul asseverou a Xavier que tomasse cuidado, pois, o Ministério Público estava no local e, que ele estava fazendo lobby ali. Neste momento, iniciaram um debate sobre a questão do feriado, no que Xavier reforçou que este afetava o comércio e a indústria.

Xavier então expôs, seus argumentos relativos ao ponto de vista da Fecomércio-Pr, no que Romanelli, colocou a possibilidade de melhorar e modificar a redação do texto para atender a Instituição. O representante da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná (Faciap), propôs a mudança do termo feriado para ponto facultativo, o que pareceu um movimento para a construção de uma alternativa.

Walter, voltou a criticar o feriado, destacando que este já havia sido derrubado na cidade e, que estava presente na ocasião que a ACP o fez. Inquirido se poderia fornecer alguma informação sobre o debate e a ACP, indicou que a melhor pessoa para falar sobre o tema seria o Advogado Cleverson Marinho Teixeira²⁹⁴, que faz parte do Conselho da ACP. Em 04 de Julho, o projeto, foi novamente levado à votação, entretanto, não chegou a ser discutido, tendo no

²⁹² Natural de Ibaiti, Norte do Paraná, filho de Adamastor Damasio Xavier e Yolanda de Lima Xavier, nasceu em 17/02/1940. Iniciou suas atividades profissionais no ano de 1958, como Atleta Profissional do Clube Atlético Ferroviário. É jornalista Profissional Com Registro Profissional na FENAJ número 165 e Corretor de Imóveis Reg. 456 de Junho de 1966; representante Comercial e atuou como Gerente dos Bancos Auxiliar e Cidade de 1983 a 1987. Atuou no setor Institucional do ano de 2004 à 2011 na Fecomércio-Pr, como Assessor de Imprensa e Coordenador de Comunicação e Marketing, Na Associação Comercial do Paraná como Gerente Relações Institucionais de 2011 à 2015. Atualmente é Diretor de Relações Institucionais da Fecomércio- Federação do Comércio do Paraná. Fonte:Walter Xavier (2016) Jornalismo – Ibaiti – São Paulo. Memórias do Paraná. Disponível em: <<http://memoriasparana.com.br/2016-walter-xavier/>> Acesso em:21/10/2018

²⁹³36-PROJETO DE LEI 75/2017 - Autor: Marcio Nunes e Luiz Claudio Romanelli. Alterar a redação do art. 1º da Lei nº 15.674, 13 de novembro de 2007, com a finalidade de readequação de data comemorativa, para feriado estadual da Consciência Negra, data de Zumbi dos Palmares, dia 20 de novembro. RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA PARECER: ADIADO em face ao término da sessão (Art. 80, §1º do RI). Fonte:Comissão de Constituição e Justiça: Extrato Da Ata da 18º Reunião Ordinária da 3º Sessão Legislativa da18º Legislatura. Portal da ALEP. Disponível em:<<http://www.alep.pr.gov.br/arquivos/pautacci/562>> Acesso em:12/09/2017

²⁹⁴ Conselho Político da ACP toma posse nesta quinta. ACP. Disponível em: <<https://acpr.com.br/noticias/conselho-politico-da-acp-toma-posse-nesta-quinta/>> Acesso em:21/10/2017

horizonte o pedido de vista²⁹⁵, realizado pelos Deputados Tiago Amaral²⁹⁶, Claudia Pereira, Péricles de Souza e Gilson de Souza, o que levou a suspensão do tema na ocasião.

Em 11 de Julho, após um tempo de demora para o início da sessão devido ao baixo quórum, a mesa se fez. O representante da Fecomércio, estava presente entre os ouvintes. Saul buscou mobilizar elementos do Movimento Negro para marcarem presença e colocar pressão na votação, contudo, o comparecimento não foi tão expressivo como esperado. Houve a presença do Vereador Mestre Pop e vários outros representantes do Movimento Negro. O tema do feriado é o segundo na pauta. Saul, já havia falado com Tiago Amaral, perscrutando a sua posição frente ao feriado em uma conversa no corredor da CCJ e, este falou que, antes de tudo, iria analisar o projeto.

O debate sobre o feriado é iniciado e após uma breve disputa sobre a legitimidade deste, Romanelli solicita voto em separado²⁹⁷, usando esta manobra para se contrapor a Scanavaca, que apontava para a Inconstitucionalidade do projeto. Péricles fez a defesa do projeto, no intuito de derrubar a declaração de inconstitucionalidade. Nereu Moura²⁹⁸, aponta para a dificuldade dos demais

²⁹⁵08 PROJETO DE LEI 75/2017 Autor: Marcio Nunes e Luiz Claudio Romanelli - Alterar a redação do art. 1º da Lei nº 15.674, 13 de novembro de 2007, com a finalidade de readequação de data comemorativa, para feriado estadual da Consciência Negra, data de Zumbi dos Palmares, dia 20 de novembro. RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA PARECER: CONCEDIDO VISTA aos Deps. Tiago Amaral, Claudia Pereira, Péricles de Souza e Gilson de Souza. Fonte: Comissão de Constituição e Justiça: Extrato Da Ata da 20ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Portal da ALEP. Disponível em: <<http://www.alep.pr.gov.br/arquivos/pautaccj/576>> em: 12/09/2017.

²⁹⁶José Tiago Camargo do Amaral é londrinense. Nascido em 18 de julho de 1986, é advogado, formado no Centro Universitário Curitiba - UniCuritiba, e tem atuação na área de Gestão Pública e Direito Público. Eleito em 2014 para o seu primeiro mandato em função política. Tiago Amaral já ocupou o cargo de Controlador-Geral do Paraná, serviço social autônomo vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - Sedu, e atuou como advogado até assumir o cargo de deputado estadual, em janeiro de 2015. Filiado ao Partido Socialista Brasileiro - PSB, exerceu a função de presidente municipal da legenda em Londrina e, hoje, é o líder do partido na Assembleia Legislativa do Paraná. Fonte: Deputados. Portal da Alep. Disponível: <<http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/1046-tiago-amaral>> Acesso em: 21/09/2018

²⁹⁷ § 6º A qualquer dos membros da comissão que não se sentir suficientemente esclarecido sobre a matéria ou discordando do parecer do Relator, será concedida vista da proposição, pelo prazo improrrogável de três dias e, sobre ela poderá emitir Voto em Separado, por escrito, se assim o desejar. Fonte: Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. **Portal da ALEP.** Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/transparencia/wp-content/uploads/2012/10/regimentointerno_consolidado2.pdf> Acesso em: 21/10/2017

²⁹⁸ Nasceu em 06 de julho de 1959, na cidade de São João, sudoeste do Estado do Paraná. Filho de Cícero de Moura e Florisbela Alves de Moura. Assessorou o Deputado Nilso Romeo Sguarezi de 1981 a 1986, Assessorou o Deputado Mário Pereira de 1986 a 1993, inclusive na Secretaria de Administração e posteriormente na Secretaria de Estado dos Transportes. Foi candidato a Deputado Estadual pelo PMDB em 1990, conseguindo expressiva votação. Assumiu uma cadeira na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no dia 04 de janeiro de 1993, sendo reconduzido ao cargo desde

parlamentares em compreender a importância do projeto, destaca a sua importância e a legalidade do feriado, contudo, questiona o seu mérito.

Felipe Francischini, denota que entende a importância da data, mas, coloca a questão do fechamento do setor público, já que o pretendido feriado deveria ser adotado apenas, pelas repartições públicas, asseverando que isto causaria prejuízos ao Estado e a população. Neste momento Saul Dorval, pensa em voz alta, afirmando que o feriado talvez “não passasse”.

Romanelli, no intuito de sensibilizar os demais Deputados, faz um histórico da população negra, fazendo uma defesa pungente e, critica do posicionamento dos Deputados ao afirmar que estes tinham uma mentalidade escravocrata, ao que Francischini demonstrou descontentamento, ao se sentir comparado a um escravista. Após isto se estabeleceu uma discussão que durou algum tempo, seguindo-se a votação que culminou com a rejeição do tema²⁹⁹. Romanelli, se manifestou demonstrando algumas críticas ao resultado da votação, bem como, afirmou que faria o pedido de reconsideração do tema, afim de que este possa ser discutido no pleno da ALEP.

Deste modo, na sessão de 15 de Agosto, Romanelli entra com o pedido de reconsideração³⁰⁰, no intuito de buscar a discussão na Câmara dos Deputados da ALEP, que no entanto, é adiado pelo relator.

Em 22 de Agosto, Romanelli, submete a aprovação o pedido de reconsideração³⁰¹, que acabou por ser rejeitado, entretanto, isto implica que o

então. Em fevereiro de 2003, foi eleito por unanimidade Primeiro Secretário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. E, em 2005, foi reeleito para o mesmo cargo. Atualmente, é presidente da Comissão de Orçamento e membro das Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde. Fonte: Deputados. Portal da Alep. Disponível:<<http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/44-nereu-moura>> Acesso em:21/09/2018

²⁹⁹ PROJETO DE LEI 75/2017 Autor: Marcio Nunes e Luiz Claudio Romanelli - Alterar a redação do art. 1º da Lei nº 15.674, 13 de novembro de 2007, com a finalidade de readequação de data comemorativa, para feriado estadual da Consciência Negra, data de Zumbi dos Palmares, dia 20 de novembro. RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA PARECER: CONTRÁRIO – Aprovado. Vencidos os Deps.Nereu Moura, Péricles de Mello e Luiz Claudio Romanelli. Fonte:Comissão de Constituição e Justiça: Extrato Da Ata da 21ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da18ª Legislatura. Portal da ALEP. Disponível em:<<http://www.alep.pr.gov.br/arquivos/pautaccj/568>> Acesso em:12/09/2017

³⁰⁰ PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO AO PROJETO DE LEI 75/2017 - Autor: Luiz Claudio Romanelli e Marcio Nunes -Alterar a redação do art. 1º da lei nº 15.674, 13 de novembro de 2007, com a finalidade de readequação de data comemorativa, para feriado estadual da consciência negra, data de zumbi dos palmares, dia 20 de novembro. NOVO RELATOR: PERICLES DE MELLO PARECER: ADIADO a pedido do relator. Fonte:Comissão de Constituição e Justiça: Extrato Da Ata da 23ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da18ª Legislatura. Portal da ALEP. Disponível em:<<http://www.alep.pr.gov.br/arquivos/pautaccj/576>> em:12/09/2017

projeto, independente do veto da CCJ retorne ao parlamento da casa e seja apresentado pelo Presidente da ALEP. Atualmente o projeto se encontra na Diretoria de Assistência ao Plenário, aguardando a análise de recurso apresentado ao plenário pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSB) em 27 de setembro de 2017³⁰².

No plano federal, estão em andamento no Congresso Nacional, dois projetos que visam tornar o Dia da Consciência Negra, feriado em todo o território brasileiro, o primeiro cuja a autoria da proposta é do deputado Valmir Assunção (PT-BA), e que tem como relator o deputado Chico Alencar (Psol-RJ)³⁰³ pretende a modificação da Lei 662/49 que define os feriados nacionais, que já passou pela CCJ. O outro é o projeto de lei PLS 482/2017, apresentado pelo Senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP)³⁰⁴, que pretende tornar a data feriado nacional.

³⁰¹ PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO AO PROJETO DE LEI 75/2017 -Autor: Luiz Claudio Romanelli e Marcio Nunes -Alterar a redação do art. 1º da lei nº 15.674, 13 de novembro de 2007, com a finalidade de readequação de data comemorativa, para feriado estadual da consciência negra, data de zumbi dos palmares, dia 20 de novembro. NOVO RELATOR: PERICLES DE MELLO PARECER: FAVORÁVEL –Rejeitado. Vencido os Deps.Nereu Moura, Luiz Claudio Romanelli e Péricles de Mello. Fonte:Comissão de Constituição e Justiça: Extrato Da Ata da 24º Reunião Ordinária da 3º Sessão Legislativa da18º Legislatura. **Portal da ALEP**. Disponível em:<<http://www.alep.pr.gov.br/arquivos/pautaccj/576>> em:12/09/2017.

³⁰² Agenda Legislativa 2018. FIEP. Disponível em: <<http://www.sistemafiep.org.br/agenda-legislativa-2018-1-33676-378900.shtml>> Acesso em:12/10/2018

³⁰³ CCJ aprova Dia da Consciência Negra como feriado nacional. **Poder 360**. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/congresso/ccj-aprova-dia-da-consciencia-negra-como-feriado-nacional/>> Acesso em:24/11/2018

³⁰⁴ Dia da Consciência Negra pode virar feriado nacional. Senado Notícias. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2018/11/dia-da-consciencia-negra-pode-virar-feriado-nacional>> Acesso em: 24/11/2018

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À pretexto de compreender o que foi a luta pelo 20 de Novembro, data em que se celebra a memória e a resistência de Palmares e seu líder Zumbi, deu-se causa a esta dissertação. Era necessário compreender este fenômeno, na cidade de Curitiba, a “Cidade de Todas as Gentes”, onde o surgimento deste evento, causou ao mesmo tempo espanto, curiosidade, interesse e surpresa, para boa parte da população, virando objeto de debates em telejornais, jornais dentro e fora da cidade e uma luta que teve seu “desfecho” nas mãos do Supremo Tribunal Federal.

Num primeiro olhar, poderia se tratar de uma questão simples e factual, que no calor de novembro, teria seu desfecho com as festas de Natal, no entanto, dia após dia o assunto voltava à tona, de tal forma que precisava ser inquirido. Mas, como transformar um fato simples, uma questão social em um problema sociológico?

Ora! A questão estava dada, se Curitiba era “Cidade de Todas as Gentes”, “Capital das Etnias”, como explicar que o movimento em torno de um feriado, que tinha como objeto a comemoração do Dia da Consciência Negra, isto é, a celebração de “um grupo étnico” como a população negra, que faz parte, ou pelo menos deveria fazer, da “cidade de todas as gentes” poderia ser visto como um problema para os demais grupos na cidade?

Neste caso, para a Associação Comercial do Paraná, conforme a ADIN impetrada em 07 de Fevereiro, parece entender o movimento do 20 de Novembro como um ato que fere a paz social na “Capital das Etnias”, como deixou clara a citação feita pelos advogados da instituição, aqui novamente reproduzida:

A instituição do feriado da Consciência Negra, através da Lei n. 0 14.224/2013, é inadmissível pelas seguintes razões: i) Afronta expressamente a Constituição Estadual, a Constituição Federal e não suplementa a Lei Federal vigente no país, e ainda a contraria: ii) causará prejuízo incomensurável ao Município, o que certamente findara por ser repassado a população; iii) causará prejuízo irreparável a economia curitibana; iv) não é o meio adequado para conscientização a respeito do tema; v) acentua e traz à tona sentimentos separatistas e preconceituosos. (TEIXEIRA et al, 2013, p.1-29)

De outro modo, o estudo e a documentação relativa a estes eventos acabou por surpreender positivamente, já que uma das críticas feitas durante a proposição do trabalho, era a dificuldade de encontrar fontes, a possibilidade de insucesso na busca de dados, entre outros. Contudo, as críticas e as impressões sobre o tema se

desfizeram devido a profusão de materiais e fontes encontradas, que obrigaram a uma difícil escolha, como o que deixar de fora. Isto, porque ao optar, pelas informações relativas as fontes jornalísticas, como os arquivos do jornal Gazeta do Povo, bem como, a parte processual que dispõe sobre este embate, fizeram com que bons temas ficassem de fora por hora. No entanto, isto foi necessário para evitar que o trabalho ficasse inchado, mesmo discrepante, abrindo-se para muitos temas afins e chegando a lugar nenhum, contudo, no tempo devido e em outras oportunidades estes resultados poderão ser acessados, por meio de artigos e outras produções que poderão ser construídos no momento oportuno.

Durante a elaboração desta dissertação, buscou-se compreender do que se tratava o 20 de Novembro, buscando limpar o horizonte de possíveis prenoções e ilusões fornecidas pelo campo e pelos agentes em disputa, bem como, determinar o que estava de fato em jogo para estes grupos, neste esforço, procurou-se situar os agentes em disputa no campo, mostrar a gênese do Dia da Consciência Negra, enfatizando os processos sociais e políticos que o motivaram, chegando aos debates políticos, que levaram sua aprovação na Câmara Municipal. Demonstrando assim, em primeiro lugar que a escolha da data e do tema aludido, pelos membros do Movimento Negro é carregado de um simbolismo e grau de importância social, para o grupo em questão. Por outro lado, revelou-se que a luta pelo Vinte, se inicia em Curitiba logo no princípio dos anos 80, fato que fez recuar bastante a discussão no que toca o período que anteriormente se pretendia debater. Nota-se ainda, que a voz do Movimento Negro se faz sentir com força neste período em uma efervescência de artigos escritos pelos representantes deste movimento em jornais em circulação na época, movimentos de rua, festas, que são objeto de destaque na imprensa local, bem como, o esforço de esvaziar o 13 de Maio, “Dia da Abolição”, em detrimento do “Dia da Consciência Negra” em Curitiba.

No plano nacional, este demonstra a sua força ao longo do tempo, com o reconhecimento da importância política da data, com o reconhecimento do racismo no Brasil em 1995, o reconhecimento e a inscrição de Zumbi dos Palmares no Panteão dos Heróis Nacionais, ao lado de Tiradentes; a introdução da Semana da Consciência Negra e a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro nos currículos escolares; e finalmente a instituição do “Dia Nacional da Consciência Negra”, pela Presidenta Dilma Rousseff, mas, que no entanto, não tornou a data feriado nacional, evento que teria reforçado a importância simbólica do mesmo e

possivelmente criado uma nova instância de empoderamento à população negra, fatos que demonstram o grau de relevância política e simbólica da data.

O trabalho ainda explorou e procurou delimitar a agenda de eventos que culminaram com a criação do feriado da Consciência Negra em Curitiba, fruto de um debate que vai amadurecendo ao longo do tempo, na medida em que a data como efeméride não se apresenta num primeiro momento como opção, mas, pontualmente próximo da data comemorativa, apenas, como um ponto para reflexão na Câmara Municipal. O tema vai ganhando novos contornos à medida em que a data ganha relevância no cenário nacional, onde várias cidades e Estados, vão fazendo por conta a sua adoção como feriado. Fato que se dá também em Curitiba, concomitantemente a criação do COMPER e a introdução de outras atividades ligadas ao tema no Município. Neste ínterim, a ACP veio a se articular para intervir dentro e fora da Câmara para impor a retirada do tema em pauta de votação, sem lograr êxito, já que o tema foi levado a votação e aprovado na sessão 27 de Novembro de 2012, o que fez com que tomasse a atitude, que foi alvo de questionamento ameaçando a entrada justiça contra o feriado gerando grande alteração, mobilização pública e debates acalorados.

Acabou-se por fazer um itinerário que focou nos debates e embates, entre a Câmara Municipal, o Movimento Negro e os membros da ACP, por meio dos discursos proferidos por estes, através da análise da comunicação destes grupos, ou seja, as notas taquigráficas da CMC e a Comunicação Institucional da ACP. No que se percebe, a voz dos representantes do Movimento Negro, mitigada frente ao combate destes dois grandes grupos: a ACP e a CMC, na medida em que a voz deste movimento social, aparece pontualmente nos debates, entre os dois grupos que se utilizam de suas instituições em uma “queda de braço” onde o poder público se acha enfraquecido, na medida em que não logra êxito ao impor seus interesses.

Todavia, é importante reforçar que o Movimento Negro ganha um reforço importante, com a eleição do Vereador Mestre Pop, reconhecidamente negro, que se coloca enquanto negro e anuncia a defesa da pauta do feriado, frente a CMC, além de se utilizar do espaço para colocar em evidência o preconceito histórico da sociedade curitibana com relação aos negros que configura uma parte relevante do coeficiente populacional da cidade.

Além disto, é possível apreender como funcionaram as amarrações e as decisões políticas dentro da CMC, na medida em que os agentes apontam que para

a construção das leis e movimentos dentro da casa, se faz necessário além do seguimento dos trâmites legais, a necessidade de um concerto entre os entes, o que reforça o grau de racionalidade e organização em torno do 20 de Novembro, já que para tanto se faz necessário um conjunto de acordos bem amarrados e negociado entre os membros do legislativo, fato que faz com que a quase unanimidade em torno do feriado possa ser compreendido como um grande feito político. No entanto, esta quase unanimidade, não evitou que surgissem movimentos dentro da Câmara, que intentaram tornar a data um ponto facultativo.

Se evidencia o pouco caso por parte do Executivo, em relação a sansão do feriado, no qual respectivamente os ex-Prefeitos Luciano Ducci e Gustavo Fruet, procrastinaram em tomar uma posição frente a aprovação ou veto da efeméride, restando ao Presidente da Câmara à época Paulo Salamuni, assumir o ônus da questão.

O embate dos grupos, que pode ser lido através da análise de seus discursos apontam uma retração do tema e mesmo a mudança de posição da CMC, frente o feriado. Isto é, o fato de que não só os temas ligados ao 20 de Novembro, mas, os temas ligados à população negra e discussões correlatas vão diminuindo de intensidade, sofrem um problema de estigmatização como fica evidente nas falas dos Vereadores Mestre Pop e Professora Josete, que apesar das dificuldades vão encaminhando e empreendendo debates neste sentido.

Há ainda, com a passagem do tempo e a mudança dos membros da casa, uma mudança no discurso, onde os novos representantes passam a assumir um discurso mais conservador e, que em alguns casos repetem literalmente as posições e afirmações da ACP, dentro da CMC.

Também se observa um pleonasmo recorrente nas declarações da ACP, em torno da explicação de que a ação nada tem a ver com racismo, entretanto, procura sempre que pode relativizar a importância do feriado, apontando que “comemoração não é sinônimo de feriado”, “os prejuízos econômicos gerados pela parada”, “os cidadãos trabalhadores que serão atingidos pelo feriado”, que o lucro não pode se pautar pela “alegação de resgate histórico”, entre outras afirmações que objetivam esvaziar o sentido da data. É também um momento de balanço, para os membros da CMC, que entre participações dos membros do Movimento Negro, ponderações sobre a questão da interdição do Feriado na Justiça, tem que lidar com um caso de racismo contra o Vereador Mestre Pop que teria sido objeto de uma “brincadeira” do

Vereador Zé Maria, fato que acirra os ânimos na casa. É importante salientar que, de modo geral, e em alguns casos anteriores as reproduções das falas foram propositalmente extensas, isto se deve ao fato de que fragmentar as falas com tentativas infrutíferas ou impróprias de interpretação, poderiam esvaziar o sentido e pungência das mesmas, sendo assim, preferiu-se deixar que os atores se expressassem por si mesmo, fazendo aqui e ali as interferências mínimas que foram julgadas necessárias.

Procurou-se visibilizar e colocar em perspectiva a voz dos membros do Movimento Negro, das testemunhas e autoridades envolvidas neste debate. Observa-se que embora, não conseguindo efetivar a adoção do feriado no Município, os membros do movimento continuam elaborando e articulando novas estratégias, para implantação do feriado em caráter estadual.

Por outro lado evidencia o esforço dos agentes do Movimento Negro em mobilizar seus recursos e ações no sentido de levar à cabo a implementação da data, agora em na esfera Estadual. Embora, não tenham logrado êxito, estes demonstraram organização e senso de oportunidade, no sentido de dirigir racionalmente suas ações com objetivo de chegar a introdução do tema na ALEP.

Uma das hipóteses apontadas no trabalho é o que estava em jogo no embate pela aprovação do 20 de Novembro seria o lugar de poder da Câmara, já que esta estava passando por um período conturbado motivado por denúncias contra seu ex-Presidente João Cláudio Derosso. Alguns dos entrevistados chegaram a levantar esta questão que, embora, importante não foi levada à termo e dependeria de uma pesquisa à parte para averiguar o tema. Por outro lado, a possibilidade mais palpável é de que a Câmara estava, apenas, respondendo ao contexto progressista do momento, no qual a questão do Vinte era objeto de debates em todo o país, assim como as cotas, o ensino de História e Cultura Afro e a criação de Conselhos Municipais para Igualdade Racial, entre outros programas criados à época, voltados para as minorias.

O fato é que de qualquer modo, a questão gerou um debate profundo na sociedade curitibana e paranaense, que colocou em segundo plano um problema que, embora, tenha sido resolvido com o afastamento e cassação do ex-Vereador, deixou suas marcas na Câmara e em sua imagem que precisava ser melhorada. De qualquer maneira o lugar de poder da casa precisava ser reforçado, assim como a imagem melhorada.

Para tanto, precisamos compreender o lugar dos sujeitos no campo, iniciando pela ACP. A ACP é uma instituição que possui um grande número de capitais acumulados, neste caso, o capital social advindo das redes de relações “elitárias” inerentes à mesma, que tem como membros a elite econômica da cidade, que ocupam um espaço de sociabilidade marcado pela tradição, haja vista o fato desta ter mais de cem anos e ser um espaço de conagraçamentos das elites locais, ponto de encontro para debates políticos, jurídicos entre outros, que se configura também em um capital simbólico frente a outros grupos. Possui capital cultural, resultado do processo de socialização e formação de seus indivíduos, que é possível verificar no contato com a história dos membros da instituição nas obras de David Carneiro (1981) e Nilson Monteiro (2012), de outra forma se coloca também o poder de seu capital financeiro, de modo que a força relacional destes capitais se espraia, sobre um horizonte social extenso, na sociedade curitibana, o que configura este lugar como um espaço de poder na sociedade. Este poder pode ser observado pela fluidez com que os membros deste grupo passam de uma esfera a outra do poder, configurada na facilidade em acessar outros espaços de poder como a Câmara Municipal de Curitiba e seu presidente, a figura do Prefeito, entre outros aspectos, que podem ser observadas as falas dos entrevistados, em um dos casos uma fonte chega a afirmar que *“qual é o perfil que quer arrumar problemas com a ACP?”*, ou seja, constitui-se de fato em uma elite dentro do campo político, que age de modo autônomo ao impor seus interesses sobre a sociedade, uma vez que ao contrário do mundo do Legislativo, não necessita do voto do cidadão comum, mas antes das agendas e lógicas próprias da instituição.

A Câmara Municipal é formada por um grupo mais heterogêneo, que tem em comum o campo político e capacidade de movimentar certos capitais sociais (votos), relacionados com a sua ação dentro deste campo. Embora, a Câmara assim, como a ALEP, possuam um papel de poder reconhecido dentro da sociedade, um lugar firmado pela tradição política e social da instituição, ele é volátil e resultado de um conjunto de interações que depende em grande parte da força particular dos indivíduos e sua capacidade de compreender as leis do campo, a interiorização do habitus e mesmo a capacidade de reconversão para a manutenção deste poder. Devido a estes fatores se torna difícil, mas não improvável a ação em bloco deste grupo na defesa dos interesses coletivos dos mesmos. Fato que coloca a ACP em vantagem frente ao grupo, que embora contenha entre si representantes da classe

tradicional dominante, não os tem em número suficiente, e possivelmente não pode contar com a solidariedade destes quando o lugar do grupo se acha ameaçado, o que de fato torna a ação da CMC, frente a ACP algo notável e objeto de pesquisa, já que não foi possível descobrir o que teriam ditos os membros da associação de tão grave afim de gerar um grau de adesão, mesmo de ação do grupo tão concatenada para a aprovação do feriado e o enfrentamento à associação.

Os representantes do Movimento Negro, tem uma origem social comum, no sentido que os entrevistados, eram de modo geral, de origem periférica, com famílias vindas do interior do Paraná ou de outras regiões interioranas do país. Quanto a formação, possuem um grau de escolarização bastante variada, da mais fundamental à acadêmica. O processo de autorreconhecimento se deu durante suas trajetórias escolares devido em grande parte ao grau de alteridade e racismo experimentados neste ambiente. A formação política destes indivíduos se dá no convívio com seus pares, com base em vivências comuns, sendo por este motivo firmando os laços de conhecimento e reconhecimento recíprocos. Trata-se de um campo dinâmico que se acha em disputa entre os próprios agentes, que buscam entre outras questões a sua legitimação e o reconhecimento entre seus pares, embora, os elementos reconheçam e professem, ainda que a contragosto a centralidade ou a especialização de certos indivíduos em relação a determinados temas e questões. Fator que demonstra a fragmentação do grupo. Fragmentação que pode concorrer na dificuldade deste em alcançar certas demandas e, que somados a outras dificuldades impostas pelo social, contribui para a dificuldade em alcançar objetivos comuns. São de muitos modos, batalhadores no sentido empregado por Jessé Souza (2015), já que por não contarem com um grande capital financeiro e social dividem seu tempo entre a prática da militância - que exige certo grau de profissionalização e comprometimento, desprendimento e energia - e a luta diária pela sobrevivência, isto é, são trabalhadores militantes. Além disto, se acham inseridos no campo dos movimentos sociais, que pode ser encarado como um subcampo, no interior do campo político, com suas próprias particularidades e especificidades.

Os grupos descritos, se interseccionam no campo político, e ocupam este campo em menor ou maior grau, configurando certa hierarquia. Este microcosmo, composto pelos sujeitos políticos possui uma hierarquia, em que no centro se encontram os políticos profissionais, neste caso, a Câmara Municipal de Curitiba,

seguido da Associação Comercial do Paraná e finalmente pelos movimentos sociais encarnados na figura do Movimento Negro. É importante salientar que quem se encontra no centro do campo determina e estabelece as regras dentro do mesmo, frente ao antagonismo dos demais agentes que aspiram subverter a ordem estabelecendo suas preferências, neste sentido a luta, é um embate pelo poder de definir as regras do jogo. Neste particular, a ACP, parece desfrutar de um lugar bem estabelecido, na medida em que transita com fluência em vários campos, como é o caso do mundo jurídico, como se pode observar em diversos momentos, nas falas e alusões ao tema presente na comunicação do grupo, bem como, na fala de Edson Ramon. Observa-se também que a ACP, faz parte de um grupo maior o G7-PR, que envolve um conjunto de outras associações da área industrial e empresarial que lhe garantem uma extensão de rede de relações, contatos e suportes, aos quais os demais sujeitos se acham privados, mesmo a CMC.

Por outro lado, parece necessário observar as falas de poder da instituição seja para com a Câmara, seja para com a população negra através das falas de seus representantes, o que chama a atenção para a epígrafe feita na abertura desta obra, que destaca a fala de Darcy Ribeiro, no Programa Roda Viva de 1995, onde ao falar sobre a sociedade brasileira, educação e trabalho, faz alusão ao tema da escravidão e as questões do lugar social, remetendo as questões relativas ao campo e ao habitus dos indivíduos.

Ao tratar a escravidão, para pensar a sociedade brasileira, assim como fez Darcy Ribeiro, no fragmento apontado, Jessé Souza (2017), aponta a utilização banalizada deste termo, que seria de fato um conceito primordial para compreender a sociedade brasileira, já que o fim da escravidão não converteu o escravo em cidadão ou gerou a absorção deste pela sociedade, mas, o lançou nas franjas da sociedade, onde passou a compor a população brasileira empobrecida. Este fato é de suma importância, na medida em que o ódio legado aos trabalhadores escravizados ao longo do processo das transformações sociais em que se operam por meio de rupturas e permanências, sendo as primeiras frutos de mudanças profundas que levam ao abandono de estruturas socialmente arcaicas e que por conta disto perdem sua função social. O segundo caso tem a ver como elementos ou vestígios de relações sociais que não perdem a sua função, mas, antes ganham maior durabilidade na medida em que são ressignificadas ou ganham novos

significados sendo então reapropriadas socialmente, o que neste caso se aplica ao conceito de escravidão.

Neste caso, o elemento subjacente e invisibilizado nos debates que tratam sobre o que seria o “arquetipo” do brasileiro e sua identidade formadora, a escravidão teria em si os elementos de hierarquização e o ódio ao escravo, que dentro das transformações ocorridas em sociedade é reapropriado como ódio ao pobre, que serve ao mesmo tempo como elemento de distinção entre a classe média e a população pobre chamada pelo autor de modo provocativo de “ralé”. A ralé, neste caso é composta pela população pobre, branca ou negra, que sofre igualmente o ônus do léxico herdado desta relação. Por outro lado é importante ressaltar que a pobreza material, não é o único elemento à caracterizá-la como tal, uma vez que tanto a falta de capitais sociais, quanto culturais reforçam a desigualdade social, assim como, a estrutura de uma sociedade extremamente excludente e, que trata de modo igual os desiguais são parte dos elementos que acentuam ainda mais esta condição.

Portanto, compreender a relação entre escravidão e sociedade como resultado de uma herança escravocrata e de um processo civilizatório incompleto que a alçou a esta condição, reflete sobre o papel das classes privilegiadas em nossa sociedade, que detentoras de privilégios, buscam produzir discursos legitimadores de seus privilégios, buscando de forma muitas vezes cruel, desmobilizar a capacidade de articulação dos demais grupos, através da naturalização destes privilégios, onde

As classes superiores, que monopolizam capital econômico e cultural, têm que justificar, portanto, seus privilégios. O capital econômico se legitima com o empreendedorismo, de quem dá emprego e ergue impérios, e com o suposto bom gosto inato de seu estilo de vida, como se a posse do dinheiro fosse mero detalhe sem importância.

A legitimação dos privilégios da classe média é distinta. Como seu privilégio é invisível pela reprodução da socialização familiar que esconde seu trabalho prévio de formar vencedores, a classe média é a classe por excelência da meritocracia e da superioridade moral. Eles servem tanto para distingui-la e para justificar seus privilégios em relação aos pobres como também em relação aos ricos. É que, se os pobres são desprezados, os ricos são invejados. Existe uma ambiguidade nesse sentimento, em relação aos ricos, que vincula admiração e ressentimento. A suposta superioridade moral da classe média dá a sua clientela tudo aquilo que ela mais deseja: o sentimento de representarem o melhor da sociedade. Não só a classe que merece o que tem por esforço próprio, conforto que a falsa ideia da meritocracia propicia; mas, também, a classe que tem algo que ninguém tem, nem os ricos, que é a certeza de sua perfeição moral. (SOUZA, 2017, p.153)

O que em grande parte evidencia os discursos moralistas de preservação da tradição de defesa da sociedade feitas pela ACP, bem como, do valor do trabalho, a ideia de que o “povo não quer feriado, o povo deseja trabalho”, dos aludidos possíveis prejuízos causados pelo feriado, seriam uma expressão desta visão escravocrata.

Conforme Jessé Souza (2015), estes discursos tem objetivos de escamotear a realidade, assim como esconder os elementos perversos de dominação existentes que permitem o domínio da sociedade por uma parcela privilegiada sobre o restante, tendo como características a naturalização deste mando, bem como, a sujeição quase fatalista das populações pobres a esta condição. Questão que se torna evidente quando a ACP, afirma a autoridade de seu discurso reforçando a questão dos prejuízos ao comércio da cidade, sem no entanto, apoiar a sua fala e suas afirmações em uma planilha econômica, estudo de caso ou dados estatísticos. Bastou apenas afirmar que o prejuízo era de tal ordem e uma reportagem de jornal que aludia acerca dos prejuízos econômicos causados pelo feriado e este por si só tornou-se verdade.

No que, ao se debruçar sobre a obra de Souza (2015) em relação ao discurso posto pela ACP, pode, neste sentido evidenciar manipulação da realidade ou do olhar sobre a realidade como meio de legitimar o poder, evitando assim qualquer tipo de dissensão e/ou revolta dos grupos excluídos.

Há a permanência de um certo imaginário ou *modus operandi*, que parte de um corolário de “culturalismo conservador”, que se fundamenta em uma dicotomia entre povos/países avançados e povos/países atrasados do ponto de vista cultural, atribuindo aos segundos um “mal de origem” uma sina quase que inescapável que os liga ao atraso e ao subdesenvolvimento, somado a um “economicismo”, isto é, uma leitura da realidade que leva em conta questões econômicas deixando ao largo outros elementos significativos das sociedades, que se acham presentes no discurso da ACP, ao afirmar que o país tem feriados demais, se comparado a outros países desenvolvidos, elemento este último presente de forma subjetiva no discurso dos agentes da instituição.

Logicamente que estes discursos não brotam do vazio, mas são produzidos para se tornarem fatos evidentes por si mesmos, impondo-se de modo hegemônico, não pela violência, mas por uma racionalidade que se impõe como “violência

simbólica”, na medida em que se impõe também como um “arbitrário cultural dominante”, ou seja, como cultura socialmente reconhecida.

Sendo este ideário apresentado de modo fragmentário e construído de tal forma que a visão de mundo dos agentes é sempre superficial e por isto incapaz de transcender o olhar conservador da realidade reproduzindo por conta disto, uma espécie de tapume que impede os agentes de ver além, e por sua própria natureza, acaba de fato impedindo a transformação mais profunda da sociedade, mantendo a natureza arcaica ou a sobrevivência de certo arcaísmo na sociedade e suas relações.

Deste modo, parafraseando Souza (2015, p.13), a crítica a estas ideias deve ser a *“primeira trincheira de luta contra os ‘interesses dominantes’ que se perpetuam por se travestirem de supostos interesses de todos”*, o que de certa forma tem a ver com a desconstrução desta falsa ideia ou ideia falseada de bem comum, e apontar o mal moral, isto é, a liderança ou lideranças negativas que se utilizam da voz coletiva para defender seus pontos de vista e manter o status quo, em jogo de sobras à que remete às ideias platônicas relativas ao mito da caverna. Ou seja, há necessidade não apenas, que o lugar social e os privilégios destes grupos frente a outros na sociedade sejam, justificados para os demais, eles tem que ser convincentes o suficiente para dar paz de espírito e justificar aos próprios indivíduos os privilégios injustos que possuem.

Neste campo, os agentes do Movimento Negro, acabam por ter dificuldade de alcançar a opinião pública e outros extratos da população e mesmo de mobilizar recursos para se contrapor a este discurso. Entretanto, acabam por se utilizar de outros meios, como a articulação e o trabalho junto a outros indivíduos melhor situados no campo, para mobilizar certas agendas, ainda que em muitas ocasiões não consiga impor suas preferências como foi o caso do 20 de Novembro.

Obviamente que o caso em si não foi totalmente explicado, nem tão pouco esgotado, poderia se inquirir, por que a lei é realidade em muitos Estados e cidades, mas, não vale para outros, o que poderia ser verificado em um estudo comparativo. Outra questão a ser trabalhada seria o papel da imprensa paranaense neste debate, ou ainda, como se deu a movimentação jurídica da disputa. Existem muitos meandros a serem descobertos, que poderiam ser tratados em artigos ou mesmo em um estudo mais amplo em um doutorado.

Assim, parece lícito afirmar que a adoção do feriado da Consciência Negra,

parece ter se colocado como um problema por que à grosso modo, subverte lugares de poder estabelecidos, bem como, coloca em xeque um discurso sobre a cidade que destoa daquele que convenientemente tem os descendentes dos europeus como centro de referência e de olhar daquilo que se costumou a chamar da História da Cidade.

Por outro lado, poderia ainda, empoderar outros jogadores, que são considerados indesejados dentro da arena da vida política, estabelecendo uma nova ordem, não desejada no campo político e social da Cidade de Curitiba, a “Cidade de Todas as Gentes”.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UNB, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. RJ: Editora Bertrand, 1998.

CARNEIRO, David. **Perfil Histórico da Associação Comercial do Paraná e Galeria dos Presidentes**. Curitiba: REPRO-SET, 1981

CMC. Paulo Salamuni. **Nossa Memória: História de Curitiba e da Câmara Municipal. Lista dos ex-vereadores de Curitiba, desde 1947**. Disponível em: <https://www.cmc.pr.gov.br/galeria_ver.php> Acesso em: 14/02/2018

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso 06/12/2018.

GOHN, Maria da Glória. **Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina**. In: CADERNO CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set./Dez. 2008.

HOSHINO, Camilla; GHISI, Ednubia. Consciência negra para entender o Brasil: Veja opiniões, informações e dados sobre a questão racial no país. **Jornal Brasil de Fato** [online]. Curitiba (PR), 18 de Novembro de 2016. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/11/18/consciencia-negra-para-entender-o-brasil/>> Acesso em: 7 abr. 2018.

IANNI, Octávio. **As metamorfoses do escravo**. Curitiba: Editora da UFPR, 1988.

KAMEL, Ali. **Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor**. RJ: Editora Nova Fronteira 2006.

MONTEIRO, Nilson. **Pedaços de Muita Vida: A História dos 122 anos da Associação Comercial do Paraná**, Curitiba: Edição do Autor, 2012

MORAES, Pedro; SOUZA, Marcilene. **Invisibilidade, preconceito e violência racial em Curitiba**. Revista de Sociologia e Política, Nº 13, p. 7-16, novembro 1999.

OLIVEIRA, Dennison de. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Editora UFPR, 2000.

PASQUINO, Gianfranco Verbete “Movimentos Sociais”. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UNB, 2007.

PEREIRA, Elaine Aparecida Teixeira. **O conceito de campo de Pierre Bourdieu: possibilidade de análise para pesquisas em história da educação brasileira.** IN: Revista Linhas. Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 337–356, set./dez. 2015.

PEREIRA, Luis Fernando Lopes. **Paranismo, o Paraná inventado: cultura e imaginário no Paraná da Primeira República.** 2ª edição. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

PEREIRA, Magnus. **Semeando iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense (1829-1889).** Curitiba: Editora da UFPR, 1992.

PEREIRA, Marcos. **Compilação da maçonaria em Curitiba e arredores.** Curitiba: edição do autor, 2018.

RAMON, Edson. Edson José Ramon (2018) – Direito – Curitiba – Paraná. **Memórias Paraná.** Disponível em: <http://memoriasparana.com.br/edson-jose-ramon-2018-administracao-curitiba-parana/>. Acesso em: 30/08/2018

SANCHES, M. A. **O negro em Curitiba: a invisibilidade cultural do visível.** Curitiba: Dissertação Mestrado em Antropologia da UFPR. Curitiba, 1997

SILVEIRA, Oliveira. **Vinte de Novembro: história e conteúdo.** In: SILVA, P. B. G.; SILVÉRIO, V. R. (orgs). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica.** Brasília: Editora Inep/MEC, 2003. p. 21-42.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso: Da Escravidão à Lava Jato,** São Paulo: Editora Leya, 2017. 242p.

SOUZA, Jessé. **A Tolice da Inteligência Brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite.** São Paulo: Editora Leya, 2015.

TORRENS, Antonio Carlos. **A Câmara Municipal de Curitiba e o labor legislativo: as interfaces da representação política.** Curitiba: Doutorado em Sociologia da UFPR, 2015.

FONTES CONSULTADAS

CMC, **Ata da 46ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 4ª Sessão Legislativa,** da 15ª Legislatura, Realizada em: 20/11/2012.

CMC, **Ata da 47ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 4ª Sessão Legislativa,** da 15ª Legislatura, Realizada em: 21/11/2012.

CMC, **Ata da 48ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 4ª Sessão Legislativa,** da 15ª Legislatura, Realizada em: 26/11/ 2012.

CMC, Ata da 49ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 4ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, Realizada em: 27/11/ 2012.

CMC, Ata da 4ª Sessão Ordinária, do 1º Período Legislativo Ordinário, da 1ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, Realizada em: 18/02/2013.

CMC, Ata da 18ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 1ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, Realizada em: 11/09/2013.

CMC, Ata da 39ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 1ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, Realizada em: 05/11/2013.

CMC, Ata da 40ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 1ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, Realizada em: 06/11/2013.

CMC, Ata da 43ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 1ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, Realizada em: 13/11/2013.

CMC, Ata da 44ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 1ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, Realizada em: 18/11/2013.

CMC, Ata da 16ª Sessão Ordinária, do 1º Período Legislativo Ordinário, da 2ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, Realizada em: 19/03/2014.

CMC, Ata da 42ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 2ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, Realizada em: 10/11/2014.

CMC, Ata da 45ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 2ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, Realizada em: 17/11/2014.

CMC, Ata da 46ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 2ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, Realizada em: 18/11/2014.

CMC, Ata da 47ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 2ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, Realizada em: 19/11/2014.

CMC, Ata da 44ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 3ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, Realizada em: 18/11/2015.

CMC, Ata da 45ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 3ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, Realizada em: 23/11/2015.

CMC, Ata da 47ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 3ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, Realizada em: 25/11/2015.

CMC, Ata da 32ª Sessão Ordinária, do 1º Período Legislativo Ordinário, da 4ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, Realizada em: 20/04/2016.

CMC, Ata da 38ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 4ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, Realizada em: 07/11/2016.

André Passos **Proposição n° 055.00054.2001 de 20/11/2001.** Fonte: **Sistema de Proposições Legislativas – SPLII** disponível em: <<https://goo.gl/i2grGm>> Acesso em: 14/09/2016

Chicarelli - **Proposição 005.00048.2014 de 14/04/2014** Fonte: Sistema de Proposições Legislativas – SPLII Disponível em:<<https://goo.gl/kXCH64>> Acesso em: 14/09/2016

Clementino Vieira – **Proposição n°: 005.00148.2010 de 16/07/2010** Fonte: Sistema de Proposições Legislativas – SPLII Disponível em: <<https://goo.gl/S5X3DP>> Acesso em: 14/09/2016

Jorge Bernardi – **Proposição n°: 302.00142.2013 de 02/12/2013** Fonte: Sistema de Proposições Legislativas – SPLII Disponível em: <<https://goo.gl/SchTo9>> Acesso em: 14/09/2016

Jorge Bernardi – **Proposição n°: 067.00017.2014 de 17/08/2014** Fonte: Sistema de Proposições Legislativas – SPLII Disponível em:<<https://goo.gl/gcnzyx>> Acesso em: 14/09/2016

Jorge Bernardi – **Proposição n°: 407.00009.2015 de 03/08/2015** Fonte: Sistema de Proposições Legislativas – SPLII Disponível em:<<https://goo.gl/m9fCyj>> Acesso em: 14/09/2016

Manassés Oliveira – **Proposição n°: 005.00279.2006 de 20/11/2006.** Fonte: Sistema de Proposições Legislativas – SPLII Disponível em: <<https://goo.gl/91Lf5N>> Acesso em: 14/09/2016

Professor Galdino – **Proposição n°: 005.00446.2013 de 12/11/2013** Fonte: Sistema de Proposições Legislativas – SPLII Disponível em:<<https://goo.gl/i6x4Da>> Acesso em: 14/09/2016

Professora Josete – **Proposição n°: 407.00022.2013 de 22/11/2013** Fonte: Sistema de Proposições Legislativas – SPLII Disponível em: <<https://goo.gl/PmWGxJ>> Acesso em: 14/09/2016

Reinhold Stephanes Jr – **Proposição n°: 005.00295.2005 de 10/11/2005.** Fonte: Sistema de Proposições Legislativas – SPLII. Disponível em: <<https://goo.gl/UCBPN2>> Acesso em: 14/09/2016

Renata Bueno – **Proposição n°: 055.00027.2009 de 18/11/2009** Fonte: Sistema de Proposições Legislativas – SPLII Disponível em:<<https://goo.gl/wpcj3i>> Acesso em: 14/09/2016

Tico Kuzma - **Proposição n°: 401.00024.2012 de 12/06/2012** Fonte: Sistema de Proposições Legislativas – SPLII Disponível em:<<https://goo.gl/vLa6gV>> Acesso em: 14/09/2016

Tito Zeglin – **Proposição nº: 005.00129.2012 de 20/11/2012** Fonte: Sistema de Proposições Legislativas – SPLII Disponível em:<<https://goo.gl/36RqrR>> Acesso em: 14/09/2016

Tito Zeglin **Proposição nº: 005.00063.2013 de 05/02/2013** Fonte: Sistema de Proposições Legislativas – SPLII Disponível em:<<https://goo.gl/1WD8XK>> Acesso em: 14/09/2016

MATERIAL CONSULTADO

André Passos Fonte: **Instituto Edésio Passos – Quem Somos** Disponível em:<<https://www.institutoedesiopassos.com.br/quem-somos>> Acesso em: 14/02/2018

André Passos Fonte: **Eleições & Política – Eleições Municipais 2004** Disponível em:<<https://eleicoesepolitica.net/vereador2004/PR/75353/13131>> Acesso em: 14/02/2018

Clementino Vieira Fonte: **Blog do Campana** Disponível em:<<http://www.fabiocampana.com.br/2010/04/clementino-vieira-na-secretaria-do-trabalho/>> Acesso em: 14/02/2018

Algaci Tulio Fonte: **Portal G1: Vereador Algaci Túlio (PMDB) anuncia fim da carreira política após 30 anos** Disponível em:<<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2012/07/vereador-algaci-tulio-pmdb-anuncia-fim-da-carreira-politica-apos-30-anos.html>> Acesso em: 14/02/2018

Comissionados, empresários ou no desemprego: a vida dos ex-vereadores de Curitiba Fonte: **Gazeta do Povo** Disponível em:<<http://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/comissionados-empresarios-ou-no-desemprego-a-vida-dos-ex-vereadores-de-curitiba-282si4bl5372j9ct8eom439yr>> Acesso em: 14/02/2018

Gustavo Fruet Fonte: **Wikipedia** Disponível em:<https://pt.wikipedia.org/wiki/Gustavo_Fruet> Acesso em: 14/02/2018

Hélio Wirbiski Fonte: **Blog do Hélio Wirbiski** Disponível em:<<http://www.heliowirbiski.com.br/sobre-mim>> Acesso em: 14/02/2018

Iris Simões Fonte: **FGV-CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação História Contemporânea do Brasil** Disponível em:<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/simoes-iris>> Acesso em: 14/02/2018

Iris Simões Fonte: **Bonde: Iris Simões toma posse e anuncia fim da carreira política** Disponível em:< <https://www.bonde.com.br/bondenews/politica/iris-simoes-toma-posse-e-anuncia-fim-da-carreira-politica-248665.html>> Acesso em: 14/02/2018

Jair Cezar Fonte: **Wiki Adote um Vereador** Disponível em:<http://vereadores.wikia.com/wiki/Jair_C%C3%A9zar> Acesso em: 14/02/2018

Jair Cezar Fonte: **Gazeta do Povo: Guia dos Candidatos 2016-** Disponível em:<<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eleicoes/2016/guia-candidatos/curitiba-pr/vereador/jair-cezar-20200/>> Acesso em: 14/02/2018

Jair Cezar Fonte: **Eleições Uol 2016** Disponível em:<<https://eleicoes.uol.com.br/2012/candidatos/2012/vereador/pr/05111939-jair-cezar.htm>> Acesso em: 14/02/2018

João do Suco Fonte: **Eleições 2016** Disponível em:<<https://www.eleicoes2016.com.br/julieta-reis/>> Acesso em: 14/02/2018

João do Suco Fonte: **Câmara Municipal de Curitiba: Ex-Presidentes- João Luiz Cordeiro** Disponível em:<<https://www.cmc.pr.gov.br/galeria.php?ano=2012>> Acesso em: 14/02/2018

Jonny Stica Fonte: **Wiki Adote um Vereador** Disponível em:<http://vereadores.wikia.com/wiki/Jonny_Stica> Acesso em: 14/02/2018

Jonny Stica Fonte: **Gazeta do Povo: Guia dos Candidatos 2016 - Jonny Stica** Disponível em:<<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eleicoes/2016/guia-candidatos/curitiba-pr/vereador/jonny-stica-12000/>> Acesso em: 14/02/2018

Julieta Reis Fonte: **Eleições 2016** Disponível em:<<https://www.eleicoes2016.com.br/julieta-reis/>> Acesso em: 14/02/2018

Noemia Rocha Fonte: **Eleições 2016** Disponível em:<<https://www.eleicoes2016.com.br/noemia-rocha/>> Acesso em: 14/02/2018

Noemia Rocha Fonte: **Blog do Zé Beto** Disponível em:<<http://www.zebeto.com.br/as-vereadoras-de-curitiba/#.WpwuxcRv-mx>> Acesso em: 14/02/2018

Manassés Oliveira Fonte: **Uol Notícias: Políticos do Brasil - Manassés Oliveira** Disponível em:<<https://noticias.uol.com.br/politica/politicos-brasil/2008/vereador/19061964-manasses-oliveira.jhtm>> Acesso em: 14/02/2018

Manassés Oliveira Fonte: **Câmara Municipal de Curitiba: Notícias do Legislativo - Manassés Oliveira retorna à Câmara** Disponível em:<https://cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=10912> Acesso em: 14/02/2018

Marlene Zanin Fonte: **Nossa Memória: História de Curitiba e da Câmara Municipal - Lista dos ex-vereadores de Curitiba, desde 1947** Disponível em:<https://www.cmc.pr.gov.br/galeria_ver.php> Acesso em: 14/02/2018

Mario Celso Fonte: **Eleições & Políticas** Disponível em:<<https://eleicoesepolitica.net/vereador2008/PR/75353/40040>> Acesso em: 14/02/2018

Mario Celso Fonte: **Blog do Maio Celso** Disponível em:<<http://www.mariocelso.com.br/quem.php> > Acesso em: 14/02/2018
 Cláudio Derosso Fonte: **Wikipédia** Disponível em:<https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Cl%C3%A1udio_Derosso > Acesso em: 14/02/2018

Marlene Zanin Fonte: **Blog do Zé Beto - As vereadoras de Curitiba** Disponível em:<<http://www.zebeto.com.br/as-vereadoras-de-curitiba/#.Wn5DAXTJ1pg>> Acesso em: 14/02/2018

Pedro Paulo Fonte: **Gazeta do Povo: Guia dos Candidatos 2016- Pedro Paulo** Disponível em:<<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eleicoes/2016/guia-candidatos/curitiba-pr/vereador/pedro-paulo-12111/>> Acesso em: 14/02/2018

Pedro Paulo Fonte: **Gazeta do Povo: Vereador Pedro Paulo (PT) é o líder do prefeito na Câmara de Curitiba** Disponível em:<<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2013/01/vereador-pedro-paulo-pt-e-o-lider-do-prefeito-na-camara-de-curitiba.html>> Acesso em: 14/02/2018

Professora Josete Fonte: **Eleições 2016** Disponível em:<<https://www.eleicoes2016.com.br/professora-josete/>> Acesso em: 14/02/2018

Professora Josete Fonte: **Blog do Zé Beto** Disponível em:<<http://www.zebeto.com.br/as-vereadoras-de-curitiba/#.WpwuxcRv-mx>> Acesso em: 14/02/2018

Reinhold Stephanes Junior Fonte: **Wikipédia** Disponível em:<https://pt.wikipedia.org/wiki/Reinhold_Stephanes_Junior> Acesso em: 14/02/2018

Reinhold Stephanes Junior Fonte: **Assembleia Legislativa do Paraná - Reinhold Stephanes Junior** Disponível em:<<http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/55-stephanes-junior>> Acesso em: 14/02/2018

Renata Bueno Fonte: **Wikipédia** Disponível em:<https://pt.wikipedia.org/wiki/Renata_Bueno> Acesso em: 14/02/2018

Sabino Picolo Fonte: **Eleições 2016** Disponível em:<<https://www.eleicoes2016.com.br/sabino-picolo/>> Acesso em: 14/02/2018
 Sabino Picolo Fonte: **Câmara Municipal de Curitiba: Vereadores – Sabino Picolo** Disponível em:<https://www.cmc.pr.gov.br/ver_det.php?ver=33> Acesso em: 14/02/2018

Sabino Picolo Fonte: **Jornal Tribuna do Paraná.** Disponível em:<<http://www.tribunapr.com.br/noticias/politica/curitiba-tem-milionarios-concorrendo-ao-cargo-de-vereador-veja-os-mais-ricos/>> Acesso em: 14/02/2018

Tiago Gevert Fonte: **Gazeta do Povo: Guia dos Candidatos 2016 - Tiago Gevert**
Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eleicoes/2016/guia-candidatos/curitiba-pr/vereador/tiago-gevert-20100/>> Acesso em: 14/02/2018

Tico Kusma Fonte: Câmara Municipal de Curitiba: Vereadores – Tico Kusma
Disponível em: <https://www.cmc.pr.gov.br/ver_det.php?ver=36> Acesso em: 14/02/2018

Tico Kusma Fonte: **Eleições 2016 – Tico Kusma** Disponível em: <<https://www.eleicoes2016.com.br/tico-kuzma/>> Acesso em: 14/02/2018

Tito Zeglin Fonte: **Gazeta do Povo: Eleições 2016 Guia dos Candidatos – Tito Zeglin** Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eleicoes/2016/guia-candidatos/curitiba-pr/vereador/tito-zeglin-12345/>> Acesso em: 14/02/2018

Tito Zeglin Fonte: **Câmara Municipal de Curitiba: Notícias Do Legislativo - Vereador da capital é recordista em mandatos consecutivos** Disponível em: <http://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=19713#&panel1-1> Acesso em: 14/02/2018

Tito Zeglin Fonte: **The Cities** Disponível em: <<https://www.thecities.com.br/Brasil/Paran%C3%A1/Curitiba/Poder-P%C3%BAblico/Poder-Legislativo-municipal/Mandato-2013-2016/Vereadores/Tito-Zeglin/2340/>> Acesso em: 14/02/2018

Zezinho do Sabará Fonte: **Eleições 2016** Disponível em: <<https://www.eleicoes2016.com.br/zezinho-do-sabara/>> Acesso em: 14/02/2018

Zezinho do Sabará Fonte: **Câmara Municipal de Curitiba: Vereadores- Zezinho do Sabará** Disponível em: <https://www.cmc.pr.gov.br/ver_det.php?ver=3492> Acesso em: 14/02/2018

Projeto de Decreto Legislativo: Prêmio Cultura e Divulgação. **SPLII**. Disponível em: <https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=&popup=s&chamado_por_link&pro_id=1873&pesquisa=Adegmar%20Silva> Acesso em: 14/04/2017

Pastor Valdemir Fonte: **Eleições & Política** Disponível em: <<https://eleicoesepolitica.net/vereador2000/PR/75353/11698>> Acesso em: 14/02/2018

Pastor Valdemir Fonte: **Portal G1: Ex-vereador que votou por colega em Curitiba faz 'viagem missionária'** Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/04/ex-vereador-que-votou-por-colega-em-curitiba-faz-viagem-missionaria.html>> Acesso em: 14/02/2018

Debatida elaboração de plano com políticas de igualdade racial. **Notícias do Legislativo.** Disponível

em: <https://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=28940#&panel1-1> 01/10/2018

Chicarelli Fonte: **Gazeta do Povo: Guia dos Candidatos 2016** - Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eleicoes/2016/guia-candidatos/curitiba-pr/vereador/chicarelli-27123/>> Acesso em: 14/02/2018

Ailton Araujo Fonte: **Eleições Uol 2012** Disponível em: <<https://eleicoes.uol.com.br/2012/candidatos/2012/vereador/pr/11051942-ailton-araujo.htm>> Acesso em: 14/02/2018

Professor Galdino Fonte: **Wiki Adote um Vereador** Disponível em: <<http://vereadores.wikia.com/wiki/Galdino>> Acesso em: 14/02/2018

Professor Galdino Fonte: **Wikiquote** Disponível em: <https://pt.wikiquote.org/wiki/Professor_Galdino> Acesso em: 14/02/2018

Professor Galdino Fonte: **Jornal Tribuna do Paraná: Professor Galdino é suspenso de seu mandato de vereador em Curitiba** Disponível em: <<http://www.tribunapr.com.br/noticias/politica/professor-galdino-e-suspenso-de-seu-mandato-de-vereador-em-curitiba/>> Acesso em: 14/02/2018

Edson Ramon é Vulto Emérito de Curitiba. Fonte: **Associação Comercial do Paraná** Disponível em: <https://acpr.com.br/noticias/edson-ramon-e-vulto-emerito-de-curitiba/> Acesso em: 7 abr. 2018.

SENKOVSKI, Antônio. Aprovado projeto que torna feriado o Dia da Consciência Negra em Curitiba. Fonte: **Associação Comercial do Paraná** Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1321979> Acesso em: 7 abr. 2018.

Geara defende posição da ACP na Câmara Municipal. Fonte: **Associação Comercial do Paraná** Disponível em: <http://www.acpr.com.br/site/2012/11/geara-defende-posicao-da-acp-na-camara-municipal/> Acesso em: 7 abr. 2018.

ACP esclarece posição quanto a feriado da Consciência Negra. Fonte: **Associação Comercial do Paraná** Disponível em: <http://www.acpr.com.br/site/2012/11/acp-esclarece-posicao-quanto-a-feriado-da-consciencia-negra/> Acesso em: 7 abr. 2018.

BARAN, Katna. Dia da Consciência Negra será feriado em Curitiba. Fonte: **Associação Comercial do Paraná** Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1334996> Acesso em: 7 abr. 2018.

ACP estuda ação judicial contra feriado da Consciência Negra. Fonte: **Associação Comercial do Paraná** Disponível em: <http://www.acpr.com.br/site/2013/01/acp-estuda-acao-judicial-contr-feriado-da-consciencia-negra/> Acesso em: 7 abr. 2018.

Presidente da ACP se encontra com líderes de movimentos sociais. Fonte: **Associação Comercial do Paraná** Disponível

em:<http://www.acpr.com.br/site/2013/01/presidente-da-acp-se-encontra-com-lideres-de-movimentos-sociais/> Acesso em: 7 abr. 2018.

Nota de esclarecimento – Dia da Consciência negra. Fonte: **Associação Comercial do Paraná** Disponível em:<http://www.acpr.com.br/site/2013/11/8451> Acesso em: 7 abr. 2018.

Associação Comercial do Paraná, foi fundada e 6 de Agosto de 1890 pelo Barão do Serro Azul, são mais de 122 anos de História. Fonte: **Associação Comercial do Paraná** Disponível em:<http://www.curitibaantiga.com/nostalgia/Associacao-Comercial-do-Parana.html> Acesso em: 7 abr. 2018.

Fundador da ACP é lembrado em dia de combate à violência contra as mulheres. Fonte: **Associação Comercial do Paraná** Disponível em:<http://www.acpr.com.br/site/2013/12/fundador-da-acp-e-lembrado-em-dia-de-combate-a-violencia-contra-as-mulheres/> Acesso em: 7 abr. 2018.

Leia a íntegra do discurso do ex-presidente Edson José Ramon. Fonte: **Associação Comercial do Paraná** Disponível em:<https://acpr.com.br/noticias/leia-a-integra-do-discurso-do-ex-presidente-edson-jose-ramon/> Acesso em: 7 abr. 2018.

Edson Ramon fala sobre a ACP em programa televisivo Fonte: **Associação Comercial do Paraná** Disponível em:<http://www.acpr.com.br/site/2014/05/edson-ramon-fala-sobre-a-acp-em-programa-televisivo/> Acesso em: 7 abr. 2018.

ACP e Centro Cultural Humaitá assinam termo de patrocínio. Fonte: **Associação Comercial do Paraná** Disponível em:<https://acpr.com.br/noticias/acp-e-centro-cultural-humaita-assinam-termo-de-patrocínio/> Acesso em: 7 abr. 2018.

RAMON, Edson José. Comemoração não é sinônimo de feriado p.3. Fonte: **Revista do Comércio nº166** [online]. Curitiba, Fev/Mar 2013. Disponível em: <https://issuu.com/acprc/docs/revistamarco> Acesso em: 7 abr. 2018.

ACP ingressa com ação contra feriado p.12. Fonte: **Revista do Comércio nº166** [online]. Curitiba, Fev/Mar 2013. Disponível em: <https://issuu.com/acprc/docs/revistamarco> Acesso em: 7 abr. 2018.

RAMON, Edson José. Ética em primeiro lugar p.3. Fonte: **Revista do Comércio nº169** [online]. Curitiba, Ago/Set 2013. Disponível em:<https://issuu.com/acprc/docs/agostosetembro> Acesso em: 7 abr. 2018.

Dia da Consciência Negra: ACP diz que TJ respeitou o princípio federativo p.25. Fonte: **Revista do Comércio nº170** [online]. Curitiba, Nov/Dez 2013. Disponível em: <https://issuu.com/acprc/docs/revistanovembrodezembro> Acesso em: 7 abr. 2018.

G TRIBUNAL – JUDICIÁRIO DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ p.36. Fonte: **Revista do Comércio nº 170** [online]. Curitiba, Nov/Dez 2013. Disponível em: <https://issuu.com/acprc/docs/revistanovembrodezembro> Acesso em: 7 abr. 2018.

RAMON, Edson José. Um tempo para novas conquistas: época de desbravar novos caminhos e enfrentar novos desafios p.03. Fonte: **Revista do Comércio nº172 [online]**. Curitiba, Jul/Ago 2014. Disponível em: <https://issuu.com/acprc/docs/revistadocomerciojulhoagosto2014> Acesso em: 7 abr. 2018.

ACP ganha batalha contra os feriados p.18. Fonte: **Revista do Comércio nº172 [online]**. Curitiba, Jul/Ago 2014. Disponível em: <https://issuu.com/acprc/docs/revistadocomerciojulhoagosto2014> Acesso em: 7 abr. 2018.

2015: um ano de enfrentamento para o comércio p.13. **Revista do Comércio nº174 [online]**. Curitiba, Jan/Fev/Mar 2015. Disponível em: <https://issuu.com/acprc/docs/jan-fev-marc> Acesso em: 7 abr. 2018.

E – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ E.1 – Projetos de Lei 15 - PL no 75 – 08.03.2017 – Consciência Negra. Fonte: **Revista do Comércio nº182 [online]**. Curitiba, Mar/Abr 2015. Disponível em: https://issuu.com/acprc/docs/acp_182_web_15_mai_2017 Acesso em: 7 abr. 2018.

Spray, Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados (PR) - 1955 a 1983, 19 de Novembro de 1981 Caderno 1 p.2 Fonte: **Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional** Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=761672&PagFis=149286&Pesq=consci%C3%aancia%20negra> Acesso em: 30/08/2018

Preconceitos. Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados (PR) - 1955 a 1983, 20 de Novembro de 1981, Caderno 1 p.2 Fonte: **Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional** Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672&pesq=consci%C3%AAncia%20negra&pasta=ano%201976\edicao> Acesso em: 30/08/2018

BARROS, Nelson Farias de. Linha de Frente. Correio de Notícias (PR) - 1980 a 1989 Fonte: **Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional** Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/325538_01/3693?pesq=consci%C3%AAncia%20negra Acesso em: 30/08/2018

A Cultura e a Causa Negra. Correio de Notícias (PR) - 1980 a 1989, 9 de maio de 1986, p.20 Fonte: **Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional** Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/325538_01/11642?pesq=consci%C3%AAncia%20negra Acesso em: 30/08/2018

NEGRÃO, Télia. Libertos, Ficaram Negros. Correio de Notícias (PR) - 1980 a 1989, 13 de Maio de 1986, p. 3 Fonte: **Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional** Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/325538_01/11693?pesq=consci%C3%AAncia%20negra Acesso em: 30/08/2018

VILLELA JR., Justino. Um show diferente vai marcar a passagem do “Dia da Abolição”. Correio de Notícias (PR) - 1980 a 1989, 13 de Maio de 1986, p.8 Fonte: **Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional** Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/325538_01/11698?pesq=consciência negra> Acesso em: 30/08/2018

MORAES, Luiz Augusto de. “20 de Novembro Axé-Babá, Negro Zumbi”. Correio de Notícias (PR) - 1980 a 1989, 20 de Novembro de 1987, p.16 Fonte: **Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional** Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/325538_01/22357?pesq=consciência negra> Acesso em: 30/08/2018

LIMA, Paulo Rolando. “ Zumbi, o maior negro do Brasil”. Correio de Notícias (PR) - 1980 a 1989 , 5/6 de Dezembro de 1987 , p.38 Fonte: **Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional** Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/325538_01/22661?pesq=consciência negra> Acesso em: 30/08/2018

A Comunidade negra de Curitiba faz um protesto, em silêncio. Correio de Notícias (PR) - 1980 a 1989, 13 de maio de 1988, p.9 Fonte: **Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional** Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/325538_01/26022?pesq=consciência negra> Acesso em: 30/08/2018

Grandes atrações na Cinemateca, Correio de Notícias (PR) - 1980 a 1989, 1º de Novembro de 1989, p.P5 Fonte: **Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional** Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/325538_01/35888?pesq=consciência negra> Acesso em: 30/08/2018.

LOPES, Adélia Maria. Os Negros dos Campos Gerais: sem Zumbi nem Lei Aurea, Jornal do Nicolau Ano I nº 5 Maio 1987 , p.12-13 Fonte: **Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional** Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/800112/124?pesq=consciência negra>> Acesso em: 30/08/2018

Painel, Jornal do Nicolau Ano I nº11 Maio 1988 ,p.2-3 Fonte: **Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional** Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/800112/282?pesq=consciência negra>> Acesso em: 30/08/2018

Dnn3531- DECRETO DE 20 DE NOVEMBRO DE 1995, BRASIL. Fonte: **Site do Planalto** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/Anterior%20a%202000/1995/Dnn3531.htm> Acesso em: 30/08/2018

LEI No 10.639, 9 DE JANEIRO DE 2003, BRASIL. Fonte: **Site do Planalto** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm> Acesso em: 30/08/2018

LEI No 12.519, 10 DE NOVEMBRO DE 2011. BRASIL. Fonte: **Site do Planalto** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/L12519.htm> Acesso em: 30/08/2018

LEI Nº 9.315, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1996 Fonte: **Site do Planalto** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9315.htm> Acesso em: 30/08/2018

SISTEMA DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS – SPLII
<<http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/system/MainMenu.jsp>>

Sobre. Fonte: **Um Baile Bom**. Disponível em: <https://umbailebom.wordpress.com/> Acesso em: 7 abr. 2018.

Heteronormatividade. Fonte: **Wikipédia**. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Heteronormatividade>> Acesso em: 04/04/2017

Saul Dorval. Fonte: **Eleições 2016**. Disponível em: <<https://www.eleicoes2016.com.br/saul-dorval/>> Acesso em: 04/04/2018

Movimento negro tem seu candidato. Fonte: **Bem Paraná** Disponível em: <<http://www.bemparana.com.br/tupan/movimento-negro-tem-seu-candidato/>> Acesso em: 04/04/2018

Peemedebista nega, mas se apresenta. Fonte: **AfroPress**. Disponível em : <<http://www.afropress.com/post.asp?id=11749>> Acesso em: 04/04/2018

Concurso público destina cota para negros. Fonte: **Folha de Londrina**. Disponível em: <<http://www.folhadelondrina.com.br/geral/concurso-publico-destina-cota-para-negros-483519.html>> Acesso em: 04/04/2018

Requião o Gerentão. Fonte: **Bem Paraná**. Disponível em: <<http://www.bemparana.com.br/politicaemdebate/index.php/2007/10/10/requiao-o-gerentao/>> Acesso em: 04/04/2018

Memorial Africano é inaugurado em Curitiba :O Memorial é uma homenagem de Curitiba ao povo. Fonte: **Tribuna**. Disponível em: <<https://www.tribunapr.com.br/noticias/parana/memorial-africano-e-inaugurado-em-curitiba/>> Acesso em: 04/04/2018

Saul Dorval da Silva. Fonte: **Bem Paraná**. Disponível em: <<http://www.bemparana.com.br/tupan/tag/saul-dorval-da-silva/>> Acesso em: 04/04/2018

Saul Dorval. Fonte: **Eleições 2016**. Disponível em: <<https://www.eleicoes2016.com.br/saul-dorval/>> Acesso em: 04/04/2018

Luciano Ducci. Fonte: **Wikipédia**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Luciano_Ducci> Acesso em: 04/04/2018

Art. 215. **Senado Federal**. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988_04.10.2017/art_215_.asp> Acesso em: 04/04/2018

Mestre Pop :Adilson Alves Leandro - Vereador - PSC - Curitiba – Pr. Fonte: **Eleições & Política.** Disponível em: <https://www.eleicoesepolitica.net/vereador2016/vereador/PR/75353/20020>> Acesso em:07/04/2018

Mestre Pop. Fonte: **CMC.** Disponível em: https://www.cmc.pr.gov.br/ver_det.php?ver=4873> Acesso em:07/04/2018

Élcio José Pereira. Fonte: **Uol Notícias.** Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/politicos-brasil/2008/vereador/15011964-elcio-pereira.jhtm>> Acesso em:03/05/2018

Plenário aprova classificação indicativa para diversões: Vulto Emérito. Fonte: **CMC.** Disponível em:<http://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=29643#&panel1-1> Acesso em:03/05/2018

Élcio José Pereira. Levantamento das Legislaturas e Vereadores (1947-2020). Fonte: **CMC.** Disponível em:<https://www.cmc.pr.gov.br/down/NOSSA_MEMORIA/vereadores_de_curitiba.pdf> Acesso em:03/05/2018

Este é o Viaduto Capanema hoje! Fonte: **Centro Cultural Humaitá.** Disponível em: <https://informativocentroculturalhumaita.wordpress.com/revitalize/> Acesso em: 14/04/2017

Centro Cultural Humaitá. Disponível em: <https://informativocentroculturalhumaita.wordpress.com/>> Acesso em: 14/04/2017

Tribuna Livre recebe líder da cultura afro-brasileira no Paraná. Fonte: Notícias do Legislativo. Disponível em:<https://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=19478> Acesso em: 14/04/2017

RESENDE,Narley. Pela primeira vez no Brasil, uma travesti negra recebe título de doutora. Fonte: **Portal Paraná** (Online). Disponível em: <https://paranaportal.uol.com.br/geral/pela-primeira-vez-no-brasil-uma-travesti-negra-recebe-titulo-de-doutora/>> Acesso em: 04/04/2017

Oliveira Silveira. **Literafro - O portal da literatura Afro-Brasileira Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais** Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/353-oliveira-silveira>> Acesso em:7 abr. 2018.

Spray, Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados (PR) - 1955 a 1983, 19 de Novembro de 1981 Caderno 1 p.2 Fonte: **Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional** Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/docreader.aspx?bib=761672&pagfis=149286&pesq=consci%c3%aancia%20negra>> Acesso em: 30/08/2018

Preconceitos. Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados (PR) - 1955 a 1983,20 de Novembro de 1981, Caderno 1 p.2 Fonte: **Hemeroteca Digital**

Brasileira da Biblioteca Nacional Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672&pesq=consci%C3%A2ncia%20negra&pasta=ano%201976\edicao> Acesso em: 30/08/2018

BARROS, Nelson Farias de. Linha de Frente. Correio de Notícias (PR) - 1980 a 1989 Fonte: **Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional** Disponível em:<[http://memoria.bn.br/DocReader/325538_01/3693?pesq=consciência negra](http://memoria.bn.br/DocReader/325538_01/3693?pesq=consci%C3%A2ncia%20negra)>Acesso em: 30/08/2018

A Cultura e a Causa Negra. Correio de Notícias (PR) - 1980 a 1989, 9 de maio de 1986, p.20 Fonte: **Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional** Disponível em:<[http://memoria.bn.br/DocReader/325538_01/11642?pesq=consciência negra](http://memoria.bn.br/DocReader/325538_01/11642?pesq=consci%C3%A2ncia%20negra)>Acesso em: 30/08/2018

NEGRÃO, Télia. Libertos, Ficaram Negros. Correio de Notícias (PR) - 1980 a 1989 ,13 de Maio de 1986 , p. 3 Fonte: **Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional** Disponível em:<[http://memoria.bn.br/DocReader/325538_01/11693?pesq=consciência negra](http://memoria.bn.br/DocReader/325538_01/11693?pesq=consci%C3%A2ncia%20negra)>Acesso em: 30/08/2018

VILLELA JR., Justino. Um show diferente vai marcar a passagem do “Dia da Abolição”. Correio de Notícias (PR) - 1980 a 1989,13 de Maio de 1986, p.8 Fonte: **Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional** Disponível em:<[http://memoria.bn.br/DocReader/325538_01/11698?pesq=consciência negra](http://memoria.bn.br/DocReader/325538_01/11698?pesq=consci%C3%A2ncia%20negra)>Acesso em: 30/08/2018

MORAES, Luiz Augusto de. “20 de Novembro Axé-Babá, Negro Zumbi”. Correio de Notícias (PR) - 1980 a 1989, 20 de Novembro de 1987, p.16 Fonte: **Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional** Disponível em:<[http://memoria.bn.br/DocReader/325538_01/22357?pesq=consciência negra](http://memoria.bn.br/DocReader/325538_01/22357?pesq=consci%C3%A2ncia%20negra)>Acesso em: 30/08/2018

LIMA, Paulo Rolando. “ Zumbi, o maior negro do Brasil”. Correio de Notícias (PR) - 1980 a 1989 , 5/6 de Dezembro de 1987 , p.38 Fonte: **Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional** Disponível em:<[http://memoria.bn.br/DocReader/325538_01/22661?pesq=consciência negra](http://memoria.bn.br/DocReader/325538_01/22661?pesq=consci%C3%A2ncia%20negra)>Acesso em: 30/08/2018

A Comunidade negra de Curitiba faz um protesto, em silêncio. Correio de Notícias (PR) - 1980 a 1989, 13 de maio de 1988, p.9 Fonte: **Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional** Disponível em:<[http://memoria.bn.br/DocReader/325538_01/26022?pesq=consciência negra](http://memoria.bn.br/DocReader/325538_01/26022?pesq=consci%C3%A2ncia%20negra)>Acesso em: 30/08/2018

Grandes atrações na Cinemateca, Correio de Notícias (PR) - 1980 a 1989, 1º de Novembro de 1989, p.P5 Fonte: **Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional** Disponível

em:<http://memoria.bn.br/DocReader/325538_01/35888?pesq=consciência negra>Acesso em: 30/08/2018.

LOPES, Adélia Maria. Os Negros dos Campos Gerais: sem Zumbi nem Lei Aurea, Jornal do Nicolau Ano I nº 5 Maio 1987 , p.12-13 Fonte: **Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional** Disponível em:<<http://memoria.bn.br/DocReader/800112/124?pesq=consciência negra>>Acesso em: 30/08/2018

Painel, Jornal do Nicolau Ano I nº11 Maio 1988 ,p.2-3 Fonte: **Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional** Disponível em:<<http://memoria.bn.br/DocReader/800112/282?pesq=consciência negra>>Acesso em: 30/08/2018

Dnn3531- DECRETO DE 20 DE NOVEMBRO DE 1995, BRASIL. Fonte: **Site do Planalto** Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/Anterior%20a%202000/1995/Dnn3531.htm>Acesso em: 30/08/2018

LEI No 10.639, 9 DE JANEIRO DE 2003, BRASIL. Fonte: **Site do Planalto** Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm>Acesso em: 30/08/2018

LEI No 12.519, 10 DE NOVEMBRO DE 2011.BRASIL. Fonte: **Site do Planalto** Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/L12519.htm>Acesso em: 30/08/2018

LEI Nº 9.315, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1996 Fonte: **Site do Planalto** Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9315.htm>Acesso em: 30/08/2018

CLEVERSON MARINHO TEIXEIRA. FGVCPDOC. Disponível em:<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cleverson-marinho-teixeira>> Acesso em : 20/11/2018

FÉLIX, Rosana. Com 81% de aceitação, curitibanos aprovam o Dia da Consciência Negra. **Gazeta do Povo**. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/com-81-de-aceitacao-curitibanos-aprovam-o-dia-da-consciencia-negra-129y8k3neev337z81aqp5y1hv/>> Acesso em: 20/11/2018

Este é o Viaduto Capanema hoje! **Centro Cultural Humaitá**. Disponível em:<<https://informativocentroculturalhumaita.wordpress.com/revitalize/>> Acesso em: 14/04/2017

Centro Cultural Humaitá. Disponível em:<<https://informativocentroculturalhumaita.wordpress.com/>> Acesso em: 14/04/2017

Projeto de Decreto Legislativo: Prêmio Cultura e Divulgação. **SPLII**. Disponível em:<https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_atuacao=&popup=s&chamado_por_link&pro_id=1873&pesquisa=Adegmar%20Silva> Acesso em:14/04/2017

Debatida elaboração de plano com políticas de igualdade racial. **Notícias do Legislativo.** Disponível em: <https://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=28940#&panel1-1> 01/10/2018

PLPs - Promotoras Legais Populares. **Facebook** Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/pg/PLPs-Promotoras-Legais-Populares-447932518729410/about/?ref=page_internal> Acesso em: 7 abr. 2018.

Sobre. Um Baile Bom. Disponível em: <<https://umbailebom.wordpress.com/>> Acesso em: 7 abr. 2018.

Tribuna Livre recebe líder da cultura afro-brasileira no Paraná. **Notícias do Legislativo.** Disponível em: <https://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=19478> Acesso em: 14/04/2017

Denilto Laurindo. **Eleições & Política.** Disponível em: <<https://www.eleicoesepolitica.net/vereador2012/PR/74250/65999>> Acesso em: 01/10/2018

RESENDE, Narley. Pela primeira vez no Brasil, uma travesti negra recebe título de doutora. **Portal Paraná** (Online). Disponível em: <<https://paranaportal.uol.com.br/geral/pela-primeira-vez-no-brasil-uma-travesti-negra-recebe-titulo-de-doutora/>> Acesso em: 04/04/2017

WARE, Vron (org.). Branquidade: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, . Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

Heteronormatividade. **Wikipédia.** Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Heteronormatividade>> Acesso em: 04/04/2017

Plenário aprova classificação indicativa para diversões: Vulto Emérito. **CMC.** Disponível em: <http://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=29643#&panel1-1> Acesso em: 03/05/2018

Movimento negro tem seu candidato. **Bem Paraná** Disponível em: <<http://www.bemparana.com.br/tupan/movimento-negro-tem-seu-candidato/>> Acesso em: 04/04/2018

Peemedebista nega, mas se apresenta. **AfroPress.** Disponível em : <<http://www.afropress.com/post.asp?id=11749>> Acesso em: 04/04/2018

Funcionalismo terá cotas para negros. **FETEC-Pr.** Disponível em: <<http://www.fetecpr.org.br/funcionalismo-tera-cotas-para-negros/>> Acesso em: 04/04/2018

Concurso público destina cota para negros. **Folha de Londrina.** Disponível em: <<http://www.folhadelondrina.com.br/geral/concurso-publico-destina-cota-para-negros-483519.html>> Acesso em: 04/04/2018

Requião o Gerentão. Bem Paraná. Disponível em: <<http://www.bemparana.com.br/politicaemdebate/index.php/2007/10/10/requiao-o-gerentao/>> Acesso em:04/04/2018

Saul Dorval da Silva. **Bem Paraná.** Disponível em:<<http://www.bemparana.com.br/tupan/tag/saul-dorval-da-silva/>>Acesso em:04/04/2018

Saul Dorval. **Eleições 2016.**Disponível em: <<https://www.eleicoes2016.com.br/saul-dorval/>> Acesso em:04/04/2018

Memorial Africano é inaugurado em Curitiba :O Memorial é uma homenagem de Curitiba ao povo. **Tribuna.** Disponível em:<<https://www.tribunapr.com.br/noticias/parana/memorial-africano-e-inaugurado-em-curitiba/>> Acesso em:04/04/2018

Conselho da Igualdade Racial empossa seus integrantes. Secretaria da Justiça, trabalho e Direitos Humanos – SEJU. Disponível em: <<http://www.trabalho.pr.gov.br/2018/6/47,/>> Acesso em: 10/10/2018

Oliveira Silveira. **Literafro - O portal da literatura Afro-Brasileira Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais** Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/353-oliveira-silveira>> Acesso em:7 abr. 2018.

PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN). ACP e SINDUSCOM-PR e Câmara Municipal de Curitiba (CMC). Desembargador D'Atagnan Serpa Sá. 07/03/2013, Paraná, v.1, mar. 2013. p.2-29.

ANEXOS

ANEXO 1**LEI Nº 10.921 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2003.****"DISPÕE SOBRE O COMBATE AO RACISMO NO
MUNICÍPIO DE CURITIBA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS."**

A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - O Poder Público Municipal, no âmbito de sua competência, assegurará os meios eficazes que visem coibir a prática de racismo.

Parágrafo Único. As ações para a promoção do disposto pelo "caput" do art. 1º, compreendem as seguintes medidas:

I - a criação e divulgação, nos meios de comunicação, de cujo espaço se utilize a administração pública, de programas de valorização da participação da população negra na formação histórica e cultural brasileira e de combate as ideias e práticas racistas;

II - a representação proporcional dos grupos étnicos em todas as campanhas e atividades de comunicação do Município e de entidades que tenham investimento político ou econômico no Poder Público;

III - a adoção, no sistema público de saúde, de procedimentos de detecção, nos primeiros anos de vida, da anemia falciforme e hipertensão, males cuja incidência é maior na população negra e acarretam repercussões na saúde reprodutiva;

IV - o desenvolvimento de programas que assegurem igualdade de oportunidade e tratamento nas políticas culturais do Município, tanto no que diz respeito ao fomento à produção cultural, quanto à preservação da memória, objetivando dar visibilidade aos símbolos e manifestações do povo negro;

V - instituir no calendário oficial do Município de Curitiba o "Dia da Consciência Negra", a ser celebrado, anualmente, no dia 20 (vinte) de novembro.

Artigo 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO 29 DE MARÇO, em 18 de dezembro de 2003.

Cassio Taniguchi
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO 2**LEI Nº 14.224/2013 DE 7 DE JANEIRO DE 2013****ALTERA A LEI Nº 10.921, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2003, QUE DISPÕE SOBRE O COMBATE AO RACISMO NO MUNICÍPIO DE CURITIBA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º O inciso V do artigo 1º da Lei nº 10.921, de 18 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"V - institui o dia 20 de novembro como feriado municipal e "Dia da Consciência Negra" no calendário oficial do Município de Curitiba, em homenagem ao Dia Nacional da Consciência Negra."

Artigo 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO RIO BRANCO, em 07 de janeiro de 2013.

Vereador PAULO SALAMUNI
Presidente

ANEXO 3

Estados e Municípios que Decretaram Feriado no Dia 20 de Novembro dia da Consciência Negra³⁰⁵

Nº	UF	MUNICIPIOS	LEGISLAÇÃO
Alagoas			
1	AL	Água Branca	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
2	AL	Anadia	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
3	AL	Arapiaca	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
4	AL	Atalaia	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
5	AL	Barra De Santo Antônio	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
6	AL	Barra De São Miguel	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
7	AL	Batalha	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
8	AL	Belém	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
9	AL	Belo Monte	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
10	AL	Boca Da Mata	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
11	AL	Branquinha	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
12	AL	Cacibinhas	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
13	AL	Cajueiro	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
14	AL	Campestre	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
15	AL	Campo Alegre	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
16	AL	Campo Grande	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
17	AL	Canapi	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
18	AL	Capela	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
19	AL	Carneiros	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
20	AL	Chã Preta	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
21	AL	Coité Da Nóia	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
22	AL	Colônia Leopoldina	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
23	AL	Coqueiro Seco	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
24	AL	Coruripe	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
25	AL	Craíbas	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
26	AL	Delmiro Gouveia	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
27	AL	Dois Riachos	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
28	AL	Estrela De Alagoas	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
29	AL	Feira Grande	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
30	AL	Feliz Deserto	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
31	AL	Flexeiras	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
32	AL	Girau Do Ponciano	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
33	AL	Ibateguara	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
34	AL	Igaci	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
35	AL	Igreja Nova	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
36	AL	Inhapi	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
37	AL	Jacaré Dos Homens	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
38	AL	Jacuípe	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
39	AL	Japaratinga	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
40	AL	Jaramataia	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995

³⁰⁵ Fonte: **Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial**. Disponível em <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos/estados-e-municipios-que-decretaram-feriado-no-dia-20-de-novembro.xls/view>. Acesso 01/12/2018.

41	AL	Jequiá Da Praia	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
42	AL	Joaquim Gomes	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
43	AL	Jundia	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
44	AL	Junqueiro	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
45	AL	Lagoa Da Canoa	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
46	AL	Limoeiro De Anadia	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
47	AL	Maceió	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
48	AL	Major Isidoro	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
49	AL	Mar Vermelho	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
50	AL	Maragogi	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
51	AL	Maravilha	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
52	AL	Marechal Deodoro	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
53	AL	Maribondo	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
54	AL	Mata Grande	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
55	AL	Matraiz De Camragibe	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
56	AL	Messias	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
57	AL	Minador Do Negrão	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
58	AL	Monteirópolis	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
59	AL	Murici	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
60	AL	Novo Lino	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
61	AL	Olho D'Água Das Flores	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
62	AL	Olho D'Água Do Casado	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
63	AL	Olho D'Água Grande	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
64	AL	Oliveira	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
65	AL	Ouro Branco	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
66	AL	Palestina	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
67	AL	Palmeira Dos Índios	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
68	AL	Pão De Açúcar	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
69	AL	Pariconha	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
70	AL	Paripueira	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
71	AL	Passo De Camaragibe	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
72	AL	Paulo Jacinto	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
73	AL	Penedo	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
74	AL	Piaçabuçu	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
75	AL	Pilar	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
76	AL	Pindoba	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
77	AL	Piranhas	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
78	AL	Poço Da Trincheiras	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
79	AL	Porto Calvo	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
80	AL	Porto De Pedras	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
81	AL	Porto Real Do Colégio	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
82	AL	Quebrangulo	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
83	AL	Rio Largo	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
84	AL	Roteiro	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
85	AL	Santa Luzia Do Norte	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
86	AL	Santana Do Ipanema	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
87	AL	Santana Do Mundaú	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
88	AL	São Brás	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
89	AL	São José Da Laje	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
90	AL	São José Da Tapera	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
91	AL	São Luis Do Quitunde	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
92	AL	São Miguel Dos Campos	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995

93	AL	São Miguel Dos Milagres	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
94	AL	São Sebastião	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
95	AL	Satuba	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
96	AL	Senador Rui Palmeira	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
97	AL	Tanque D'Arca	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
98	AL	Taquarana	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
99	AL	Teotônio Vilela	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
100	AL	Traipu	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
101	AL	Uniao Dos Palmares	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
102	AL	Viçosa	Lei Estadual Nº 5.724, de 01.08.1995
Amazonas			
103	AM	Alvarães	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
104	AM	Amaturá	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
105	AM	Anamã	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
106	AM	Anori	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
107	AM	Apuí	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
108	AM	Atalaia do Norte	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
109	AM	Autazes	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
110	AM	Barcelos	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
111	AM	Barreirinha	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
112	AM	Benjamin Constant	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
113	AM	Beruri	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
114	AM	Boa Vista do Ramos	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
115	AM	Boca do Acre	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
116	AM	Borba	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
117	AM	Caapiranga	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
118	AM	Canutama	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
119	AM	Carauari	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
120	AM	Careiro	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
121	AM	Careiro da Várzea	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
122	AM	Coari	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
123	AM	Codajás	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
124	AM	Eirunepé	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
125	AM	Envira	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
126	AM	Fonte Boa	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
127	AM	Guajará	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
128	AM	Humaitá	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
129	AM	Ipixuna	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
130	AM	Iranduba	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
131	AM	Itacoatiara	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
132	AM	Itamarati	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
133	AM	Itapiranga	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
134	AM	Japurá	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
135	AM	Juruá	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
136	AM	Jutai	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
137	AM	Lábrea	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
138	AM	Manacapuru	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
139	AM	Manaquiri	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
140	AM	Manaus	Lei Municipal Nº 188, de 14.06.2007
141	AM	Manicoré	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
142	AM	Maraã	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
143	AM	Maués	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010

144	AM	Nhamundá	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
145	AM	Nova Olinda do Norte	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
146	AM	Novo Airão	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
147	AM	Novo Aripuanã	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
148	AM	Parintins	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
149	AM	Pauini	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
150	AM	Presidente Figueiredo	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
151	AM	Rio Preto da Eva	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
152	AM	Santa Isabel do Rio Negro	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
153	AM	Santo Antônio do Içá	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
154	AM	São Gabriel da Cachoeira	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
155	AM	São Paulo de Olivença	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
156	AM	São Sebastião do Uatumã	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
157	AM	Silves	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
158	AM	Tabatinga	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
159	AM	Tapauá	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
160	AM	Tefé	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
161	AM	Tonantins	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
162	AM	Uarini	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
163	AM	Urucará	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
164	AM	Urucurituba	Lei Promulgada nº 84/2010 de 08/07/2010
Amapá			
165	AP	Amapa	Lei Estadual Nº 1169, de 27.12.2007
166	AP	Amapari	Lei Estadual Nº 1169, de 27.12.2007
167	AP	Calçoene	Lei Estadual Nº 1169, de 27.12.2007
168	AP	Cutias Do Araguari	Lei Estadual Nº 1169, de 27.12.2007
169	AP	Ferreira Gomes	Lei Estadual Nº 1169, de 27.12.2007
170	AP	Itaubal Do Piririm	Lei Estadual Nº 1169, de 27.12.2007
171	AP	Laranjal Do Jari	Lei Estadual Nº 1169, de 27.12.2007
172	AP	Macapa	Lei Estadual Nº 1169, de 27.12.2007
173	AP	Mazagao	Lei Estadual Nº 1169, de 27.12.2007
174	AP	Oiapoque	Lei Estadual Nº 1169, de 27.12.2007
175	AP	Pedra Branca Do Amapari	Lei Estadual Nº 1169, de 27.12.2007
176	AP	Porto Grande	Lei Estadual Nº 1169, de 27.12.2007
177	AP	Pracauúba	Lei Estadual Nº 1169, de 27.12.2007
178	AP	Santana	Lei Estadual Nº 1169, de 27.12.2007
179	AP	Serra Do Navio	Lei Estadual Nº 1169, de 27.12.2007
180	AP	Tartarugalzinho	Lei Estadual Nº 1169, de 27.12.2007
181	AP	Vitoria Do Jari	Lei Estadual Nº 1169, de 27.12.2007
Bahia			
182	BA	Alagoinhas	Lei Municipal Nº 1985, de 2009
183	BA	Camaçari	Lei Municipal 283, de 22.12.1993
184	BA	Serrinha	Lei Municipal Nº 735/2007 de 20/12/2007
Ceará			
185	CE	Fortaleza	Projeto de Lei nº 166/2006.
Espírito Santo			
186	ES	Cariacica	Lei Municipal Nº 4714, de 2009
187	ES	Guarapari	Lei Municipal Nº 2806, de 2007

Goiás			
188	GO	Aparecida De Goiania	Lei Municipal Nº 2800, de 2008
189	GO	Flores De Goias	Lei Municipal Nº 08, de 2002
190	GO	Goiania	Lei Municipal Nº 8.786 de 17.04.2009
191	GO	Santa Rita Do Araguaia	Lei Complementar Nº 27, de 2008
Maranhão			
192	MA	Pedreiras	Lei Municipal Nº 1254/2008
Minas Gerais			
193	MG	Alem Paraiba	Lei Municipal Nº 2.489, de 12 de março de 2007
194	MG	Belo Horizonte	Lei Municipal nº7.129, de 19.06.1996
195	MG	Betim	Lei Municipal Nº 4595, de 2007
196	MG	Coqueiral	Decreto Municipal Nº 1441, de 2010
197	MG	Guarani	Projeto de Lei Nº 028/2009
198	MG	Ibiá	Lei Municipal n 1864, de 09.12.2008
199	MG	Jacutinga	Lei Municipal nº 1687
200	MG	Juiz De Fora	Lei Municipal Nº 8752
201	MG	Montes Claros	Lei Municipal Nº 3897, de 27.12.2007
202	MG	Santos Dumont	Lei Municipal Nº 3933, de 07.11.2007 e Decreto de Nº 1.943,de 21.03.2006
203	MG	Sapucaí-Mirim	Lei Municipal Nº 1001, de 24.06.2009
204	MG	Uberaba	Lei Municipal Nº 10.678, de 2008
Mato Grosso do Sul			
205	MS	Corumba	Lei Municipal Nº 2084 de 19 de dezembro de 2008
Mato Grosso			
206	MT	Acorizal	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
207	MT	Agua Boa	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
208	MT	Alta Floresta	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
209	MT	Alto Araguaia	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
210	MT	Alto da Boa Vista	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
211	MT	Alto Garças	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
212	MT	Alto Paraguaia	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
213	MT	Alto Taquari	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
214	MT	Apiacas	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
215	MT	Araguaiana	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
216	MT	Araguainha	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
217	MT	Araputanga	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
218	MT	Arenopolis	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
219	MT	Aripuana	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
220	MT	Barão de Melgado	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
221	MT	Barra do Bugres	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
222	MT	Barra do Garças	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
223	MT	Bom Jesus do Araguaia	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
224	MT	Brasnorte	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
225	MT	Canceres	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
226	MT	Campinapolis	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
227	MT	Campo Novo do Parecis	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
228	MT	Campo Verde	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
229	MT	Campos de Julio	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
230	MT	Cana Brava do Norte	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
231	MT	Canarana	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002

232	MT	Carlinda	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
233	MT	Castanheira	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
234	MT	Chapada dos Guimarães	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
235	MT	Claúdia	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
236	MT	Cocalinho	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
237	MT	Colider	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
238	MT	Colniza	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
239	MT	Comodoro	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
240	MT	Confresa	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
241	MT	Conquista D'Oeste	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
242	MT	Cotriguaçu	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
243	MT	Cuiabá	Lei Estadual Nº 7879, de 2002 e Lei Municipal Nº 3991, de 2000
244	MT	Curvelândia	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
245	MT	Denise	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
246	MT	Diamantino	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
247	MT	Bom Aquino	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
248	MT	Feliz Natal	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
249	MT	Figueiropolis D`Oeste	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
250	MT	Gaúcha do Norte	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
251	MT	General Carneiro	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
252	MT	Glória D'Oeste	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
253	MT	Guaranta do Norte	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
254	MT	Guiratã	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
255	MT	Guiratinga	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
256	MT	Indiavaí	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
257	MT	Ipiranga do Norte	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
258	MT	Itanhangá	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
259	MT	Itauba	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
260	MT	Itiquira	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
261	MT	Jaciara	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
262	MT	Jangada	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
263	MT	Jauru	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
264	MT	Juara	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
265	MT	Juina	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
266	MT	Juruena	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
267	MT	Juscimeira	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
268	MT	Lambari D`Oeste	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
269	MT	Lucas do Rio Verde	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
270	MT	Luciara	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
271	MT	Marcelândia	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
272	MT	Matupa	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
273	MT	Mirassol D`Oeste	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
274	MT	Nobres	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
275	MT	Nortelandia	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
276	MT	Nossa Senhora do Livramento	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
277	MT	Nova Bandeirantes	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
278	MT	Nova Brasilândia	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
279	MT	Nova Canaã do Norte	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
280	MT	Nova Guarita	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
281	MT	Nova Lacerda	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
282	MT	Nova Marilândia	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
283	MT	Nova Maringá	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002

284	MT	Nova Monte Verde	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
285	MT	Nova Mutum	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
286	MT	Nova Nazaré	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
287	MT	Nova Olimpia	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
288	MT	Nova Ubirata	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
289	MT	Nova Xavantina	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
290	MT	Novo Horizonte do Norte	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
291	MT	Novo Mundo	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
292	MT	Novo Santo Antonio	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
293	MT	Novo São Joaquim	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
294	MT	Paranaitá	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
295	MT	Paranatinga	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
296	MT	Pedra Preta	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
297	MT	Peixoto de Azevedo	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
298	MT	Planalto da Serra	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
299	MT	Pocone	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
300	MT	Pontal do Araguaia	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
301	MT	Ponte Branca	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
302	MT	Pontes e Lacerda	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
303	MT	Porto Alegre do Norte	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
304	MT	Porto dos Gauchos	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
305	MT	Porto Esperidião	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
306	MT	Porto Estrela	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
307	MT	Poxoréo	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
308	MT	Primavera do Leste	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
309	MT	Querência	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
310	MT	Reserva do Cabacal	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
311	MT	Ribeirão Cascalheira	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
312	MT	Ribeirãozinho	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
313	MT	Rio Branco	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
314	MT	Rondolândia	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
315	MT	Rondonópolis	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
316	MT	Rosario Oeste	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
317	MT	Salto do Céu	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
318	MT	Santa Carmen	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
319	MT	Santa Cruz do Xingú	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
320	MT	Santa Rita do Trivelato	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
321	MT	Santa Terezinha	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
322	MT	Santo Afonso	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
323	MT	Santo Antonio do Leste	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
324	MT	Santo Antonio do Leverger	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
325	MT	São Felix do Araguaia	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
326	MT	São José do Povo	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
327	MT	São José do Rio Claro	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
328	MT	São José do Xingu	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
329	MT	São José dos Quatro Marcos	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
330	MT	São Pedro da Cipa	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
331	MT	Sapezal	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
332	MT	Serra Nova Dourada	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
333	MT	Sinop	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
334	MT	Sorriso	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
335	MT	Tabaporã	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002

336	MT	Tangara da Serra	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
337	MT	Tapurah	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
338	MT	Terra Nova do Norte	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
339	MT	Tesouro	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
340	MT	Torixoreu	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
341	MT	União do Sul	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
342	MT	Vale de São Domingo	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
343	MT	Varzea Grande	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
344	MT	Vera	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
345	MT	Vila Bela da Santissima Trindade	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
346	MT	Vila Rica	Lei Estadual Nº 7879, de 27.12.2002
Paraíba			
347	PB	João Pessoa	Lei 6.312 de 29/12/1989
Paraná			
348	PR	Guarapuava	Lei Municipal Nº 1792/2009
349	PR	Londrina	Lei Municipal Nº 10.816, de 8 de dezembro de 2009
Rio de Janeiro			
350	RJ	ANGRA DOS REIS	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
351	RJ	APERIBE	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
352	RJ	ARARUAMA	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
353	RJ	AREAL	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
354	RJ	ARMACAO DOS BUZIOS	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
355	RJ	ARRAIAL DO CABO	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
356	RJ	BARRA DO PIRAI	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
357	RJ	BARRA MANSA	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
358	RJ	BELFORD ROXO	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
359	RJ	BOM JARDIM	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
360	RJ	BOM JESUS DO ITABAPOANA	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
361	RJ	CABO FRIO	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
362	RJ	CACHOEIRAS DE MACACU	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
363	RJ	CACHOEIRAS DE MACAU	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
364	RJ	CAMBUCI	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
365	RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
366	RJ	CANTAGALO	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
367	RJ	CARAPEBUS	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
368	RJ	CARDOSO MOREIRA	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
369	RJ	CARMO	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
370	RJ	CASIMIRO DE ABREU	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
371	RJ	COMENDADOR LEVY GASPARIAN	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
372	RJ	CONCEICAO DE MACABU	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
373	RJ	CORDEIRO	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
374	RJ	DUAS BARRAS	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
375	RJ	DUQUE DE CAXIAS	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
376	RJ	ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
377	RJ	GUAPIMIRIM	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
378	RJ	IGUABA GRANDE	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
379	RJ	ITABORAÍ	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
380	RJ	ITAGUAÍ	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
381	RJ	ITALVA	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
382	RJ	ITAOCARA	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002

383	RJ	ITAPERUNA	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
384	RJ	ITATIAIA	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
385	RJ	JAPERI	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
386	RJ	LAJE DO MURIAE	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
387	RJ	MACAE	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
388	RJ	MACUCO	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
389	RJ	MAGE	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
390	RJ	MANGARATIBA	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
391	RJ	MARICÁ	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
392	RJ	MENDES	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
393	RJ	MESQUITA	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
394	RJ	MIGUEL PEREIRA	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
395	RJ	MIRACEMA	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
396	RJ	NATIVIDADE	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
397	RJ	NILÓPOLIS	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
398	RJ	NITERÓI	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
399	RJ	NOVA FRIBURGO	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
400	RJ	NOVA IGUACU	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
401	RJ	PARACAMBI	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
402	RJ	PARAÍBA DO SUL	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
403	RJ	PARATI	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
404	RJ	PATY DO ALFERES	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
405	RJ	PETRÓPOLIS	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002, Lei Municipal Nº 5768/2001
406	RJ	PINHEIRAL	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
407	RJ	PIRAÍ	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
408	RJ	PORCIUNCULA	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
409	RJ	PORTO REAL	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
410	RJ	QUATIS	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
411	RJ	QUEIMADOS	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
412	RJ	QUISSAMA	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
413	RJ	RESENDE	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
414	RJ	RIO BONITO	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
415	RJ	RIO CLARO	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
416	RJ	RIO DAS FLORES	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
417	RJ	RIO DAS OSTRAS	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
418	RJ	RIO DE JANEIRO	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002, LEI MUNICIPAL N 2.307 DE 17/04/95 - REVOGADA PELA LEI 5.146 DE 07/01/2010
419	RJ	SANTA MARIA MADALENA	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
420	RJ	SANTO ANTONIO DE PÁDUA	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
421	RJ	SAO FIDELIS	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
422	RJ	SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
423	RJ	SAO GONÇALO	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
424	RJ	SAO JOAO DA BARRA	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
425	RJ	SAO JOAO DE MERITI	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
426	RJ	SAO JOSE DE UBÁ	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
427	RJ	SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
428	RJ	SAO PEDRO DA ALDEIA	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
429	RJ	SAO SEBASTIAO DO ALTO	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
430	RJ	SAPUCAIA	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
431	RJ	SAQUAREMA	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
432	RJ	SEROPÉDICA	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002

433	RJ	SILVA JARDIM	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
434	RJ	SUMIDOURO	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
435	RJ	TANGUÁ	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
436	RJ	TERESÓPOLIS	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
437	RJ	TRAJANO DE MORAIS	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
438	RJ	TRÊS RIOS	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
439	RJ	VALENÇA	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
440	RJ	VARRE-SAI	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
441	RJ	VASSOURAS	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
442	RJ	VOLTA REDONDA	Lei Estadual Nº 4007, de 11.11.2002
Rio Grande do Sul			
443	RS	Aceguá	Feriado Estadual Lei nº ° 8.352, de 11.09 1987
444	RS	Água Santa	Feriado Estadual Lei nº ° 8.352, de 11.09 1987
445	RS	Agudo	Feriado Estadual Lei nº ° 8.352, de 11.09 1987
446	RS	Ajuricaba	Feriado Estadual Lei nº ° 8.352, de 11.09 1987
447	RS	Alecrim	Feriado Estadual Lei nº ° 8.352, de 11.09 1987
448	RS	Alegrete	Feriado Estadual Lei nº ° 8.352, de 11.09 1987
449	RS	Alegria	Feriado Estadual Lei nº ° 8.352, de 11.09 1987
450	RS	Almirante Tamandaré do Sul	Feriado Estadual Lei nº ° 8.352, de 11.09 1987
451	RS	Alpestre	Feriado Estadual Lei nº ° 8.352, de 11.09 1987
452	RS	Alto Alegre	Feriado Estadual Lei nº ° 8.352, de 11.09 1987
453	RS	Alto Feliz	Feriado Estadual Lei nº ° 8.352, de 11.09 1987
454	RS	Alvorada	Feriado Estadual Lei nº ° 8.352, de 11.09 1987
455	RS	Amaral Ferrador	Feriado Estadual Lei nº ° 8.352, de 11.09 1987
456	RS	Ametista do Sul	Feriado Estadual Lei nº ° 8.352, de 11.09 1987
457	RS	André da Rocha	Feriado Estadual Lei nº ° 8.352, de 11.09 1987
458	RS	Anta Gorda	Feriado Estadual Lei nº ° 8.352, de 11.09 1987
459	RS	Antônio Prado	Feriado Estadual Lei nº ° 8.352, de 11.09 1987
460	RS	Arambaré	Feriado Estadual Lei nº ° 8.352, de 11.09 1987
461	RS	Araricá	Feriado Estadual Lei nº ° 8.352, de 11.09 1987
462	RS	Aratiba	Feriado Estadual Lei nº ° 8.352, de 11.09 1987
463	RS	Arroio do Meio	Feriado Estadual Lei nº ° 8.352, de 11.09 1987
464	RS	Arroio do Padre	Feriado Estadual Lei nº ° 8.352, de 11.09 1987
465	RS	Arroio do Sal	Feriado Estadual Lei nº ° 8.352, de 11.09 1987
466	RS	Arroio do Tigre	Feriado Estadual Lei nº ° 8.352, de 11.09 1987
467	RS	Arroio dos Ratos	Feriado Estadual Lei nº ° 8.352, de 11.09 1987
468	RS	Arroio Grande	Feriado Estadual Lei nº ° 8.352, de 11.09 1987
469	RS	Arvorezinha	Feriado Estadual Lei nº ° 8.352, de 11.09 1987
470	RS	Augusto Pestana	Feriado Estadual Lei nº ° 8.352, de 11.09 1987
471	RS	Áurea	Feriado Estadual Lei nº ° 8.352, de 11.09 1987
472	RS	Bagé	Feriado Estadual Lei nº ° 8.352, de 11.09 1987
473	RS	Balneário Pinhal	Feriado Estadual Lei nº ° 8.352, de 11.09 1987
474	RS	Barão	Feriado Estadual Lei nº ° 8.352, de 11.09 1987
475	RS	Barão de Cotegipe	Feriado Estadual Lei nº ° 8.352, de 11.09 1987
476	RS	Barão do Triunfo	Feriado Estadual Lei nº ° 8.352, de 11.09 1987
477	RS	Barra do Guarita	Feriado Estadual Lei nº ° 8.352, de 11.09 1987
478	RS	Barra do Quaraí	Feriado Estadual Lei nº ° 8.352, de 11.09 1987
479	RS	Barra do Ribeiro	Feriado Estadual Lei nº ° 8.352, de 11.09 1987
480	RS	Barra do Rio Azul	Feriado Estadual Lei nº ° 8.352, de 11.09 1987
481	RS	Barra Funda	Feriado Estadual Lei nº ° 8.352, de 11.09 1987
482	RS	Barracão	Feriado Estadual Lei nº ° 8.352, de 11.09 1987
483	RS	Barros Cassal	Feriado Estadual Lei nº ° 8.352, de 11.09 1987

484	RS	Benjamin Constant do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
485	RS	Bento Gonçalves	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
486	RS	Boa Vista das Missões	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
487	RS	Boa Vista do Buricá	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
488	RS	Boa Vista do Cadeado	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
489	RS	Boa Vista do Incra	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
490	RS	Boa Vista do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
491	RS	Bom Jesus	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
492	RS	Bom Princípio	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
493	RS	Bom Progresso	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
494	RS	Bom Retiro do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
495	RS	Boqueirão do Leão	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
496	RS	Bossoroca	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
497	RS	Bozano	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
498	RS	Braga	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
499	RS	Brochier	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
500	RS	Butiá	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
501	RS	Caçapava do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
502	RS	Cacequi	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
503	RS	Cachoeira do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
504	RS	Cachoeirinha	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
505	RS	Cacique Doble	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
506	RS	Caibaté	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
507	RS	Caíçara	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
508	RS	Camaquã	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
509	RS	Camargo	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
510	RS	Cambará do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
511	RS	Campestre da Serra	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
512	RS	Campina das Missões	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
513	RS	Campinas do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
514	RS	Campo Bom	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
515	RS	Campo Novo	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
516	RS	Campos Borges	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
517	RS	Candelária	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
518	RS	Cândido Godói	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
519	RS	Candiota	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
520	RS	Canela	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
521	RS	Canguçu	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
522	RS	Canoas	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
523	RS	Canudos do Vale	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
524	RS	Capão Bonito do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
525	RS	Capão da Canoa	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
526	RS	Capão do Cipó	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
527	RS	Capão do Leão	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
528	RS	Capela de Santana	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
529	RS	Capitão	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
530	RS	Capivari do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
531	RS	Caraá	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
532	RS	Carazinho	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
533	RS	Carlos Barbosa	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
534	RS	Carlos Gomes	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
535	RS	Casca	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987

536	RS	Caseiros	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
537	RS	Catuípe	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
538	RS	Caxias do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
539	RS	Centenário	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
540	RS	Cerrito	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
541	RS	Cerro Branco	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
542	RS	Cerro Grande	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
543	RS	Cerro Grande do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
544	RS	Cerro Largo	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
545	RS	Chapada	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
546	RS	Charqueadas	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
547	RS	Charrua	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
548	RS	Chiapetta	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
549	RS	Chuí	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
550	RS	Chuvisca	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
551	RS	Cidreira	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
552	RS	Ciríaco	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
553	RS	Colinas	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
554	RS	Colorado	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
555	RS	Condor	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
556	RS	Constantina	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
557	RS	Coqueiro Baixo	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
558	RS	Coqueiros do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
559	RS	Coronel Barros	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
560	RS	Coronel Bicaco	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
561	RS	Coronel Pilar	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
562	RS	Cotiporã	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
563	RS	Coxilha	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
564	RS	Crissiumal	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
565	RS	Cristal	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
566	RS	Cristal do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
567	RS	Cruz Alta	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
568	RS	Cruzaltense	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
569	RS	Cruzeiro do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
570	RS	David Canabarro	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
571	RS	Derrubadas	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
572	RS	Dezesseis de Novembro	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
573	RS	Dilermando de Aguiar	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
574	RS	Dois Irmãos	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
575	RS	Dois Irmãos das Missões	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
576	RS	Dois Lajeados	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
577	RS	Dom Feliciano	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
578	RS	Dom Pedrito	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
579	RS	Dom Pedro de Alcântara	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
580	RS	Dona Francisca	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
581	RS	Doutor Maurício Cardoso	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
582	RS	Doutor Ricardo	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
583	RS	Eldorado do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
584	RS	Encantado	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
585	RS	Encruzilhada do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
586	RS	Engenho Velho	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
587	RS	Entre Rios do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987

588	RS	Entre-Ijuís	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
589	RS	Erebango	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
590	RS	Erechim	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
591	RS	Ernestina	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
592	RS	Erval Grande	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
593	RS	Erval Seco	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
594	RS	Esmeralda	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
595	RS	Esperança do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
596	RS	Espumoso	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
597	RS	Estação	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
598	RS	Estância Velha	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
599	RS	Esteio	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
600	RS	Estrela	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
601	RS	Estrela Velha	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
602	RS	Eugênio de Castro	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
603	RS	Fagundes Varela	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
604	RS	Farroupilha	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
605	RS	Faxinal do Soturno	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
606	RS	Faxinalzinho	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
607	RS	Fazenda Vilanova	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
608	RS	Feliz	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
609	RS	Flores da Cunha	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
610	RS	Floriano Peixoto	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
611	RS	Fontoura Xavier	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
612	RS	Formigueiro	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
613	RS	Forquetinha	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
614	RS	Fortaleza dos Valos	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
615	RS	Frederico Westphalen	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
616	RS	Garibaldi	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
617	RS	Garruchos	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
618	RS	Gaurama	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
619	RS	General Câmara	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
620	RS	Gentil	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
621	RS	Getúlio Vargas	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
622	RS	Giruá	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
623	RS	Glorinha	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
624	RS	Gramado	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
625	RS	Gramado dos Loureiros	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
626	RS	Gramado Xavier	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
627	RS	Gravataí	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
628	RS	Guabiju	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
629	RS	Guaíba	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
630	RS	Guaporé	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
631	RS	Guarani das Missões	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
632	RS	Harmonia	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
633	RS	Herval	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
634	RS	Herveiras	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
635	RS	Horizontina	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
636	RS	Hulha Negra	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
637	RS	Humaitá	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
638	RS	Ibarama	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
639	RS	Ibiaçá	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987

640	RS	Ibiraiaras	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
641	RS	Ibirapuitã	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
642	RS	Ibirubá	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
643	RS	Igrejinha	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
644	RS	Ijuí	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
645	RS	Ilópolis	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
646	RS	Imbé	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
647	RS	Imigrante	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
648	RS	Independência	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
649	RS	Inhacorá	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
650	RS	Ipê	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
651	RS	Ipiranga do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
652	RS	Iraí	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
653	RS	Itaara	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
654	RS	Itacurubi	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
655	RS	Itapuca	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
656	RS	Itaqui	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
657	RS	Itati	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
658	RS	Itatiba do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
659	RS	Ivorá	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
660	RS	Ivoti	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
661	RS	Jaboticaba	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
662	RS	Jacuizinho	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
663	RS	Jacutinga	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
664	RS	Jaguarão	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
665	RS	Jaguari	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
666	RS	Jaquirana	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
667	RS	Jari	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
668	RS	Jóia	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
669	RS	Júlio de Castilhos	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
670	RS	Lagoa Bonita do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
671	RS	Lagoa dos Três Cantos	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
672	RS	Lagoa Vermelha	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
673	RS	Lagoão	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
674	RS	Lajeado	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
675	RS	Lajeado do Bugre	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
676	RS	Lavras do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
677	RS	Liberato Salzano	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
678	RS	Lindolfo Collor	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
679	RS	Linha Nova	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
680	RS	Maçambará	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
681	RS	Machadinho	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
682	RS	Mampituba	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
683	RS	Manoel Viana	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
684	RS	Maquiné	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
685	RS	Maratá	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
686	RS	Marau	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
687	RS	Marcelino Ramos	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
688	RS	Mariana Pimentel	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
689	RS	Mariano Moro	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
690	RS	Marques de Souza	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
691	RS	Mata	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987

692	RS	Mato Castelhano	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
693	RS	Mato Leitão	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
694	RS	Mato Queimado	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
695	RS	Maximiliano de Almeida	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
696	RS	Minas do Leão	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
697	RS	Miraguaí	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
698	RS	Montauri	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
699	RS	Monte Alegre dos Campos	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
700	RS	Monte Belo do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
701	RS	Montenegro	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
702	RS	Mormaço	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
703	RS	Morrinhos do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
704	RS	Morro Redondo	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
705	RS	Morro Reuter	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
706	RS	Mostardas	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
707	RS	Muçum	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
708	RS	Muitos Capões	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
709	RS	Muliterno	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
710	RS	Não-Me-Toque	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
711	RS	Nicolau Vergueiro	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
712	RS	Nonoai	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
713	RS	Nova Alvorada	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
714	RS	Nova Araçá	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
715	RS	Nova Bassano	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
716	RS	Nova Boa Vista	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
717	RS	Nova Bréscia	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
718	RS	Nova Candelária	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
719	RS	Nova Esperança do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
720	RS	Nova Hartz	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
721	RS	Nova Pádua	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
722	RS	Nova Palma	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
723	RS	Nova Petrópolis	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
724	RS	Nova Prata	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
725	RS	Nova Ramada	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
726	RS	Nova Roma do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
727	RS	Nova Santa Rita	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
728	RS	Novo Barreiro	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
729	RS	Novo Cabrais	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
730	RS	Novo Hamburgo	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
731	RS	Novo Machado	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
732	RS	Novo Tiradentes	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
733	RS	Novo Xingu	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
734	RS	Osório	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
735	RS	Paim Filho	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
736	RS	Palmares do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
737	RS	Palmeira das Missões	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
738	RS	Palmitinho	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
739	RS	Panambi	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
740	RS	Pantano Grande	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
741	RS	Paraí	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
742	RS	Paraíso do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
743	RS	Pareci Novo	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987

744	RS	Parobé	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
745	RS	Passa Sete	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
746	RS	Passo do Sobrado	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
747	RS	Passo Fundo	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
748	RS	Paulo Bento	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
749	RS	Paverama	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
750	RS	Pedras Altas	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
751	RS	Pedro Osório	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
752	RS	Pejuçara	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
753	RS	Pelotas	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
754	RS	Picada Café	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
755	RS	Pinhal	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
756	RS	Pinhal da Serra	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
757	RS	Pinhal Grande	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
758	RS	Pinheirinho do Vale	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
759	RS	Pinheiro Machado	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
760	RS	Pirapó	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
761	RS	Piratini	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
762	RS	Planalto	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
763	RS	Poço das Antas	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
764	RS	Pontão	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
765	RS	Ponte Preta	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
766	RS	Portão	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
767	RS	Porto Alegre	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987, Lei n° 9.252/03
768	RS	Porto Lucena	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
769	RS	Porto Mauá	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
770	RS	Porto Vera Cruz	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
771	RS	Porto Xavier	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
772	RS	Pouso Novo	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
773	RS	Presidente Lucena	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
774	RS	Progresso	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
775	RS	Protásio Alves	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
776	RS	Putinga	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
777	RS	Quaraí	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
778	RS	Quatro Irmãos	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
779	RS	Quevedos	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
780	RS	Quinze de Novembro	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
781	RS	Redentora	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
782	RS	Relvado	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
783	RS	Restinga Seca	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
784	RS	Rio dos Índios	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
785	RS	Rio Grande	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
786	RS	Rio Pardo	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
787	RS	Riozinho	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
788	RS	Roca Sales	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
789	RS	Rodeio Bonito	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
790	RS	Rolador	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
791	RS	Rolante	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
792	RS	Ronda Alta	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
793	RS	Rondinha	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
794	RS	Roque Gonzales	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
795	RS	Rosário do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987

796	RS	Sagrada Família	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
797	RS	Saldanha Marinho	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
798	RS	Salto do Jacuí	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
799	RS	Salvador das Missões	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
800	RS	Salvador do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
801	RS	Sananduva	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
802	RS	Santa Bárbara do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
803	RS	Santa Cecília do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
804	RS	Santa Clara do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
805	RS	Santa Cruz do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
806	RS	Santa Margarida do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
807	RS	Santa Maria	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
808	RS	Santa Maria do Herval	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
809	RS	Santa Rosa	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
810	RS	Santa Tereza	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
811	RS	Santa Vitória do Palmar	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
812	RS	Santana da Boa Vista	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
813	RS	Santana do Livramento	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
814	RS	Santiago	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
815	RS	Santo Ângelo	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
816	RS	Santo Antônio da Patrulha	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
817	RS	Santo Antônio das Missões	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
818	RS	Santo Antônio do Palma	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
819	RS	Santo Antônio do Planalto	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
820	RS	Santo Augusto	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
821	RS	Santo Cristo	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
822	RS	Santo Expedito do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
823	RS	São Borja	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
824	RS	São Domingos do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
825	RS	São Francisco de Assis	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
826	RS	São Francisco de Paula	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
827	RS	São Gabriel	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
828	RS	São Jerônimo	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
829	RS	São João da Urtiga	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
830	RS	São João do Polêsine	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
831	RS	São Jorge	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
832	RS	São José das Missões	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
833	RS	São José do Herval	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
834	RS	São José do Hortêncio	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
835	RS	São José do Inhacorá	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
836	RS	São José do Norte	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
837	RS	São José do Ouro	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
838	RS	São José do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
839	RS	São José dos Ausentes	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
840	RS	São Leopoldo	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
841	RS	São Lourenço do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
842	RS	São Luiz Gonzaga	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
843	RS	São Marcos	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
844	RS	São Martinho	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
845	RS	São Martinho da Serra	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
846	RS	São Miguel das Missões	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
847	RS	São Nicolau	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987

848	RS	São Paulo das Missões	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
849	RS	São Pedro da Serra	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
850	RS	São Pedro das Missões	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
851	RS	São Pedro do Butiá	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
852	RS	São Pedro do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
853	RS	São Sebastião do Caí	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
854	RS	São Sepé	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
855	RS	São Valentim	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
856	RS	São Valentim do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
857	RS	São Valério do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
858	RS	São Vendelino	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
859	RS	São Vicente do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
860	RS	Sapiranga	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
861	RS	Sapucaia do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
862	RS	Sarandi	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
863	RS	Seberi	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
864	RS	Sede Nova	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
865	RS	Segredo	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
866	RS	Selbach	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
867	RS	Senador Salgado Filho	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
868	RS	Sentinela do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
869	RS	Serafina Corrêa	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
870	RS	Sério	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
871	RS	Sertão	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
872	RS	Sertão Santana	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
873	RS	Sete de Setembro	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
874	RS	Severiano de Almeida	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
875	RS	Silveira Martins	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
876	RS	Sinimbu	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
877	RS	Sobradinho	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
878	RS	Soledade	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
879	RS	Tabaí	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
880	RS	Tapejara	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
881	RS	Tapera	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
882	RS	Tapes	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
883	RS	Taquara	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
884	RS	Taquari	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
885	RS	Taquaruçu do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
886	RS	Tavares	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
887	RS	Tenente Portela	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
888	RS	Terra de Areia	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
889	RS	Teutônia	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
890	RS	Tio Hugo	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
891	RS	Tiradentes do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
892	RS	Toropi	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
893	RS	Torres	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
894	RS	Tramandaí	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
895	RS	Travesseiro	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
896	RS	Três Arroios	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
897	RS	Três Cachoeiras	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
898	RS	Três Coroas	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
899	RS	Três de Maio	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987

900	RS	Três Forquilhas	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
901	RS	Três Palmeiras	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
902	RS	Três Passos	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
903	RS	Trindade do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
904	RS	Triunfo	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
905	RS	Tucunduva	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
906	RS	Tunas	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
907	RS	Tupanci do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
908	RS	Tupanciretã	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
909	RS	Tupandi	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
910	RS	Tuparendi	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
911	RS	Turuçu	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
912	RS	Ubiretama	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
913	RS	União da Serra	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
914	RS	Unistalda	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
915	RS	Uruguaiana	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
916	RS	Vacaria	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
917	RS	Vale do Sol	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
918	RS	Vale Real	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
919	RS	Vale Verde	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
920	RS	Vanini	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
921	RS	Venâncio Aires	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
922	RS	Vera Cruz	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
923	RS	Veranópolis	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
924	RS	Vespasiano Correa	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
925	RS	Viadutos	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
926	RS	Viamão	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
927	RS	Vicente Dutra	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
928	RS	Victor Graeff	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
929	RS	Vila Flores	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
930	RS	Vila Lângaro	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
931	RS	Vila Maria	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
932	RS	Vila Nova do Sul	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
933	RS	Vista Alegre	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
934	RS	Vista Alegre do Prata	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
935	RS	Vista Gaúcha	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
936	RS	Vitória das Missões	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
937	RS	Westfália	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
938	RS	Xangri-lá	Feriado Estadual Lei n° 8.352, de 11.09 1987
Santa Catarina			
939	SC	Florianópolis	Lei Municipal N° 8046, de 2009
São Paulo			
940	SP	Aguai	Lei Municipal N° 2130, de 10.12.2008
941	SP	Aguas Da Prata	Lei Municipal N° 1818, de 2009
942	SP	Aguas De Sao Pedro	Lei Municipal N° 1354 de 21/11/2006
943	SP	Altinópolis	Lei Municipal n° 1.586, de 13/11/2007
944	SP	Americana	Projeto de Lei N° 209/2008
945	SP	Americo Brasiliense	Lei Municipal N° 00022/2007
946	SP	Amparo	Lei Municipal N° 03043/2004
947	SP	Aparecida	Lei Municipal N° 03410/2006
948	SP	Araçatuba	Lei Municipal N° 06924/07

949	SP	Aracoiaba Da Serra	Lei Municipal Nº. 1.675 DE 14 de setembro de 2009
950	SP	Araraquara	Lei Municipal Nº 06633/07
951	SP	Araras	Lei Municipal Nº. 4.258/2009
952	SP	Aruja	(Decreto 5.344/2009)
953	SP	Atibaia	Lei Municipal Nº 3747/2009 REVOGADA
954	SP	Bananal	Lei Municipal Nº 0004 de 03/03/2009
955	SP	Barretos	Lei Municipal Nº 4151, de 04.02.2009
956	SP	Barueri	Lei Municipal Nº 1639, de 01/03/2007
957	SP	Bofete	Lei no 1.914 de 04 de dezembro de 2007
958	SP	Borborema	Lei Municipal Nº 2471, de 10.10.2008
959	SP	Buritama	Lei Nº. 3.249, de 18 de novembro de 2008
960	SP	Cabreúva	Lei Municipal Nº 1765 de 09 11 2006
961	SP	Caieras	Decreto nº 6330/2009
962	SP	Cajamar	Decreto Nº 3889/08 16/11/2009
963	SP	Cajeiros	Lei Municipal Nº 6330/09 de 23/10/09
964	SP	Cajobi	Lei Municipal Nº 1.993 de 20 de setembro de 2010
965	SP	Campinas	Lei Municipal Nº 11.128 DE 14/01/2002
966	SP	Campos Do Jordao	Lei Municipal Nº 3028, de 27.12.2006
967	SP	Canas	Lei Municipal Nº 338 de 14 de novembro de 2007
968	SP	Capivari	Lei Municipal Nº 3994/2012
969	SP	Caraguatatuba	Lei Municipal Nº 1402, de 14.06.2007
970	SP	Carapicuíba	Art. 220 da Lei Orgânica Municipal , alterada pela emenda 41/08
971	SP	Charqueada	Lei Municipal Nº 1278, de 05.12.2008
972	SP	Chavantes	Lei Municipal Nº 2920, de 2009
973	SP	Cordeirópolis	Lei Municipal Nº 2021, de 27.03.2001
974	SP	Cruz Das Almas	Lei Municipal Nº 080/09
975	SP	Cubatão	Decreto Nº 9940/2009 de 18/11/2009
976	SP	Diadema	Lei Municipal Nº 2573/06
977	SP	Embu	Lei Municipal Nº 2285 de 9/11/2007
978	SP	Embu Das Artes	Lei Municipal nº 2.285, de 09.11.2007
979	SP	Estância De Atibaia	LEI Nº 3.747 de 12 de agosto de 2009
980	SP	Florida Paulista	Lei Municipal Nº 007/2007
981	SP	Franca	Lei Municipal Nº 6730/2006
982	SP	Franco Da Rocha	Lei Municipal Nº 535/2005
983	SP	Francisco Morato	Lei Municipal Nº 2.129 17.06.2005
984	SP	Franco Da Rocha	Lei Municipal Nº 575/06
985	SP	Getulina	Lei Municipal Nº 2.082 de 9 de março de 2009
986	SP	Guaira	Desde 2008 tem comemorado através do CMCN com feriado
987	SP	Guaruja	Lei Municipal Nº 3784, de 11.11.2009
988	SP	Guarulhos	Lei Municipal Nº 5950/03
989	SP	Hortolândia	Lei Municipal Nº 958 de 31.10.2001
990	SP	Ilhabela	Lei Municipal Nº 451, de 2007
991	SP	Itanhaém	Lei Municipal Nº 3486, de 18.11.2008
992	SP	Itapeçerica Da Serra	Lei Municipal Nº 1713, de 2008
993	SP	Itapeva (Sp)	Lei Municipal Nº 1993 de 21 08 2003
994	SP	Itapevi	Lei Municipal Nº 1699, de 8.12.2004
995	SP	Itararé	Lei Municipal Nº 2.833/03, de 19.12.2003
996	SP	Itatiba	Lei Municipal Nº 3951, de 1997
997	SP	Itu	Lei Municipal Nº 624, de 2005
998	SP	Ituverava	Lei Municipal Nº 03745/2006

999	SP	Jaguariuna	Lei Municipal Nº 1567 de 03 12 2004
1000	SP	Jambeiro	Lei Municipal Nº 1.399, de 20 de março de 2009
1001	SP	Jandira	Lei Municipal Nº 1713, de maio de 2008
1002	SP	Jarinu	Lei Municipal Nº 1760, de 12.03.2008
1003	SP	Jau	Lei Municipal Nº 4316, de 2009
1004	SP	Jundiai	Lei Municipal Nº 7000, de 2007
1005	SP	Juquitiba	Lei Municipal Nº 1498 DE 08 de novembro de 2007
1006	SP	Lajes	Projeto de Lei nº 228/2006
1007	SP	Leme	Lei Municipal Nº 2780, de 2003
1008	SP	Limeira	Lei Municipal Nº 2780, de 2003
1009	SP	Maua	Lei Municipal Nº 3878, de 20.11.2005
1010	SP	Mococa	Lei Municipal Nº 566, de 2004
1011	SP	Olimpia	Lei Municipal 3328/2008
1012	SP	Paraíso	Lei Municipal Nº 823/08 de 21 de agosto de 2.008
1013	SP	Parapicuíba	Decreto N.º 4.103, de 21 de dezembro de 2011
1014	SP	Paulo De Faria	Projeto de Lei 0045/2007
1015	SP	Pedreira	Emenda a Lei Orgânica do Município nº 30/08
1016	SP	Pedro De Toledo	Lei Municipal Nº 1.017, de 20 de Dezembro de 2006
1017	SP	Pereira Barreto	Lei Municipal Nº 3233/2003
1018	SP	Peruibe	Lei Municipal 2.905/2008
1019	SP	Piracicaba	Lei Municipal Nº 5242/2003
1020	SP	Pirapora Do Bom Jesus	Lei Municipal Nº 855, de 28 de março de 2007
1021	SP	Porto Feliz	Lei Municipal nº4.530, 05/11/2007
1022	SP	Praia Grande	Decreto nº 4.639/2009
1023	SP	Ribeirao Pires	Lei Municipal Nº 4.653/2002
1024	SP	Ribeirao Preto	Lei Municipal Nº 10.057, de 07.05.2004
1025	SP	Rincao	Lei Municipal Nº 1657/2007
1026	SP	Rio Claro	Lei Municipal Nº 03718/2006
1027	SP	Rio Grande Da Serra (Sp)	Lei Municipal n. 1466 de 05 12 2003
1028	SP	Salesopolis	Projeto de Lei Nº 038/09
1029	SP	Salto	Lei Municipal Nº 2933, de 2009
1030	SP	Santa Albertina	Lei Municipal Nº 535 de 05 de dezembro de 2007
1031	SP	Santa Isabel	Lei Municipal Nº 2396/2007
1032	SP	Santa Rosa De Viterbo	Lei Municipal nº 3113/07 de 27 de junho de 2007
1033	SP	Santo Andre	Lei Municipal Nº 8578, de 12.02.2003
1034	SP	Santos	Art.245 da Lei Orgânica do Município
1035	SP	Sao Bernardo Do Campo	Lei Municipal Nº 5947, de 2009
1036	SP	São Caetano Do Sul	Lei Municipal Nº 4446, de 2009
1037	SP	Sao Joao Da Boa Vista	Lei Municipal Nº 1982, de 2006
1038	SP	Sao Manuel	Lei Municipal nº 790/2010
1039	SP	Sao Paulo	Lei Municipal Nº 13707, de 2004, consolidado pela Lei Nº 14485, de 19.07.2007
1040	SP	São Roque	Lei Municipal 03110/2007
1041	SP	Sao Vicente	Lei Municipal Nº 1814-A, de 15.12.2006
1042	SP	Sete Barras	Lei Municipal Nº. 1.508/2009
1043	SP	Sorocaba	Lei Municipal Nº 8120, de 2007
1044	SP	Sumare	Lei Municipal Nº 3922, de 2004
1045	SP	Suzano	Lei Municipal Nº 4319, de 2009
1046	SP	Taboão Da Serra	Lei Municipal Nº 166, de 2009
Tocantins			
1047	TO	Porto Nacional	Projeto de Lei do Município nº 30, de 30 de outubro de 2008

ANEXO 4**LEI Nº 9.315 DE 20 DE NOVEMBRO DE 1996**

Inscribe o nome de Zumbi dos Palmares no "Livro dos Heróis da Pátria

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º Em comemoração ao tricentenário da morte de "Zumbi" será inscrito no "Livro dos Heróis da Pátria" que se encontra no Panteão da Liberdade e da Democracia o nome de "Zumbi dos Palmares" (Francisco).

Artigo 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de novembro de 1996; 175º da Independência e 108º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

ANEXO 5**LEI Nº 10.639 DE 9 DE JANEIRO DE 2003**

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Artigo 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

ANEXO 6**LEI Nº 12.519, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011**

Institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - É instituído o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, a ser comemorado, anualmente, no dia 20 de novembro, data do falecimento do líder negro Zumbi dos Palmares.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de novembro de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF

ANEXO 7**DECRETO DE 20 DE NOVEMBRO DE 1995**

Institui Grupo de Trabalho Interministerial, com a finalidade de desenvolver políticas para a valorização da População Negra, e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de desenvolver políticas para a valorização da População Negra.

Art. 2º Compete ao Grupo de Trabalho:

I - propor ações integradas de combate à discriminação racial, visando ao desenvolvimento e à participação da População Negra;

II - elaborar, propor e promover políticas governamentais antidiscriminatórias e de consolidação da cidadania da População Negra;

III - estimular e apoiar a elaboração de estudos atualizados sobre a situação da População Negra;

IV - reunir, sistematizar, avaliar e divulgar informações relevantes para o desenvolvimento da População Negra;

V - incentivar e apoiar ações de iniciativa privada que contribuam para o desenvolvimento da População Negra;

VI - estabelecer diálogo permanente com instituições e entidades, incluídas as do movimento negro, nacionais e internacionais, cujos objetivos e atividades possam trazer contribuições relevantes para as questões da População Negra e seu desenvolvimento;

VII - estimular os diversos sistemas de produção e coleta de informações sobre a População Negra;

VIII - contribuir para a mobilização de novos recursos para programas e ações na criação de mecanismos eficientes e permanentes na defesa contra o racismo e em áreas de interesse da População Negra, a fim de sugerir prioridade para otimizar sua aplicação;

IX - estimular e apoiar iniciativas públicas e privadas que valorizem a presença do negro nos meios de comunicação;

X - examinar a legislação e propor as mudanças necessárias, buscando promover e consolidar a cidadania da População Negra;

XI - estabelecer mecanismos de diálogo e colaboração com os Poderes Legislativo e Judiciário, com o propósito de promover a cidadania da População Negra.

Art. 3º O Grupo de Trabalho será integrado por:

I - oito membros da sociedade civil, ligados ao Movimento Negro;

II - um representante de cada Ministério a seguir indicado:

a) da Justiça;

b) da Cultura;

c) da Educação e do Desporto;

d) Extraordinário dos Esportes;

e) do Planejamento e Orçamento;

f) das Relações Exteriores;

g) da Saúde;

h) do Trabalho;

III - um representante da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

§ 1º Os membros do Grupo de Trabalho serão designados pelo Presidente da República.

§ 2º O representante do Ministério da Justiça será o Presidente do Grupo de Trabalho, que submeterá os resultados das atividades desenvolvidas pelo colegiado ao exame do respectivo Ministro de Estado

§ 3º As funções dos membros do Grupo de Trabalho não serão remuneradas e seu exercício será considerado serviço público relevante.

Art. 4º O Grupo de Trabalho poderá convidar outros representantes cuja colaboração seja necessária ao cumprimento de suas atribuições.

Art. 5º As despesas decorrentes do disposto neste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias dos órgãos da Administração Pública Federal que integram o Grupo de Trabalho.

Art. 6º O Ministério da Justiça assegurará o apoio técnico e administrativo indispensável ao funcionamento do Grupo de Trabalho.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de novembro de 1995; 174º da Independência e 107º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

ANEXO 8**DECRETO DE 13 DE JUNHO DE 1996**

Inclui inciso IV ao art. 3º do Decreto de 20 de novembro de 1995, que institui o Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de desenvolver políticas de valorização da População Negra

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, da Constituição,

DECRETA:

Artigo 1º - O artigo 3º do Decreto de 20 de novembro de 1995, que institui o Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de desenvolver políticas de valorização da População Negra, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º

IV - um representante da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

..... "

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de junho de 1996; 175º da Independência e 108º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

ANEXO 9

Espelho Proposição - Projeto de Lei Nº 75/2017

15/11/2018

Espelho de Proposição



Assembleia Legislativa do Paraná

Espelho Proposição

PROJETO DE LEI 75/2017

Ementa:

ALTERAR A REDAÇÃO DO ART. 1º DA LEI Nº 15.674, 13 DE NOVEMBRO DE 2007, COM A FINALIDADE DE READEQUAÇÃO DE DATA COMEMORATIVA, PARA FERIADO ESTADUAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA, DATA DE ZUMBI DOS PALMARES, DIA 20 DE NOVEMBRO.

Autores:

DEPUTADO MARCIO NUNES, DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Entrada:	Prazo:	Regime de Urgência:	Situação Processo:	Protocolo:
8/3/2017		NÃO		737

Assunto:

ALTERAÇÃO DE LEIS

Palavras-Chave:

LEI Nº 15.674, CONSCIÊNCIA NEGRA, CONSCIÊNCIA, ZUMBI DOS PALMARES, AFRO-BRASILEIRAS

Anotações:

HISTÓRICO DE TRAMITAÇÃO

Local: DAP - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO

1 **Entrada do Trâmite:** 08/03/2017
Saída do Trâmite: 08/03/2017

Local: DIRETORIA LEGISLATIVA

2 **Entrada do Trâmite:** 09/03/2017
Saída do Trâmite: 15/05/2017

Ação: AUTUADO
Data: 9/3/2017

3 **Local:** COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Entrada do Trâmite: 22/05/2017
Saída do Trâmite: 22/08/2017

Ação: ADIAMENTO
Data: 6/6/2017
Observação: ADIADO EM FACE AO TERMINO DA SESSÃO (ART. 46, §1º DO RI)

Ação: ADIAMENTO
Data: 20/6/2017
Observação: ADIADO EM FACE AO TERMINO DA SESSÃO (ART. 46, §1º DO RI)

APÊNDICES

APÊNDICE 1

RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Adilson Alves Leandro, Vereador da Câmara Municipal de Curitiba, conhecido como Mestre Pop, entrevista concedida a Marco Aurélio Barbosa dia 11 de abril de 2018 em Curitiba.

Adgemar da Silva Junior, responsável pelo Centro Cultural Humaitá e Assessor de Políticas de Igualdade Racial da Prefeitura de Curitiba, conhecido como Candieiro, entrevista concedida a Marco Aurélio Barbosa dias 7 e 9 de março de 2017 em Curitiba.

Andreia Soares de Lima, coordenadora da Central Única das Favelas (Cufa), conhecido como Andreia da Cufa, entrevista concedida a Marco Aurélio Barbosa dia 02 de março de 2017 em Curitiba.

Denilton Laurindo, Professor, Presidente da UNEGRO/Sessão Paraná e Presidente do Conselho Municipal de Política Étnico-Racial de Curitiba (COMPER), conhecido como Professor Dênis, entrevista concedida a Marco Aurélio Barbosa dia 23 de março de 2017 em Curitiba.

Élcio José Pereira, Chefe do Departamento de Plenário e Processo Legislativo (Deprole) da Câmara Municipal de Curitiba, entrevista concedida a Marco Aurélio Barbosa dia 16 de março de 2018 em Curitiba.

Megg Rayara Gomes de Oliveira, Professora e Pesquisadora, entrevista concedida a Marco Aurélio Barbosa dia 04 de abril de 2017 em Curitiba.

Paulo Salamuni, ex-Vereador e Procurador do Município de Curitiba, conhecido como Salamuni, entrevista concedida a Marco Aurélio Barbosa dia 28 de março de 2017 em Curitiba.

Saul Dorval da Silva, Presidente do Instituto Brasil África (IBAF) e Presidente do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (Consepir), entrevista concedida a Marco Aurélio Barbosa dia 06 de abril de 2017 de 2018 em Curitiba.